CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

PERSPECTIVAS INTERDISCIPLINARES

ANDERSON
LINCOLN VITAL
DA SILVA

(ORGANIZADOR)

VOLUME 6

Editora Poisson

Anderson Lincoln Vital da Silva
(Organizador)

Ciências Humanas e Sociais: Perspectivas Interdisciplinares – Volume 6

1ª Edição

Belo Horizonte
Editora Poisson
2025

Editor Chefe: Dr. Darly Fernando Andrade

Conselho Editorial
Dr. Antônio Artur de Souza – Universidade Federal de Minas Gerais
MSc. Davilson Eduardo Andrade
Dra. Elizângela de Jesus Oliveira – Universidade Federal do Amazonas
MSc. Fabiane dos Santos
Dr. José Eduardo Ferreira Lopes – Universidade Federal de Uberlândia
Dr. Otaviano Francisco Neves – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
Dr. Luiz Cláudio de Lima – Universidade FUMEC
Dr. Nelson Ferreira Filho – Faculdades Kennedy
MSc. Valdiney Alves de Oliveira – Universidade Federal de Uberlândia

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C569
Ciências Humanas e Sociais: Perspectivas Interdisciplinares – Volume 6/ Organização: Anderson Lincoln Vital da Silva – Belo Horizonte – MG: Editora Poisson,2025

Formato: PDF
ISBN: 978-65-5866-513-7
DOI: 10.36229/978-65-5866-513-7
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia

1.Ciências Sociais 2. Sociedade 3. Ciências Humanas I. SILVA, Anderson Lincoln Vital da II.Título

CDD-300

Sônia Márcia Soares de Moura – CRB 6/1896

O conteúdo deste livro está licenciado sob a Licença de Atribuição Creative Commons 4.0.
Com ela é permitido compartilhar o livro, devendo ser dado o devido crédito, não podendo ser utilizado para fins comerciais e nem ser alterado.

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos seus respectivos autores.

Esse e outros títulos podem ser baixados gratuitamente em www.poisson.com.br
Entre em contato pelo contato@poisson.com.br

SUMÁRIO

Capítulo 1: Acolhimento ao luto por suicídio: um contributo para o enfrentamento 06

Valdênia Maria Belarmino Soares Lustosa

DOI: 10.36229/978-65-5866-513-7.CAP.01

Capítulo 2: Sofrimento psicológico entre pessoas vivendo com HIV: o papel da orientação sexual, renda e tempo de diagnóstico 11

Guilherme Welter Wendt, Felipe Alckmin-Carvalho, Iara do Nascimento Teixeira, Henrique Pereira

DOI: 10.36229/978-65-5866-513-7.CAP.02

Capítulo 3: Estigma racial e sexual: um estudo sobre ansiedade, depressão e homonegatividade em homens gays no Brasil 25

Iara do Nascimento Teixeira, Felipe Alckmin-Carvalho, Guilherme Welter Wendt, Antônio de Pádua Jesue Oliveira, Henrique Pereira

DOI: 10.36229/978-65-5866-513-7.CAP.03

Capítulo 4: Entre o altar e o armário: a influência da religião na construção da identidade e saúde mental de homens gays brasileiros 51

Felipe Alckmin-Carvalho, Iara do Nacimento Teixeira, Guilherme Welter Wendt, António de Pádua Jesue Oliveira, Henrique Pereira

DOI: 10.36229/978-65-5866-513-7.CAP.04

Capítulo 5: Evidências e resultados da implantação de políticas públicas de habitação rural 68

Tarcio Ricardo Thomas, Edemar Rotta

DOI: 10.36229/978-65-5866-513-7.CAP.05

Capítulo 6: Meio ambiente saudável como Direito Humano sob a perspectiva da ADPF Nº 708 81

Milton Gordo Neto

DOI: 10.36229/978-65-5866-513-7.CAP.06

Capítulo 7: Além da postagem: estudo de caso sobre os princípios da comunicação pública na divulgação de boletins epidemiológicos de Covid-19 92

Ariane Barbosa Lemos

DOI: 10.36229/978-65-5866-513-7.CAP.07

SUMÁRIO

Capítulo 8: Economia de Francisco e Clara: uma via salvífica para à Amazônia e seus povos tradicionais 106

Helíssia Coimbra de Souza

DOI: 10.36229/978-65-5866-513-7.CAP.08

Capítulo 9: Arquitetura comercial: estudo comparativo entre comércio de rua e de shopping center 115

Maurício Martini

DOI: 10.36229/978-65-5866-513-7.CAP.09

Capítulo 10: O problema da demarcação na ciência: relativismo, falsa equivalência e impacto na sociedade contemporânea 129

Marco Machado

DOI: 10.36229/978-65-5866-513-7.CAP.10

Capítulo 11: Dimensões socioeducacionais da capoeira: o Projeto "Capoeira no IF" 139

Francisco Canindé de Medeiros Sena, João Gomes da Rocha, Luciana Real Limeira, Aleff Guida da Silva

DOI: 10.36229/978-65-5866-513-7.CAP.11

Autores 146

Capítulo 1

Acolhimento ao luto por suicídio: um contributo para o enfrentamento

Valdênia Maria Belarmino Soares Lustosa

Resumo: Acolhimento, um gesto de humanidade onde a intensidade da ética se faz presente. Acolher o indivíduo num momento de extrema dor é doar-se em prol do outro reconhecendo as consequências. A morte por suicídio deixa um rastro de desesperança na vida dos sobreviventes. Neste artigo apresentam-se especificidades do acolhimento ao luto como um brado minimizador, na perspectiva de restaurar no indivíduo o poder da existência, resgatando a crença em si próprio. Este estudo tem o objetivo de refletir acerca do processo do acolhimento ao outro, e, numa pesquisa bibliográfica apresentar, com temática voltada para o acolhimento ao luto por suicídio e a evolução da dor da perda. Retratar a universalidade desse tipo de morte e a importância do acolhimento para enfrentar o processo, desenvolvendo estratégias de posvenção. Além disso, apresenta o questionamento: Em como buscar maneiras de dirimir o impacto da dor dos enlutados por suicídio.

Palavras chave: Suicídio, Luto, Acolhimento, Posvenção.

1. INTRODUÇÃO

Falar sobre o suicídio no meio social ainda é um tabu mesmo em frente a um número desenfreado de casos em todo o mundo. Segundo a Associação Brasileira de Psiquiatria (2023) a última pesquisa realizada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em 2019, são registrados mais de 700 mil casos de suicídios em todo planeta terra, sem contar com aqueles que não são registrados. Botega, Werlang, Cais e Macedo (2006, p.214), "O suicídio não é tão somente uma tragédia no âmbito pessoal, ele também representa um sério problema de saúde pública".

Este estudo tem base teórica no acolhimento ao luto por suicídio, buscando desenvolver estratégias de posvenção para o enfrentamento. O luto pelo suicídio abarca várias dimensões. O acolhimento deve vir de uma forma leve, repleta de boa vontade e determinação para tratar de um assunto tão complexo. Pinheiro (2018, p. 109 e 113), diz que "a forma de acolher dependerá de uma série de habilidades e conhecimentos que requer disponibilidade, paciência. (...) É importante ressaltar que a sensibilidade faz parte da integração, que envolve todos os aspectos biopsicossocial e espiritual das pessoas" que precisam cuidar daqueles que estão a sua volta.

O objetivo principal deste estudo é apresentar em uma pesquisa bibliográfica, com temática direcionada ao acolhimento ao luto por suicídio, desenvolvendo estratégias de posvenção e a relevância da acolhida para o enfrentamento do processo na perspectiva de valorização da vida, bem como citar a problemática: como buscar maneiras de dirimir o impacto da dor dos enlutados por suicídio? A resposta a este questionamento, justifica-se pela importância em encontrar formas de ação ao acolher o outro no momento de extremo sofrimento.

2. METODOLOGIA

O presente artigo apresenta, por meio de uma pesquisa qualitativa de caráter bibliográfico exploratório, a temática do Acolhimento ao Luto por Suicídio, embasada no alto índice de mortalidade dessa natureza em todo o mundo. Teve como instrumentos 5 livros e 16 artigos científicos escolhidos mediante averiguação no banco de dados do Scielo, no período 2004 a 2023. Os critérios de inclusão para efetivação do estudo foram baseados na problemática em questão. Os conteúdos foram agrupados em conformidade com o assunto abordado e as palavras chave inseridas no resumo.

3. O QUE VEM DEPOIS, PARA OS ENLUTADOS?

O impacto do suicídio para os que ficam marca profundamente. Implica em mudanças e buscas por explicações, pelo fato de que eles têm que se encarregar do próprio luto, retomar a vida e cuidar das outras pessoas ao redor que precisam de atenção. Então, o indivíduo enlutado vivencia uma intensa sobrecarga de emoções, acentuando assim, seu sofrimento psíquico em larga escala, porque o cenário de morte vem sempre à tona com todos os aspectos da realidade pela própria natureza da complexidade do ato.

Acerca disso, Pinheiro (2018, 32 p.) nos diz que:

> Sofrer o impacto do suicídio é ressaltar "as marcas" que ficaram e ficarão após a morte de quem se ama. Mesmo que o tempo passe, a memória parece eternizar a dor, pois é importante esquecer o momento em que a vida do enlutado mudou por completo. O enlutado não se vê demandado

> por ter de manter vivo apesar da sensação de estar morto, e assim começa nele o paradoxo entre a vida e a morte.

4. ACOLHIMENTO, AÇÃO QUE FAZ A DIFERENÇA

O luto constitui-se em um conjunto de reações a uma perda significativa, diante da morte de um ente querido ou um amigo. Ele é um estado de prostração, que acomete o indivíduo promovendo situação de dor e abatimento. Acolher ao luto por suicídio não é expor o sofrimento do semelhante, é antes de tudo uma atitude de amor e respeito à vida. Não é necessário ser um profissional qualificado para poder escutar alguém, basta ter disponibilidade, boa vontade e compreensão, porque o enlutado requer um atendimento melindroso, com um grande investimento emocional, atenção e cautela em doses precisas para obter êxito. E daí vem as indagações: Como delimitar os principais cuidados para quem está sem esperança? Como é possível acolher essa diversidade de sentimentos que surgem no processo de luto por suicídio.

A esse respeito Fukumitsu (2019, 53 p.):

> É preciso utilizar uma linguagem respeitosa, e a suspensão de julgamento e de acusações deve ser a primeira preocupação nas ações da posvenção.
>
> Há muito tempo abolia palavra "suicida" e o verbo "cometer" do meu vocabulário. Acredito que a palavra "suicida" coloca a pessoa em uma condição reducionista na qual ela será conhecida unicamente por seu ato e não por sua história, Assim, categorizar uma pessoa como "suicida", significa confundi-la... A maneira como a pessoa morreu não pode significar quem ela foi.

5. POSVENÇÃO E AS CONTRIBUIÇÕES DO PSICÓLOGO

O termo posvenção não é muito conhecido no nosso meio. Conforme Flexhaug e Yazganougle (2008, 18 e 20 p.), "posvenção" implica nas atividades realizadas para atenuar o abalo da perda por suicídio e possibilita também a prevenção do sofrimento das próximas gerações. Segundo eles "a mais comum revela que existem seis sobreviventes para cada morte por suicídio"

Schneidman (1973), *apud* Fukumitsu e Kovács (2015) trouxe uma proposta acerca da posvenção. Implica em uma intervenção que tem como objetivo auxiliar aqueles que perderam entes queridos para o suicídio. Tal ideia baseia-se na ressignificação do processo da perda e passar por ela de maneira menos dolorosa a fim de evitar possíveis adoecimentos posteriores. O luto já é um estado demasiadamente dolorido e em se tratando do luto por suicídio o sofrimento ainda é maior, pode representar uma vivência dilacerante, pois a fé de continuar vivendo é questionável. Além do luto e da dor da perda do ente amado, é possível familiares que perderam alguém para o suicídio, sentirem-se culpado do ato, pensam nas ações que poderiam reverter os danos. Fatores como esses agravam o sofrimento psíquico do luto, tende a ser ainda menos saudável e gerar adoecimento emocional também da pessoa enlutada.

Fukumitsu (2019, 79 – 80 p.) diz:

> Quando eu percebi que eu não poderia perpetuar a impotência sentida, mobilizei minhas energias para transformar a impotência individual em potência coletiva.

> Tornei-me aware (consciente) de que uma força contrária, vestida de onipotência, tomava conta de mim... A tristeza foi outra visitante permanente durante este estudo. Ela veio a tona toda vez que eu tomava conhecimento de pessoas que encerrava sua existência.

De acordo com Rogério (2022), falar de prevenção ao suicídio é falar do sentido da vida, que se trata de uma questão caracteristicamente humana e uma indagação que todo ser humano realiza. A busca do sentido da vida é a principal força motivadora no ser humano.

Acolher o luto é ouvir suas queixas sem julgamento. É falar e deixar falar, ou por muitas vezes, só o ouvir já provoca no enlutado um lampejo de segurança e confiança para seguir encarando de frente a dor do luto na íntegra. O direcionamento da ação para ajudar ao próximo aponta os caminhos para um enfrentamento mais efetivo. A compreensão da dor do outro gera possibilidades e dúvidas que passam a ser acolhidos e compartilhados, levando em consideração a retomada da vida do enlutado.

Então, Pinheiro (2018, 109 p.) diz:

> Para os que desejam se debruçar na compreensão desta realidade, é importante se questionar sobre quais são os princípios básicos que regem seu entendimento sobre o fato. Decidir por ... O direcionamento de ação para ajudar o próximo pode ser identificado como um ato de amor.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como base teórica por meio do teor bibliográfico, a reflexão acerca do acolhimento ao luto por suicídio, como contributo para o enfrentamento do processo. Apresentou também especificidades como doar-se pelo semelhante na perspectiva de resgatar a crença dos sobreviventes, a evolução da dor da perda e a importância do acolhimento para enfrentar o luto, desenvolvendo estratégias de posvenção. Além de apresentar a problemática na busca de encontrar maneiras de dirimir o impacto da dor do sobrevivente.

Cabe ressaltar que em levantamento bibliográfico observou-se poucas pesquisas sobre o tema Acolhimento do luto por suicídio, conforme apresentamos na introdução teórica deste artigo. Assim, ele por si só apresenta sua importância e se espera que outros estudos possam surgir, haja vista que o índice de morte por suicídio, aumenta de forma alarmente no mundo e, consequentemente, cresce o número de enlutados que precisam de um olhar mais aprofundado, carecendo ter seu cuidado expandido. Nesse contexto, a Organização Mundial de Saúde, reconhece o suicídio como uma prioridade de saúde pública.

REFERÊNCIAS

[1] ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSIQUIATRIA. **Comportamento suicida: conhecer para prevenir**. 2023. Disponível em: https://www.setembroamarelo.com/ Acesso em: 09 set 23 às 08:00hs

[2] BOTEGA, N. J.; WERLANG, B. S. G.; CAIS, C. F. S.; & MACEDO, M. M. K. **Prevenção do comportamento suicida**. Psico, set - dez. 2006, 213-220 p., v.37, n.3. Disponível em: https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/1442/1130 Acesso em: 07 set 23 às 23:45hs

[3] Flexhaug, M. & Yazganoglu, E. **Alberta Takes Action on Suicide: Best and Promising Practices in Suicide Bereavement Support Services: A Review of the Literature. In: Prevention, Alberta Health Services-Alberta Mental Health Board Suicide.** Canadá: Alberta Health Services. 2008.

[4] FUKUMITSU, K. O. D; KOVÁCS M. J. **O luto por suicídio: uma tarefa da posvenção**. Revista Brasileira de Psicologia. ISSN: 2319-0361. jul – dez. 2015. 41 – 47 p. v.2, n.2.

[5] FUKUMITSU, K. O. D. **Sobreviventes enlutados por suicídio: Cuidados e intervernções**. São Paulo: Summus, 2019, 53-79-80 p.

[6] OMS. Organização Mundial de Saúde. **Prevenção do suicídio um recurso para conselheiros**. Departamento de Saúde Mental e de Abuso de Substâncias. Gestão de Perturbações Mentais e de Doenças do Sistema Nervoso. Genebra; 2006.p.9-11.

[7] PINHEIRO, W.R.S. **Comportamento suicida e o acolhimento das suas expressões**. São Paulo – SP: Ed. All Print, 2018. 109 e 113 p.

[8] ROGÉRIO, D., **Maturidade humana**. SP. Ed. Baruch. 2022.

Capítulo 2

Sofrimento psicológico entre pessoas vivendo com HIV: o papel da orientação sexual, renda e tempo de diagnóstico

Guilherme Welter Wendt
Felipe Alckmin-Carvalho
Iara do Nascimento Teixeira
Henrique Pereira

Resumo: Quase 40 anos após o início da epidemia do HIV e dos notáveis avanços biomédicos que possibilitaram uma boa qualidade de vida e uma alta expectativa de vida, pesquisas em países desenvolvidos indicam uma alta prevalência de sofrimento psíquico e psicopatologia entre pessoas vivendo com HIV (PVHIV). No entanto, pouco se sabe sobre a saúde mental dessa população em países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento como o Brasil. O objetivo deste estudo foi avaliar a prevalência de depressão, ansiedade e estresse em PVHIV em um serviço de saúde especializado do sistema público de saúde brasileiro. Trata-se de um estudo quantitativo transversal, no qual foram avaliadas 91 PVHIV (idade média: 46,82 anos). Os dados foram coletados por meio da Escala de Depressão, Ansiedade e Estresse (DASS-21) e pela análise de prontuários clínicos. Encontramos uma alta prevalência de ansiedade (45,16%, IC95%: 34,81-53,83%), estresse (37,89%, IC95%: 28,14-48,43%) e sintomas de depressão (29,35%, IC95%: 20,31-39,76%) em nossa amostra. Não encontramos diferenças no sofrimento psicológico em termos de gênero. Ser gay ou bissexual previu níveis mais altos de sintomas de depressão e estresse. Menor renda foi um preditor significativo de ansiedade. A duração da infecção pelo HIV foi relacionada à gravidade dos sintomas de ansiedade. Embora a amostra geral tenha apresentado altas taxas de depressão, ansiedade e estresse, nossos resultados indicam que ser gay ou bissexual, ter baixa renda e ter sido diagnosticado mais recentemente com HIV foram preditores importantes de maior gravidade do sofrimento psicológico em PVHIV brasileiros.

Palavras-chave: HIV/AIDS, Sofrimento psicológico, Depressão, Ansiedade, Estresse.

1. INTRODUÇÃO

Quase 40 anos após o início da epidemia de HIV, o HIV/AIDS continua a ser um problema de grande importância para a saúde pública (BENZAKEN et al., 2019; Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS [UNAIDS], 2022). Em 2021, aproximadamente 38,4 milhões de pessoas viviam com HIV/AIDS, e cerca de 1,5 milhão de indivíduos foram diagnosticados em 2021 (UNAIDS, 2022). De 2007 a 2022, o Brasil documentou 434.803 infecções por HIV e a região sul tem uma taxa de prevalência de 9,9% e foi responsável por 16,9% dos novos casos (Brasil, 2023). O surto focalizado tem um impacto maior sobre as "populações-chave". Esse termo é usado pelas principais autoridades em saúde e HIV no mundo para se referir a grupos que têm maior probabilidade de serem infectados devido a barreiras no acesso à prevenção, ao diagnóstico e ao tratamento subsequente, como homens gays e outros homens que praticam atividades sexuais com pessoas do mesmo sexo (HSH), indivíduos transgêneros e profissionais do sexo (Organização Mundial da Saúde [OMS], 2024).

De uma perspectiva global, os HSH têm 26 vezes mais chances de serem infectados pelo HIV do que a população em geral (OMS, 2024). Apesar do fato de a incidência do HIV estar diminuindo globalmente, para as populações-chave ela continua a aumentar (OMS, 2024). Por exemplo, Leal et al. (2024) compararam os resultados de dois estudos epidemiológicos sobre o HIV no Brasil (2009 vs. 2016). Os autores descobriram que a prevalência do HIV entre HSH aumentou de 11,9% para 19,1%, e a diferença é ainda maior entre HSH de baixa renda. Vários avanços biomédicos, como a simplificação das estratégias de diagnóstico do HIV, medicamentos antirretrovirais altamente eficazes, com menos toxicidade e regimes de tratamento mais fáceis, permitiram que o HIV se tornasse uma doença crônica relativamente fácil de controlar na maioria dos casos. O progresso feito no tratamento do HIV/AIDS pode ser considerado um dos maiores sucessos na história da medicina moderna, pois a expectativa de vida das pessoas que vivem com HIV (PVHIV) agora é semelhante à da população em geral, e a adesão adequada ao tratamento antirretroviral, combinada com hábitos de vida saudáveis, permite uma boa qualidade de vida em termos de saúde física, sem grandes complicações médicas na grande maioria dos casos (May et al., 2014; Trickey et al., 2023).

Entretanto, apesar de todos os avanços biomédicos, vários estudos indicam que as PVHIV têm uma prevalência maior de sofrimento psicológico e outros problemas de saúde mental, especialmente devido aos efeitos do estigma relacionado ao HIV (Nakimuli-Mpungu et al., 2021). Estudos recentes descobriram que o estigma relacionado ao HIV está associado ao aumento dos sintomas depressivos e de ansiedade (Dave, 2024), bem como ao estresse crônico, condições que podem afetar o funcionamento adaptativo, a satisfação com a vida e a qualidade de vida (Lam et al., 2019). Diferentes revisões sistemáticas mostraram que o estigma relacionado ao HIV está relacionado a uma pior saúde mental, redução do uso de serviços de saúde e menor adesão a medicamentos antirretrovirais (Gesesew et al., 2017; Rueda et al., 2016; Sweeney; Vanable, 2016).

Os transtornos psicológicos são um fator de risco para as PVHIV por dificultarem a adesão à TARV, que está associada a um aumento nos níveis de carga viral e maior transmissibilidade (Nogueira et al., 2019). Os problemas de saúde mental, especialmente a depressão, são um dos principais fatores relacionados à adesão inadequada ao tratamento antirretroviral e ao abandono do tratamento. Isso impede que o principal objetivo do tratamento antirretroviral, que é atingir níveis indetectáveis de HIV no plasma sanguíneo do indivíduo e interromper a cadeia de transmissão do HIV, seja alcançado, uma vez que "indetectável = intransmissível" (Rodger et al., 2019). Além disso, alcançar e

manter uma carga viral indetectável diminui significativamente a gravidade da doença e da morte relacionadas ao HIV, o que está ligado a uma redução substancial na atividade contínua do sistema imunológico e na inflamação persistente, processos também associados a distúrbios lipídicos e doenças cardíacas, bem como ao envelhecimento prematuro (Hunt, 2012; Stein; Hsue, 2012). Assim, avaliar periodicamente os problemas de saúde mental entre as PVHIV e tratar os casos quando necessário é altamente relevante para atingir a meta do Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS (UNAIDS, 2024) de acabar com a epidemia de HIV/AIDS identificando 95% dos casos precocemente, garantindo a adesão adequada em 95% dos diagnosticados e atingindo uma carga viral indetectável em 95% dos que estão em tratamento.

Portanto, o controle da epidemia de HIV/AIDS pode ser alcançado por meio da compreensão dos principais obstáculos e fatores que ajudam ou dificultam a carga viral indetectável, um indicador essencial do progresso individual e comunitário no tratamento do HIV, que inclui o sofrimento psicológico entre as pessoas que vivem com o HIV. Embora estudos internacionais tenham mostrado que a prevalência de depressão entre PVHIV pode variar de 30 a 54% (Azhar et al., 2023; Barradas, 2025; Bernabe Jr et al., 2022; Den Boer et al., 2025; Nakimuli-Mpungu et al., 2021), há poucos estudos disponíveis sobre a extensão dos transtornos mentais entre PVHIV em nações menos desenvolvidas, como o Brasil.

Considerando a importância do diagnóstico e tratamento adequados do sofrimento psíquico para a qualidade de vida individual e maior adesão ao tratamento antirretroviral das PVHIV, principal estratégia para reduzir a incidência da infecção, o objetivo geral deste estudo foi avaliar a prevalência de sintomas de depressão, ansiedade e estresse (sofrimento psíquico) entre PVHIV em tratamento em uma unidade especializada em HIV/AIDS do sistema público de saúde brasileiro. Os objetivos específicos foram: (a) avaliar possíveis diferenças no sofrimento psicológico entre indivíduos heterossexuais e não heterossexuais; (b) avaliar possíveis diferenças no sofrimento psicológico entre homens e mulheres; e (c) avaliar associações entre variáveis sociodemográficas (renda, escolaridade, atividade sexual, estado civil e anos vivendo com HIV) e sofrimento psicológico. Nossa hipótese é que indicadores piores de sofrimento psicológico serão relatados por mulheres e minorias sexuais, e por indivíduos com renda mais baixa, níveis mais baixos de escolaridade e diagnósticos mais recentes.

2. MÉTODO

2.1. DESENHO E CONTEXTO DO ESTUDO

Este é um estudo quantitativo transversal realizado em um serviço público de saúde especializado em HIV/AIDS na cidade de Francisco Beltrão, no estado do Paraná, no sul do Brasil. Francisco Beltrão é uma cidade de médio porte com uma população de 96.666 habitantes, de acordo com o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. O Índice de Desenvolvimento Humano da cidade é de 0,774, considerado alto (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2025). Este estudo está associado à pesquisa longitudinal intitulada “Monitoramento de pessoas vivendo com HIV/AIDS na região sudoeste do Paraná”.

2.2. PARTICIPANTES E PROCEDIMENTOS

Todos os pacientes da unidade de saúde especializada no tratamento de HIV/AIDS com idade igual ou superior a 18 anos, de todos os gêneros e orientações sexuais, foram convidados a participar da pesquisa. Os critérios de exclusão estabeleceram que os participantes com condições físicas ou cognitivas que impossibilitassem a compreensão dos objetivos da pesquisa ou das perguntas do instrumento de avaliação psicológica utilizado seriam excluídos. No entanto, todos os indivíduos atenderam aos critérios de inclusão e nenhum caso foi excluído.

Os dados foram coletados entre 2019 e 2022 em uma instituição de saúde especializada em diagnóstico e tratamento de HIV/AIDS, em ambiente privado, entre as consultas. A coleta de dados foi realizada por uma equipe de estudantes de medicina e de pós-graduação de uma universidade pública brasileira, após treinamento conduzido pela última autora, que possui doutorado em Psicologia. Os instrumentos foram preenchidos manualmente pelos participantes. A participação na pesquisa durou aproximadamente 15 minutos

2.3. INSTRUMENTOS

Questionário sociodemográfico: foram coletadas informações sobre gênero, idade, estado civil, nível de escolaridade, orientação sexual e renda. O tempo desde o diagnóstico da infecção pelo HIV foi avaliado por meio de consulta aos registros médicos.

Escala de Depressão, Ansiedade e Estresse (DASS-21): Originalmente desenvolvida por Lovibond e Lovibond, 1995 e validada em uma versão de 21 itens para o português brasileiro por Vignola e Tucci (2013), é um instrumento que avalia sinais e sintomas de depressão, ansiedade e estresse com base no autorrelato do participante. O modelo tripartite serve como base teórica para o DAAS-21, identifica fatores distintos para cada condição, bem como um fator compartilhado para informar abordagens de tratamento personalizadas (Lovibond; Lovibond, 1996; Vignola; Tucci, 2014). Os 21 itens são divididos em três fatores (itens 3, 5, 10, 13, 16, 17, 21 para depressão; itens 2, 4, 7, 9, 15, 19, 20 para ansiedade; e itens 1, 6, 8, 11, 12, 14, 18 para estresse). A escala de resposta é uma escala likert de quatro pontos que varia de 0 (não se aplica de forma alguma) a 3 (se aplica muito ou na maior parte do tempo). A pontuação total do instrumento pode variar de 0 a 63 pontos, e cada domínio pode variar de 0 a 21 pontos. Quanto mais alta a pontuação, maior a frequência de sinais e sintomas de depressão, estresse e ansiedade. A prevalência estimada de sintomas clinicamente significativos de depressão, ansiedade e estresse foi baseada nos pontos de corte definidos para a escala DASS-21 (Vignola; Tucci, 2013), agrupando assim os participantes em: sintomas normais/mínimos e sintomas clinicamente significativos (moderados a muito graves). O coeficiente de consistência interna do instrumento neste estudo mostrou-se excelente ($\alpha = 0,94$).

2.4. ANÁLISE ESTATÍSTICA E CONSIDERAÇÕES ÉTICAS

Foram realizadas análises descritivas para caracterizar a amostra usando frequências absolutas e relativas para variáveis categóricas e medidas de tendência central (médias) e dispersão (desvios padrões) para variáveis contínuas. Para verificar a normalidade das pontuações dos sintomas de depressão, ansiedade e estresse, foi realizado o teste de Shapiro-Wilk. Ele apontou uma distribuição não normal para todas as variáveis. Portanto,

optamos por testes não paramétricos para fins de comparação entre os grupos. O teste Mann-Whitney foi usado para comparar as pontuações dos sintomas de depressão, ansiedade e estresse com base nas variáveis independentes de gênero (homens versus mulheres) e orientação sexual (heterossexuais versus não heterossexuais).

Além disso, os participantes foram agrupados em três categorias (homens heterossexuais, homens não heterossexuais e mulheres não heterossexuais), e as comparações entre os grupos foram realizadas usando o teste de Mann-Whitney para identificar diferenças nos escores das variáveis psicológicas. Foram realizadas correlações de Spearman para examinar as relações entre depressão, ansiedade, sintomas de estresse e variáveis sociodemográficas. Além disso, foram realizadas regressões lineares para avaliar se a orientação sexual, o gênero e outras variáveis sociodemográficas previam os sintomas de depressão, estresse e ansiedade.

O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, sob o número 3.611.523, em 1º de outubro de 2019. Todos os participantes da pesquisa consentiram em participar de acordo com a legislação brasileira e os princípios de Helsinque.

3. RESULTADOS

A amostra foi composta por 91 pessoas vivendo com HIV, com idade média de 46,82 anos (DP = 14,24, variação = 21-80). A maioria dos participantes (55,7%) concluiu pelo menos o ensino médio, (67,1%) ganhava mais de um salário mínimo e (78,8%) era sexualmente ativa. A amostra era principalmente heterossexual (72,7%) e masculina (59,8%), sendo que 56,4% eram solteiros. O tempo desde o diagnóstico de HIV foi uniformemente disperso entre a amostra, com (49,3%) dos indivíduos diagnosticados com HIV há até nove anos e (50,7%) diagnosticados com HIV há dez anos ou mais.

As estatísticas descritivas apresentadas na Tabela 1 mostram a faixa de pontuações dos sintomas de depressão, ansiedade e estresse, refletindo uma variação significativa entre os participantes. As médias mais altas entre os três resultados medidos foram para o estresse, indicando que, nessa amostra, os sintomas de estresse foram mais fortemente representados em comparação com os sintomas de depressão e ansiedade. Os desvios-padrão revelam uma ampla variação de escores entre os participantes, indicando que essas condições psicológicas variam muito conforme relatadas pelos indivíduos. Além disso, os intervalos de confiança de 95% fornecem uma aproximação precisa da variação esperada na população porque os limites superior e inferior foram relativamente amplos, apresentando uma grande variabilidade na gravidade dos sintomas.

Tabela 1. Resumo dos escores de sintomas de depressão, ansiedade e estresse

	Pontuação Possível	Média	DP	Min	Max	IC 95%
Depressão	0-21	4.98	5.63	0	21	3.80-6.15
Ansiedade	0-21	5.67	5.55	0	20	4.51-6.83
Estress	0-21	7.60	6.25	0	21	6.30-8.91

De acordo com a gravidade, os dados apontam para um nível substancial de sofrimento psicológico entre uma parte significativa da amostra, já que os sintomas de ansiedade foram os que apresentaram mais casos moderados a muito graves. Os sintomas de depressão também são os menos prevalentes entre as três condições, mas quase um terço dos participantes apresenta sintomas na faixa de moderados a muito graves; os sintomas de estresse foram considerados muito comuns, afetando mais de um terço dos entrevistados.

Para analisar a existência de diferenças nas pontuações dos sintomas de depressão, ansiedade e estresse em relação ao gênero e à orientação sexual, foi realizado um teste de Mann-Whitney (Tabela 2). Os resultados não indicam diferenças significativas nos sintomas de depressão, ansiedade ou estresse entre homens e mulheres. No entanto, foram observadas diferenças nas pontuações dos sintomas de depressão e estresse entre indivíduos heterossexuais e não heterossexuais, com os participantes não heterossexuais apresentando classificações mais altas. Não foram encontradas diferenças significativas nos sintomas de ansiedade entre os grupos de orientação sexual. Essas descobertas destacam disparidades nos indicadores de saúde mental entre indivíduos não heterossexuais, principalmente nos sintomas de depressão e estresse.

Tabela 2. *Comparação das pontuações medianas dos sintomas de depressão, ansiedade e estresse por gênero e orientação sexual (n=91).*

	Gênero				Orientação Sexual			
Variáveis	Homem	Mulher	U	p-valor	HT	Não-HT	U	p-valor
Depressão	43.75	44.37	923.000	0.90	35.45	48.48	787.000	**0.02**
Ansiedade	42.60	46.09	983.000	0.52	38.54	40.21	613.500	0.76
Estresse	43.06	45.40	959.000	0.67	35.03	49.60	810.500	**0.01**

Nota: U=Mann-Whitney; HT=heterossexual; Noão-HT=gay e bissexual

Numéro de Participantes: Homem= 52; Mulher=35; Heterossexual=56; não-heterosexual=21.

Além disso, foram criados quatro grupos de participantes para verificar se havia diferenças nas pontuações dos sintomas de depressão, ansiedade e estresse (mulher heterossexual, mulher não heterossexual, homem heterossexual e mulher heterossexual). O grupo “mulher não heterossexual” não foi considerado porque havia apenas um participante que se identificou como mulher e não heterossexual na amostra, o que impossibilitou a análise. Os resultados podem ser encontrados na Tabela 3.

Table 3. *Comparison of Mean Rank of Depression, Anxiety, and Stress Symptoms Across Gender and Sexual Orientation Groups (n=91)*

Variável	Mulher Heterossexual (n=31)	Homem Heterossexual (n=25)	Homem Não-Heterossexual (n=20)	Mann-Whitney	p-valor
Depressão	19.59	23.27	30.92	177.500	**0.060**
Ansiedade	22.06	26.59	30.52	226.500	0.589
Estress	18.56	24.05	31.83	153.000	**0.017**

As comparações de Mann-Whitney revelaram que os homens não heterossexuais apresentaram sintomas de estresse e depressão significativamente maiores do que os homens heterossexuais e as mulheres heterossexuais. Também foi observada uma tendência para os sintomas de depressão entre homens heterossexuais e não heterossexuais, mas ela não alcançou significância estatística. Não foram encontradas diferenças significativas nos sintomas de depressão, ansiedade ou estresse entre mulheres heterossexuais e outros grupos.

Para verificar possíveis associações entre os sintomas de depressão, ansiedade e estresse e as informações sociodemográficas, foi realizada uma correlação de Spearman. A maioria das variáveis sociodemográficas não apresentou correlação significativa com depressão, ansiedade ou estresse. No entanto, a orientação sexual apresentou correlação com sintomas de depressão (0,26; p=0,01) e sintomas de estresse (0,29; p=,01). Enquanto isso, a renda apresenta uma correlação significativa e negativa com sintomas de estresse (-0,24; p=0,03) e sintomas de ansiedade (-0,27; p=0,01). Essas relações foram exploradas por meio de uma regressão linear (Tabela 4).

Tabela 4. Resultados da regressão linear que preveem sintomas de depressão, ansiedade e estresse com base na orientação sexual e na renda (n=91)

Variável Dependente	Previsor	Coeficiente B	Erro Padrão	Beta (β)	t	Valor de p R^2 Ajustado
Depressão	Orientação Sexual	3.798	1.377	0.303	2.757	0.007 0.080
Ansiedade	Renda	-2.965	1.203	-0.275	-2.464	0.016 0.063
Estresse	Orientação Sexual	4.029	1.605	0.283	2.511	0.014 0.091
Estresse	Renda	-3.215	1.540	-0.235	-2.088	0.040 0.091

Os resultados das análises de regressão indicaram que a orientação sexual representou um preditor significativo para os níveis de sintomas de depressão. Dessa forma, ela foi responsável por 8,0% da variabilidade ajustada: Determinadas orientações sexuais foram associadas a sintomas de depressão mais elevados. Da mesma forma, a renda mostrou-se um preditor significativo para os níveis de sintomas de ansiedade, explicando 6,3% da variabilidade ajustada; os indivíduos de renda mais alta pareciam apresentar menos sintomas dessa condição. Nesse modelo, tanto a orientação sexual quanto a renda foram

incluídas simultaneamente como preditores de sintomas de estresse; isso explicou 9,1% da variabilidade ajustada.

4. DISCUSSÃO

Este estudo teve como objetivo investigar a prevalência de sintomas de depressão, ansiedade e estresse em PVHIV. Em geral, os participantes apresentaram uma alta prevalência de sintomas de estresse psicológico. Ao analisar as pontuações médias, as pontuações de estresse foram mais altas em comparação com os sintomas de depressão e ansiedade. Entretanto, ao analisar a gravidade dos sintomas, a ansiedade se tornou mais prevalente, com 46,2% da amostra apresentando sintomas moderados a graves. Em nossa amostra, não houve diferenças significativas entre homens e mulheres, enquanto os indivíduos não heterossexuais apresentaram maior prevalência de sintomas em comparação com os heterossexuais. Quando a amostra é dividida por gênero e orientação sexual, os homens gays e bissexuais continuam a apresentar as pontuações mais altas. Também foram encontradas correlações positivas entre orientação sexual e sintomas de estresse e sintomas de depressão, e correlações negativas entre renda e sintomas de depressão e ansiedade. Entre os participantes avaliados, a orientação sexual explicou 8,0% dos sintomas de depressão, a renda explicou 6,3% dos sintomas de ansiedade e a orientação sexual e a renda juntas explicaram 9,1% dos sintomas de estresse.

4.1. PREVALÊNCIA E GRAVIDADE DO SOFRIMENTO PSICOLÓGICO EM PVHIV

Pesquisas demonstraram que as PVHIV têm maior probabilidade de sofrer de distúrbios de saúde mental do que a população em geral. A pesquisa atual mostrou uma prevalência de 29,35% de depressão entre PVHIV, com sintomas que variam de moderados a graves. Um estudo brasileiro estimou uma prevalência de depressão de 10,2% na população nacional, e a região sul apresentou a maior prevalência, com 15,2% (Brito *et al*., 2022). De acordo com os dados disponíveis, a incidência de depressão é maior entre os pacientes com HIV do que na população em geral. Resultados semelhantes foram observados com o uso de várias ferramentas de avaliação, e ambas mostraram uma alta incidência de sintomas graves de depressão em pessoas diagnosticadas com HIV. Um estudo de 2019 com 100 indivíduos no nordeste do Brasil descobriu que 42% das pessoas com PVHIV apresentavam depressão e 19% dos participantes infectados pelo HIV exibiam ansiedade moderada a grave, conforme medido pelas escalas de Depressão de Hamilton e Ansiedade de Beck (Silva *et al*., 2021).

Encontramos uma prevalência mais alta de ansiedade em comparação com estresse e depressão, demonstrando resultados semelhantes - especialmente com relação à ansiedade - aos relatados em um estudo africano usando a escala DASS-21, que demonstrou uma prevalência de 40,8% de ansiedade, 10,6% de estresse e 28,6% de depressão em PVHIV (Agyemang *et al*., 2022). Esses estudos, entretanto, têm resultados diferentes e sugerem uma prevalência maior de depressão em comparação com a ansiedade entre as PVHIV. Uma revisão sistemática da África Subsaariana revelou resultados mistos para a prevalência de sintomas entre PVHIV, com taxas de 4,4% para sintomas depressivos e 52,6%, e taxas de 2,2% a 25,0% para sintomas de ansiedade (Too *et al*., 2021).

Além disso, um estudo de Pinho *et al.* (2022) constatou que, em Fortaleza, Ceará, 29,2% dos pacientes com HIV apresentaram depressão e 14% transtorno de ansiedade

generalizada. Um estudo chinês encontrou uma prevalência de depressão de mais de 60% e de ansiedade em mais de 40% dos pacientes com HIV na população chinesa entre 1998 e 2014 (Niu et al., 2016), e um estudo filipino encontrou uma prevalência de 51,7% e 41,4% de depressão e ansiedade, respectivamente (Bernabe Jr *et al.*, 2022). Essas discrepâncias podem estar relacionadas a diferenças populacionais e ao tipo de instrumento aplicado, exigindo mais estudos padronizados para uma melhor comparação.

As pesquisas sobre a frequência do estresse entre pessoas que vivem com HIV são limitadas. Um estudo da Malásia monitorou retrospectivamente 329 pacientes com HIV que estavam em tratamento com ART, empregando o DASS-21 para avaliar sua saúde mental. A pesquisa mostrou que 22% das pessoas apresentam sintomas significativos de depressão, ansiedade e estresse (Meng Li *et al.*, 2020). A pesquisa descobriu que 37,89% dos indivíduos apresentavam sintomas moderados a graves de estresse. Não é possível confirmar se há uma incidência maior em comparação com o estudo da Malásia, pois ele tratou os três fatores como entidades singulares, deixando de distinguir os sintomas de depressão dos de ansiedade. Agyemang *et al*. (2022) relataram uma prevalência de 10,6% de estresse em uma amostra de 395 pacientes, demonstrando resultados inferiores aos do presente estudo.

4.2. O PAPEL DO GÊNERO E DA ORIENTAÇÃO SEXUAL NA SAÚDE MENTAL DE PVHIV

Ao contrário da nossa hipótese, não houve diferenças significativas entre homens e mulheres em termos de sintomas de depressão, ansiedade e estresse. Embora o estudo de Garriga et al (2020) tenha constatado que as mulheres vivendo com HIV apresentavam maior sofrimento psicológico, os próprios autores ressaltam que as condições sociais em que essas pessoas vivem devem ser levadas em conta, pois os desafios psicológicos podem ser semelhantes dependendo das condições. Ao considerar o contexto do indivíduo, a literatura mostra que homens e mulheres têm padrões diferentes (Zungu et al., 2023; Moges et al., 2021), enquanto para os homens o desemprego e o consumo de álcool estão associados ao sofrimento psicológico, para as mulheres o apoio social e as múltiplas responsabilidades têm um impacto maior (Garriga et al., 2020; Fumaz et al., 2019). Outro fator a ser considerado é que o estigma relacionado ao HIV pode contribuir para a exacerbação do sofrimento psicológico, o que pode criar barreiras para o acesso ao tratamento adequado e ao apoio psicológico (Brandelli Costa et al., 2024). O fato de nossa amostra consistir de pessoas que estavam em tratamento e tinham acesso a cuidados de saúde adequados atenuou quaisquer diferenças que pudessem ter surgido.

Deve-se considerar também que as normas de gênero podem impedir que os homens relatem sofrimento psicológico (Mommersteeg et al., 2023). Assim, pode haver um viés nas respostas dos homens em relação à depressão, ansiedade e estresse, em termos de sub-representação. Em resumo, embora o teste de diferenças não tenha sido significativo, homens e mulheres sofrem sofrimento psicológico de maneiras diferentes, pois cada indivíduo é afetado de forma diferente por fatores contextuais.

Em termos de orientação sexual, nossa hipótese foi confirmada ao mostrar que, nessa amostra, os homens gays ou bissexuais com HIV apresentariam níveis mais altos de sofrimento psicológico do que os homens e mulheres heterossexuais, e isso demonstrou prever sintomas de depressão e estresse. Esse achado corrobora os estudos na literatura recente de que as minorias sexuais que vivem com HIV são mais vulneráveis ao sofrimento psicológico devido à marginalização social, à discriminação e ao estigma (Alckmin-Carvalho et al., 2024; Krueger et al., 2020; Berlin et al., 2024). O estigma relacionado ao

HIV tem um grande impacto na saúde mental das pessoas que vivem com HIV, contribuindo para níveis mais altos de depressão, ansiedade e sofrimento psicológico (Alckmin-Carvalho et al., 2024), mesmo entre aqueles que aderem ao tratamento (Akyrem et al., 2024). Essa relação pode ser explicada pela Teoria do Estresse das Minorias de Meyer (2003), que sugere que a exposição constante das minorias à discriminação cria um estado de estresse crônico que aumenta sua vulnerabilidade à depressão e à ansiedade.

4.3. RENDA COMO PREDITOR DE SOFRIMENTO PSICOLÓGICO EM PVHIV

A relação entre renda e sofrimento psicológico entre PVHIV foi examinada em vários estudos. No presente estudo, constatou-se que a renda era um indicador de sintomas de ansiedade e estresse, confirmando estudos como o de Huang et al. (2020), que constataram que a renda estava associada a maior sofrimento psicológico, independentemente do apoio social ou do tempo decorrido desde o diagnóstico de HIV.

Existem poucas pesquisas que relacionam diretamente os sintomas de transtornos de saúde mental com os níveis de renda. A pesquisa de Pinho *et al*. (2022) revelou uma correlação significativa entre rendimentos de até dois salários mínimos e um risco maior de depressão, com um valor de p de 0,034. Pesquisas anteriores também identificaram fatores comparáveis. Uma análise abrangente revelou uma ligação entre o status socioeconômico elevado e uma probabilidade menor de apresentar sintomas depressivos entre jovens que vivem com HIV (Too *et al*., 2021).

Os resultados deste estudo confirmam essas evidências, sugerindo que o impacto da renda na saúde mental não pode ser negligenciado no atendimento a PVHIV. O apoio econômico, a empregabilidade no trabalho e o acesso a intervenções de cuidados de saúde mental podem ser determinantes para a redução dos níveis de estresse e ansiedade nessa população. Além disso, políticas públicas que ofereçam maior proteção social às PVHIV em momentos de vulnerabilidade também podem se mostrar um elemento determinante para garantir o bem-estar e a saúde mental desses indivíduos.

4.4. LIMITAÇÕES E DIREÇÕES FUTURAS

Embora acreditemos que tenhamos atingido nossos objetivos, devemos reconhecer as limitações deste estudo. Nosso estudo tem um desenho transversal, o que impede o estabelecimento de relações causais entre gênero, orientação sexual e outras variáveis sociodemográficas e sofrimento psicológico entre PVHIV. Nossa amostra é relativamente pequena, o que acarreta o risco de não detectar diferenças entre grupos ou associações entre as variáveis analisadas, mesmo que elas existam. Nossos participantes foram selecionados com base em critérios de conveniência em uma unidade do sistema público de saúde brasileiro especializada no atendimento de PVHIV, o que implica uma fragilidade de validade externa. Portanto, as generalizações devem ser feitas com cautela. Além disso, usamos um instrumento de autorrelato para avaliar sintomas de depressão, ansiedade e estresse, o que pode ter implicado um risco de subestimação, dependendo da capacidade de autorrelato dos participantes.

Recomendamos a realização de estudos de replicação com amostras maiores e mais representativas. Pesquisas longitudinais serão essenciais para elucidar melhor a relação entre gênero, orientação sexual e outros fatores sociodemográficos e problemas de saúde

mental entre PVHIV. Além disso, sugerimos a realização de pesquisas para avaliar possíveis associações entre depressão, ansiedade e estresse, estigma relacionado ao HIV, adesão ao tratamento antirretroviral e níveis de carga viral entre PVHIV no Brasil. Além disso, propomos a realização de estudos qualitativos para explorar os fatores individuais e sociais que influenciam os problemas de saúde mental entre as pessoas que vivem com HIV no Brasil a partir de suas próprias perspectivas, o que poderia fornecer informações valiosas para o desenvolvimento de intervenções preventivas e terapêuticas.

5. CONCLUSÕES

Nossos resultados mostraram uma alta incidência de sintomas de depressão, ansiedade e estresse entre as pessoas brasileiras vivendo com HIV/AIDS que foram avaliadas. Não foram encontradas diferenças significativas no sofrimento psicológico entre homens e mulheres. Nossa pesquisa sugere que, embora o grupo maior tenha apresentado sintomas significativos de depressão, ansiedade e estresse, subgrupos como homens homossexuais ou bissexuais, aqueles com renda mais baixa e aqueles com diagnósticos mais recentes de HIV apresentaram problemas de saúde mental ainda mais graves, destacando a importância de estratégias de cuidados intensivos e direcionados, adaptados a esses grupos específicos. A identificação e o tratamento precoces de problemas de saúde mental em pessoas que vivem com HIV são fundamentais para melhorar a adesão ao tratamento do HIV e promover estilos de vida saudáveis, resultando em benefícios pessoais e comunitários. Nossa pesquisa ressalta a importância da triagem rotineira da saúde mental nos sistemas de saúde voltados para o atendimento de HIV/AIDS, principalmente para minorias sexuais, pessoas recém-diagnosticadas e pessoas de baixa renda.

REFERÊNCIAS

[1] AGYEMANG, S. et al. Prevalence and associations of depression, anxiety, and stress among people living with HIV: a hospital-based analytical cross-sectional study. *Health Science Reports*, v. 5, n. 5, e754, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.1002/hsr2.754. Acesso em: 2025.

[2] AKYIREM, S. et al. HIV symptom clusters among sexual minority men in Ghana, West Africa: a cross-sectional study. *The Journal of the Association of Nurses in AIDS Care*, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.1097/jnc.0000000000000497. Acesso em: 2025.

[3] ALCKMIN-CARVALHO, F.; COSTA, Â. B.; CHIAPETTI, N.; NICHIATA, L. Y. I. Percepção de sorofobia entre homens gays que vivem com HIV. *Revista Portuguesa de Investigação Comportamental e Social*, v. 9, n. 2, p. 1-16, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.31211/rpics.2023.9.2.305. Acesso em: 2025.

[4] ALCKMIN-CARVALHO, F.; PEREIRA, H.; NICHIATA, L. "It's a lot of closets to come out of in this life": experiences of Brazilian gay men living with human immunodeficiency virus at the time of diagnosis and its biopsychosocial impacts. *European Journal of Investigation in Health, Psychology and Education*, v. 14, n. 4, p. 1068-1085, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.3390/ejihpe14040070. Acesso em: 2025.

[5] ALCKMIN-CARVALHO, F.; PEREIRA, H.; OLIVEIRA, A.; NICHIATA, L. Associations between stigma, depression, and adherence to antiretroviral therapy in Brazilian men who have sex with men living with HIV. *European Journal of Investigation in Health, Psychology and Education*, v. 14, n. 6, p. 1489-1500, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.3390/ejihpe14060098. Acesso em: 2025.

[6] ARSENIOU, S.; ARVANITI, A.; SAMAKOURI, M. HIV infection and depression: HIV infection and depression. *Psychiatry and Clinical Neurosciences*, v. 68, n. 2, p. 96–109, 2014. Disponível em: https://doi.org/10.1111/pcn.12097. Acesso em: 2025.

[7] AZHAR, S. et al. Associations between HIV stigma, gender, and depression among people living with HIV in Hyderabad, India. *Journal of Community Psychology*, v. 51, n. 3, p. 1060–1077, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.1002/jcop.22934. Acesso em: 2025.

[8] BARRADAS, S. Associations between felt stigma, social support, and anxiety and depression symptoms in adults living with HIV. *Trends in Psychology*, 2025. Disponível em: https://doi.org/10.1007/s43076-025-00437-z. Acesso em: 2025.

[9] BENZAKEN, A. S. et al. Antiretroviral treatment, government policy and economy of HIV/AIDS in Brazil: is it time for HIV cure in the country? *AIDS Research and Therapy*, v. 16, n. 1, p. 19, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.1186/s12981-019-0234-2. Acesso em: 2025.

[10] BERLIN, G. et al. Minority stress, psychological distress, sexual compulsivity, and avoidance-based motivations associated with methamphetamine use among sexual minority men living with HIV. *Substance Use & Misuse*, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.1080/10826084.2024.2369159. Acesso em: 2025.

[11] BERNABE JR, R. C.; REGENCIA, Z. J. G.; BAJA, E. S. Prevalence of and factors associated with depressive and anxiety symptoms among people living with HIV infection in Davao City, Philippines. *Southeast Asian Journal of Tropical Medicine and Public Health*, v. 53, n. 2, p. 123–141, 2022.

[12] BRANDELLI COSTA, A. et al. General and healthcare-related HIV stigma among cisgender Brazilian women: the role of socioeconomic vulnerability. *HIV Research & Clinical Practice*, v. 25, n. 1, 2361179, 2024.

[13] BRASIL. Ministério da Saúde; Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente. Departamento de HIV, Aids, Tuberculose, Hepatites Virais e Infecções Sexualmente Transmissíveis. Boletim Epidemiológico. 2023. Disponível em: https://www.gov.br/aids/pt-br/central-de-conteudo/boletins-epidemiologicos/2023/hiv-aids/boletim-epidemiologico-hiv-e-aids-2023.pdf/view. Acesso em: 2025.

[14] BRASIL. Protocolo clínico e diretrizes terapêuticas para manejo da infecção pelo HIV em adultos. 2018. Disponível em: http://vigilancia.saude.mg.gov.br/index.php/download/protocolo-clinico-e-diretrizes-terapeuticas-para-manejo-da-infeccao-pelo-hiv-em-adultos/?wpdmdl=6969. Acesso em: 2025.

[15] BRITO, V. C. de A. et al. Prevalence of self-reported depression in Brazil: National Health Survey 2019 and 2013. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, v. 31, e2021384, 2022.

[16] DAVE, P. The correlation between stigma and mental health disorders in people living with HIV/AIDS. *Journal of Drug Delivery and Therapeutics*, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.22270/jddt.v14i3.6490. Acesso em: 2025.

[17] DEN BOER, L. X. Y. et al. The association of HIV status and depressive symptoms in the Ndlovu Cohort study. *Scientific Reports*, v. 15, n. 1, p. 4539, 2025. Disponível em: https://doi.org/10.1038/s41598-025-85830-5. Acesso em: 2025.

[18] FILIATREAU, L. M. et al. Prevalence of stressful life events and associations with symptoms of depression, anxiety, and post-traumatic stress disorder among people entering care for HIV in Cameroon. *Journal of Affective Disorders*, v. 308, p. 421–431, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.1016/j.jad.2022.04.061. Acesso em: 2025.

[19] FUMAZ, C. et al. Health-related quality of life of people living with HIV infection in Spain: a gender perspective. *AIDS Care*, v. 31, n. 12, p. 1509-1517, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.1080/09540121.2019.1597959. Acesso em: 2025.

[20] GARRIGA, C. et al. Psychological distress in women and men living with HIV in Spain: a cross-sectional telephone survey. *Evidence-Based Mental Health*, v. 23, n. 2, p. 91-99, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1136/ebmental-2019-300138. Acesso em: 2025.

[21] HUANG, Y. et al. HIV-related stress experienced by newly diagnosed people living with HIV in China: a 1-year longitudinal study. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, v. 17, n. 8, p. 2681, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.3390/ijerph17082681. Acesso em: 2025.

[22] HUNT, P. W. HIV and inflammation: mechanisms and consequences. *Current HIV/AIDS Reports*, v. 9, n. 2, p. 139–147, 2012. Disponível em: https://doi.org/10.1007/s11904-012-0118-8. Acesso em: 2025.

[23] INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cidades e Estados: Francisco Beltrão. 2025. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pr/francisco-beltrao.html. Acesso em: 2025.

[24] JOINT UNITED NATIONS PROGRAMME ON HIV/AIDS. Fact Sheet 2022: estatísticas globais do HIV. 2022. Disponível em: https://unaids.org.br/wp-content/uploads/2022/07/2022_07_27_Factsheet_PT.pdf. Acesso em: 2025.

[25] JOINT UNITED NATIONS PROGRAMME ON HIV/AIDS. The path that ends AIDS: 2023 UNAIDS Global Aids Update. 2023. Disponível em: https://www.unaids.org/en/resources/documents/2023/global-aids-update-2023. Acesso em: 2025.

[26] KRUEGER, E. A. et al. Psychological distress, felt stigma, and HIV prevention in a national probability sample of sexual minority men. *LGBT Health*, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1089/lgbt.2019.0280. Acesso em: 2025.

[27] LAM, A. A. et al. HIV-related stigma affects cognition in older men living with HIV. *JAIDS Journal of Acquired Immune Deficiency Syndromes*, v. 80, p. 198–204, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.1097/QAI.0000000000001898. Acesso em: 2025.

[28] LEAL, M. et al. Increasing HIV prevalence rate among men who have sex with men: results of a comparison of two national surveys. *AIDS (London, England)*, v. 38, p. 1799-1801, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.1097/QAD.0000000000003934. Acesso em: 2025.

[29] LOVIBOND, S. H.; LOVIBOND, P. F. *Manual for the depression anxiety stress scales*. Psychology Foundation of Australia, 1996.

[30] MARTINS, R. S. et al. Eventos marcadores associados à adesão ao tratamento para HIV/aids em um estudo de coorte. *Revista de Saúde Pública*, v. 57, n. 1, p. 20, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.11606/s1518-8787.2023057004219. Acesso em: 2025.

[31] MAY, M. T. et al. Impact on life expectancy of HIV-1 positive individuals of CD4+ cell count and viral load response to antiretroviral therapy. *AIDS*, v. 28, n. 8, p. 1193–1202, 2014. Disponível em: https://doi.org/10.1097/QAD.0000000000000243. Acesso em: 2025.

[32] MENG LI, C. et al. A retrospective analysis of the care cascades for non-communicable disease and mental health among people living with HIV at a tertiary-care centre in Malaysia: opportunities to identify gaps and optimize care. *Journal of the International AIDS Society*, v. 23, n. 11, e25638, 2020.

[33] MEYER, I. H. Prejudice, social stress, and mental health in lesbian, gay, and bisexual populations: conceptual issues and research evidence. *Psychological Bulletin*, v. 129, n. 5, p. 674–697, 2003. Disponível em: https://doi.org/10.1037/0033-2909.129.5.674. Acesso em: 2025.

[34] MOGES, N. A. et al. Psychological distress among newly diagnosed people living with HIV in Ethiopia. *Infectious Diseases*, v. 14, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1177/1178633721994598. Acesso em: 2025.

[35] MOMMERSTEEG, P. et al. Gender roles and norms associated with psychological distress in women and men. *Journal of Health Psychology*, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.1177/13591053231207294. Acesso em: 2025.

[36] NAKIMULI-MPUNGU, E. et al. Mental health interventions for persons living with HIV in low- and middle-income countries: a systematic review. *Journal of the International AIDS Society*, v. 24, supl. 2, e25722, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1002/jia2.25722. Acesso em: 2025.

[37] NIU, L. et al. The mental health of people living with HIV in China, 1998–2014: a systematic review. *PloS One*, v. 11, n. 4, e0153489, 2016.

[38] NOGUEIRA, L. F. R. et al. Common mental disorders are associated with higher viral load in people living with HIV. *Saúde Em Debate*, v. 43, p. 464–476, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0103-1104201912114. Acesso em: 2025.

[39] PINHO, C. S. N. et al. Prevalence and factors associated with depression in people living with HIV/AIDS in a Brazilian metropolitan region. *AIDS Care*, v. 34, n. 12, p. 1580–1585, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.1080/09540121.2022.2100866. Acesso em: 2025.

[40] RODGER, A. J. et al. Risk of HIV transmission through condomless sex in serodifferent gay couples with the HIV-positive partner taking suppressive antiretroviral therapy (PARTNER): final results of a multicentre, prospective, observational study. *The Lancet*, v. 393, n. 10189, p. 2428–2438, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.1016/S0140-6736(19)30418-0. Acesso em: 2025.

[41] SAFREN, S. A. et al. Treating depression and improving adherence in HIV care with task-shared cognitive behavioural therapy in Khayelitsha, South Africa: a randomized controlled trial. *Journal of the International AIDS Society*, v. 24, n. 10, e25823, 2021.

[42] SILVA, I. B. D. N. et al. Depressão e ansiedade de pessoas vivendo com HIV. *Revista Contexto &*

Saúde, v. 21, n. 44, p. 322–331, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.21527/2176-7114.2021.44.9528. Acesso em: 2025.

[43] STEIN, J. H.; HSUE, P. Y. Inflammation, immune activation, and CVD risk in individuals with HIV infection. *JAMA*, v. 308, n. 4, p. 405, 2012. Disponível em: https://doi.org/10.1001/jama.2012.8488. Acesso em: 2025.

[44] TOO, E. K. et al. Prevalence and factors associated with common mental disorders in young people living with HIV in sub-Saharan Africa: a systematic review. *Journal of the International AIDS Society*, v. 24, e25705, 2021.

[45] TRICKEY, A. et al. Life expectancy after 2015 of adults with HIV on long-term antiretroviral therapy in Europe and North America: a collaborative analysis of cohort studies. *The Lancet HIV*, v. 10, n. 5, p. e295–e307, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.1016/S2352-3018(23)00028-0. Acesso em: 2025.

[46] VIGNOLA, R. C. B.; TUCCI, A. M. Adaptation and validation of the depression, anxiety and stress scale (DASS) to Brazilian Portuguese. *Journal of Affective Disorders*, v. 155, p. 104–109, 2014. Disponível em: https://doi.org/10.1016/j.jad.2013.10.031. Acesso em: 2025.

[47] WORLD HEALTH ORGANIZATION. HIV/AIDS - 2024. 2024. Disponível em: https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/hiv-aids. Acesso em: 2025.

[48] ZUNGU, N. et al. Determinants of gender disparities in psychological distress among youth and adults in South Africa. *medRxiv*, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.1101/2023.08.11.23293980. Acesso em: 2025.

Capítulo 3

Estigma racial e sexual: um estudo sobre ansiedade, depressão e homonegatividade em homens gays no Brasil

Iara do Nascimento Teixeira
Felipe Alckmin-Carvalho
Guilherme Welter Wendt
Antônio de Pádua Jesue Oliveira
Henrique Pereira

Resumo: A homonegatividade está associada a vários resultados adversos na saúde física e mental de homens gays. Entretanto, a interseção entre homonegatividade e racismo ainda é pouco estudada no Brasil. O objetivo deste estudo foi avaliar, em uma amostra de homens gays brasileiros cisgêneros, as associações entre cor da pele, homonegatividade, sofrimento psicológico e variáveis socioeconômicas. Foram avaliados 229 homens gays brasileiros, 151 (66%) brancos e 78 (34%) negros ou pardos. Os participantes preencheram a Escala de Homofobia Internalizada, o Inventário de Depressão Beck-II e o Inventário de Ansiedade Traço-Estado. Na amostra geral, foram encontrados altos níveis de homonegatividade, sintomas de depressão e ansiedade traço e estado, principalmente entre indivíduos jovens e de baixa renda. Os participantes negros e pardos relataram níveis significativamente mais altos de ansiedade-traço e ansiedade-estado, mas não de depressão ou homonegatividade. A cor da pele preta e marrom foi um preditor de ansiedade traço e estado, mas não de homonegatividade ou depressão. Os altos níveis de sofrimento psicológico e homonegatividade encontrados na amostra geral indicam a importância de desenvolver intervenções preventivas, psicoeducativas e terapêuticas para homens gays brasileiros, independentemente da cor da pele. Também sugerem a relevância de personalizar essas intervenções para atender às especificidades dos homens gays brasileiros negros/pardos, uma população duplamente exposta ao peso do estigma, considerando as especificidades da interseção entre o estigma racial e sexual na realidade sociocultural brasileira.

Palavras-chave: homossexualidade masculina, homonegatividade, estigma, depressão, estigma sexual, racismo, LGBTQIA+, saúde mental.

1. INTRODUÇÃO

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1,8 milhão de brasileiros se identificam como homens gays cisgêneros (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2022). Embora o Brasil tenha uma das maiores populações de pessoas LGBTQIA+ do mundo, e vários avanços tenham sido feitos nas últimas décadas com relação aos direitos dessa população, ainda há desafios significativos (Silva; Oliveira; Carvalho, 2020). Em 2024, por exemplo, 225 pessoas LGBTQIA+ foram eleitas durante as eleições municipais (Medina, 2024), demonstrando progresso no campo da representação política no Brasil. Entretanto, o preconceito persiste de forma significativa, conforme evidenciado em diversos contextos sociais e políticos (Sowe; Brown; Taylor, 2014).

O Brasil é predominantemente cristão, e seus valores sociais têm sido historicamente influenciados por discursos religiosos que retratam a homossexualidade como pecaminosa ou moralmente desviante (Alckmin-Carvalho et al., 2024; Cury et al., 2013). Mais recentemente, os discursos de indivíduos que ocupam uma posição de poder na política brasileira, Jair Messias Bolsonaro, começaram a incentivar e legitimar a violência contra pessoas LGBTQIA+. Em 2018, em um discurso no estado nordestino da Paraíba, o então deputado federal declarou publicamente: "As minorias devem se curvar, ou serão esmagadas" (El País, 2018), referindo-se às minorias étnicas e sexuais. Em 2019, o deputado foi eleito democraticamente como ex-presidente do Brasil e continuou a expressar opiniões homonegativas fundamentadas em ideologia religiosa que busca deslegitimar as lutas das minorias sexuais (Moeller, 2020), promovendo e incentivando a homonegatividade entre os brasileiros. Estudos indicam que houve um aumento da violência contra as minorias sexuais no Brasil desde 2019, com quase 34.000 denúncias de violações dos direitos das pessoas LGBTQIA+ registradas somente no primeiro semestre de 2024. Dessas, 12.000 foram denúncias específicas de violações de direitos envolvendo homens gays (Dornelas; Nunes, 2024), destacando a gravidade e a escala dos desafios enfrentados por essa população no Brasil.

Além das questões relacionadas ao preconceito de orientação sexual, o Brasil é um país racialmente diverso, composto principalmente por pardos (45,3%), brancos (43,5%), negros (10,2%), indígenas (0,8%) e amarelos (0,4%) (Belandi; Gomes, 2023). Assim, considerando que as minorias sexuais não são exclusivamente aquelas que enfrentam experiências de estigmatização e precisam lidar com as dificuldades psicológicas decorrentes da avaliação negativa da sociedade (Herek; Chopp; Strohl, 2007), este estudo considerará os homens gays que se enquadram em uma faixa de interseccionalidade, incluindo também as minorias étnico-raciais.

É importante observar que, embora as pessoas negras e pardas constituam a maioria numérica no Brasil, ainda existe uma desigualdade social estrutural, originada durante a colonização europeia e a abolição tardia da escravidão, que contribui para a injustiça social e econômica da maioria dessa população (Lima, 2021). No Brasil, o racismo se manifesta de maneiras sutilmente diferentes em regiões distintas. Por exemplo, no Nordeste, a região é mais misturada racialmente e, portanto, as relações raciais tendem a ser mais horizontais, enquanto no Sul e no Sudeste, onde a mistura racial é menos prevalente, as relações raciais tendem a ser mais verticais (Lima, 2007). Estudos mostram que os gays negros brasileiros relatam dificuldades com a violência e a discriminação relacionadas à sua orientação sexual e cor da pele, além de dificuldades socioeconômicas, dificuldades interpessoais, falta de representação, exclusão social e intolerância religiosa (Moura Fé, 2024). Estudos mostram que homens gays negros brasileiros relatam dificuldades com a violência e a discriminação relacionadas à sua orientação sexual e cor,

dificuldades socioeconômicas, manter sua sexualidade em segredo, dificuldades interpessoais, falta de representação, exclusão social e intolerância religiosa (Lima, 2021; Lima, 2007; Moura Fé, 2024).

Além disso, especialmente os homens negros e pardos são frequentemente vítimas de ações policiais mais violentas e são muitas vezes rotulados como pessoas de "aparência e postura suspeitas" por causa da cor de sua pele (Lima, 2021). Os negros no Brasil também estão sujeitos à segregação social, conforme evidenciado pela dificuldade de acesso à educação de qualidade, à saúde e a outros direitos básicos; à maior dificuldade de encontrar empregos bem remunerados e de progredir na carreira; e à representação muito menor nos cargos de poder. O racismo estrutural do Brasil também fica evidente em uma análise do perfil das pessoas encarceradas, que é composto por 63% de pardos e negros, 44% dos quais não concluíram o ensino fundamental, quase 30% dos quais ainda estão aguardando julgamento (Mori, 2024), e que têm uma expectativa de vida menor do que a dos homens brancos, sendo que a mortalidade entre as idades de 15 e 34 anos é particularmente impulsionada por "fatores externos" (Turra; Andrade, 2024).

Para evitar a desaprovação e a perda do apoio de suas famílias e da comunidade negra, que são especialmente importantes devido ao contexto mais amplo de desigualdade social, muitos homens gays negros podem optar por manter suas identidades sexuais em sigilo e sem se expor publicamente, usando uma identidade discreta (Purdie-Vaughns; Eibach, 2008). Esses indivíduos podem acabar consumindo substâncias psicoativas lícitas e ilícitas (Drazdowski et al., 2016; Moody et al., 2018; Mereish; Poteat, 2015), como um mecanismo de enfrentamento mal-adaptativo do estresse interno e das crenças negativas sobre sua identidade LGBTQIA+ derivadas de sistemas interseccionais de opressão racial e sexual (Drazdowski et al., 2016).

As experiências de discriminação racial e homonegatividade têm sido amplamente associadas a problemas de saúde mental (Drazdowski et al., 2016; Mereish; Poteat, 2015). A Teoria do Estresse das Minorias (Meyer, 2003) é uma estrutura fundamental para a compreensão da comunidade LGBTQIA+ (Frost; Meyer, 2023; Rivas-Koehl; Rivas-KOEHL; Mcneil Smith, 2023), pois representa indivíduos que diferem das normas heteronormativas e estão sujeitos a conflitos com uma cultura dominante que muitas vezes não os reflete ou marginaliza suas identidades por meio de vários processos, que culminam na internalização do estigma pelo indivíduo, o que pode resultar em conflito interno e sofrimento psicológico, bem como maior risco de psicopatologias.

Neste estudo, usamos o conceito de "homonegatividade", definido como a expressão de emoções, pensamentos e comportamentos negativos em relação a indivíduos LGBTQIA+ (Morrison; Morrison, 2011; Nadal et al., 2016; Jaspal; Breakwell, 2022; Herek; Chopp; Strohl, 2007). Esse conceito abrange duas formas principais: a homonegatividade tradicional ou "à moda antiga" e a "homonegatividade moderna" (Morrison; Morrison, 2011). A primeira é caracterizada por objeções morais, geralmente associadas a crenças na deterioração da moralidade ou de princípios religiosos, enquanto a segunda reflete crenças de que as pessoas LGBTQIA+ fariam exigências consideradas ilegítimas para mudar o *status quo* social (Morrison; Morrison, 2011).

Vários estudos mostraram associações entre experiências de homonegatividade e impactos psicológicos negativos, envolvendo depressão, ansiedade, raiva, entre outros estados emocionais prejudiciais (Sowe; Brown; Taylor, 2014; Meyer, 2003; Herek; Chopp; Strohl, 2007; Della Torre; Pereira, 2024). Além disso, esses indivíduos tendem a perceber o mundo como um espaço inseguro e recorrem a estratégias de enfrentamento

desadaptativas, como o uso de substâncias (Drazdowski et al., 2016; Felner et al., 2020), comportamento de negação (Plumas et al., 2024), comportamento de desengajamento (Della Torre; Pereira, 2024), revelação de identidade (Felner et al., 2020) e comportamento sexual compulsivo (Wade; Harper, 2021), agravando as repercussões em sua saúde mental. Particularmente no caso de pessoas LGBTQIA+ e/ou não brancas, o acúmulo de duas condições socialmente estigmatizadas relacionadas, cor da pele e orientação sexual, essa incompatibilidade pode comprometer significativamente a qualidade de vida e a saúde mental dessas populações, duplamente expostas ao ônus do estigma (Meyer, 2003; Meyer, 1995; Williamson, 2000).

No entanto, neste estudo, tanto a homonegatividade internalizada quanto a homonegatividade externa (presente na comunidade) (Lira; De morais, 2019) serão consideradas, porque, embora sejam interdependentes (Russell, 2007), essas dimensões geralmente são avaliadas por meio de subescalas diferentes. Quando o indivíduo aceita as atitudes estigmatizantes impostas pela sociedade, ele pode começar a internalizá-las, desenvolvendo atitudes negativas em relação a si mesmo. Esse fenômeno é conhecido como o "processo de internalização do estigma" (Herek; Chopp; Strohl, 2007). Esse processo pode incluir pensamentos e sentimentos negativos vivenciados por pessoas LGBTQIA+, que resultam da influência de uma cultura heterossexista dominante (Williamson, 2000). Malyon (1982) postula que a homonegatividade internalizada é um sistema de atitudes que tem uma influência significativa na formação da identidade, autoestima, mecanismos de defesa, padrões de pensamento e relações interpessoais e afetivas. Esse autor sugere que o processo de internalização pode ocorrer mesmo antes de os indivíduos se identificarem como homossexuais (Meyer, 1995). Esse processo abrange vários aspectos sociais, inclusive religião, relacionamentos interpessoais, envolvimento comunitário e carreira, bem como dimensões de saúde, como saúde mental, física e sexual e aspectos comportamentais (Berg; Munthe-Kaas; Ross, 2016). Os estudos de Meyer (1995) indicam que os homens que vivenciam a homonegatividade ao longo de seu desenvolvimento têm níveis mais altos do que a média de homonegatividade internalizada (Cury et al., 2013). Como resultado, vários estudos mostraram que a homonegatividade internalizada é um preditor de sofrimento psicológico (Meyer, 1995; Berg; Munthe-Kaas; Ross, 2016; Frost; Meyer, 2009), que inclui sintomas de depressão (Cury et al., 2013; Williamson, 2000; LIN et al., 2022), ansiedade (Berg; Munthe-Kaas; Ross, 2016; Lin et al., 2022), vergonha (Mereish; Poteat, 2015), bem como expectativas de rejeição, discriminação e eventos envolvendo violência (Meyer, 1995), problemas interpessoais, solidão (Lin et al., 2022) e menor envolvimento com a comunidade LGBTQIA+ (Frost; Meyer, 2023).

Este estudo também adotará a perspectiva da teoria da interseccionalidade, pois busca entender as experiências únicas de indivíduos que enfrentam múltiplas formas de desigualdade (Huang et al., 2020). Os homens gays de cor representam uma população extremamente marginalizada (Williamson, 2000) devido às múltiplas formas de opressão, agressão e microagressões a que esses indivíduos estão expostos (Drazdowski et al., 2016; Calabrese et al., 2018; Salerno et al., 2023; Platt; Scheitle, 2018). Essas experiências afetam profundamente a saúde física e mental desses indivíduos (Williamson, 2000; Salerno et al., 2023; Platt; Scheitle, 2018).

Estudos sugerem que esses homens enfrentam vários estereótipos depreciativos que se sobrepõem aos estereótipos associados somente à homossexualidade ou à raça. No estudo de Calabrese et al. (2018), os estereótipos de promiscuidade sexual e irresponsabilidade foram atribuídos a esses homens. Além disso, esses estereótipos mais associados a eles

não estavam presentes nos relatos de outros homens, sejam eles negros ou gays em geral. Outras características das experiências desses indivíduos incluem situações discriminatórias de racismo dentro da comunidade LGBTQIA+ (Della Torre; Pereira, 2024; Salerno et al., 2023), bem como experiências de homonegatividade e heterossexismo estruturalizado dentro da comunidade negra (Salerno et al., 2023). Nem todos os estudos levam em conta a orientação sexual dos participantes. Alguns estudos anteriores descobriram que os participantes negros não tinham níveis mais altos de psicopatologia (Lewis; Byrd; Ollendick, 2012; Watkins; Hawkins; Mitchell, 2015; Meyer et al., 2021), demonstrando a necessidade de mais pesquisas científicas nessa área.

Embora as pessoas, tanto heterossexuais quanto LGBTQIA+, acreditem que as políticas de proteção às minorias já tenham sido realizadas nos últimos anos, estudos recentes mostram que a homonegatividade e a discriminação continuam a existir no século XXI (Della Torre; Pereira, 2024). Por exemplo, um estudo de três gerações, nascidas entre 1956 e 1997, constatou que, apesar dos avanços legais que protegem os membros da comunidade LGBTQIA+, as pessoas mais jovens não apresentaram níveis mais baixos de sofrimento psicológico ou redução nas tentativas de suicídio em comparação com as pessoas mais velhas (Meyer et al., 2021).

Apesar dos recentes avanços nos direitos, as pessoas LGBTQIA+ ainda são oprimidas em muitos países (Hunter, 2010). Nesse contexto, é imperativo que mais estudos sejam realizados, especialmente com foco nas pessoas à margem da interseccionalidade sexual e racial, que geralmente são ainda mais marginalizadas. A pesquisa sobre essas populações é essencial para entender melhor a complexa dinâmica de opressão que essas pessoas enfrentam e para promover uma representação mais inclusiva e equitativa na sociedade.

Embora a Teoria do Estresse das Minorias e a Teoria da Interseccionalidade postulem que os indivíduos LGBTQIA+ e as minorias étnicas/raciais experimentam níveis mais altos de homonegatividade e sofrimento psicológico porque entram em conflito com a estrutura social dominante de duas maneiras diferentes (Meyer, 2003; Meyer, 1995; Berg; Munthe-Kaas; Ross, 2016; Alves; Araújo, 2020; Williamson, 2000; Platt; Scheitle, 2018; Cyrus, 2017), não há consenso sobre esses achados na literatura atual (Meyer et al., 2021; Moody et al., 2018; Lewis; Byrd; Ollendick, 2012; Watkins; Hawkins; Mitchell, 2015).

Assim, para preencher uma lacuna nesse tópico, o objetivo geral deste estudo foi investigar, em uma amostra de homens gays brasileiros cisgêneros, associações entre cor da pele, homonegatividade, sofrimento psicológico e variáveis socioeconômicas. Os objetivos específicos foram avaliar: (a) associações entre variáveis sociodemográficas, homonormatividade, sofrimento psíquico e cor da pele; (b) possíveis diferenças na homonormatividade e no sofrimento psíquico entre gays brancos e negros; e (c) o poder preditivo da cor da pele na homonormatividade e nos sintomas de depressão e ansiedade.

Até onde sabemos, este é o primeiro estudo que tentou avaliar o nível de homonegatividade internalizada e homonegatividade percebida na comunidade entre homens gays brasileiros, considerando a cor da pele como uma variável de interesse. As hipóteses, desenvolvidas a partir da perspectiva de que os gays negros e pardos estão duplamente expostos ao peso do estigma social, são as seguintes: H1: Haverá uma correlação positiva significativa entre a homonegatividade percebida, na comunidade e internalizada, e o sofrimento psicológico; H2: Os homens gays negros/pardos relatarão mais experiências relacionadas à homonegatividade e mencionarão mais sintomas de depressão e ansiedade, em comparação com os homens gays brancos; e H3: A cor da pele

preta ou parda será um preditor positivo de escores mais altos de homonegatividade e sintomas de depressão e ansiedade.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

Este é um estudo transversal e comparativo. A amostra consistiu de 229 homens gays brasileiros autoidentificados, com idade média de 35,5 anos (DP = 8,83). Essa foi uma amostra não probabilística, selecionada com base em critérios de conveniência. Os participantes foram recrutados em mídias sociais como Instagram e Facebook. Os critérios de inclusão foram os seguintes: autodeclarar-se cisgênero e gay, ter 18 anos de idade ou mais, ter acesso à Internet e a possibilidade de preencher os instrumentos de avaliação com privacidade. Para compor os grupos de gays brancos e negros/pardos, foi utilizada uma pergunta do questionário sociodemográfico sobre a cor da pele, com as seguintes possibilidades de resposta: branca, parda (mestiça), amarela ou outra. As implicações da autodeclaração da cor da pele com base em categorias previamente estabelecidas, bem como a inclusão de indivíduos negros e pardos no mesmo grupo, foram apresentadas na sessão de discussão do artigo.

2.1. INSTRUMENTOS

2.1.1. ESCALA DE HOMOFOBIA INTERNALIZADA[1] :

A escala desenvolvida por Ross e Rosser (1996) [59] avalia duas dimensões: homonegatividade internalizada e homonegatividade percebida na comunidade. Todos os itens são escritos na forma afirmativa e a medição é feita por meio de uma escala Likert de cinco pontos que varia de 1 (discordo totalmente) a 5 (concordo totalmente). Exemplos das afirmações são os seguintes: (1) "Normalmente, os gays efeminados me fazem sentir desconfortável"; (2) "Prefiro ter parceiros sexuais anônimos"; e (3) "A vida seria mais fácil se eu fosse heterossexual". Pontuações mais altas indicam níveis mais altos de homofobia internalizada. Não existe um ponto de corte para a classificação da homonegatividade.

No presente estudo, usamos a versão brasileira de 19 itens da escala, que mostrou melhor validade interna em um artigo de validação [36], com um alfa de Cronbach de 0,814 para a homonegatividade internalizada e 0,622 para a homonegatividade percebida na comunidade. Para os dados coletados em nosso estudo, a homofobia internalizada teve um alfa de Cronbach de 0,81, enquanto a homonegatividade percebida na comunidade teve um alfa de Cronbach de 0,63. Quando dividimos a amostra entre os grupos de cor da pele, a homonegatividade interna atinge 0,80 para o grupo de negros e pardos e 0,82 para os brancos. A homonegatividade externa obteve um alfa de 0,61 para os participantes negros e pardos e de 0,63 para os brancos.

2.1.2. INVENTÁRIO DE DEPRESSÃO DE BECK (BDI-II):

É um instrumento amplamente utilizado que compreende 21 itens, cada um com quatro alternativas relacionadas à presença e à gravidade dos sintomas de depressão, variando de 0 a 3 (Beck, 1961). As perguntas abrangem sintomas físicos, como fadiga, sono e

[1] É importante observar que o nome do instrumento que usamos é: "Internalized Homophobia Scale" (Escala de Homofobia Internalizada). No entanto, não consideramos que o termo "homofobia" seja o mais adequado para descrever o fenômeno que estamos investigando. Preferimos o termo "homonegatividade", que é mais amplo e abrange formas menos óbvias de discriminação e preconceito, inclusive microagressões e homonegatividade moderna. Embora o nome do instrumento seja "Escala de Homofobia Internalizada", a escala avalia tanto a homonegatividade internalizada quanto a homonegatividade percebida na comunidade.

alterações de peso, e alterações cognitivas verificadas em pacientes diagnosticados com depressão, como tristeza persistente, pessimismo, sentimentos de fracasso, insatisfação e culpa. O nível de depressão foi classificado de acordo com a pontuação total: 0-11 = mínima, 12-19 = leve, 20-35 = moderada e 36-63 = grave. Em um estudo de validação do instrumento em uma população brasileira, foi obtido um alfa de Cronbach de 0,81 (Gorestein, 1998).

Inventário de Ansiedade Estado-Traço (STAI): desenvolvido para avaliar a ansiedade em duas dimensões distintas: (1) ansiedade traço, que avalia o nível geral de ansiedade de um indivíduo ao longo do tempo, e (2) ansiedade estado, que avalia como o indivíduo se sente no momento atual [62]. Ambas as escalas consistem em 20 itens relacionados a sintomas de ansiedade. Exemplos de itens incluem: (1) "Eu me preocupo demais com algo que realmente não importa" e (2) "Eu me sinto nervoso". As respostas são classificadas em uma escala Likert de quatro pontos (1 = nem um pouco a 4 = muito), com pontuações mais altas indicando maior ansiedade. As pontuações totais variam de 20 a 80 para a ansiedade de estado e de traço, sem nenhum ponto de corte específico para a classificação da ansiedade. No estudo de validação para a população brasileira, o instrumento demonstrou boa confiabilidade, com alfas de Cronbach variando de 0,86 a 0,95 para ansiedade estado e de 0,89 a 0,92 para ansiedade traço (Biaggio, 1977). No estudo atual, o STAI apresentou confiabilidade aceitável, com um alfa de Cronbach de 0,91.

Questionário sociodemográfico: desenvolvido para avaliar idade, condição de moradia, status de emprego, estado civil, arranjos de moradia, nível de escolaridade, ocupação, status de HIV, religião e renda.)

2.2. PROCEDIMENTOS E CONSIDERAÇÕES ÉTICAS

Os participantes deste estudo responderam de forma anônima e confidencial aos instrumentos fornecidos em uma plataforma on-line entre janeiro e junho de 2023. O tempo médio gasto no preenchimento dos instrumentos foi de aproximadamente 30 minutos. O estudo foi promovido por meio da mídia social e os participantes foram selecionados em grupos do Facebook voltados para a comunidade LGBTQIA+. O protocolo de pesquisa foi publicado periodicamente durante um período de três meses. No protocolo de avaliação psicológica on-line desenvolvido pelo primeiro autor para este estudo, os critérios de inclusão foram avaliados na primeira página introdutória. Se o participante atendesse aos critérios de inclusão, ele era convidado a participar do estudo. Depois de ler e concordar com o formulário de consentimento, os participantes tinham acesso ao questionário sociodemográfico, à Escala de Homofobia Internalizada, ao BDI-II e ao STAI. Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo sob o número 4.601.952, CAAE: 31527820.7.0000.5392, em 19 de março de 2021. Todos os participantes forneceram consentimento informado por escrito.

2.3. ANÁLISE DE DADOS

As análises estatísticas foram realizadas com o SPSS 29.0 e o nível de significância foi definido em 5% ($p < 0,05$). As análises descritivas foram apresentadas como frequências, proporções, médias, medianas e desvios padrão. A normalidade dos dados foi avaliada com os testes de Shapiro-Wilk e a homogeneidade das variâncias foi avaliada com o teste de Levene. Devido à distribuição normal, foram realizadas correlações de Pearson para examinar as relações entre as variáveis. Outras análises incluíram o teste t de Student para comparações de grupos, com tamanhos de efeito calculados usando o d de Cohen. Além disso, foram realizadas análises de regressão linear múltipla hierárquica para avaliar se a cor da pele continuava a ser um indicador significativo de sofrimento psicológico e homonegatividade internalizada após o controle da educação e da renda, as variáveis sociodemográficas que mostraram correlações significativas com os principais resultados. Para cada variável dependente: depressão, estado e ansiedade-traço, homonegatividade total, estigma internalizado e opressão social, a cor da pele foi inserida na primeira etapa, seguida por escolaridade e renda nas etapas subsequentes. Essa abordagem nos permitiu estimar a contribuição exclusiva de cada preditor e, ao mesmo tempo, controlar as possíveis variáveis de confusão.

Os seguintes intervalos foram adotados para classificar a intensidade da correlação entre as variáveis analisadas: de 0 a 0,30, correlação leve; de 0,30 a 0,70, correlação moderada; e de 0,7 a 1, correlação forte entre as variáveis (Cohen, 1988).

3. RESULTADOS

Um total de 229 homens gays participaram do estudo, com idades entre 19 e 69 anos, com uma média de idade de 35,3 anos (DP=8,8). A renda mensal média foi de 1.609 euros (DP=1.647), com salários variando de 109 a 8.182 *euros* por mês, embora a maioria dos participantes (67%) tivesse uma renda mensal inferior a 1.500 *euros*. Ao calcular o salário médio, os participantes que não responderam e aqueles cuja renda mensal era inferior a 100 euros ou superior a 8182 *euros* foram excluídos, pois foram considerados valores extremos. Valores extremamente baixos podem refletir erros de digitação ou rendas esporádicas não representativas, enquanto valores muito altos podem distorcer a análise, considerando que a renda média do Brasil é significativamente menor. Mesmo com a exclusão dos valores atípicos, o desvio padrão é bastante alto devido à grande variedade de rendas mensais. Dos 229 participantes, 151 (65,9%) se identificaram como brancos e 78 (34,1%) como negros ou pardos. A maioria dos participantes (63,4%) tem ensino superior completo, está empregada (87,3%), é solteira (75,1%) e mora com a família ou com um parceiro (54,6%). A maioria dos participantes (62%) morava na cidade de São Paulo, o conglomerado urbano mais populoso do Brasil. Dos 218 participantes que responderam à pergunta sobre o teste de HIV, 117 (53,7%) haviam feito o teste nos últimos 6 meses. Em termos de diagnóstico, 36 participantes (15,7%) relataram ser soropositivos, como pode ser visto na Tabela 1.

Além disso, analisamos se havia diferenças significativas nos dados sociodemográficos de acordo com a cor da pele. Os resultados do teste de qui-quadrado revelaram diferenças estatisticamente significativas nas variáveis de status de emprego, status socioeconômico, estado civil e religião. Os tamanhos de efeito calculados com o V de Cramer para as diferenças no emprego e no estado civil (V = 0,18-0,19) são pequenos e, portanto, indicam diferenças entre os grupos que são bastante modestas em sua magnitude. No caso do status socioeconômico (V = 0,23), indica uma associação pequena a moderada que é um

pouco mais forte, mas ainda muito limitada. Em comparação com esses, com relação à afiliação religiosa, foi encontrado um valor de V = 0,30, representando um efeito moderado que sugere que, na diferença entre os grupos de participantes brancos e negros/pardos, a variável identificação religiosa tem uma diferenciação mais substancial.

Tabela 1. Caracterização sociodemográfica e clínica dos participantes (n=229)

Variável	Total (n = 229)	Brancos (n = 151)	Negros/Pardos (n = 78)	χ^2	p	V de Cramer
Escolaridade				1,678	0,29	-
Ensino Fundamental Completo	1 (0,4%)	1 (0,7%)				
Ensino Médio Incompleto	1 (0,4%)		1 (1,3%)			
Ensino Médio Completo	11 (4,8%)	5 (3,3%)	6 (7,7%)			
Curso Técnico	4 (1,7%)		3 (3,8%)			
Ensino Superior Completo	27 (11,8%)	47 (31,1%)	20 (14,1%)			
Ensino Superior Incompleto	67 (29,3%)	16 (10,6%)	11 (25,6%)			
Pós-Graduação Incompleta	13 (5,7%)	7 (4,6%)	6 (7,7%)			
Pós-Graduação Completa	54 (23,6%)	38 (25,2%)	16 (20,5%)			
Mestrado	24 (10,5%)	16 (10,6%)	7 (10,3%)			
Doutorado	27 (11,8%)	20 (13,2%)	8 (9%)			
Situação profissional				8,611	0,03**	0,19
Empregado	200 (87,3%)	136 (90,1%)	64 (82,1%)			
Desempregado	23 (10%)	14 (9,3%)	9 (11,5%)			
Afastado por saúde	4 (1,7%)		4 (5,1%)			
Aposentado	2 (0,9%)	1 (0,7%)	1 (1,3%)			
Condição de moradia				1,082	0,58	-
Própria	98 (42,8%)	66 (43,7%)	32 (41%)			
Alugada	118 (51,5%)	75 (49,7%)	43 (55,1%)			
Cedida/Emprestada	13 (5,7%)	10 (6,6%)	3 (3,8%)			
Arranjo de moradia				1,786	0,40	-
Com família/parceiro	125 (54,6%)	86 (57%)	39 (50%)			
Com colegas/amigos	27 (11,8%)	15 (9,9%)	12 (15,4%)			
Sozinho	77 (33,6%)	50 (33,1%)	27 (34,6%)			
Status sorológico para HIV				0,080	0,77	-
Positivo	36 (15,7%)	23 (15,4%)	13 (16,7%)			
Negativo	193 (84,3%)	128 (84,8%)	65 (83,3%)			
Data do último teste de HIV				0,969	0,32	-
< 6 meses	117 (51,3%)	81 (53,6%)	36 (46,8%)			
> 6 meses	111 (48,7%)	70 (46,4%)	41 (53,2%)			
Status socioeconômico (renda mensal)*				12,124	0,03**	0,23
Até R$ 4.618	92 (42,2%)	50 (35,2%)	42 (55,3%)			
Até R$ 9.238	54 (24,8%)	40 (28,2%)	14 (18,4%)			
Até R$ 13.858	21 (9,6%)	12 (8,5%)	9 (11,8%)			
Até R$ 18.478	17 (7,8%)	12 (8,5%)	5 (6,6%)			
Até R$ 23.097	12 (5,5%)	10 (7%)	2 (2,6%)			
> R$ 23.097	22 (10,1%)	18 (12,7%)	4 (5,3%)			

Tabela 1. Caracterização sociodemográfica e clínica dos participantes (n=229) (continuação)

Variável	Total (n = 229)	Brancos (n = 151)	Negros/Pardos (n = 78)	χ^2	p	V de Cramer
Estado civil				7,385	0,02**	0,18
Solteiro	172 (75,1%)	105 (69,5%)	67 (85,9%)			
Casado	51 (22,3%)	41 (27,2%)	10 (12,8%)			
Divorciado	6 (2,6%)	5 (3,3%)	1 (1,3%)			
Religião				21,746	0,01**	0,30
Católico praticante	16 (7%)	10 (6,6%)	6 (7,7%)			
Católico não praticante	38 (16,6%)	26 (17,2%)	12 (15,4%)			
Protestante praticante	5 (2,2%)	3 (2%)	2 (2,6%)			
Protestante não praticante	18 (7,9%)	5 (3,3%)	13 (16,7%)			
Espírita praticante	13 (5,7%)	6 (4%)	7 (9%)			
Espírita não praticante	15 (6,6%)	12 (7,9%)	3 (3,8%)			
Religião Afro-brasileira praticante	15 (6,6%)	10 (6,6%)	5 (6,4%)			
Religião Afro-brasileira não praticante	11 (4,8%)	8 (5,3%)	3 (3,8%)			
Ateu ou agnóstico	70 (30,7%)	55 (36,4%)	15 (19,2%)			
Outras religiões	17 (4,8%)	10 (6,6%)	7 (9%)			
Sem religião	11	6	5 (6,4%)			

* Em 2024, o salário mínimo no Brasil é de R$ 1.412 (EUR 229,25; USD 249,02). Valores convertidos usando a taxa de câmbio de 17 de outubro de 2024. **p<.05

Os resultados descritivos (Tabela 2) indicaram que as médias observadas variaram em relação às médias teóricas para as variáveis analisadas. Na depressão, a média foi de 14,03, consideravelmente menor do que a média teórica de 31,5. A homonegatividade comunitária teve uma média de 11,41 em uma escala de 4 a 16, um pouco acima da média teórica de 10. Para a homonegatividade internalizada, a média foi de 38,21, próxima à média teórica de 37,5. O escore total de homonegatividade foi de 49,63, excedendo a média teórica de 47,5. A ansiedade-estado teve uma média de 48,16 e a ansiedade-traço, 48,65, ambas próximas da média teórica de 50,0. Esses resultados indicam que os níveis de depressão e homonegatividade divergiram das normas esperadas, enquanto os escores de ansiedade permaneceram mais alinhados com as expectativas teóricas.

Tabela 2. Estatísticas descritivas e intervalos de confiança para as variáveis do estudo

Variáveis	Pontuações possíveis	Teórico Média	M	SD	IC95%
Depressão	0-63	31.5	14.03	9.53	12.79-15-28
Homonegatividade (comunidade)	4-16	10	11.41	1.43	11.23-11.60
Homonegatividade (internalizada)	15-60	37.5	38.21	3.36	37.78-38.65
Homonegatividade (total)	19-76	47.5	49.63	3.83	49.13-50.13
Ansiedade de Estado	20-80	50.0	48.16	12.61	46.52-49-80
Ansiedade Traço	20-80	50.0	48.65	12.58	47.01-50.29

Realizamos uma análise de correlação entre as variáveis de interesse do estudo, em que a depressão apresenta uma forte correlação positiva com a ansiedade de estado ($r = 0,75$; $p < 0,001$) e a ansiedade de traço ($r = 0,80$; $p < 0,001$), indicando que níveis mais altos de ansiedade estão fortemente associados ao aumento dos sintomas depressivos. Além disso, a depressão está negativamente correlacionada com o nível de escolaridade ($r = - 0,19$; p

< 0,001), a renda (r = - 0,17; p < 0,001) e a cor da pele (r = - 0,17; p < 0,001), sugerindo que níveis mais altos de escolaridade e renda estão associados a menor depressão e que indivíduos com tons de pele mais claros podem relatar níveis mais baixos de depressão.

Neste estudo, a homonegatividade total apresentou uma correlação positiva significativa com a percepção externa do estigma (r= 0,49; p = < 0,01) e a percepção interna do estigma (r= 0,92; p< 0,01). Esses resultados indicam uma forte relação entre a homonegatividade geral e seus subcomponentes, especialmente a percepção interna do estigma. A percepção externa de estigma está positivamente correlacionada com a percepção interna de estigma (r = 0,13; p < 0,05) e ansiedade de traço (r = 0,13; p < 0,05), sugerindo que os indivíduos que percebem maior estigma externo também tendem a internalizar mais o estigma e a experimentar níveis mais altos de ansiedade de traço. A ansiedade de estado está altamente correlacionada com a ansiedade de traço (r = 0,87; p < 0,05), confirmando a estreita relação entre essas duas formas de ansiedade. A ansiedade de estado também está negativamente associada à idade (r = -0,15; p < 0,05), à renda (r = -0,16; p < 0,05) e positivamente à cor da pele (r = 0,14; p < 0,05), indicando que os indivíduos mais jovens, os de renda mais baixa e os de pele mais escura apresentam níveis mais altos de ansiedade de estado.

A ansiedade traço, além de sua forte correlação com a depressão e a ansiedade estado, mostra uma relação negativa significativa com a idade (r = -0,24; p < 0,001), educação (r = -0,18; p < 0,001) e renda (r = -0,24; p < 0,001). Esses resultados sugerem que os indivíduos mais velhos, aqueles com maior escolaridade e níveis de renda mais altos tendem a apresentar níveis mais baixos de ansiedade traço. Além disso, o traço de ansiedade está positivamente correlacionado com a cor da pele (r = 0,19; p < 0,001), indicando que os indivíduos negros/pardos podem apresentar níveis mais altos de traço de ansiedade.

A idade está positivamente correlacionada com o nível educacional (r = 0,25; p < 0,001) e a renda (r = 0,31; p < 0,001), sugerindo que os indivíduos mais velhos dessa amostra tendem a ter níveis mais altos de educação e renda. Por fim, o nível de escolaridade também está positivamente correlacionado com a renda (r = 0,37; p < 0,001), reforçando a relação esperada de que a escolaridade mais alta está associada à renda mais alta. Não há relação significativa entre cor da pele e renda ou nível de escolaridade. Os resultados podem ser vistos na Tabela 3.

Tabela 3. Correlações entre depressão, homonegatividade, ansiedade, idade, nível de escolaridade e renda

Variáveis	Depressão	Homonegatividade (total)	Homonegatividade (comunidade)	Homonegatividade (internalizada)	Ansiedade de Estado	Ansiedade Traço	Idade	Nível de escolaridade	Renda
Depressão	-	0.13*	0.09	0.11	0.75**	0.80**	-0.11	-0.19**	-0.17**
Homonegatividade (total)		-	0.49**	0.92**	0.06*	0.11	0.04	0.08	0.10
Homonegatividade (comunidade)			-	0.13*	0.08	0.13*	-0.06	-0.05	0.03
Homonegatividade (internalizada)				-	0.03	0.07	0.07	0.11	0.10
Ansiedade de Estado					-	0.87*	-0.15*	-0.11	-0.16*
Ansiedade Traço						-	-0.24**	-0.18**	-0.24**
Idade (anos)							-	0.25**	0.31**
Nível de escolaridade								-	0.37**
Renda									-

**p< .001 *p<.05

Para investigar melhor as diferenças nos resultados entre indivíduos negros/pardos e brancos, realizamos um teste t de Student (Tabela 4). Em relação à ansiedade de estado, os participantes negros/pardos tiveram pontuação mais alta do que os brancos. Da

mesma forma, em relação à ansiedade traço, os participantes negros/pardos obtiveram pontuação mais alta do que os participantes brancos, refletindo uma ansiedade traço elevada entre os indivíduos negros/pardos. Além disso, a homonegatividade internalizada foi marginalmente menor para os participantes negros/pardos em comparação com os participantes brancos.

Os tamanhos dos efeitos, medidos pelo d de Cohen, revelam graus variados de diferenças entre os participantes brancos e negros/pardos. O tamanho do efeito da homonegatividade internalizada foi pequeno (d = 0,26), denotando uma diferença prática estatisticamente significativa, mas provavelmente limitada. Enquanto isso, as ansiedades de estado e de traço tiveram tamanhos de efeito médios (d = 0,4 para a ansiedade de estado, 0,33 para a ansiedade de traço), sugerindo que os participantes negros/pardos têm níveis de ansiedade substancialmente mais altos do que seus colegas brancos. Embora esses tamanhos de efeito, considerados isoladamente, não sejam grandes, eles representam diferenças significativas na esfera da pesquisa psicológica em que os efeitos moderados são frequentemente vistos como indicadores potenciais de diferenças importantes nos resultados de saúde mental.

Tabela 4. Diferenças entre os grupos de acordo com a cor da pele para depressão, homonegatividade e ansiedade

Variável	Total (n=229)		Branco (n=151)		Preto/marrom (n=78)				
	M	SD	M	SD	M	SD	t	*P*	d
Depressão	14.03	9.53	13.36	9.66	15.34	9.21	1.494	0.13	-
Homonegatividade (comunidade)	11.41	1.43	11.37	1.48	11.50	1.34	0.610	0.54	-
Homonegatividade (internalizada)	38.21	3.36	38.52	3.03	37.62	3.87	-1.920	0.05*	0.26
Homonegatividade (total)	49.63	3.83	49.90	3.52	49.12	4.35	-1778	0.07	-
Ansiedade de Estado	48.16	12.61	46.46	12.69	51.46	11.85	2.893	0.004*	0.40
Ansiedade Traço	48.65	12.58	47.25	12.62	51.36	12.12	2.365	0.001*	0.33

*p =< 0,05

Foram realizadas análises de regressão linear múltipla hierárquica para avaliar se a cor da pele continuava a ser um indicador significativo de sofrimento psicológico após o controle da escolaridade e da renda. A cor da pele foi inserida na primeira etapa de cada modelo, a escolaridade na segunda e a renda na terceira etapa. Os resultados completos podem ser vistos na Tabela 5.

Tabela 5. Regressão linear hierárquica múltipla

Variável dependente	Modelo	Preditor	β	p	R^2 adj.
Depressão	1	Cor da pele	.170	**.010**	.025
	2	Cor da pele	.176	**.007**	.059
		Educação	-.197	**.002**	
	3	Cor da pele	.179	**.006**	.068
		Educação	-.152	**.028**	
		Renda	-.119	.086	
Ansiedade Traço	1	Cor da pele	.190	**.004**	.032
	2	Cor da pele	.196	**.003**	.064
		Educação	-.190	**.003**	
	3	Cor da pele	.201	**.002**	.097
		Educação	-.114	.096	
		Renda	-.206	**.003**	
Ansiedade de Estado	1	Cor da pele	.146	**.027**	.017
	2	Cor da pele	.150	**.023**	.027
		Educação	-.120	.068	
	3	Cor da pele	.153	**.019**	.042
		Educação	-.065	.356	
		Renda	-.148	**.035**	

Observação: são mostrados os coeficientes beta padronizados (β). Cada modelo adiciona um preditor de cada vez: O modelo 1 inclui cor da pele; o modelo 2 inclui educação; o modelo 3 inclui renda. Os valores em negrito indicam preditores estatisticamente significativos ($p < 0,05$).

A cor da pele foi um indicador significativo de depressão, ansiedade traço e ansiedade estado, embora a causalidade não possa ser inferida devido ao desenho transversal; sua importância permaneceu após a contabilização da educação e da renda. Entretanto, a incorporação de variáveis sociodemográficas aumenta o poder explicativo dos modelos. Níveis mais baixos de educação e renda também foram associados ao aumento da angústia psicológica, embora a força e a importância das relações tenham variado com base no resultado.

Por outro lado, os modelos de previsão de resultados de homonegatividade internalizada, tanto a pontuação total quanto as subescalas de estigma internalizado e opressão social percebida, não produziram resultados estatisticamente significativos para nenhum dos preditores. Isso nos sugere que o sofrimento psicológico nessa amostra é influenciado tanto pela posição socioeconômica quanto pela experiência racializada, enquanto a homonegatividade internalizada não parece ter sido substancialmente influenciada pelas variáveis sociodemográficas que examinamos.

4. DISCUSSÃO

Nosso estudo teve como objetivo avaliar as associações entre variáveis sociodemográficas, homonegatividade, sofrimento psicológico e cor da pele em uma amostra de homens gays brasileiros e avaliar possíveis diferenças na homonegatividade e no sofrimento psicológico entre grupos de homens gays negros e brancos. O objetivo também era investigar o poder preditivo da cor da pele na homonegatividade e nos sintomas de depressão e ansiedade. Nossa amostra consistiu principalmente de homens gays brasileiros de classe média alta de grandes centros urbanos brasileiros, principalmente de São Paulo.

Na análise geral dos participantes, encontramos uma correlação positiva e significativa entre homonegatividade total e depressão. Esse achado apoia nossa hipótese inicial e é consistente com outros estudos brasileiros (Alckmin-Carvalho et al., 2024; Batista et al., 2024) e internacionais (Plumas et al., 2024; Lin et al., 2022; Meyer et al., 2021; Moody et al., 2018; Zamboni; Crawford, 2007). A associação entre homonegatividade e depressão foi explicada, pelo menos em parte, pela teoria do estresse das minorias (Meyer et al., 2021).

Essa teoria postula que as pessoas LGBTQIA+ são mais vulneráveis a problemas de saúde mental devido ao estresse adicional causado pela exposição crônica à homonegatividade na sociedade, inclusive isolamento social, rejeição social e bullying homofóbico, falta de modelos e menor representação em posições de poder.

Além disso, indivíduos homossexuais podem ser expostos, desde a infância, a vários episódios de microagressão (Morrison; Morrison, 2011), que muitas vezes não são claramente percebidos nem mesmo pelo indivíduo submetido a ela, como a invisibilização de aspectos relacionados à homossexualidade pela família. Todas essas variáveis, somadas ao estresse da vida cotidiana, tendem a produzir um impacto generalizado e crônico na autoestima e na sobrecarga psicológica (Louie, 2020).

Além disso, conforme a hipótese da Teoria do Estresse de Minorias, a exposição crônica à homonegatividade pode contribuir para a internalização desse fenômeno, dificultando a formação de vínculos emocionais saudáveis, reduzindo o repertório de autocuidado, agravando problemas de saúde mental e autoestima e diminuindo sua qualidade de vida geral (Williamson, 2000; Alckmin-Carvalho et al., 2023; Moody et al., 2018; Quinn et al., 2022; Batista et al., 2024).

Também encontramos uma correlação negativa e significativa entre a homonegatividade total e o nível de escolaridade, indicando que os participantes com níveis mais altos de escolaridade tenderam a relatar escores mais baixos de homonegatividade. Como os níveis mais altos de escolaridade tendem a estar associados a indicadores de renda mais altos (essa associação também foi encontrada neste estudo), é possível que, apesar das dificuldades associadas à homonegatividade, esses participantes tenham conseguido se estruturar em termos de desenvolvimento intelectual e profissional, dois fatores fundamentais na formação do autoconceito de uma pessoa na sociedade ocidental, associados a uma melhor autoestima e a um maior senso de autoeficácia. Além disso, é possível que indivíduos com níveis educacionais mais altos tenham maior probabilidade de ter acesso a informações sobre a homossexualidade e de avaliar criticamente os dogmas religiosos que associam a homossexualidade ao pecado – um fenômeno generalizado na cultura predominantemente conservadora e cristã do Brasil (alckmin-Carvalho et al., 2024).

No entanto, é possível que outros fatores, como a abertura à diversidade, possam influenciar tanto o nível de escolaridade quanto os níveis de homonegatividade. Ao contrário de nossa hipótese, não encontramos correlação entre homonegatividade internalizada e depressão e ansiedade entre os participantes. Esse resultado contradiz estudos anteriores (Williamson, 2000; Dupras, 1994; Wagner; Austin; Von Korff, 1996) e pode ser explicado pelo fato de que a percepção da homonegatividade, especialmente a homonegatividade internalizada, pode ser difícil de avaliar devido a mecanismos de defesa, como negação e projeção, e pode servir para proteger os indivíduos da dissonância cognitiva relacionada à percepção do preconceito contra si mesmo.

Por outro lado, a associação relativamente mais fraca observada entre homonegatividade e sintomas depressivos e de ansiedade pode ser atribuída à idade relativamente jovem dos participantes do nosso estudo e à sua condição socioeconômica. Pesquisas anteriores indicaram que ser mais jovem e ter mais recursos financeiros minimiza as associações adversas entre homonegatividade percebida e problemas de saúde mental (Louie, 2020; Quinn et al., 2022).

Além disso, a falta de associação entre homonegatividade internalizada e depressão e ansiedade dos participantes pode indicar a presença de variáveis moderadoras (por exemplo, apoio social, estratégias de enfrentamento e religiosidade) que podem atenuar os efeitos psicológicos negativos da homonegatividade internalizada, conforme demonstrado em pesquisas anteriores (Sowe; Brown; Taylor, 2014; Nadal et al., 2016; Felner et al., 2020).

Além disso, para avaliar a homonegatividade, usamos a versão brasileira (Lira; De Morais, 2019) da Escala de Homofobia Internalizada (Ross; Rosser, 1996), um dos poucos instrumentos com evidências de validade para a população brasileira, para avaliar a homonegatividade percebida na comunidade e internalizada por homens gays. Embora o instrumento tenha sido usado em pesquisas em todo o mundo e tenha indicadores relativamente bons de validade interna, ele pode não captar adequadamente novas formas de homonegatividade, como microagressões, que podem ser menos explícitas e, portanto, mais difíceis de detectar (Morrison; Morrison, 2011; Nadal et al., 2016).

Também encontramos uma correlação positiva e significativa entre a homonegatividade total e a ansiedade de estado, um construto relacionado ao nível de ansiedade que o indivíduo sente no presente. Consistente com estudos anteriores, esse achado mostra que a expectativa de rejeição e o histórico de punição a que os homossexuais são frequentemente submetidos nas sociedades heteronormativas aumentam a hipervigilância e alteram a neurofisiologia do sistema límbico, tornando o indivíduo mais sensível a estímulos aversivos e aumentando os comportamentos de fuga e evitação, especialmente nos relacionamentos interpessoais (Meyer, 2003; Felner et al., 2020; Meyer et al., 2021; Moody et al., 2018; Francisco et al., 2020). Deve-se observar que, quando a homonegatividade é internalizada por homens gays, até mesmo pensamentos relacionados à homossexualidade, em suas várias formas de manifestação, podem evocar respostas somáticas e cognitivas de ansiedade (Cohen, 1988).

Os afetos vivenciados como negativos, como medo, vergonha e culpa, aumentam o risco de buscar estratégias de autorregulação desadaptativas, como o abuso de álcool e outras drogas e o comportamento sexual compulsivo. Isso pode ajudar a explicar, pelo menos em parte, a alta prevalência desses padrões de comportamento entre homens gays (Mereish; Poteat, 2015; Plumas et al., 2024; Dradzowski et al., 2016).

Nossa análise revelou correlações negativas e significativas entre ansiedade de traço e ansiedade de estado e idade e renda. Esse resultado sugere que, na amostra avaliada, os indivíduos mais velhos com renda mais alta relataram níveis mais baixos de homonegatividade. Esse resultado pode ser consequência do desenvolvimento de habilidades socioemocionais para gerenciar a ansiedade ao longo da vida, bem como do envolvimento em tratamentos de saúde mental, como psicoterapia e uso de medicamentos psicotrópicos. Além disso, o aumento da renda entre os homens gays brasileiros pode facilitar a possibilidade de mudança para contextos sociais mais favoráveis, como cidades maiores, que tendem a ser mais progressistas, ou mesmo para países com taxas mais baixas de homonegatividade. Por fim, acreditamos que os homens

gays de renda mais alta podem se proteger da homonegatividade por meio de um processo de aceitação condicionada do indivíduo gay pela comunidade, se ele tiver características socialmente desejáveis e valorizadas, como beleza e prosperidade. Os efeitos nocivos desse processo são evidentes na alta taxa de prevalência de burnout (Calhoun; Tedeschi, 2006) e distúrbios alimentares (Parker; Harriger, 2020), problemas de saúde mental que afetam desproporcionalmente a comunidade gay ocidental, bem como a autoestima que é excessivamente associada ao desempenho, em detrimento de outras características e valores do indivíduo.

Encontramos diferenças significativas nos níveis de ansiedade traço e estado entre as cores de pele, além de a cor da pele ter se mostrado um preditor significativo de sintomas de depressão, ansiedade traço e ansiedade estado. Esses resultados podem refletir o impacto cumulativo de situações estressantes vivenciadas ao longo da vida, como o impacto heterossexista racializado brasileiro, que pode ter moldado alguns dos traços de personalidade dos participantes (Carver et al., 2014; Denissen et al., 2019; Smolen; De Araújo, 2017), contribuindo para altos níveis de sofrimento psicológico nessa população.

Além disso, foi encontrada uma relação positiva entre o traço de ansiedade e a percepção interna e externa do estigma, o que está de acordo com estudos anteriores que associam a homonegatividade à ansiedade (Williamson, 2000; Lira; De Morais, 2019; Lin et al., 2022). Quanto às diferenças nas médias de ansiedade entre os dois grupos raciais, os resultados confirmam os achados de Lin et al. (2023) (Lin et al., 2023), indicando que homens gays negros ou pardos têm níveis mais altos de ansiedade. Isso pode ser devido à sua exposição a múltiplos estressores de minorias em comparação com indivíduos brancos (Miller et al., 2022).

No entanto, os participantes negros apresentaram menor percepção de homonegatividade e menor depressão. Esse resultado pode ser atribuído ao fato de que o desenvolvimento da identidade racial não desempenha, de fato, um papel importante na explicação dos problemas mentais entre gays pardos/negros no Brasil, e que talvez a resiliência possa ser um fator atenuante mais importante para a depressão. Isso está alinhado com a Teoria dos Pontos Fortes das Minorias (Nadal et al., 2016), que sugere que os pontos fortes pessoais e coletivos nas populações minoritárias criam resiliência e resiliência mental positiva e interseccional, que postula que os gays negros respondem ao estigma e à opressão com orgulho das identidades interseccionais, perseverança, defesa da comunidade e apoio social, ajudando-os a enfrentar o racismo e o heterossexismo (Moeller, 2020).

De fato, no contexto das comunidades gays negras e pardas no Brasil, a capacidade dos indivíduos de se recuperarem das adversidades e, ao mesmo tempo, manterem sua saúde mental é particularmente importante devido às injustiças sistêmicas históricas e contínuas enfrentadas por essas populações, incluindo discriminação, disparidades econômicas e exclusão social. Esse duplo reconhecimento permite uma compreensão mais matizada dos fatores de saúde mental que contribuem para a resiliência, que geralmente incluem fortes laços familiares e comunitários, identidade cultural e racial, acesso a recursos e estratégias de enfrentamento positivas, promovendo um senso de pertencimento. Além disso, a adaptabilidade dessas comunidades em navegar por várias mudanças sociais destaca seus pontos fortes inerentes, que podem servir como fatores de proteção contra estressores. As comunidades negras e pardas geralmente apresentam estratégias de adaptação notáveis, como a utilização de redes de colegas e organizações comunitárias para facilitar a conscientização mental e oferecer apoio mútuo. Portanto, o modelo de força das minorias pode incentivar uma mudança de perspectiva entre os

profissionais de saúde mental que trabalham com gays negros e pardos, afastando-os de uma visão baseada em déficit e aproximando-os de uma visão que reconheça a resiliência e a desenvoltura dessa comunidade.

Nossos resultados também trazem luz ao papel que a identidade racial pode desempenhar na formação dos resultados de saúde mental entre homens gays negros e pardos no Brasil. Uma forte identidade racial pode levar a um maior senso de comunidade e autoestima, que são fatores de proteção cruciais contra problemas de saúde mental por meio do orgulho e da afirmação da identidade. Acreditamos que a interação entre identidade racial e saúde mental é multidimensional e requer abordagens específicas que reconheçam as experiências únicas que esses homens enfrentam. Os fatores de proteção devem levar em consideração o contexto histórico do Brasil em relação ao legado colonial e aos desenvolvimentos pós-coloniais, fatores socioeconômicos, representação na mídia, movimento LGBTQIA+ global e ativismo local, acesso a cuidados de saúde e apoio à saúde mental e experiências de violência e discriminação.

A hipótese 3 também foi parcialmente confirmada. Nosso estudo mostrou que a cor da pele foi um preditor significativo de sintomas de ansiedade e depressão, mostrando que indivíduos com diferentes cores de pele apresentam níveis mais altos de sofrimento psicológico, confirmando achados anteriores de Louie (2020), Bijou e Colen (2022) e Oh et al. (2024). Entretanto, com relação à homonegatividade, não encontramos nenhuma associação significativa. Esses resultados não indicam que há uma relação biológica entre sofrimento psicológico e raça, mas sim racialização (Goodman, 2000), derivada do ambiente, do contexto e da sociedade (Spalding et al., 2021), mais especificamente no Brasil, que é marcado pela desigualdade social (De Oliveira, 2023), invisibilização (Lima, 2021) e violência (Turra; Andrade, 2024), especialmente contra pessoas negras e pardas.

Essas circunstâncias fazem parte de um contexto mais amplo de desigualdade social e racial no Brasil, que é um dos países mais desiguais do mundo (De Oliveira, 2023). A desigualdade social no Brasil está profundamente enraizada na estrutura histórica do país, marcada pela colonização e pela escravização dos povos negros, cujas consequências ainda são sentidas, principalmente em questões relacionadas à cor da pele. Embora a sociedade brasileira tenha progredido em termos de reconhecimento de direitos para as populações LGBTQIA+, a discriminação racial e a homonegatividade continuam a afetar profundamente a vida de muitos indivíduos, especialmente dos homens gays negros, que são marginalizados por vários fatores, inclusive normas de masculinidade que estão enraizadas em contextos históricos racializados e que muitas vezes confundem masculinidade e heterossexualidade, dificultando que os homens gays negros alcancem as expectativas masculinas prescritas pela sociedade.

A homonegatividade internalizada é reconhecida como um fator de estresse significativo para indivíduos LGBTQIA+ (Wagner; Austin; Von Korff, 1996). Neste estudo, esperávamos identificar uma correlação positiva e significativa entre homonegatividade e sintomas depressivos, de acordo com pesquisas anteriores (Alckmin-Carvalho et al., 2024; Moody et al., 2018; Dupras, 1994; Frost; Meyer, 2009; Batista et al., 2024; Zamboni; Crawford, 2007). No entanto, embora nenhum dos fatores de homonegatividade tenha apresentado uma correlação estatisticamente significativa com os indicadores de sofrimento psicológico, houve uma relação positiva, embora fraca, de acordo com estudos anteriores (Perry et al., 2023).

Embora seja essencial investigar a relação entre a homonegatividade internalizada e a angústia psicológica, Frost e Meyer (2009) argumentam que é ainda mais relevante

reconhecer que não faz sentido abordar a homonegatividade apenas a partir de uma perspectiva interna, pois tanto a homonegatividade interna quanto a externa emergem como fenômenos derivados do estigma social (Russell, 2007). Nesse sentido, para promover mudanças significativas no cenário sociocultural, acreditamos que é essencial implementar um treinamento interseccional voltado para profissionais de saúde mental, prestadores de serviços e sistemas de saúde, tanto públicos quanto privados. Esse treinamento deve ter como objetivo diversificar as práticas de saúde mental e intervir para compreender e priorizar as necessidades específicas e atuais das minorias sexuais e raciais no Brasil, considerando aspectos da história desses grupos e a marginalização social contra eles, a partir de uma perspectiva intersetorial. Portanto, enfatizamos a importância da inclusão de tópicos relacionados à diversidade sexual e étnico-racial durante os cursos de graduação na área da saúde, bem como no treinamento avançado, desenvolvido ou certificado pelos Ministérios da Educação e da Saúde do Brasil, para funcionários federais.

Acreditamos que duas vertentes paralelas de trabalho são essenciais para mitigar as narrativas homonegativas e racistas na sociedade brasileira e seus efeitos nocivos. A primeira vertente tem a ver com o investimento na identificação de dificuldades e cuidados com a saúde mental de indivíduos que já estão cronicamente expostos ao estresse das minorias. Essa medida poderia ser desenvolvida por meio da criação de grupos de apoio e educação jurídica focada nos principais marcos da luta pelos direitos civis conquistados nas últimas décadas e em como agir em situações em que esses direitos são ameaçados ou negados. Além disso, medidas clássicas de saúde mental, como psicoterapia e acompanhamento psiquiátrico, devem ser consideradas em casos específicos.

A segunda área de trabalho é a promoção de programas educacionais voltados para a redução do estigma sexual e racial nas famílias, escolas, serviços de saúde, universidades e comunidades do Brasil. Acreditamos que esses programas de educação permanente devem incluir os efeitos do estigma sexual e racial, em termos individuais e coletivos, promovendo o reconhecimento, a valorização e a proteção da diversidade sexual e étnico-racial, por meio de mídias de massa, como televisão e internet, vinculadas ao governo federal, legitimando e explicitando o apoio a essa população.

Na esfera cultural, propõe-se a promoção de eventos culturais, grupos cívicos e plataformas que incluam pessoas LGBTQIA+ negras e pardas, com o objetivo de torná-los espaços racialmente inclusivos por meio da integração cultural. Essas iniciativas poderiam incluir festivais de artes que celebram a diversidade racial e sexual, grupos de apoio comunitário que se concentram em questões interseccionais e plataformas digitais que ampliam as narrativas e histórias dessas populações. Além disso, é essencial que essas ações sejam apoiadas por parcerias com organizações da sociedade civil, instituições educacionais e o setor privado para garantir recursos e visibilidade contínuos.

Também é importante considerar os desafios da implementação dessas iniciativas, como a resistência de setores conservadores e a dificuldade de acesso a recursos em regiões periféricas. Para superar esses obstáculos, seria estratégico envolver os líderes comunitários, criar políticas públicas que incentivem o financiamento de projetos culturais inclusivos e utilizar as redes sociais para ampliar o alcance das ações. Essas ações podem ajudar a transformar o cenário sociocultural, dando voz e visibilidade a grupos historicamente marginalizados no Brasil, uma sociedade marcada por um legado de colonização, escravidão e formas contemporâneas de opressão ligadas à supremacia branca europeia (Dawes et al., 2024).

É importante ressaltar que, embora este estudo tenha encontrado relações significativas entre a cor da pele e o sofrimento psicológico, a decisão de agrupar indivíduos negros e pardos em uma única categoria pode obscurecer diferenças importantes dentro do grupo. O Brasil tem uma realidade racial caracterizada por um binário (ou seja, negro versus branco), bem como um contínuo de fenótipos e regiões históricas que moldam a forma e a intensidade da discriminação racial. Além disso, embora nossa amostra tenha revelado diferenças estatisticamente significativas na renda e na educação com base na cor da pele, essas diferenças estatísticas podem não refletir com precisão a complexidade e a profundidade das desigualdades estruturais para indivíduos negros e pardos em outras partes do Brasil. Estudos futuros precisarão codificar essas categorias raciais e considerar outras variáveis intersetoriais, como região, classe, educação e percepção fenotípica (presumida), para ampliar a compreensão dos efeitos multidimensionais do racismo.

Limitações do estudo e direções futuras

Embora acreditemos que nossos objetivos tenham sido atingidos, devemos reconhecer as limitações do estudo. Nosso estudo foi de natureza transversal, o que torna impossível estabelecer relações causais entre as variáveis estudadas. Isso significa que, em nossa pesquisa, não podemos estabelecer a relação causal entre cor da pele, sintomas de depressão e ansiedade e homonegatividade. Nossa pesquisa incluiu uma amostra não probabilística, composta por homens gays brasileiros com alto nível de escolaridade (40% dos participantes tinham concluído estudos de pós-graduação) e renda mais alta do que a da população brasileira (35% dos participantes tinham renda entre 1.500 e 2.250 euros). Esse perfil sociodemográfico foi encontrado em ambos os grupos de gays brancos e negros e pardos e não representa a realidade brasileira, onde a maioria da população, especialmente os negros e pardos, tem baixa renda e baixo nível de escolaridade, uma desigualdade social estrutural que se originou durante a colonização europeia e a abolição tardia da escravidão de negros e pardos e ainda está presente na realidade brasileira (Lima, 2021; Dawes et al., 2024).

Além disso, um possível viés de seleção precisa ser abordado. A pesquisa foi divulgada nas redes sociais das comunidades LGBTQIA+, portanto, tanto os indivíduos excluídos digitalmente quanto aqueles que não divulgam publicamente sua orientação sexual foram sub-representados. Acreditamos, com base na experiência clínica e em pesquisas anteriores, que a prevalência de sinais e sintomas de depressão, ansiedade e homonegatividade pode ser ainda maior nesses casos. Além disso, a maioria dos participantes do nosso estudo morava em São Paulo, a cidade mais populosa, multicultural e com diversidade étnica e racial do Brasil, onde os gays negros ou pardos têm maior probabilidade de serem representados e, portanto, menor probabilidade de sofrer racismo e homonegatividade, em comparação com outras regiões menos heterogêneas do país, como o sul, que é predominantemente branco. Acreditamos que o estigma sexual e o racismo são fenômenos discutidos mais abertamente em São Paulo do que em regiões menos desenvolvidas do país, como o Norte e o Nordeste. Assim, é possível que os homens gays de cor que vivem nas regiões menos desenvolvidas do país, bem como em pequenas áreas urbanas, enfrentem uma carga maior de estigma sexual e racismo.

Outra limitação deste estudo é a falta de variáveis que poderiam explicar parcialmente as diferenças encontradas, como discriminação e apoio social. As experiências com o racismo e o acesso a redes de apoio podem ser importantes para explicar as diferenças nos escores entre gays negros e pardos e brancos. Estudos futuros devem levar em conta essas variáveis para uma melhor compreensão dos mecanismos que afetam a saúde mental de gays negros e pardos. Além disso, embora a Escala de Homofobia Internalizada tenha

validação brasileira e consistência interna relativamente boa, essas propriedades psicométricas ainda precisam ser pouco exploradas em todas as categorias raciais; isso pode limitar nosso estudo, pois o instrumento pode não captar totalmente a extensão da homonegatividade internalizada pela cor da pele. Pesquisas futuras devem investigar a invariância de medição da Escala de Homofobia Internalizada para garantir a aplicabilidade em populações racial e etnicamente diversas.

Além disso, nossa classificação binária da cor da pele dos participantes como "branca" e "preta/marrom". Embora tenhamos nos baseado nas categorias do IBGE e em sua justificativa para coletar estatísticas, essa classificação pode ter mascarado diferenças significativas dentro de cada categoria de tom de pele. A identidade racial no Brasil é moldada por muitas variáveis, como o tom de pele, as características fenotípicas e a região. Além disso, as experiências de racismo podem diferir muito entre as categorias raciais "preta" e "parda". A autoidentificação sobre a cor da pele é importante; no entanto, não documentamos como os outros percebiam os participantes, pois as experiências de discriminação são muitas vezes moldadas pela forma como os outros percebem um indivíduo, especialmente devido ao papel do colorismo no Brasil. Por fim, usamos instrumentos de autorrelato para avaliar as variáveis de interesse. Acreditamos que a homonegatividade, especialmente a homonegatividade internalizada, pode ser mais difícil de perceber porque os mecanismos de defesa, como a negação, podem servir para proteger os indivíduos da dissonância cognitiva associada ao preconceito contra si mesmos. Da mesma forma, os sintomas de depressão e ansiedade também foram avaliados por autorrelato e podem ter sido subestimados pela capacidade dos participantes de se perceberem.

Essas limitações sugerem cautela na generalização de nossos resultados. Portanto, a realização de estudos de replicação com amostras maiores e mais prováveis de todas as regiões do Brasil, bem como pesquisas longitudinais, será fundamental para aprofundar nossa compreensão da relação entre cor da pele, homonegatividade e saúde mental entre homens gays no Brasil.

5. CONCLUSÕES

Os gays brasileiros avaliados relataram altos níveis de homonegatividade comunitária e internalizada e relataram uma alta frequência de sintomas de ansiedade e depressão. Encontramos níveis mais baixos de homonegatividade internalizada em homens gays negros e pardos. Esses resultados podem indicar a presença de mecanismos de proteção contra a internalização da homonegatividade e da depressão, mas não contra a ansiedade, que foi significativamente maior nesse grupo duplamente exposto ao peso do estigma. Nossos resultados reiteram a importância de desenvolver intervenções psicoterapêuticas específicas e programas educacionais interseccionais, bem como promover espaços culturais inclusivos e visibilidade para essas comunidades, considerando as especificidades da realidade sociocultural brasileira, com o objetivo de reduzir a homonegatividade e o racismo e seus efeitos. Essas iniciativas poderiam criar um ambiente social mais favorável para a construção de identidades gays positivas, independentemente da cor da pele.

REFERÊNCIAS

[1] ALCKMIN-CARVALHO, F. et al. Sinais e sintomas de depressão em homens gays brasileiros vivendo com HIV: um estudo transversal. *Psicologia, Saúde & Debate*, v. 10, p. 490-504, 2024. DOI: https://doi.org/10.22289/2446-922X.V10A2A30.

[2] ALCKMIN-CARVALHO, F.; CHIAPETTI, N.; NICHIATA, L. I. Homofobia internalizada e opressão social percebida por homens gays vivendo com HIV. *Psicologia e Saúde em Debate*, v. 9, p. 685-704, 2023. DOI: https://doi.org/10.22289/2446-922X.V9N2A40.

[3] ALVES, M. E. S.; ARAÚJO, L. F. Interseccionalidade, raça e sexualidade: compreensões para idosos negros LGBTI+. *Revista Psicologia IMED*, v. 12, p. 161-178, 2020. DOI: https://doi.org/10.18256/2175-5027.2020.v12i2.3517.

[4] BATISTA, T. S. et al. Homofobia internalizada e depressão em homens e mulheres homossexuais e bissexuais: Pesquisa de saúde LGBT+, 2020. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 29, e05412023, 2024. DOI: https://doi.org/10.1590/1413-81232024299.05412023.

[5] BECK, A. T. et al. Um inventário para medir a depressão. *Archives of General Psychiatry*, v. 4, p. 561-571, 1961. DOI: https://doi.org/10.1001/archpsyc.1961.01710120031004.

[6] BELANDI, C.; GOMES, I. Censo 2022: pela primeira vez desde 1991, a maior parte da população brasileira se declara parda. *Agência de Notícias do IBGE*, 22 dez. 2023. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38719-censo-2022-pela-primeira-vez-desde-1991-a-maior-parte-da-populacao-do-brasil-se-declara-parda. Acesso em: 3 jan. 2025.

[7] BERG, R. C.; MUNTHE-KAAS, H. M.; ROSS, M. W. Internalized homonegativity: A systematic mapping review of empirical research. *Journal of Homosexuality*, v. 63, n. 4, p. 541-558, 2016. DOI: https://doi.org/10.1080/00918369.2015.1083788.

[8] BIAGGIO, A. M. B.; NATALÍCIO, L.; SPIELBERGER, C. D. Desenvolvimento da forma experimental em português do Inventário de Ansiedade Traço-Estado de Spielberger (IDATE). *Arquivos Brasileiros de Psicologia Aplicada*, v. 29, p. 31-44, 1977.

[9] BIJOU, C.; COLEN, C. G. Shades of health: Skin color, ethnicity, and mental health among Black Americans. *Social Science & Medicine*, v. 313, p. 115387, 2022. DOI: https://doi.org/10.1016/j.socscimed.2022.115387.

[10] BOWLEG, L. "Once you've blended the cake, you can't take the parts back to the main ingredients": Black gay and bisexual men's descriptions and experiences of intersectionality. *Sex Roles*, v. 68, p. 754-767, 2013. DOI: https://doi.org/10.1007/s11199-012-0152-4.

[11] BROWN, L. L. et al. Measuring more than exposure: does stress appraisal matter for Black-White differences in anxiety and depressive symptoms among older adults? *Innovation in Aging*, v. 4, p. 5, 2020. DOI: https://doi.org/10.1093/geroni/igaa040.

[12] CALABRESE, S. K. et al. Sexual stereotypes ascribed to Black men who have sex with men: an intersectional analysis. *Archives of Sexual Behavior*, v. 47, p. 143-156, 2018. DOI: https://doi.org/10.1007/s10508-017-1009-2.

[13] CALHOUN, L. G.; TEDESCHI, R. G. *Handbook of Posttraumatic Growth: Research & Practice*. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates, 2006.

[14] CARVER, C. S. et al. Adulthood personality correlates of childhood adversity. *Frontiers in Psychology*, v. 5, p. 1357, 2014. DOI: https://doi.org/10.3389/fpsyg.2014.01357.

[15] COHEN, J. *Statistical Power Analysis for the Behavioral Sciences*. 2. ed. Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum Associates, 1988.

[16] CURY, D. G. et al. A influência da religião cristã na formação de posicionamentos referentes à homossexualidade. *Perspectivas em Psicologia*, v. 17, p. 51-64, 2013. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/perspectivasempsicologia/article/download/28039/15446/111012. Acesso em: 26 maio 2024.

[17] CYRUS, K. Multiple minorities as multiply marginalized: aplicando a teoria do estresse das

minorias às pessoas LGBTQ de cor. *Journal of Gay & Lesbian Mental Health*, v. 19, p. 132-139, 2017. DOI: https://doi.org/10.1080/19359705.2017.1320739.

[18] DAWES, H. C. et al. Quais tipos de apoio social são importantes para homens negros de minorias sexuais que enfrentam a homofobia internalizada? Achados de uma análise de mediação. *Frontiers in Psychology*, v. 15, 2024. DOI: https://doi.org/10.3389/fpsyg.2024.1235920.

[19] DE OLIVEIRA, F. M. Desigualdade social: uma trajetória de insistência no Brasil. *Contribuições às Ciências Sociais*, v. 16, n. 7, p. 6750-6766, 2023. DOI: https://doi.org/10.55905/revconv.16n.7-151.

[20] DELLA TORRE, R.; PEREIRA, H. Experiências vividas por minorias sexuais em sua conquista de liderança e bem-estar psicossocial em ambientes organizacionais. *Humanities and Social Sciences Communications*, v. 11, p. 1091, 2024.

[21] DENISSEN, J. J. A. et al. Transactions between life events and personality traits across the adult lifespan. *Journal of Personality and Social Psychology*, v. 116, p. 612-633, 2019. DOI: https://doi.org/10.1037/pspp0000196.

[22] DIGUISEPPI, G. T. et al. Multiple minority stress and behavioral health among young Black and Latino sexual minority men. *LGBT Health*, v. 9, p. 114-121, 2022. DOI: https://doi.org/10.1089/lgbt.2021.0230.

[23] DORNELAS, H.; NUNES, R. Combatendo a LGBTfobia: Brasil registra mais 33 mil violações só em 2024. *Correio Braziliense*, 17 maio 2024. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/cidades-df/2024/12/7003682-df-registra-44667-de-aumento-nos-casos-de-homotransfobia.html. Acesso em: 13 dez. 2024.

[24] DRAZDOWSKI, T. K. et al. Structural equation modeling of the effects of racism, LGBTQ discrimination, and internalized oppression on illicit drug use in LGBTQ people of color. *Drug and Alcohol Dependence*, v. 159, p. 255-262, 2016. DOI: https://doi.org/10.1016/j.drugalcdep.2015.12.029.

[25] DUPRAS, A. Internalized homophobia and psychosexual adjustment among gay men. *Psychological Reports*, v. 75, p. 23-28, 1994. DOI: https://doi.org/10.2466/pr0.1994.75.1.23.

[26] EL PAÍS. O que Bolsonaro de fato disse sobre mulheres, negros e gays. *El País*, 7 out. 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/06/politica/1538859277_033603.html. Acesso em: 13 dez. 2024.

[27] FELNER, J. K. et al. Stress, coping, and context: Examinar o uso de substâncias entre jovens adultos LGBTQ com prováveis transtornos por uso de substâncias. *Psychiatric Services*, v. 71, p. 112-120, 2020. DOI: https://doi.org/10.1176/appi.ps.201900029.

[28] FERRARI, W.; NASCIMENTO, M. A. F. D.; NOGUEIRA, C.; RODRIGUES, L. A violência nas trajetórias afetivo-sexuais de jovens gays: "novas" configurações e "velhos" desafios. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 26, p. 2729-2738, 2021. DOI: https://doi.org/10.1590/1413-81232021267.07252021.

[29] FRANCISCO, L. C. F. D. L. et al. Ansiedade em minorias sexuais e de gênero: uma revisão integrativa. *Brazilian Journal of Psychiatry*, v. 69, p. 48-56, 2020. DOI: https://doi.org/10.1590/0047-2085000000255.

[30] FROST, D. M.; MEYER, I. H. Internalized homophobia and relationship quality among lesbians, gay men, and bisexuals (Homofobia internalizada e qualidade do relacionamento entre lésbicas, gays e bissexuais). *Journal of Counseling Psychology*, v. 56, n. 1, p. 97, 2009. DOI: https://doi.org/10.1037/a0012844.

[31] FROST, D. M.; MEYER, I. H. Minority stress theory: Application, critique, and continued relevance. *Current Opinion in Psychology*, v. 51, p. 101579, 2023. DOI: https://doi.org/10.1016/j.copsyc.2023.101579.

[32] GOODMAN, A. H. Why genes don't count (for racial differences in health). *American Journal of Public Health*, v. 90, n. 11, p. 1699-1702, 2000. DOI: https://doi.org/10.2105/ajph.90.11.1699.

[33] GORENSTEIN, C.; ANDRADE, L. Beck Depression Inventory: propriedades psicométricas da versão em português. *Revista de Psiquiatria Clínica*, v. 25, p. 245-250, 1998. DOI: https://doi.org/10.1002/(sici)1097-4679(199905)55:5<553::aid-jclp3>3.0.co;2-d.

[34] HEREK, G. M.; CHOPP, R.; STROHL, D. Sexual stigma: putting sexual minority health issues in context. In: MEYER, I. H.; NORTHRIDGE, M. E. (ed.). *The Health of Sexual Minorities: Public Health*

Perspectives on Lesbian, Gay, Bisexual and Transgender Populations. Nova York: Springer, 2007. p. 171-208. DOI: https://doi.org/10.1007/978-0-387-31334-4_8.

[35] HEREK, G. M.; CHOPP, R.; STROHL, D. Sexual stigma: Putting sexual minority health issues in context. In: MEYER, I. H.; NORTHRIDGE, M. E. (Org.). *The Health of Sexual Minorities: Public Health Perspectives on Lesbian, Gay, Bisexual and Transgender Populations*. Nova York: Springer, 2007. p. 171-208. DOI: https://doi.org/10.1007/978-0-387-31334-4_8.

[36] HUANG, Y. T. et al. How intersectional are mental health interventions for sexual minority people? A systematic review. *LGBT Health*, v. 7, p. 220-236, 2020. DOI: https://doi.org/10.1089/lgbt.2019.0328.

[37] HUNTER, M. A. All the gays are white and all the blacks are straight: Black gay men, identity, and community. *Sexuality Research and Social Policy*, v. 7, p. 81-92, 2010. DOI: https://doi.org/10.1007/s13178-010-0011-4.

[38] INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística. *Pesquisa Nacional de Saúde 2019: orientação sexual auto-identificada da população adulta*. IBGE, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, 2022. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101934. Acesso em: 12 dez. 2024.

[39] JASPAL, R.; BLOXSOM, C. Identity processes, stressors and mental health in Black, Asian and minority ethnic sexual minorities. In: *Sexual minorities and mental health: current perspectives and new directions*. Cham: Springer International Publishing, 2023. p. 107-133. DOI: https://doi.org/10.1007/978-3-031-37438-8_6.

[40] JASPAL, R.; BREAKWELL, G. M. Identity resilience, social support and internalized homonegativity in gay men. *Psychology & Sexuality*, v. 13, n. 10, p. 1270-1287, 2022. DOI: https://doi.org/10.1080/19419899.2021.2016916.

[41] JASPAL, R.; BREAKWELL, G. M. Identity resilience, social support and internalized homonegativity in gay men. *Psychology & Sexuality*, v. 13, p. 1270-1287, 2022. DOI: https://doi.org/10.1080/19419899.2021.2016916.

[42] LEWIS, K. M.; BYRD, D. A.; OLLENDICK, T. H. Anxiety symptoms in African-American and Caucasian youth: relations to negative life events, social support, and coping. *Journal of Anxiety Disorders*, v. 26, p. 32-39, 2012. DOI: https://doi.org/10.1016/j.janxdis.2011.08.007.

[43] LIMA, A. B. Our Everyday Racism: Contradições de uma sociedade que se apresenta como racialmente democrática. *Athenea Digital*, v. 21, p. 1-14, 2021. DOI: http://doi.org/10.5565/rev/athenea.2734.

[44] LIMA, M. E. O. Ensaio de revisão: Relações raciais e racismo no Brasil. *Culture & Psychology*, v. 13, p. 461-473, 2007. DOI: https://doi.org/10.1177/1354067X07082805.

[45] LIN, H. C. et al. Associations among perceived sexual stigma from family and peers, internalized homonegativity, loneliness, depression, and anxiety among gay and bisexual men in Taiwan. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, v. 19, p. 6225, 2022. DOI: https://doi.org/10.3390/ijerph19106225.

[46] LIN, H.-C. et al. Percepção das atitudes da população em geral com relação à homossexualidade em Taiwan: roles of demographic factors, mental health, and social debates on legalizing same-sex marriage. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, v. 18, p. 2618, 2021. DOI: https://doi.org/10.3390/ijerph18052618.

[47] LIRA, A. N.; DE MORAIS, N. A. Validity evidences of the Internalized Homophobia Scale for Brazilian gays and lesbians. *Psico-USF*, v. 24, n. 2, p. 361-372, 2019. DOI: https://doi.org/10.1590/1413-82712019240212.

[48] LIU, H.; HSIEH, N.; LAI, W. H. Sexual identity and self-rated health in midlife: evidence from the Health and Retirement Study. *Health Equity*, v. 5, p. 587-595, 2021. DOI: https://doi.org/10.1089/heq.2021.0034.

[49] LOUIE, P. Revisiting the cost of skin color: Discrimination, mastery, and mental health among Black adolescents. *Society and Mental Health*, v. 10, p. 1-19, 2020. DOI: https://doi.org/10.1177/2156869318820092.

[50] LYONS, A. et al. Recent versus lifetime experiences of discrimination and the mental and physical

health of older lesbian women and gay men. *Ageing and Society*, v. 41, p. 1072-1093, 2021. DOI: https://doi.org/10.1017/S0144686X19001533.

[51] MALYON, A. K. Psychotherapeutic implications of internalized homophobia in gay men. *Journal of Homosexuality*, v. 7, n. 2, p. 59-69, 1982. DOI: https://doi.org/10.1300/j082v07n02_08.

[52] MEDINA, M. Brasil registra número recorde de pessoas LGBT+ eleitas nas eleições municipais de 2024. *Brasil de Fato*, 7 out. 2024. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2024/10/07/brasil-registra-recorde-de-pessoas-lgbt-eleitas-nas-eleicoes-municipais-de-2024. Acesso em: 12 dez. 2024.

[53] MEREISH, E. H.; POTEAT, V. P. A relational model of sexual minority mental and physical health: The negative effects of shame on relationships, loneliness, and health. *Journal of Counseling Psychology*, v. 62, n. 3, p. 425-437, 2015. DOI: https://doi.org/10.1037/cou0000088.

[54] MEYER, I. H. et al. Minority stress, distress, and suicide attempts in three cohorts of sexual minority adults: a U.S. probability sample. *PLoS ONE*, v. 16, e0246827, 2021. DOI: https://doi.org/10.1371/journal.pone.0246827.

[55] MEYER, I. H. et al. Minority stress, distress, and suicide attempts in three cohorts of sexual minority adults: a U.S. probability sample. *PLoS ONE*, v. 16, e0246827, 2021. DOI: https://doi.org/10.1371/journal.pone.0246827.

[56] MEYER, I. H. Minority stress and mental health in gay men. *Journal of Health and Social Behavior*, v. 36, p. 38-56, 1995. DOI: https://doi.org/10.2307/2137286.

[57] MEYER, I. H. Prejudice, social stress, and mental health in lesbian, gay, and bisexual populations: Conceptual issues and research evidence. *Psychological Bulletin*, v. 129, n. 5, p. 674-697, 2003. DOI: https://doi.org/10.1037/0033-2909.129.5.674.

[58] MEYER, I. H. Prejudice, social stress, and mental health in lesbian, gay, and bisexual populations: questões conceituais e evidências de pesquisa. *Psychology of Sexual Orientation and Gender Diversity*, v. 1, p. 3-26, 2013. DOI: https://doi.org/10.1037/2329-0382.1.S.3.

[59] MEYER, I. H.; DIETRICH, J.; SCHWARTZ, S. Lifetime prevalence of mental disorders and suicide attempts in diverse lesbian, gay, and bisexual populations. *American Journal of Public Health*, v. 98, p. 1004-1006, 2008. DOI: https://doi.org/10.2105/AJPH.2006.096826.

[60] MEYER, I. H.; DIETRICH, J.; SCHWARTZ, S. Lifetime prevalence of mental disorders and suicide attempts in diverse lesbian, gay, and bisexual populations. *American Journal of Public Health*, v. 98, p. 1004-1006, 2008. DOI: https://doi.org/10.2105/AJPH.2006.096826.

[61] MILLER, G. H. et al. Neighbourhood cohesion and psychological distress across race and sexual orientation. *SSM - Population Health*, v. 18, p. 101134, 2022. DOI: https://doi.org/10.1016/j.ssmph.2022.101134.

[62] MOELLER, K. The politics of curricular erasure: debates sobre raça, gênero e sexualidade no currículo brasileiro "common core". *Race Ethnicity and Education*, v. 24, p. 18-38, 2020. DOI: https://doi.org/10.1080/13613324.2020.1798382.

[63] MOLINA, Y. et al. Racial disparities in health behaviors and conditions among lesbian and bisexual women: The role of internalized stigma. *LGBT Health*, v. 1, n. 2, p. 131-139, 2014. DOI: https://doi.org/10.1089/lgbt.2013.0007.

[64] MOODY, R. L. et al. Internalized homophobia and drug use in a national cohort of gay and bisexual men: examining depression, sexual anxiety, and gay community attachment as mediating factors. *Archives of Sexual Behavior*, v. 47, p. 1133-1144, 2018. DOI: https://doi.org/10.1007/s10508-017-1009-2.

[65] MOODY, R. L. et al. Internalized homophobia and drug use in a national cohort of gay and bisexual men: examining depression, sexual anxiety, and gay community attachment as mediating factors. *Archives of Sexual Behavior*, v. 47, p. 1133-1144, 2018. DOI: https://doi.org/10.1007/s10508-017-1009-2.

[66] MORI, L. 96% homens, 48% pardos, 30% sem julgamento: o perfil dos presos no Brasil. *BBC News Brasil*, 17 out. 2024. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/articles/c0k4nmd3e2xo. Acesso em: 3 jan. 2025.

[67] MORRISON, M. A.; MORRISON, T. G. Sexual orientation bias towards gay men and lesbian women: Modern homonegative attitudes and their association with discriminatory behavioral intentions. *Journal of Applied Social Psychology*, v. 41, n. 11, p. 2573-2599, 2011. DOI: https://doi.org/10.1111/j.1559-

1816.2011.00838.x.

[68] MOURA FÉ, A. de. *Na pele que se habita – diálogos, vivências e construção das masculinidades negras gays na universidade*. 2024. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Piauí, Teresina. Disponível em: http://repositorio.ufpi.br:8080/bitstream/handle/123456789/3698/Dissetação%20MouraFé%20%20ok.pdf?sequence=1.

[69] NADAL, K. L. et al. Microaggressions toward lesbian, gay, bisexual, transgender, queer, and genderqueer people: A review of the literature. *Journal of Sex Research*, v. 53, n. 4-5, p. 488-508, 2016. DOI: https://doi.org/10.1080/00224499.2016.1142495.

[70] NADAL, K. L. et al. The adverse impact of racial microaggressions on college students' self-esteem. *Journal of College Student Development*, v. 55, p. 461-474, 2014. DOI: https://doi.org/10.1353/csd.2014.0051.

[71] OH, H. et al. Ethno-racial differences in anxiety and depression impairment among emerging adults in higher education. *SSM - Population Health*, v. 26, p. 101678, 2024. DOI: https://doi.org/10.1016/j.ssmph.2024.101678.

[72] OH, H. et al. Ethno-racial differences in anxiety and depression impairment among emerging adults in higher education. *SSM - Population Health*, v. 26, p. 101678, 2024. DOI: https://doi.org/10.1016/j.ssmph.2024.101678.

[73] PARKER, L. L.; HARRIGER, J. A. Eating disorders and disordered eating behaviors in the LGBT population: a review of the literature. *Journal of Eating Disorders*, v. 8, p. 1-20, 2020. DOI: https://doi.org/10.1186/s40337-020-00327-y.

[74] PERRY, N. et al. Longitudinal associations of relationship support and strain and internalized homophobia with mental health among middle-aged and older gay and bisexual men. *Aging & Mental Health*, v. 27, n. 8, p. 1609-1618, 2023. DOI: https://doi.org/10.1080/13607863.2022.2146656.

[75] PLATT, L. F.; SCHEITLE, C. P. Sexual orientation and psychological distress: differences by race and gender. *Journal of Gay & Lesbian Mental Health*, v. 22, p. 204-225, 2018. DOI: https://doi.org/10.1080/19359705.2018.1437583.

[76] PLUMAS, C. et al. The relation between internalized homophobia, coping, and psychological distress in French gay men. *Journal of Gay & Lesbian Mental Health*, 2024, p. 1-20. DOI: https://doi.org/10.1080/19359705.2024.2386944.

[77] PLUMAS, C. et al. The relation between internalized homophobia, coping, and psychological distress in French gay men. *Journal of Gay & Lesbian Mental Health*, 2024, p. 1-20. DOI: https://doi.org/10.1080/19359705.2024.2386944.

[78] PURDIE-VAUGHNS, V.; EIBACH, R. P. Invisibilidade interseccional: the distinctive advantages and disadvantages of multiple subordinate-group identities. *Sex Roles*, v. 59, p. 377-391, 2008. DOI: https://doi.org/10.1007/s11199-008-9424-4.

[79] QUINN, K. G. et al. Intersectional resilience among Black gay, bisexual, and other men who have sex with men, Wisconsin and Ohio, 2019. *American Journal of Public Health*, v. 112, p. S405-S412, 2022. DOI: https://doi.org/10.2105/AJPH.2021.306677.

[80] RIVAS-KOEHL, M.; RIVAS-KOEHL, D.; MCNEIL SMITH, S. The temporal intersectional minority stress model: Reimaginando a teoria do estresse das minorias. *Journal of Family Theory & Review*, v. 15, p. 706-726, 2023. DOI: https://doi.org/10.1111/jftr.12529.

[81] ROSS, M. W.; ROSSER, B. R. S. The internalized homophobia scale: uma nova medida para avaliar os aspectos cognitivos e emocionais da homofobia internalizada. *Journal of Clinical Psychology*, v. 52, p. 15-21, 1996. DOI: https://doi.org/10.1002/(SICI)1097-4679(199601)52:1<15::AID-JCLP2>3.0.CO.

[82] RUSSELL, G. M. Internalized homophobia: Lessons from the Mobius strip. In: BROWN, C.; AUGUSTA-SCOTT, T. (Org.). *Narrative Therapy: Making Meaning, Making Lives*. Thousand Oaks, CA: Sage Publications, 2007. p. 151-173. DOI: https://doi.org/10.4135/9781452225869.n8.

[83] RUSSELL, G. M. Internalized Homophobia: Lessons From the Mobius Strip. In: BROWN, C.; AUGUSTA-SCOTT, T. (Ed.). *Narrative Therapy: Making Meaning, Making Lives*. Thousand Oaks, CA: Sage Publications, 2007. p. 151-173. DOI: https://doi.org/10.4135/9781452225869.n8.

[84] SALERNO, J. P. et al. Impact of racist microaggressions and LGBTQ related minority stressors: effects on psychological distress among LGBTQ+ young people of color. *Preventing Chronic Disease*, v. 20, p. 220371, 2023. DOI: https://doi.org/10.5888/pcd20.220371.

[85] SILVA, L. C.; OLIVEIRA, R. S.; CARVALHO, A. P. D. Avanços e desafios contemporâneos no processo de garantia dos direitos humanos da população LGBT no Brasil. *Revista Jurídica Luso-Brasileira*, v. 4, p. 1893-1917, 2020. DOI: https://doi.org/10.1590/1413-812320222710.06422022en.

[86] SMOLEN, J. R.; DE ARAÚJO, E. M. Raça/cor da pele e transtornos de saúde mental no Brasil: uma revisão sistemática da literatura. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 22, p. 4021-4030, 2017. DOI: (incompleto, favor revisar link).

[87] SOWE, B. J.; BROWN, J.; TAYLOR, A. J. Sex and the sinner: comparing religious and nonreligious same-sex attracted adults on internalized homonegativity and distress. *American Journal of Orthopsychiatry*, v. 84, p. 530-544, 2014. DOI: https://doi.org/10.1037/ort0000021.

[88] SOWE, B. J.; BROWN, J.; TAYLOR, A. J. Sex and the sinner: Comparing religious and nonreligious same-sex attracted adults on internalized homonegativity and distress. *American Journal of Orthopsychiatry*, v. 84, n. 5, p. 530-544, 2014. DOI: https://doi.org/10.1037/ort0000021.

[89] SPALDING, D. M. et al. Adult aging moderates the relationship between trait cognitive anxiety and subjective everyday cognitive difficulties. *Frontiers in Psychology*, v. 12, 2021. DOI: https://doi.org/10.3389/fpsyg.2021.747839.

[90] SPIELBERGER, C. D.; GORSUCH, R. L.; LUSHENE, R. E. *Manual for the State-Trait Anxiety Inventory*. Palo Alto, CA: Consulting Psychologists Press, 1970.

[91] TURRA, C. M.; ANDRADE, L. C. Expectativa de vida por raça ou cor no Brasil (Artigo nº 08). Instituto Mobilidade e Desenvolvimento Social, nov. 2024. Disponível em: https://imdsbrasil.org/publicacao/expectativa-de-vida-por-raca-ou-cor-no-brasil/. Acesso em: 3 jan. 2025.

[92] VIEHL, C. et al. How do sexual minority men experience burnout in the mental health field: A grounded theory study. *Journal of Gay & Lesbian Mental Health*, v. 22, p. 52-70, 2018. DOI: https://doi.org/10.1080/19359705.2017.1357663.

[93] WADE, R. M.; HARPER, G. W. Racialized sexual discrimination (RSD) in online sexual networking: Moving from discourse to measurement. *Journal of Sex Research*, v. 58, n. 7, p. 795-807, 2021. DOI: https://doi.org/10.1080/00224499.2020.1808945.

[94] WAGNER, E. H.; AUSTIN, B. T.; VON KORFF, M. Organizing care for patients with chronic illness. *The Milbank Quarterly*, v. 74, p. 511-544, 1996. DOI: https://doi.org/10.2307/3350391.

[95] WAGNER, E. H.; AUSTIN, B. T.; VON KORFF, M. Organizing care for patients with chronic illness (Organizando o atendimento a pacientes com doenças crônicas). *The Milbank Quarterly*, v. 74, n. 4, p. 511-544, 1996. DOI: https://doi.org/10.2307/3350391.

[96] WATKINS, D. C.; HAWKINS, J.; MITCHELL, J. A. The discipline's escalating whisper: o trabalho social e a saúde mental dos homens negros. *Research on Social Work Practice*, v. 25, p. 24, 2015. DOI: https://doi.org/10.1177/1049731514526621.

[97] WILLIAMSON, I. R. Internalized homophobia and health issues affecting lesbians and gay men. *Health Education Research*, v. 15, n. 1, p. 97-107, 2000. DOI: https://doi.org/10.1093/her/15.1.97.

[98] WILLIAMSON, I. R. Internalized homophobia and health issues affecting lesbians and gay men. *Health Education Research*, v. 15, p. 97-107, 2000. DOI: https://doi.org/10.1093/her/15.1.97.

[99] WILSON, E. J. et al. Rumination mediates associations between microaggressions and sleep quality in Black Americans: the toll of racial microstressors. *Journal of Behavioral Medicine*, v. 47, p. 515-530, 2024. DOI: https://doi.org/10.1007/s10865-023-00464-0.

[100] ZAMBONI, B. D.; CRAWFORD, I. Minority stress and sexual problems among African-American gay and bisexual men. *Archives of Sexual Behavior*, v. 36, p. 569-578, 2007. DOI: https://doi.org/10.1007/s10508-006-9081-z.

Capítulo 4

Entre o altar e o armário: a influência da religião na construção da identidade e saúde mental de homens gays brasileiros

Felipe Alckmin-Carvalho
Iara do Nacimento Teixeira
Guilherme Welter Wendt
António de Pádua Jesue Oliveira
Henrique Pereira

Resumo: Introdução: Diferentes narrativas religiosas associam a sexualidade entre pessoas do mesmo sexo, em suas várias manifestações, com desvio moral ou pecado. Os homens gays que são socializados em comunidades mais religiosas parecem experimentar e internalizar níveis mais elevados de homonegatividade, bem como apresentar maiores indicadores de sintomas depressivos. O objetivo deste estudo foi avaliar indicadores de homonegatividade percebida na comunidade e internalizada e sinais/sintomas de depressão relatados por homens gays brasileiros com uma religião nominal e compará-los com aqueles relatados por ateus ou agnósticos. Método: Nossa amostra foi composta por 194 homens gays brasileiros, distribuídos em três grupos: Cristãos (Protestantes e Católicos, n= 71; 36,6%); Espiritualistas (Kardecistas ou religiões de origem africana, n = 52; 26,8%) e Ateus ou Agnósticos (n = 71; 36,6%). Foram usados os seguintes instrumentos de medição: questionário sociodemográfico, Escala de Homofobia Internalizada e Escala de Depressão de Beck. Resultados: Foram verificados altos escores médios de depressão em todos os grupos, e 60% da amostra apresentou algum nível de depressão. Houve um nível mais alto de homonegatividade autorrelatada entre cristãos e espiritualistas em comparação com a relatada por ateus ou agnósticos, sendo que as diferenças entre os grupos foram significativas. A análise de regressão indicou um efeito significativo da religião sobre a homonegatividade, mas não sobre a depressão. Conclusão: Nossos resultados sugerem que a exposição crônica de homens gays a contextos de afiliação religiosa não afirmativa pode prejudicar a construção de uma identidade gay positiva e deve ser levada em consideração ao abordar as desigualdades de saúde mental das minorias sexuais.

Palavras-chave: homossexualidade masculina, homonegatividade, estigma, depressão, religião, religiosidade, estigma sexual, LGBTQIA+, saúde mental, estudo transversal.

1. INTRODUÇÃO

A homonegatividade é caracterizada por reações negativas e crenças preconceituosas relacionadas à homossexualidade, que podem ser expressas em isolamento social, violência física e verbal ou até mesmo em formas menos óbvias de estigma (ArchibalD; Dunn, 2014; Morrison et al., 1997). Portanto, o termo "homonegatividade" oferece uma perspectiva que engloba, além das formas evidentes de discriminação e violência, formas mais sutis de preconceito, discriminação e violência simbólica, consideradas microagressões (Morrison et al., 1997). Esse fenômeno e suas várias manifestações permanecem frequentes nos países da América Latina, especialmente no Brasil (MENDES; Da Silva, 2020; Ministério dos Direitos Humanos, 2018; Parente; Lira dos Santos; Alencar, 2018), e estão associados a vários resultados negativos para a saúde mental, prejuízos no funcionamento adaptativo, redução da qualidade de vida autorrelatada, maior frequência de ideação suicida, tentativas de suicídio e morte por suicídio (Bolton; Sareen, 2011; Hatchel; Merrin; Espelage, 2018; Meyer et al., 2021; Neto et al., 2022; Jaspal; Lopes; Rehman, 2019; Pakula et al., 2016; Smith et al., 2016). Além disso, não faltam evidências sobre as disparidades de saúde mental associadas com orientação sexual não heterossexual e seus efeitos duradouros ao longo do desenvolvimento humano, que também afetam negativamente o nível de satisfação com a vida (Pachankis; Bränström, 2018), a percepção de significado na vida (Douglass; Conlin; Duffy, 2019), a saúde ocupacional (Oliveira; Pereira; Alckmin-Carvalho, 2024) e a satisfação com relacionamentos afetivos e sexuais (Gorczynski; FASOLI, 2022), sendo esses efeitos modulados pelo nível de estigma estrutural na comunidade contra as minorias sexuais.

Embora tenha havido progresso na agenda de direitos LGBTQIA+ nas últimas décadas no Brasil, como a criminalização de atos de violência dirigidos à população LGBTQIA+ pelo Supremo Tribunal Federal (Amorim; Amorim; Pereira, 2021), o direito ao casamento entre pessoas do mesmo sexo (Figueiredo, 2021) e a proibição pelos conselhos federais de medicina e psicologia de terapias para reverter a orientação homossexual (Aragusuku; Lara, 2020), a homonegatividade continua disseminada na comunidade brasileira (Alckmin-Carvalho; Pereira; Nichiata, 2024). Por exemplo, um estudo recente (Alckimin-Carvalho; Chiapetti; Nichiata, 2023), que avaliou a percepção da homonegatividade na comunidade entre homens gays brasileiros, constatou que mais de 93% dos participantes acreditam que a sociedade pune os homossexuais e 98,55% que a discriminação contra pessoas LGBTQIA+ ainda é comum.

Os homens gays brasileiros tendem a ser socializados, desde a infância, e expostos a mensagens nas quais a homossexualidade, em todas as suas diferentes manifestações, é considerada inferior e indesejável, ou mesmo uma doença ou pecado. Uma das consequências mais difundidas da exposição crônica à homonegatividade é a internalização do estigma pelos gays (Mayfield, 2001). A homonegatividade internalizada refere-se a um processo que ocorre exclusivamente em indivíduos não heterossexuais que internalizam crenças e atitudes negativas sobre a homossexualidade em relação a si mesmos, bem como em relação a outras pessoas homossexuais e à homossexualidade de forma mais ampla (Mayfield, 2001). A internalização do estigma sexual está associada à vergonha e à culpa por pensamentos e comportamentos associados à homoafetividade (Meladze; Brown, 2015), baixa autoestima (Wang; Miao; Chang, 2021), angústia psicológica (Wang; Miao; Chang, 2021; Lin et al., 2022), sentimentos de inadequação e solidão (Lin et al., 2022), rede de apoio social restrita associada a déficits em habilidades socioemocionais e medo da intimidade (Guzmán-González et al., 2023; Paveltchuk; Borsa, 2019), menor satisfação em relacionamentos afetivo-sexuais (Liang; Huang, 2022) e

psicopatologias (Lin et al., 2022; Yolaç; Meriç, 2020). Parte da homonegatividade, altamente difundida em diferentes contextos sociais brasileiros, está relacionada a narrativas religiosas que associam essa forma de sexualidade, abertamente ou de forma perniciosa e velada, ao pecado, ao desvio moral ou à consequência de erros cometidos em encarnações anteriores (Natividade, 2006; Natividade; De Oliveira, 2009; Natividade; Oliveira, 2013; Pereira, 2023).

A população brasileira é marcadamente religiosa. De acordo com o último censo sociodemográfico, a população brasileira é predominantemente cristã, católica ou evangélica (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010). Em um estudo recente que avaliou a religiosidade e a espiritualidade em 26 países dos hemisférios norte e sul, constatou-se que o Brasil ficou em primeiro lugar em termos de prevalência de crença religiosa, com 89% dos participantes acreditando em um ser superior e 76% relatando ter uma religião (Boyon, 2021).

Tanto a igreja católica quanto a protestante têm a "Bíblia Sagrada" como base dogmática, um livro no qual a homossexualidade é retratada como um desvio, uma manifestação não natural da sexualidade, considerada um pecado, a ser punida com ostracismo social, violência e morte. Especialmente nas últimas décadas, mensagens predominantes nas instituições religiosas brasileiras, como "Deus ama os pecadores, mas odeia o pecado", têm sido usadas para justificar uma postura de aparente aceitação de indivíduos homossexuais nas instituições religiosas (Cury et al., 2013). Entretanto, essa aparente aceitação está normalmente associada à desaprovação da homossexualidade e condicionada pela recomendação de repressão e sublimação da sexualidade, o que pode levar a várias formas de sofrimento social e psicossexual (Gomes; Souza, 2021; Boppana; Gross, 2019; Gibbs; Goldbach, 2021; Pietkiewicz; Kołodziejczyk-Skrzypek, 2016; Sowe; Brown; Taylor, 2014; Wilkerson et al., 2012).

O panorama da experiência religiosa das minorias sexuais no contexto das religiões espíritas não difere substancialmente da realidade observada no contexto cristão no Brasil (Natividade; Oliveira, 2013; Pereira, 2023; Gomes; Souza, 2021). Pereira (2023) ressalta que, embora a doutrina de Allan Kardec e os ensinamentos de médiuns influentes, como Chico Xavier e Divaldo Franco, ofereçam uma visão neutra que considera a homossexualidade, essa abordagem não é unânime entre os praticantes do Espiritismo. Em alguns grupos dessa religião, a homossexualidade é entendida como uma consequência de comportamentos moralmente desviantes em vidas passadas, como uma forma de "pagar uma dívida simbólica" (Lopes, 2013).

As religiões de matriz africana, como o Candomblé e a Umbanda, apresentam, aparentemente, uma abordagem mais inclusiva e menos normativa da diversidade sexual (Pereira, 2023). Nessas tradições, a espiritualidade e a essência não estão relacionadas à identidade de gênero ou à orientação sexual, transcendendo a dualidade de gênero. Os dogmas institucionais, portanto, não impõem normas rígidas de conduta sexual (Pereira, 2023). No entanto, no Brasil, as religiões de origem africana são influenciadas pelo catolicismo e pelo espiritismo, que podem incluir a noção de homossexualidade como uma manifestação de sexualidade menos desenvolvida em termos espirituais. Portanto, nenhuma religião brasileira, entre as mais predominantes no Brasil, adota uma posição institucional abertamente afirmativa em relação à diversidade sexual e de gênero.

Nas últimas décadas, observou-se uma redução no número de indivíduos católicos, bem como o surgimento de novas denominações evangélicas ultraconservadoras, fenômeno mais prevalente entre as comunidades de baixa renda, oriundas das periferias dos

grandes centros urbanos ou de pequenas cidades do interior dos estados brasileiros (Boyon, 2021). Em termos dogmáticos, houve mudanças no relaxamento parcial dos dogmas católicos na compreensão da homossexualidade e um endurecimento dos dogmas evangélicos (Cury et al., 2013; Gomes; Souza, 2021).

A influência dos princípios religiosos na vida cotidiana dos brasileiros vai além dos limites das igrejas, comunidades ou congregações e está presente em diferentes contextos sociais (Rosa; Esperandio, 2022; Trevisan, 2013). Esses dogmas religiosos podem ser vistos, por exemplo, na formação de partidos políticos compostos predominantemente por indivíduos evangélicos, que defendem agendas que impedem o progresso no campo dos direitos humanos para as minorias sexuais no Brasil, como o direito ao casamento e a adoção de crianças por casais do mesmo sexo (Trevisan, 2013; De Mello Côrtes; Gonçalves Buzolin, 2024).

Em uma recente revisão integrativa da literatura, que avaliou os efeitos da religiosidade e da espiritualidade sobre a percepção da homonegatividade internalizada e indicadores de saúde mental na população LGBTQIA+, com base na análise de 27 estudos, os autores encontraram resultados contraditórios, que apontam a religiosidade e a espiritualidade como fatores de risco e de proteção para resultados negativos de saúde mental, incluindo a internalização da homonegatividade e o aumento da dissonância cognitiva entre religiosidade/espiritualidade e sexualidade (Rosa; Esperandio, 2022). Os pesquisadores apontam que duas variáveis podem explicar os resultados controversos. A primeira tem a ver com a natureza dogmática da própria religião, em termos de afirmação ou preconceito e marginalização das minorias sexuais. A segunda tem a ver com a forma como o indivíduo que pertence a uma denominação religiosa se relaciona com o dogma e as crenças. Os autores argumentam que as crenças inflexíveis que não estão abertas à reflexão e à relativização tendem a produzir resultados negativos, enquanto as práticas espirituais privadas que relativizam as regras de conduta tendem a produzir resultados mais favoráveis. É importante observar que a maioria dos estudos selecionados nessa revisão da literatura foi realizada em países desenvolvidos e de língua inglesa. Nenhum dos 27 artigos selecionados avaliou associações entre religião, homonegatividade e depressão em homens gays brasileiros, o que destaca uma lacuna na representatividade das pesquisas na área.

O Brasil é um país marcadamente religioso e não faltam evidências de intolerância, violência e marginalização de homens gays naturalizadas por narrativas religiosas que associam a homossexualidade à imoralidade e ao pecado. Portanto, investigar associações entre a internalização da homonegatividade e suas possíveis associações com a religiosidade de homens gays é uma medida relevante, pois produz conhecimento útil para que os cuidados com a saúde mental atendam às necessidades específicas dessa população. Portanto, os objetivos de nosso estudo foram os seguintes: (1) avaliar possíveis diferenças na homonegatividade percebida e internalizada na comunidade e na depressão relatada por homens gays que se declararam cristãos, espiritualistas e ateus ou agnósticos; (2) avaliar possíveis associações entre homonegatividade e depressão na amostra como um todo; (3) avaliar o poder preditivo e mediador da religião na homonegatividade e na depressão. Nossa hipótese é que haverá diferenças significativas em termos de homonegatividade e depressão entre os grupos, de acordo com a afiliação religiosa, com uma maior percepção de comunidade e homonegatividade internalizada nos grupos com religião nominal, em comparação com o grupo de ateus e agnósticos. Além disso, acreditamos que encontraremos correlações positivas e significativas entre

homonegatividade e depressão ao avaliar a amostra geral, e que as afiliações religiosas serão um indicador significativo de homonegatividade e depressão.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

Este foi um estudo transversal. Nosso projeto foi realizado na Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo, Brasil. A amostra consistiu de 194 homens gays brasileiros autoidentificados, com idade média de 35,5 anos (DP= 8,83). Essa foi uma amostra não probabilística, baseada em critérios de conveniência. Os participantes foram recrutados nas mídias sociais, como Instagram e Facebook. Os critérios de inclusão foram os seguintes: ser do sexo masculino e fazer sexo com outros homens, ter mais de 18 anos e ter acesso à Internet e a possibilidade de preencher os instrumentos de avaliação com privacidade. O pesquisador entrevistou os participantes para avaliar se eles atendiam aos critérios de inclusão.

2.1. INSTRUMENTOS DE MEDIÇÃO

Escala de Homofobia Internalizada: Esse questionário avaliou duas dimensões: percepção interna e externa do estigma (ROSS; ROSSER, 1996). Todos os itens foram escritos de forma afirmativa e a medição foi realizada por meio de uma escala Likert de cinco pontos, variando de 1 (discordo totalmente) a 5 (concordo totalmente). Exemplos das afirmações são os seguintes: (1) Normalmente, os gays efeminados me fazem sentir desconfortável; (2) Prefiro ter parceiros sexuais anônimos; (3) A vida seria mais fácil se eu fosse heterossexual.

Pontuações mais altas indicam níveis mais altos de homofobia internalizada. Não existe um ponto de corte para a classificação da homofobia. No presente estudo, usamos a versão brasileira da escala com 19 itens, que mostrou melhor validade interna em um artigo de validação (Lira; De Morais, 2019), com um alfa de Cronbach de 0,814 para percepção interna do estigma e 0,622 para a percepção externa do estigma.

Inventário de Depressão (BDI-II): O instrumento é composto por 21 itens, cada um com quatro alternativas (Beck et al., 1961). As perguntas abrangem sintomas físicos, como fadiga, sono e alterações de peso, e alterações cognitivas verificadas em pacientes com diagnóstico de depressão, como tristeza persistente, pessimismo, sentimentos de fracasso, insatisfação e culpa. O nível de depressão foi classificado de acordo com o escore total: 0–11 = mínimo, 12–19 = leve, 20–35 = moderado e 36–63 = grave. Em um estudo de validação do instrumento em uma população brasileira, foi obtido um alfa de Cronbach de 0,81 (Gorenstein; Andrade, 1998).

Questionário sociodemográfico: esse instrumento foi desenvolvido pelo primeiro autor e avalia as características sociodemográficas dos participantes (idade, moradia, estado civil, escolaridade, ocupação e renda).

2.2. PROCEDIMENTOS E CONSIDERAÇÕES ÉTICAS

Os participantes preencheram os instrumentos on-line, no primeiro semestre de 2023, de forma anônima. O preenchimento dos instrumentos levou aproximadamente 30 minutos. Os participantes foram selecionados em grupos do Facebook voltados para a população LGBTQIA+, onde o protocolo de pesquisa foi publicado periodicamente ao longo de três

meses. Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo (número: 4.601.952, CAAE: 31527820.7.0000.5392; 19 de março de 2021). Todos os participantes forneceram consentimento informado por escrito.

2.3. ANÁLISE DE DADOS

As análises estatísticas foram realizadas com o SPSS 29.0 e a significância foi definida em 5% ($p < 0,05$). As análises descritivas foram apresentadas como frequências, proporções, médias, medianas e desvios padrão. A normalidade dos dados foi avaliada com os testes de Shapiro-Wilk e a homogeneidade da variância foi avaliada com o teste de Levene. Depois que a distribuição dos dados dos 194 participantes foi classificada como normal, foram realizadas análises de correlação entre depressão e homofobia usando o teste r de Pearson. Os seguintes intervalos foram adotados para classificar a intensidade da correlação entre as variáveis analisadas: de 0 a 0,30, correlação leve; de 0,30 a 0,70, correlação moderada; e de 0,7 a 1, correlação forte entre as variáveis (Cohen, 1988). A amostra foi dividida em três grupos: Cristãos, Espiritualistas e Ateus/Agnósticos. Os grupos foram divididos com base na seguinte pergunta: "Você se considera pertencente a alguma denominação religiosa? Em caso afirmativo, a qual delas?" Diferenças nas variáveis sociodemográficas e em termos de homofobia e depressão entre os três grupos foram avaliados por meio dos testes de qui-quadrado e Anova. Para avaliar o poder preditivo da religião sobre a homonegatividade e a depressão, realizamos uma regressão linear. Para determinar se a relação entre homonegatividade internalizada e sintomas de depressão era mediada pela afiliação religiosa, realizamos uma análise de mediação usando o Process (Hayes, 2012).

3. RESULTADOS

No total, 194 homens gays brasileiros recrutados por meio de redes sociais participaram de nosso estudo. A idade média dos participantes foi de 35,67 (DP = 8,83) anos. Nossos participantes eram, em sua maioria, solteiros (74,5%) e brancos (72,2%). A maioria tinha renda entre R$ 2.000,00 e R$ 4.999,00, o que corresponde a EUR 360,00 e EUR 900,00 e USD 400,00 e USD 1.000,00 (36,2%), concluiu o ensino superior (78,9%), estava empregada (88,7%) e morava com familiares ou parceiros (53,1%), em um imóvel alugado (50,5%). A Tabela 1 mostra as características sociodemográficas da amostra geral e daquelas divididas nos grupos de indivíduos que se declararam cristãos (n= 71), com uma média de idade de 35,13 anos (DP = 9,04), espiritualistas (n = 52), com idade média de 38,96 anos (DP = 8,82), e ateus ou agnósticos (n= 71), com idade média de 33,89 anos (DP= 8,09).

Tabela 1. Descrição sociodemográfica dos participantes de acordo com a denominação religiosa autodeclarada

	Total (n = 194)	Cristãos (n = 71)	Espíritas (n = 52)	Ateus/Agnósticos (n = 71)
Estado civil*				
Solteiro	143 (74,5%)	55 (77,5%)	41 (78,8%)	47 (68,1%)
Casado	43 (22,4%)	13 (18,3%)	11 (21,2%)	19 (27,5%)
Divorciado	6 (3,1%)	3 (4,2%)	0 (0%)	3 (4,3%)
Cor da pele				
Branca	140 (72,2%)	47 (66,2%)	37 (71,2%)	56 (78,9%)
Preta ou Parda	54 (27,8%)	24 (33,8%)	15 (28,8%)	15 (21,1%)
Escolaridade				
Ensino Fundamental	1 (0,5%)	1 (1,4%)	0 (0%)	0 (0%)
Ensino Médio	16 (18,6%)	16 (22,5%)	5 (9,6%)	15 (21,1%)
Técnico	33 (2,1%)	1 (1,4%)	2 (3,8%)	1 (1,4%)
Superior	32 (33%)	24 (33,8%)	16 (30,8%)	24 (33,8%)
Pós-graduação	25 (25,3%)	18 (25,4%)	16 (30,8%)	15 (21,1%)
Mestrado	2 (10,8%)	6 (8,5%)	6 (11,5%)	9 (12,7%)
Doutorado	4 (9,8%)	5 (7%)	7 (13,5%)	7 (9,9%)
Moradia				
Alugada	98 (50,5%)	37 (52,1%)	23 (44,2%)	38 (53,5%)
Própria	84 (43,3%)	32 (45,1%)	24 (46,2%)	28 (39,4%)
Cedida/Emprestada	12 (6,2%)	2 (2,8%)	5 (9,6%)	5 (7%)
Coabitação				
Sozinho	70 (36,1%)	29 (40,8%)	22 (42,3%)	19 (26,8%)
Com família/parceiro	103 (53,1%)	35 (49,3%)	24 (46,2%)	44 (62%)
Com colegas/amigos	21 (10,8%)	7 (9,9%)	6 (11,5%)	8 (11,3%)
Situação socioeconômica**				
R$ 1300–1999	12 (6,8%)	7 (10,3%)	1 (2%)	4 (6,8%)
R$ 2000–4999	64 (36,2%)	28 (41,2%)	14 (28%)	22 (37,3%)
R$ 5000–9999	44 (24,9%)	11 (16,2%)	16 (32%)	17 (28,8%)
R$ 10.000–14.999	18 (10,2%)	9 (13,2%)	5 (10%)	4 (6,8%)
>R$ 15.000	39 (22%)	13 (19,1%)	14 (28%)	12 (20,3%)
Situação profissional				
Desempregado	20 (10,3%)	6 (8,5%)	7 (13,5%)	7 (9,9%)
Empregado	172 (88,7%)	64 (90,1%)	45 (86,5%)	63 (88,7%)
Aposentado	2 (1%)	1 (1,4%)	0 (0%)	1 (1,4%)

** Status socioeconômico avaliado em 177 participantes. Excluímos 10 participantes com renda inferior ao salário mínimo nacional em 2023. Dois participantes que não informaram sua renda e quatro participantes atípicos informaram renda acima de R$ 40.000. Valores convertidos usando a taxa de câmbio de 22 de maio de 2024.

Realizamos o teste de Levene para avaliar a homogeneidade entre os três grupos, formados com base na afiliação religiosa autodeclarada. O grupo demonstrou ser homogêneo, com diferenças apenas nas variáveis de estado civil, com um número maior de cristãos casados, e cor da pele, com uma frequência maior de indivíduos brancos no grupo de ateus e agnósticos. Encontramos altas pontuações de homonegatividade

percebida na comunidade e homonegatividade internalizada na amostra. Identificamos pontuações mais altas de homonegatividade social percebida no grupo de ateus/agnósticos, mas essa diferença não atingiu a significância estatística. Foram identificadas pontuações mais altas de homonegatividade internalizada e homonegatividade total no grupo de cristãos e espiritualistas, com diferenças estatisticamente significativas (Tabela 2).

Tabela 2. Escores médios de homonegatividade e depressão e entre grupos de acordo com a afiliação religiosa

	Amostra total (n = 194)	Cristãos (n = 71)	Espíritas (n = 52)	Ateus/Agnósticos (n = 71)	F(gl)	p
Depressão	15,69 (9,36)	15,9 (8,46)	16,79 (9,93)	14,66 (9,81)	0,802 (2; 191)	0,450
Homonegatividade total	43,58 (6,92)	45,77 (6,57)	43,17 (7,69)	41,68 (6,11)	6,723 (2; 191)	0,002 *
Homonegatividade internalizada	30,71 (6,44)	33,06 (6,13)	30,35 (6,93)	28,63 (5,63)	9,212 (2; 191)	0,000 **
Homonegatividade social	12,87 (1,83)	12,72 (1,77)	12,83 (1,84)	13,04 (1,87)	0,570 (2; 191)	0,567

Fonte: elaboração própria. * p< 0,05 ** p< 0,001.

Mais de 60% da amostra geral apresentou algum nível de depressão. A maioria dos participantes que não apresentou sinais e sintomas de depressão era de ateus ou agnósticos. Os cristãos tinham maior probabilidade de apresentar depressão leve e moderada, e a depressão grave era mais comum entre os espiritualistas. Não foram identificadas diferenças estatisticamente significativas em termos da proporção de participantes com depressão leve, moderada ou grave de acordo com a afiliação religiosa. A Tabela 3 mostra as correlações entre os escores de depressão e a homonegatividade na amostra total.

Tabela 3. Correlações entre depressão, homonegatividade total, homonegatividade internalizada e homonegatividade social

Variáveis	1	2	3	4
1. Depressão	-			
2. Homonegatividade total	0,339 **	-		
3. Homonegatividade internalizada	0,316 **	0,965 **	-	
4. Homonegatividade social	0,170 *	0,387 **	0,131	-

Fonte: elaboração própria. * p< 0,05 ** p< 0,001.

Encontramos uma correlação positiva, moderada e estatisticamente significativa entre depressão e homonegatividade total e internalizada, bem como entre depressão e homonegatividade social, embora a última correlação tenha sido mais fraca. Para avaliar a contribuição das variáveis sociodemográficas (idade, escolaridade, cor da pele e estado civil), homonegatividade social e homonegatividade internalizada e religião para os sintomas de depressão, foi realizada uma regressão linear hierárquica de três modelos. Analisando o terceiro modelo, verificou-se que os principais preditores da ocorrência de

sintomas de depressão foram a educação (β= − 0,181; p = < 0,05) e a homonegatividade internalizada (β = 0,313; p = < 0,001). Esses resultados podem ser vistos em mais detalhes na Tabela 4.

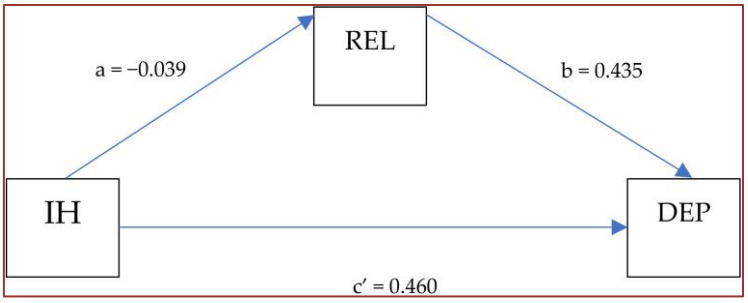
Para determinar se a relação entre a homonegatividade internalizada e os sintomas de depressão foi mediada pela afiliação religiosa, realizamos uma análise de mediação usando o PROCESS (HAYES, 2023). Com relação ao efeito direto da homonegatividade internalizada sobre os sintomas de depressão, verificou-se que a homonegatividade internalizada é um preditor significativo dos sintomas de depressão (β= 0,460; p =<0,001) (Figura 1).

Tabela 4. Modelos de regressão linear hierárquica

	B (M1)	SE B (M1)	β (M1)	B (M2)	SE B (M2)	β (M2)	B (M3)	SE B (M3)	β (M3)
Idade	−0,008	0,081	−0,007	0,006	0,078	0,006	0,009	0,078	0,009
Escolaridade	−1,000	0,465	−0,160 *	−1,111	0,443	−0,178 *	−1,135	0,446	−0,181 *
Cor da pele	1,480	1,511	0,071	0,593	1,448	0,028	0,664	1,457	0,032
Estado civil	−2,714	1,335	−0,151 *	−1,826	1,282	−0,101	−1,850	1,286	−0,103
Homonegatividade social				0,433	0,355	0,085	0,414	0,358	0,081
Homonegatividade internalizada				0,436	0,101	0,302 **	0,452	0,106	0,313 **
Religião							0,396	0,787	0,036
R^2	0,065			0,165			0,166		
F para ΔR^2	3,175 *			5,994 **			5,153 **		

Fonte: elaboração própria. * p< 0,05 ** p< 0,001.

Figura 1. Modelo de mediação simples. Fonte: elaboração própria



Com a inclusão do mediador (afiliação religiosa), o efeito indireto da homonegatividade internalizada sobre os sintomas de depressão não é estatisticamente diferente de zero, como mostra o intervalo de confiança que inclui zero [ab= (− 0,039× 0,435) =− 0,017], o que significa que a afiliação religiosa não medeia a relação entre homonegatividade internalizada e sintomas de depressão (Tabela 5).

Tabela 5. Efeitos totais e indiretos

Efeito	Caminho	B	SE	IC Inferior (Boot)	IC Superior (Boot)	t	p
Total	IH -> DEP	0,460	0,099	0,263	0,656	4,616	<0,001
Indireto	IH -> REL -> DEP	−0,017	0,310	−0,082	0,044		

4. DISCUSSÃO

Nosso estudo teve como objetivo avaliar indicadores de homofobia internalizada percebida na comunidade e sinais/sintomas de depressão relatados por homens gays brasileiros com uma religião nominal e compará-los com aqueles relatados por ateus ou agnósticos. Além disso, avaliamos possíveis correlações entre homonegatividade e depressão na amostra como um todo e o poder preditivo de pertencer às religiões cristã e espírita, as mais frequentes no Brasil, para homonegatividade internalizada percebida e depressão.

Encontramos escores elevados de depressão no grupo de homens gays com e sem filiação religiosa. Embora tenhamos encontrado escores de depressão mais altos entre os homens gays com vínculo religioso em comparação com os participantes agnósticos e ateus, essa diferença não foi significativa. Esse resultado contradiz nossa hipótese inicial, e consideramos que pode ser devido à influência de outros fatores sociais e culturais relacionados ao estigma sexual, que afetam todos os grupos igualmente, independentemente da religião. Também encontramos diferenças significativas entre os escores de homonegatividade total e internalizada entre os grupos, com homens gays brasileiros que declararam afiliação a religiões cristãs ou espíritas apresentando indicadores mais altos de homonegatividade. Esse resultado corrobora estudos anteriores sobre a homonegatividade negativa e generalizada, e os efeitos duradouros da vinculação de minorias sexuais e de gênero a uma instituição religiosa com dogmas não afirmativos (Escher et al., 2019; Szymanski; Carretta, 2020).

No Brasil, as narrativas religiosas espíritas e cristãs continuam a ser marcadas por um discurso preconceituoso e homonegativo, mais explícito nas denominações cristãs, como o catolicismo e o protestantismo, que associam a homossexualidade ao pecado, à imoralidade, à promiscuidade, à infelicidade e à solidão (Natividade; De Oliveira, 2009) e menos explícito nas denominações espíritas, que costumam associar a homossexualidade como o "preço que se paga" na encarnação atual pelos erros cometidos em encarnações anteriores (Pereira, 2023). Acreditamos que os efeitos da narrativa religiosa homonegativa são especialmente relevantes no Brasil porque o país está entre aqueles com o maior número de pessoas que relatam ter uma afiliação religiosa formal e práticas espirituais privadas (Boyon, 2021), e a maioria desses indivíduos é afiliada a religiões cristãs – católicas e protestantes – com narrativas preconceituosas sobre a homoafetividade (Boyon, 2021; Cury et al., 2013).

Embora a Igreja Católica tenha, nos últimos anos, principalmente devido à influência do Papa Francisco, adotado uma postura aparentemente mais progressista em relação à diversidade sexual e de gênero, as mensagens ainda são inconsistentes. Por exemplo, em uma entrevista, o Papa diz que os homossexuais devem ser respeitados e incluídos na Igreja Católica e, em outra, ele recusa a possibilidade de a Igreja Católica abençoar uniões entre pessoas do mesmo sexo. Essa discrepância entre o discurso dos líderes e as práticas institucionais, associada ao acolhimento e à aceitação de indivíduos homossexuais

condicionados à supressão do comportamento sexual do indivíduo e à sublimação da vida sexual, implica comprometimento psicossexual e sofrimento emocional. Também favorece o sentimento de inadequação, culpa, vergonha relacionada à homossexualidade, a internalização da homonegatividade e o surgimento ou agravamento de transtornos mentais entre indivíduos gays (Boppana; Gross, 2019; Gibbs; Goldbach, 2021; Pietkiewicz; Kołodziejczyk-Skrzypek, 2016; Sowe; Brown; Taylor, 2014).

Além disso, é importante destacar que a postura de tolerância e aceitação condicionada encontrada nas religiões cristãs e espíritas no Brasil é bem diferente de uma postura afirmativa em relação à diversidade sexual, o que é evidenciado nas mensagens contraditórias e no viés implícito nas declarações dos líderes religiosos. Acreditamos que esse padrão de mensagens contraditórias favorece a dissonância cognitiva entre os homens gays e dificulta a percepção da homonegatividade internalizada associada ao fato de pertencerem a religiões que não afirmam a diversidade sexual.

Os efeitos da homonegatividade na religião no Brasil se expressam para além do contexto das relações sociais imediatas, e têm sido verificados nos últimos anos pelo surgimento de grupos religiosos de extrema direita, que se organizaram em partidos políticos cujas agendas incluem a redução da visibilidade dos movimentos LGBTQIA+ (Natividade; De Oliveira, 2009; Trevisan, 2013), bem como a supressão de direitos conquistados nas últimas décadas (Amorim; Amorim; Pereira, 2021; Aragusuku; Lara, 2020; Alckmin-Carvalho; Pereira; Nichiata, 2024; De Mello Côrtes; Gonçalves Buzolin, 2024). Acreditamos que tanto as mensagens homonegativas propagadas por esses movimentos religiosos quanto a formação de partidos políticos com narrativas homofóbicas, além de produzirem diversos danos à saúde mental em indivíduos homossexuais, conforme descrito acima, naturalizam e justificam a violência contra minorias sexuais e de gênero e incentivam a população a se envolver em comportamentos homofóbicos.

Para aprofundar nossa compreensão das relações entre homonegatividade, depressão e variáveis sociodemográficas, realizamos uma regressão linear hierárquica de três modelos, cujos resultados mostraram que os principais preditores dos sintomas de depressão foram a escolaridade e a homonegatividade. Esses achados reforçam a ideia de que a escolaridade pode atuar como um fator de proteção contra a depressão, enquanto a homonegatividade representa um fator de risco significativo. No entanto, nossos resultados não indicaram diferenças significativas entre religião e depressão nos grupos, pois embora, descritivamente, os escores de depressão tenham sido menores entre os participantes ateus e agnósticos em comparação com os relatados por cristãos e espíritas, essa diferença não alcançou significância estatística.

Esses dados são corroborados por nossa análise de mediação, que mostrou que a homonegatividade é um preditor significativo dos sintomas de depressão, mas a afiliação religiosa não mediou essa relação. Isso indica que o impacto da homonegatividade sobre os sintomas depressivos é direto e não é influenciado pela afiliação religiosa. Esse resultado contradiz estudos anteriores, que indicam que as minorias sexuais em religiões não afirmativas tendem a apresentar sinais e sintomas de depressão com mais frequência, bem como outras manifestações de sofrimento psicológico (Escher et al., 2019; Zeidner; Zevulun, 2018). Além disso, em um grande estudo (Lytle et al., 2018), que avaliou mais de 21.000 jovens americanos, a maioria dos entrevistados era de origem étnica.

Em um estudo realizado com gays e lésbicas adultos, os autores descobriram que os participantes gays e lésbicas que consideravam uma religião não afirmativa muito importante tinham mais ideação suicida e tentativas de suicídio ao longo de suas vidas em

comparação com indivíduos heterossexuais. Portanto, os autores concluíram que a importância atribuída à prática religiosa não afirmativa, além de não prevenir o suicídio entre gays e lésbicas, é um fator de risco para esse resultado entre gays e lésbicas. Diante do exposto, acreditamos que nossos resultados referentes à ausência de diferença estatisticamente significativa entre os grupos com e sem afiliação religiosa devem ser analisados com cautela, pois acreditamos que isso se deve tanto ao tamanho relativamente pequeno de nossa amostra quanto à possibilidade de a depressão ser modulada por diversas outras variáveis que não controlamos neste estudo, como apoio social, acesso a serviços de saúde mental, como psicoterapia e tratamento medicamentoso, e aspectos relacionados à experiência religiosa e espiritual dos indivíduos.

Corroborando nossa segunda hipótese, encontramos correlações positivas e significativas entre homonegatividade e depressão na amostra geral. Esse resultado é reiterado por estudos anteriores, que indicam que a homonegatividade à qual os indivíduos gays são expostos desde os primeiros anos de sua socialização, expressa por meio de violência física, verbal e simbólica, bem como por meio de microagressões dirigidas ao próprio indivíduo gay ou a outros membros da comunidade, está associada a um autoconceito negativo, baixa autoestima, solidão, isolamento social, angústia emocional, transtorno de abuso de substâncias e transtorno de estresse pós-traumático, entre outros transtornos mentais (Meyer et al., 2021; Neto et al., 2022; Alckmin-Carvalho; Pereira; Nichiata, 2024; Moss, 2002; Wen; Zheng, 2019).

Além disso, a exposição crônica à homonegatividade aumenta a probabilidade de internalização do estigma por homens gays, um fenômeno associado a vários resultados negativos em termos de saúde física e mental, como vergonha ou culpa por pensamentos e comportamentos associados à homoafetividade, frequência de comportamentos sexuais de risco, autocuidado deficiente, não adesão a tratamentos comportamentais e medicamentosos, isolamento social associado à expectativa de rejeição, estresse causado pela necessidade de esconder a orientação sexual e não revelação da orientação sexual mesmo em ambientes mais acolhedores ou afirmativos (Meyer et al., 2021; Neto et al., 2022; Alckmin-Carvalho; Pereira; Nichiata, 2024; Moss, 2002; Wen; Zheng, 2019).

Na revisão da literatura realizada por Rosa e Esperandio (2022), foram evidenciados resultados contraditórios sobre a relação entre religiosidade e espiritualidade e a saúde mental das minorias sexuais. Acreditamos que os resultados sobre a influência da afiliação religiosa na depressão e na homonegatividade foram contraditórios porque esses resultados podem de fato ser diferentes e provavelmente são modulados por diversas variáveis. Por exemplo, o apego de um homem gay a uma entidade religiosa e a prática da espiritualidade podem produzir ganhos de saúde mental associados ao enfrentamento positivo, relacionados à crença e à confiança em um ser superior, um senso de pertencimento e proteção. Especialmente se os representantes dessa religião tiverem uma postura mais afirmativa em relação à diversidade sexual e de gênero, esses benefícios são mais prováveis.

No entanto, resultados negativos em termos de baixa autoestima, sensação de inadequação e homonegatividade são mais prováveis se a afiliação religiosa enfatizar um ser superior que vigia, julga e pune de acordo com preceitos estáticos e rígidos que não valorizam a diversidade e, portanto, há uma provável associação entre o estilo de apego à religião e seu superior e os resultados de saúde mental das minorias sexuais (Rosa; Esperandio, 2022; Escher et al., 2019; Zeidner; Zevulun, 2018; Lytle et al., 2018).

Além disso, a influência da afiliação religiosa na saúde mental das minorias também depende de como o indivíduo se relaciona com sua própria experiência dentro de uma crença religiosa. Por exemplo, um compromisso rígido, dogmático e inflexível com uma religião que não valoriza a diversidade provavelmente produzirá efeitos deletérios em termos de depressão e homonegatividade, ao passo que um compromisso que relativiza e incorpora seletivamente os preceitos que fazem sentido, com alguma flexibilidade, pode estar associado a resultados não deletérios ou até mesmo favoráveis — embora haja o risco de dissonância cognitiva entre a prática religiosa e a experiência de homoafetividade. Entretanto, o enfrentamento positivo entre as minorias sexuais que fazem parte de religiões que não afirmam a diversidade sexual tende a ser muito menos provável (Rosa; Esperandio, 2022).Bottom of Form

Além disso, vários estudos demonstraram a possibilidade de que homens gays que aderem a uma religião que não afirma a diversidade sexual encontrem maneiras de acomodar a dissonância entre sua religiosidade e sexualidade (Meladze; Brown, 2015; Rosa; Esperandio, 2022). Entre essas formas de acomodação e enfrentamento do conflito entre religiosidade e sexualidade, os pesquisadores destacam a rejeição seletiva de aspectos não afirmativos da tradição religiosa escolhida e a busca por centros religiosos mais progressistas. Essas instituições tendem a ser menos focadas nas noções de pecado e inferno e mais orientadas pela noção de um Deus acolhedor e amoroso, e incluem mensagens práticas sobre qualidade de vida e conforto espiritual.

Até onde sabemos, nosso estudo é um dos primeiros a avaliar associações entre religiosidade, homonegatividade e depressão entre homens gays brasileiros. Embora acreditemos que nossos objetivos tenham sido alcançados, devemos reconhecer as limitações deste estudo. Nosso estudo tem um desenho transversal, o que impede o estabelecimento de relações causais entre afiliação religiosa, depressão e homonegatividade. Nossa amostra foi selecionada com base em critérios de conveniência, e os participantes são, em sua maioria, brancos e de status socioeconômico relativamente alto. Esse perfil de participantes não representa a população de homens gays brasileiros e, portanto, as generalizações devem ser feitas com cautela. Nossa amostra era relativamente pequena, o que pode estar relacionado ao fato de não termos encontrado diferenças significativas entre os grupos nos níveis de depressão.

Além disso, usamos instrumentos de autorrelato que foram usados para medir a homossexualidade e a depressão, o que pode ter implicado o risco de ser subestimado pela capacidade de autopercepção dos participantes. Para dividir os grupos de ateus/agnósticos, cristãos e espiritualistas, usamos apenas uma pergunta sobre religiosidade. Não avaliamos aspectos importantes neste estudo, como o nível de envolvimento em práticas religiosas institucionais ou o nível de adesão a práticas espirituais particulares. Também não avaliamos variáveis que poderiam, pelo menos parcialmente, explicar os efeitos benéficos ou negativos relacionados a ter uma afiliação religiosa, nem avaliamos como cada um se relaciona com os dogmas de cada religião, que podem variar amplamente em termos adesão estrita, inflexibilidade e dogmatismo, até a relativização de crenças e práticas, bem como flexibilidade e algum nível de crítica de crenças com base nos critérios do próprio indivíduo. Por fim, agrupamos indivíduos católicos e protestantes sob a designação genérica de "cristãos", o que acarreta o risco de generalizações inadequadas, já que essas denominações religiosas diferem significativamente em termos dogmáticos. Além disso, é importante considerar as possíveis influências socioculturais e demográficas de diferentes regiões do Brasil, um país de dimensões continentais, caracterizado por profunda heterogeneidade regional e

uma das mais altas taxas de desigualdade social do mundo. Portanto, a inclusão de católicos e protestantes em um único grupo pode levar a conclusões que não refletem totalmente a realidade vivida por esses indivíduos. Diferenças dogmáticas, combinadas com especificidades regionais e variáveis demográficas, sugerem que uma análise mais segmentada seria necessária para capturar as diversas influências que moldam a religiosidade e as atitudes em relação à diversidade sexual no Brasil. Isso evitaria simplificações e permitiria uma compreensão mais profunda e precisa da dinâmica social e cultural em questão.

Portanto, a realização de estudos de replicação com amostras maiores de todas as regiões do Brasil e pesquisas longitudinais serão cruciais para aprofundar nossa compreensão da relação entre religiosidade, estigma e saúde mental entre homens gays brasileiros. Por fim, são necessários estudos que investiguem variáveis como o nível de flexibilidade na incorporação de crenças e dogmas, o nível de envolvimento em atividades religiosas institucionais e práticas espirituais privadas, tanto em estudos qualitativos quanto quantitativos. Para estudos futuros, também consideramos necessários aqueles que avaliem as especificidades das crenças, dos sentimentos e dos comportamentos dos cristãos católicos e protestantes em relação à homossexualidade, bem como o impacto dessas posições sobre os homens gays brasileiros que praticam essas religiões. Uma compreensão detalhada das diferenças entre essas denominações religiosas é importante para identificar as diferentes maneiras pelas quais suas doutrinas e práticas influenciam a experiência da sexualidade entre seus seguidores. O mesmo raciocínio se aplica à análise das várias entidades religiosas espirituais e de matriz africana. Essas tradições, que têm crenças e práticas distintas das denominações cristãs, também apresentam abordagens variadas em relação à homossexualidade, refletindo a diversidade cultural e espiritual do Brasil. Estudos quantitativos e qualitativos que explorem essas diferenças são essenciais para uma compreensão mais abrangente dos efeitos das religiões na formação da identidade sexual e na saúde mental de indivíduos homossexuais.

5. CONCLUSÕES

Nosso estudo responde a um pedido de investigação de variáveis que contribuem para as desigualdades na saúde mental entre uma população de minorias. Avaliamos uma amostra de homens gays brasileiros e identificamos associações interessantes entre afiliação religiosa, comunidade percebida e homonegatividade internalizada e depressão. Especialmente entre as minorias de países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, esses estudos são escassos. Nossos dados indicaram uma alta prevalência de depressão na amostra de homens gays brasileiros. Independentemente da afiliação religiosa, mais de 60% dos participantes apresentaram sinais e sintomas de depressão em nível clínico. Também encontramos indicadores mais elevados de homonegatividade internalizada entre os homens gays que se declararam cristãos ou espíritas, instituições religiosas que apresentam, entre seus dogmas, um entendimento negativo ou controverso em relação à homoafetividade em suas diversas formas de manifestação. Portanto, nossos resultados sugerem que a exposição crônica de homens gays a contextos de afiliação religiosa não afirmativa pode prejudicar a construção de uma identidade gay positiva e deve ser levada em consideração ao abordar as desigualdades de saúde mental das minorias sexuais.

REFERÊNCIAS

[1] ALCKIMIN-CARVALHO, F.; CHIAPETTI, N.; NICHIATA, L. I. Homonegatividade internalizada e opressão social percebida por homens gays que vivem com HIV. Psicologia, Saúde & Debate, v. 9, p. 685-704, 2023.

[2] ALCKMIN-CARVALHO, F.; PEREIRA, H.; NICHIATA, L. "São muitos armários para sair nessa vida": experiências de homens gays brasileiros que vivem com o vírus da imunodeficiência humana no momento do diagnóstico e seus impactos biopsicossociais. European Journal of Investigation in Health, Psychology and Education, v. 14, p. 1068-1085, 2024.

[3] AMORIM, E. B.; AMORIM, A. B.; PEREIRA, A. C. N. O entendimento do Supremo Tribunal Federal à respeito da transfobia e homonegatividade como racismo. Brazilian Journal of Development, v. 7, p. 118120-118150, 2021.

[4] ARAGUSUKU, H. A.; LARA, M. F. A. Uma análise histórica da Resolução nº 01/1999 do Conselho Federal de Psicologia: 20 anos de resistência à patologização da homossexualidade. Psicologia: Ciência e Profissão, v. 39, e228652, 2020.

[5] ARCHIBALD, J. G.; DUNN, T. Sexual attitudes as predictors of homonegativity in college women. Georgia Journal of College Student Affairs, v. 30, p. 18-27, 2014.

[6] BECK, A. T. et al. Um inventário para medir a depressão. Archives of General Psychiatry, v. 4, p. 561-571, 1961.

[7] BOLTON, S. L.; SAREEN, J. Sexual orientation and its relation to mental disorders and suicide attempts: findings from a nationally representative sample. Canadian Journal of Psychiatry, v. 56, p. 35-43, 2011.

[8] BOPPANA, S.; GROSS, A. M. The impact of religiosity on the psychological well-being of LGBT Christians. Journal of Gay & Lesbian Mental Health, v. 23, p. 412-426, 2019.

[9] BOYON, N. Pesquisa global LGBT+ Pride 2021. Instituto Público de Sondagem de Opinião do Setor, 2021. Disponível em: https://www.ipsos.com/sites/default/files/ct/news/documents/2021-06/LGBT%20Pride%202021%20Global%20Survey%20Report_3.pdf. Acesso em: 26 maio 2023.

[10] COHEN, J. Statistical power analysis for the behavioral sciences. 2. ed. Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum Associates, 1988.

[11] CURY, D. G. et al. A influência da religião cristã na formação de posicionamentos referentes à homossexualidade. Perspectivas em Psicologia, v. 17, p. 51-64, 2013. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/perspectivasempsicologia/article/download/28039/15446/111012. Acesso em: 26 maio 2024.

[12] DE MELLO CÔRTES, A.; GONÇALVES BUZOLIN, L. Caminhos para o reconhecimento dos direitos LGBT no Brasil. Sexuality Research and Social Policy, v. 21, p. 1206-1219, 2024.

[13] DOUGLASS, R. P.; CONLIN, S. E.; DUFFY, R. D. Beyond happiness: minority stress and life meaning among LGB individuals. Journal of Homosexuality, v. 67, p. 1587-1602, 2019.

[14] ESCHER, C. et al. Relations of religion with depression and loneliness in older sexual and gender minority adults. Clinical Gerontologist, v. 42, p. 150-161, 2019.

[15] FIGUEIREDO, I. A conquista do direito ao casamento LGBTI+: da Assembleia Constituinte à Resolução do CNJ. Revista Direito e Práxis, v. 12, p. 2490-2517, 2021.

[16] GIBBS, J. J.; GOLDBACH, J. T. Religious identity dissonance: understanding how sexual minority adolescents manage antihomosexual religious messages. Journal of Homosexuality, v. 68, p. 2189-2213, 2021.

[17] GOMES, A.; SOUZA, L. Todo religioso é preconceituoso? Uma análise da influência da religiosidade no preconceito contra homossexuais. Psico, v. 52, e36291, 2021.

[18] GORCZYNSKI, P.; FASOLI, F. Loneliness in sexual minority and heterosexual individuals: a comparative meta-analysis. Journal of Gay & Lesbian Mental Health, v. 26, p. 112-129, 2022.

[19] GORENSTEIN, C.; ANDRADE, L. H. S. G. Inventário de depressão de Beck: propriedades psicométricas da versão em português. Revista de Psiquiatria Clínica, v. 25, p. 245-250, 1998. Disponível em: https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-228051. Acesso em: 14 mar. 2024.

[20] GUZMÁN-GONZÁLEZ, M. et al. Internalized homonegativity moderates the association between

attachment avoidance and emotional intimacy among same-sex male couples. Frontiers in Psychology, v. 14, 1148005, 2023.

[21] HATCHEL, T.; MERRIN, G. J.; ESPELAGE, D. Peer victimization and suicidality among LGBTQ youth: the roles of school belonging, self-compassion, and parental support. Journal of LGBT Youth, v. 16, p. 134-156, 2018.

[22] HAYES, A. F. PROCESS: a versatile computational tool for observed variable mediation, moderation, and conditional process modeling [White paper], 2012. Disponível em: http://www.afhayes.com/public/process2012.pdf. Acesso em: 10 maio 2023.

[23] INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. 2010. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd_2010_religiao_deficiencia.pdf. Acesso em: 26 maio 2024.

[24] JASPAL, R.; LOPES, B.; REHMAN, Z. A structural equation model for predicting depressive symptomatology in Black, Asian and Minority Ethnic gay, lesbian and bisexual people in the UK. Psychology & Sexuality, v. 12, p. 217-234, 2019.

[25] LIANG, Z.; HUANG, Y.-T. "Strong Together": minority stress, internalized homophobia, relationship satisfaction, and depressive symptoms among Taiwanese young gay men. Journal of Sex Research, v. 59, p. 621-631, 2022.

[26] LIN, H. C. et al. Associations among perceived sexual stigma from family and peers, internalized homonegativity, loneliness, depression, and anxiety among gay and bisexual men in Taiwan. International Journal of Environmental Research and Public Health, v. 19, p. 6225, 2022.

[27] LIRA, A. N.; DE MORAIS, N. A. Evidências de validade da escala de homofobia internalizada para gays e lésbicas brasileiros. Psico-USF, v. 24, p. 361-372, 2019.

[28] LOPES, L. F. (Org.). Sexo e Consciência. Salvador: Editora Leal, 2013.

[29] LYTLE, M. C. et al. Association of religiosity with sexual minority suicide ideation and attempt. American Journal of Preventive Medicine, v. 54, p. 644-651, 2018.

[30] MAYFIELD, W. The development of an internalized homonegativity inventory for gay men. Journal of Homosexuality, v. 41, p. 53-76, 2001.

[31] MELADZE, P.; BROWN, J. Religion, sexuality, and internalized homonegativity: confronting cognitive dissonance in the Abrahamic religions. Journal of Religion and Health, v. 54, p. 1950-1962, 2015.

[32] MENDES, W. G.; DA SILVA, C. M. F. P. Homicídios da população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais ou transgêneros (LGBT) no Brasil: uma análise espacial. Ciência & Saúde Coletiva, v. 25, p. 1709-1722, 2020.

[33] MEYER, I. H. et al. Minority stress, distress, and suicide attempts in three cohorts of sexual minority adults: a U.S. probability sample. PLoS ONE, v. 16, e0246827, 2021.

[34] MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS. Violência LGBTFóbicas no Brasil: dados da violência. 2018. Disponível em: https://prceu.usp.br/wp-content/uploads/2021/04/MDH_violencia_2018.pdf. Acesso em: 7 set. 2023.

[35] MORRISON, T. G. et al. Gender stereotyping, homonegativity, and misconceptions about sexually coercive behavior among adolescents. Youth & Society, v. 28, p. 351-382, 1997.

[36] MOSS, D. Internalized homophobia in men: wanting in the first person singular, hating in the first person plural. Psychoanalytic Quarterly, v. 71, p. 21-50, 2002.

[37] NATIVIDADE, M. Homossexualidade, gênero e cura em perspectivas pastorais evangélicas. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 61, p. 115-132, 2006.

[38] NATIVIDADE, M.; DE OLIVEIRA, L. Sexualidades ameaçadoras: religião e homonegatividade(s) em discursos evangélicos conservadores. Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latinoamericana, n. 2, p. 121-161, 2009. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/SexualidadSaludySociedad/article/view/32. Acesso em: 22 ago. 2024.

[39] NATIVIDADE, M.; OLIVEIRA, L. Diversidade sexual e religião: a construção de um problema. In: NATIVIDADE, M. T.; OLIVEIRA, L. (Org.). As novas guerras sexuais: diferença, poder religioso e identidades

LGBT no Brasil. Rio de Janeiro: Garamond, 2013. p. 39-71.

[40] NETO, J. S. O. et al. Homonegatividade internalizada como um processo psicossocial: contribuições a partir da psicologia histórico-cultural. Revista Brasileira de Sexualidade Humana, v. 33, p. 1040, 2022.

[41] OLIVEIRA, A.; PEREIRA, H.; ALCKMIN-CARVALHO, F. Saúde ocupacional, riscos psicossociais e fatores de prevenção em lésbicas, gays, bissexuais, trans, queer, intersex, assexuais e outras populações: a narrative review. Societies, v. 14, p. 136, 2024.

[42] PACHANKIS, J. E.; BRÄNSTRÖM, R. Hidden from happiness: structural stigma, sexual orientation concealment, and life satisfaction em 28 países. Journal of Consulting and Clinical Psychology, v. 86, p. 403-415, 2018.

[43] PAKULA, B. et al. Prevalence and co-occurrence of heavy drinking and anxiety and mood disorders among gay, lesbian, bisexual, and heterosexual Canadians. American Journal of Public Health, v. 106, p. 1042-1048, 2016.

[44] PARENTE, J. S.; LIRA DOS SANTOS, T.; ALENCAR, G. A. Violência física contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais no interior do nordeste brasileiro. Revista de Salud Pública, v. 20, p. 445-452, 2018.

[45] PAVELTCHUK, F. D. O.; BORSA, J. C. Homonegatividade internalizada, conectividade comunitária e saúde mental em uma amostra de indivíduos LGB brasileiros. Avances en Psicología Latinoamericana, v. 37, p. 47-61, 2019.

[46] PEREIRA, F. Representações da homossexualidade no Espiritismo. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 38, e3811000, 2023.

[47] PIETKIEWICZ, I. J.; KOŁODZIEJCZYK-SKRZYPEK, M. Living in sin? How gay Catholics manage their conflicting sexual and religious identities. Archives of Sexual Behavior, v. 45, p. 1573-1585, 2016.

[48] ROSA, Z. T. S. D.; ESPERANDIO, M. R. G. Espiritualidade/religiosidade de minorias sexuais e de gênero no Brasil: assessment of spiritual resources and religious struggles. Religions, v. 13, p. 869, 2022.

[49] ROSS, M. W.; ROSSER, B. S. Measurement and correlates of internalized homophobia: a factor analytic study. Journal of Clinical Psychology, v. 52, p. 15-21, 1996.

[50] SMITH, B. C. et al. PTSD, depression, and substance use in relation to suicidality risk among traumatized minority lesbian, gay, and bisexual youth. Archives of Suicide Research, v. 20, p. 80-93, 2016.

[51] SOWE, B. J.; BROWN, J.; TAYLOR, A. J. Sex and the sinner: comparing religious and nonreligious same-sex attracted adults on internalized homonegativity and distress. American Journal of Orthopsychiatry, v. 84, p. 530-544, 2014.

[52] SZYMANSKI, D. M.; CARRETTA, R. F. Religious-based sexual stigma and psychological health: roles of internalization, religious struggle, and religiosity. Journal of Homosexuality, v. 67, p. 1062-1080, 2020.

[53] TREVISAN, J. A Frente Parlamentar Evangélica: força política no estado laico brasileiro. Numen: Revista de Estudos e Pesquisas da Religião, v. 16, p. 29-57, 2013. Disponível em: https://periodicos.ufjf.br/index.php/numen/article/view/21884. Acesso em: 23 maio 2023.

[54] WANG, Y.; MIAO, N.; CHANG, S. R. Internalized homophobia, self-esteem, social support and depressive symptoms among sexual and gender minority women in Taiwan: an online survey. Journal of Psychiatric and Mental Health Nursing, v. 28, p. 601-610, 2021.

[55] WEN, G.; ZHENG, L. The influence of internalized homophobia on health-related quality of life and life satisfaction among gay and bisexual men in China. American Journal of Men's Health, v. 13, p. 1557988319864775, 2019.

[56] WILKERSON, J. M. et al. Religiosidade, homonegatividade internalizada e outness em homens cristãos que fazem sexo com homens. Sexual and Relationship Therapy, v. 27, p. 122-132, 2012.

[57] YOLAÇ, E.; MERIÇ, M. Internalized homophobia and depression levels in LGBT individuals. Perspectives in Psychiatric Care, v. 57, p. 304-310, 2020.

[58] ZEIDNER, M.; ZEVULUN, A. Mental health and coping patterns in Jewish gay men in Israel: the role of dual identity conflict, religious identity, and partnership status. Journal of Homosexuality, v. 65, p. 947-968, 2018.

Capítulo 5

Evidências e resultados da implantação de políticas públicas de habitação rural

Tarcio Ricardo Thomas
Edemar Rotta

Resumo: O objetivo do estudo foi analisar o processo de implantação do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) no Município de Bozano/RS, identificando os diferentes atores, ações desenvolvidas, desafios durante a operacionalização e resultados da implantação desta política social. O Município de Bozano foi selecionado para a pesquisa em virtude de ter se habilitado como Entidade Organizadora (EO) do PNHR, viabilizando a construção de 42 unidades habitacionais, contratadas através do PNHR-Grupo 1, em 2013, e concluídas em 2015. Utilizou-se da abordagem fenomenológica, realizando-se revisão bibliográfica, pesquisa documental e entrevistas. Constatou-se que o PNHR contribui para a (re)produção do espaço rural analisado; que a entidade organizadora atuou de forma eficaz no processo de implantação e operacionalização do PNHR; que o processo implantado possibilitou o desenvolvimento da concepção da importância social e econômica do campo; e que o projeto contribuiu para a geração de condições de segurança social e inclusão dos beneficiários.

Palavras-chave: Política Pública, Direito à moradia, Política de Habitação Rural.

1. INTRODUÇÃO

O ser humano ao longo de sua evolução sempre necessitou de um lugar para se abrigar. Isso significa afirmar, que independente de qualquer aspecto, é preciso morar. Portanto, a habitação é essencial, e todos carecem dela, independente da condição social, devendo ser compreendida como produto de uma necessidade humana básica de todo o indivíduo. As peculiaridades intrínsecas da moradia a coloca em um patamar de relevância, sendo reconhecida como direito social, constituindo um fator determinante de inclusão social (Monteiro; Veras, 2017).

Neste sentido, o Estado, através de políticas públicas, deve proporcionar a garantia dos direitos sociais dos indivíduos. A Constituição Federal (1988) define, em seu artigo 6º, que "são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados [...]". Dessa forma, o direito à moradia é direito de igualdade, considerando-se como um direito social de acesso, consagrado pelo simples fato de o indivíduo existir. Através dele, faz-se a justiça distributiva, repassando bens à sociedade por meio do capital produzido em certo período (Barin, 2006).

A demanda por moradia é um dos elementos que justifica a criação de programas de habitação para a população residente no meio rural. Dessa forma, o estudo aborda a política de habitação, como ênfase à política de habitação rural, tendo em vista que a moradia é um direito humano e também assegurado, dentre os direitos sociais, pela Constituição Federal de 1988, que, conforme Atiyel (2016), expressou as reivindicações e as necessidades do povo brasileiro, que vinham sendo solicitadas pelos movimentos sociais e pela sociedade civil, organizados em torno da conquista e ampliação de direitos civis, políticos e sociais, no contexto da redemocratização do Estado.

Apesar das garantias legais e de uma longa experiência em políticas públicas habitacionais, as políticas de habitação rural somente entram em evidência, de fato, no ano de 2009, através do lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que apresentava como um dos eixos o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). O PMCMV possuía como objetivo principal diminuir o déficit habitacional através de dois subprogramas: o Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU) e o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) (Brasil, 2013).

O PNHR apresenta como seu objetivo principal: "Produzir novas unidades habitacionais nas propriedades rurais, posses e em agrovilas, ou reformar as existentes. " (Brasil, 2013, p. 1). Tendo como recursos originários para sua implementação o Orçamento Geral da União (OGU), como forma de subsídios; o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), em forma de financiamento; e o apoio da Caixa Econômica Federal (CEF) como agente operacional. As primeiras contratações do Programa se iniciaram a partir do ano de 2009 (Konrad, 2016).

Do ano de 2009 a 2018 foram contratadas 215.749 unidades habitacionais através do PNHR, tendo uma média geral de quase 22 mil unidades habitacionais por ano. Entretanto, nos primeiros três anos, as contratações foram baixas, totalizando apenas 19.096 unidades. Uma das estratégias utilizadas para reverter esse quadro, a partir de 2012, foi estabelecer parcerias com entidades e prefeituras para gerar resultados expressivos. Em 2012 altera-se o panorama, com 41.704 unidades contratadas, e o ápice das contratações ocorre em 2013, com 53.398 unidades contratadas. Destas, 18.619 foram na região sul do país (CEF, 2019; Oliveira, 2020).

A adesão ao PNHR, realizada pelo município de Bozano, visava suprir as carências identificadas pelo mesmo em termos de condições adequadas de habitação para a população residente no meio rural, resultante da falta de habitações e da precariedade das existentes. Deste processo emerge o questionamento básico da pesquisa: De que forma ocorreu o processo de implantação do PNHR no Município de Bozano?

Para tanto, o estudo que dá origem a este texto teve como objetivo geral analisar o processo de implantação do PNHR no Município de Bozano/RS. Para alcançar o objetivo geral, trabalhou-se com os seguintes objetivos específicos: realizar uma retrospectiva histórica da política habitacional brasileira; compreender o processo de criação do PNHR; descrever o processo de implantação do PNHR no Município de Bozano/RS; caracterizar a atuação dos atores envolvidos na operacionalização do PNHR; e analisar a consolidação do PNHR no Município de Bozano/RS, no período de 2015 a 2020.

Estudar o processo de implantação de uma política pública de habitação para o meio rural, no caso o Programa Nacional de Habitação Rural, justifica-se pela necessidade de se pensar que o acesso à moradia digna proporciona maior qualidade de vida para as populações rurais; incentiva a permanência nas novas gerações nas atividades agropecuárias e estimula o processo de reprodução das unidades familiares (Konrad, 2019). Também se justifica pela carência de estudos voltados às políticas públicas de habitação para o meio rural, conforme apontam os pesquisadores Rodrigues e Moreira (2016, p. 178) ao apresentar os resultados de sua pesquisa sobre produções científicas relacionadas à habitação e políticas públicas: "[...] percebeu-se o predomínio das pesquisas em âmbito urbano, isto é, nota-se a carência de pesquisas que contemplem a habitação e a realidade rural". Assim, o presente estudo tem potencial de contribuir para diminuir a lacuna existente de pesquisas relacionadas às políticas habitacionais voltadas ao meio rural, especificamente sobre o Programa Nacional de Habitação Rural.

Optou-se pelo estudo no Município de Bozano em virtude de ser uma entidade pública que desenvolveu o PNHR, constituindo-se como Entidade Organizadora, possibilidade que se constituí na perspectiva de fortalecer e aumentar as contratações do PNHR, viabilizando a produção de unidades habitacionais em maior escala. Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), em torno de 70% dos municípios brasileiros possuem população até 30 mil habitantes. Estes municípios, em sua maioria, têm sua economia baseada na agricultura, pecuária e extrativismo, e concentram um contingente populacional expressivo no meio rural. O município de Bozano é um destes municípios, possuindo 71,4% da população no meio rural. Ocupa uma área territorial de 201 km^2, com uma densidade demográfica de 10,9 habitantes por km^2. Sua economia é essencialmente agrícola e apresenta um Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM), em 2010, de 0,745, considerado alto.

Além desta introdução, o presente artigo está organizado em mais duas seções e a sua conclusão. Uma delas dedicada a explicitar a metodologia utilizada no estudo, evidenciando a abordagem metodológica, os instrumentos usados na pesquisa e a técnica de interpretação das informações obtidas. A outra seção dedica-se a evidenciar os resultados da pesquisa empírica realizada no município de Bozano, refletindo-os a partir do referencial teórico utilizado.

2. METODOLOGIA

A presente pesquisa está alicerçada na pesquisa fenomenológica. A partir da essência vivenciada pelos atores envolvidos na constituição do PNHR no município de Bozano, através de suas expressões, se busca atingir a compreensão do processo de implantação e operacionalização desta política habitacional. Quanto à classificação, trata-se de uma pesquisa aplicada, na acepção posta por Gil (2010, p. 27), ao referir que se trata de "pesquisas voltadas à aquisição de conhecimentos com vistas à aplicação numa situação específica".

Quanto à classificação, a partir dos objetivos, caracteriza-se por uma pesquisa descritiva e exploratória. Em relação aos procedimentos técnicos, utiliza-se a pesquisa bibliográfica, a documental, a observação empírica e a aplicação de entrevistas semiestruturadas. Dada a sua implicação ética, o projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), sendo aprovado para sua execução.

A pesquisa bibliográfica foi realizada a partir de buscas em portais de periódicos e acervos de bibliotecas físicas e virtuais. O estudo dos documentos concentrou-se nos relativos ao PNHR, presentes nos sites dos ministérios, secretarias de governo e prefeitura municipal de Bozano. As entrevistas realizadas na presente pesquisa foram semiestruturadas, ou seja, o pesquisador entrevistador pôde realizar perguntas, além das que estavam no roteiro de entrevista, para obter informações complementares ao tema ou derivadas da situação apresentada. Através da observação foi possível constatar situações vividas pelos atores da pesquisa e identificar a situação atual dos beneficiários do PNHR.

As entrevistas foram realizadas nos meses de novembro e dezembro de 2020. Realizadas nas residências do gestor da entidade organizadora, dos integrantes da comissão organizadora e dos beneficiários. A média de duração da entrevista foi de aproximadamente 40 minutos. As entrevistas foram gravadas, por meio de aplicativo de gravação de áudio, denominado *Voice Recorder*, de um aparelho *Smartphone*. Nos casos em que os entrevistados não autorizaram a gravação, os relatos foram escritos. Destaca-se que a gravação da entrevista somente ocorria por meio do consentimento do entrevistado, expresso no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). O entrevistado que não concordou com a gravação da entrevista, logo após o final da entrevista, foi disponibilizado as anotações da entrevista, para que o entrevistado fizesse a leitura e atestasse a veracidade do que foi escrito em cada resposta, caso fosse de seu interesse. Os registros fotográficos também foram autorizados pelos participantes, através do Termo de Consentimento para Uso de Imagem e Voz e realizados com um aparelho *Smartphone.*

As observações realizadas pelo pesquisador eram anotadas em fichas separadas, no intuito de identificar fatores relevantes sobre as condições atuais da moradia ou da realidade vivida pelos beneficiários. Ao todo foram realizadas 31 visitas, as quais resultaram em 19 entrevistas registradas com beneficiários; 02 entrevistas com membros da Comissão de Representantes do Empreendimento; 04 visitas com intuito somente de observação; 02 visitas foram remarcadas em virtude da COVID-19; e 04 visitados não se dispuseram a participar da pesquisa ou não foram encontrados.

A realização das entrevistas foi suspensa quando passaram a não acrescentar novos elementos para a compreensão do processo de implantação do PNHR. Posteriormente,

nos meses de janeiro e fevereiro realizou-se as transcrições dos pontos relevantes das entrevistas, os quais foram utilizados para o desenvolvimento da parte aplicada desta pesquisa no intuito de atingir os objetivos traçados.

Para Gil (2010, p. 39) a análise de dados da pesquisa fenomenológica consiste "à abstração de tudo o que é acidental para permitir a intuição das essências". Para isso, é necessário realizar a leitura minuciosa da descrição de cada informante com vistas à obtenção de uma visão do todo, a extração das assertivas significativas que digam respeito ao fenômeno, formulação de significados dos relatos, organização dos significados em temas conjuntos, integração dos resultados numa descrição exaustiva, elaboração da estrutura essencial do fenômeno integrando os aspectos que são comuns a todos os participantes e validação da estrutura essencial do fenômeno mediante o contraste da descrição das experiências vividas pelos participantes (Gil, 2010).

3. ALGUMAS EVIDÊNCIAS E RESULTADOS ENCONTRADOS NA IMPLANTAÇÃO DO PNHR NO MUNICÍPIO DE BOZANO/RS

As políticas públicas são resultado das forças estabelecidas nas relações de poder constituídas na sociedade, resultando em atos do Estado para solução dos problemas econômicos, sociais e de desigualdades existentes (Boneti, 2011). O PNHR foi criado como política pública pelo Governo Federal com a finalidade de promover o acesso à moradia digna no campo.

A habitação é considerada um direito social do indivíduo e o PNHR representa a materialização deste direito no meio rural, o qual oportunizou o acesso habitacional para cerca de 210.000 beneficiários ao longo de 9 anos de sua execução (Oliveira, 2020). Apesar de atender, ao longo do tempo, uma parcela relativamente pequena de agricultores e trabalhadores rurais, o PNHR é reconhecido como o programa de governo que se tornou importante política pública, promovendo acesso a moradia rural digna (Konrad, 2019).

O PNHR visa atender beneficiários de baixa renda que não possuam condições para construção ou aquisição de unidades habitacionais no campo. Tem como objetivo configurar um novo processo de desenvolvimento rural, inclusão social e dignidade de vida para as pessoas que vivem no ambiente rural (Bolter, 2013). As características presentes na população beneficiária e suas variações irão determinar os caminhos futuros e os resultados alcançados ao longo do tempo.

Nos registros realizados durante a pesquisa de campo e realização das entrevistas foi possível verificar algumas situações que apresentam elementos para análise da implantação e operacionalização do PNHR no Município de Bozano, transcorrido o período de cinco anos de sua conclusão (2015 – 2020). Essa análise visa apresentar elementos que consolidam, ou não, o PNHR como programa que contribuí para a melhoria das condições de vida e manutenção dos beneficiários no meio rural.

A construção de uma unidade habitacional é o primeiro passo em direção ao direito à moradia. Ter uma habitação simplesmente não assegura o direito de moradia. O direito à moradia perpassa o simples fato de possuir uma casa. O direito pleno à moradia está ligado a elementos essenciais de garantia de um mínimo vital para que o indivíduo possa ser o que ele é, sobreviver e adquirir bens (Godoy, 2006; Milagres, 2009).

O acesso pleno ao direito à moradia está ligado ao direito à terra, na qual edifica-se a casa, bem como ao acesso à saúde, à segurança, à educação, ao saneamento e à infraestrutura

adequada de habitação, compatíveis com o clima e cultura local, fatores ligados à efetivação da dignidade da pessoa humana (Godoy, 2006). Neste aspecto, foi verificado, através dos registros fotográficos fornecidos pela Entidade Organizadora e utilizados no encaminhamento das propostas para adesão ao PNHR, que ocorreram em 2013, a precariedade das condições das residências existentes e a falta de recursos para construção de novas unidades habitacionais. Da mesma forma, a pesquisa forneceu informações relevantes para que se pudesse caracterizar a experiência implantada em Bozano e a sua relevância para os beneficiários. Se tem presente que esta análise foi realizada após transcorridos cinco anos (2015-2020) da implantação do programa no município.

O gestor da Entidade Organizadora (EO), em entrevista, apresenta a sua visão atual sobre o PNHR implantado e as condições de moradia existentes na época:

> Nos dias atuais vejo que o programa foi de grande relevância. Tínhamos muitos que não tinham casa e essa foi a oportunidade de conseguir. Já outros, as condições das moradias eram precárias e não tinham condições para construir uma casa nova. Algumas casas não tinham como reformar, estavam péssimas. Buscar esse projeto foi importante, pois do contrário teríamos um êxodo das famílias para a cidade. Hoje posso te dizer que das 42 famílias não teria 05 famílias com condições para construir uma casa. [...] agora já tem uns que conseguiram melhorar a casa, outros não. [...]. A realidade mudou bastante de quando pensamos o programa até hoje. Exemplo, tinha lugares no interior que não tinha cobertura de celulares, hoje a realidade é diferente. Acesso à internet no interior não tinha, hoje tem opção ou via celular ou banda larga. Então, as condições melhoraram no interior, tem o mesmo acesso da cidade. (G.M., Entidade Organizadora (EO), Município de Bozano, 2020).

Essa realidade é confirmada pelos beneficiários. Quando perguntados se caso não houvesse o PNHR eles teriam conseguido construir uma casa nova, dos 19 beneficiários entrevistados, 17 responderam negativamente e apenas 02 responderam que talvez conseguissem. Descreve-se alguns relatos:

> - Não teria condições [S.D.]
>
> - Acho que não, não, não teria como, a gente ganha pouco aqui, e varia conforme a época [E.S.]
>
> - Acho que teria, daria um jeito, precisava [A. L. S].
>
> - Bah... de jeito nenhum, não tenho condições. [V.T]
>
> - Sem condições, por mais que a gente economizasse, não daria. [F.T.]
>
> - Olha eu acho que sim, consegui fazer uma ampliação. Mas não estaria desse jeito se não tivesse o início [A. L. P.].
>
> (S.D.; E.S; A.L.S.; V.T.; F.T.; A.L.P., BeneficiárioS, Município de Bozano, 2020, grifos nossos*).*

Através da figura 01, percebe-se a evolução das condições de moradia de uma das famílias beneficiarias do PNHR. Na primeira imagem é possível verificar a residência de madeira em condições precárias, fator que levou o beneficiário a solicitar o benefício para

construção de uma nova residência. Na segunda imagem, percebe-se a nova moradia concluída, já pronta para ser utilizada.

Figura 01 - Evolução da residência: (A) Antes do PNHR, (B) casa do PNHR concluída e (C) casa ampliada

Fonte: Imagens (A e B) disponibilizadas pela EO e imagem (C) coletadas no trabalho de campo (2020).

Na última imagem, registrada pela lateral da residência é possível verificar que a moradia foi ampliada. Conforme relatou a proprietária da casa:

> A casa ficou boa, tudo novinho eu gostei bastante, mas as peças eram pequenas. A cozinha muito pequena não dava pra nós se mexer. Foi bem no inverno quando nos mudamos, o "Véio" estranhou achou o piso muito gelado, o piso de madeira é mais quentinho, né. Aqui não tinha fogão a lenha e lá tinha, ele fugia pra lá. Quando era muito frio, nós fazíamos fogo lá e dormia lá na casa velha. Mas daí, no verão seguinte já fomos nos ajeitando e fizemos o puxado, gosto de cozinha grande com fogão a lenha. Agora ficou bem bom, falta terminar a peça por fora agora (J.C.S., Beneficiário, Município de Bozano, 2020).

Nesta propriedade a destinação indicada para a casa anterior era uso para galpão. Entretanto, está ocupada por um filho que residia na cidade e com a separação da sua esposa, retornou para a propriedade dos pais. Em muitas propriedades, as casas anteriores foram mantidas e têm sido utilizadas como depósito e local de armazenamento de materiais e instrumentos de trabalho, ou seja, o denominado galpão. Mas, também tem servido como moradia dos filhos ou complemento da casa atual. Conforme explica o beneficiário V. T.:

> Olha, a casa velha nós estamos utilizando como cozinha aqui ficamos durante o dia, tenho a fogão a lenha, o fogão a gás, a geladeira, e as coisinhas [...] e na casa nova a gente toma banho e dorme lá. A sogra ficou morando aqui (casa anterior) fica melhor, a outra casa é pertinho, mas não tem lugar para todo mundo (V.T., Beneficiário, Município de Bozano, 2020).

A coabitação familiar também é marcada por contradições, tensões e conflitos intergeracionais, seja na organização e dinâmica da casa ou do próprio estabelecimento agropecuário. Em alguns casos, estes conflitos podem inviabilizar a sucessão, a reprodução social ou reduzir a qualidade de vida das famílias (Konrad, 2019). Para alguns jovens beneficiários, o PNHR proporcionou a realização de nova unidade familiar residencial, desvinculando-se da permanência na casa dos pais, o que, segundo relatado pela entrevistada, proporciona maior liberdade e conforto.

Figura 02 - Residência dos pais e a nova residência

Fonte: Trabalho de campo (2020).

A figura 02, apresenta a imagem da casa dos pais, onde também viviam a filha com dois filhos e seu marido, na época em que foi comtemplada com a casa do PNHR; e a nova casa, já ampliada para atender as necessidades da família. Na imagem da nova casa é possível verificar um mini jardim, e segundo a proprietária, são as mudas distribuídas durante as reuniões do Trabalho Técnico Social realizado durante o programa, que plantou e vem cuidando. Conforme contou a entrevistada:

> Para nós, ter a nossa casa foi a realização de um sonho, nós morávamos com os meus pais e já tínhamos os meninos na época. Nós queríamos a nossa casa para poder ter mais liberdade e conforto, tanto pra nós quanto pros nossos pais, né. Deu certo [...] agora já conseguimos ampliar para ter mais espaço. Fizemos uma sala maior e mais quartos, melhoramos um pouco a casa, as aberturas [...] é um sonho realizado, nós gostamos muito desse lugar e continuamos perto dos meus pais, mas cada um na sua casa. Melhoramos o nosso pátio, plantamos grama e colocamos brita [...] as mudas do jardim são aquelas que nos deram nas reuniões, estamos muito felizes. (A. L. P., Beneficiário, Município de Bozano, 2020, grifo nossos).

A construção da unidade habitacional em conjunto com a realização do trabalho social com as famílias beneficiadas pelo PNHR, pode ser apontada como um fator determinante para a inclusão social e para a criação de elementos úteis à consciência para a qualidade de vida dos beneficiários (Silva; Coto, 2015). A nova residência, para os que não possuíam casa própria, representa dispor de um endereço, um lar; e para os beneficiários que substituem a antiga moradia por uma nova, desperta, juntamente com os demais, o sentimento de inclusão e fortalecimento perante a sociedade (Konrad, 2019).

Outro fator identificado, foram casos nos quais os pais acessaram o programa para construir a casa com o objetivo de proporcionar uma moradia para os filhos próximo de suas residências, viabilizando a permanência dos mesmos no local. Conforme identificado no relato do beneficiário D. I. L, durante a entrevista:

> Nós morávamos aqui, nesta casa que está no nome do pai, mas o pai tinha a outra casa. Eu pensei como nós não tinha casa no papel, ficava mais fácil de conseguir essa (do PNHR), eu tinha o pedaço da terra no meu nome, e a divisa é aqui no pátio [...] daí, fica uma casa pra minha filha, ela é a única filha, fica perto de nós. [...] ela já mora na casa, mas fica mais aqui do que em casa. E nós também ficamos lá, na verdade dá pra dizer que moramos nas duas (D. I. L., Beneficiário, Município de Bozano, 2020).

O inciso II do art. 2º da Portaria nº 194 estabelece condições para os projetos arquitetônicos das residências a serem construídas pela PNHR, os quais deveriam apresentar compatibilidade com as características regionais, locais, climáticas e culturais da localidade, e ainda prever a ampliação futura da unidade habitacional. Algumas características locais, presentes nas famílias residentes na área rural da região, constatadas nas visitas, é o uso do fogão a lenha no dia a dia, utilizado para cozimento das refeições e, no inverno, para aquecer a casa; e dos congeladores horizontais, utilizados para condicionar e guardar alimentos. Aspectos mencionados nas entrevistas e presentes no relato da beneficiária L. T. S.:

> [...] a casa é muito boa, de alvenaria é bem melhor que madeira. Mas o problema é que era pequena a casa. Os quartos não, mas a cozinha era muito pequena, a gente gosta de usar fogão a lenha, precisava pôr ali na cozinha, a não cabia. O congelador, a gente tem o com tampa, era grande, também ficava apertado. Então, daí aumentamos essa parte nova da casa pra fazer uma cozinha, colocamos o congelador e a geladeira ali, nessa parte e uma mesa. Ah! e a areazinha [...] agora ficou boa (L. T.S., Beneficiário, Município de Bozano, 2020).

A partir da imagem da figura 03, pode-se verificar a ampliação na unidade habitacional realizada pela beneficiária L.T.S. Neste aspecto, é possível verificar que para a elaboração do projeto arquitetônico das unidades habitacionais foi observado a possibilidade da ampliação da residência, adequando-se às necessidades futuras dos beneficiários.

Figura 03 - Casa ampliada

Fonte: Trabalho de campo (2020).

Na segunda imagem da figura 03, verifica-se o destaque para as plantas do jardim, distribuídas durante o trabalho técnico social, conforme indicou a beneficiária, a qual mantém um jardim com muitas plantas ao redor da residência, mas indica que aquelas foram as primeiras plantadas no jardim da sua casa, com expressão de orgulho. Na mesma imagem, ao fundo, é possível verificar outra unidade habitacional do PNHR do sobrinho da beneficiária, nas condições originais de sua construção.

Através dos registros fotográficos fornecidos pela EO e utilizados no encaminhamento das propostas que ocorreram em 2013 e nas entrevistas, constatou-se a precariedade das condições das residências existentes e a falta de recursos para construção de novas unidades habitacionais no meio rural do município. Essa realidade é atestada no depoimento do beneficiário J.C.N, quando perguntado sobre os motivos que o levaram a pleitear a casa do PNHR:

> Precisava uma moradia em melhores condições. Eu tinha uma casa, aquela que está ali atrás fechada, mas não tinha dinheiro. Fui fazendo e nunca consegui terminar e foi malfeita, estava toda rachada, sabe com trincos, piso era bruto e as tábuas já estavam apodrecendo e eu nem tinha terminado, faltava muita coisa. Eu tinha pensado até em vender tudo aqui e comprar uma casa na cidade [...] (J.C.N., Beneficiário, Município de Bozano, 2020).

Na figura 04, apresentam-se as condições retratadas de sua antiga residência inacabada, a qual apresentava paredes sem reboco, partes do teto sem forração e rachaduras nas paredes, motivos que levaram a família a buscar o subsídio para uma nova habitação.

Figura 04 - Situação da residência anterior ao PNHR: (A) Frente da residência; (B) Teto da sala; (C) Paredes da cozinha com rachadura

Fonte: Imagens cedida pela Entidade Organizadora.

O beneficiário relata a vontade que tinha de sair do local em virtude das condições de sua casa anterior, porém, quando continua seu relato, apresenta os motivos que o fazem permanecer.

> [...] mas nós gostamos daqui, me criei aqui. Agora eu ando com problema de saúde, não posso forcejar [...], mas aqui dá pra ter uma hortinha, tem meus pés de fruta, planta uma mandioca [...]. O custo de vida aqui é menor, luz, água [...], a estrada é boa, se um de nós não tá bem a gente liga pro plantão da saúde eles buscam pra consultar, fazer exames [...]. Agora até essa internet tem, a cooperativa da luz colocou os cabos vieram oferece pra nós [...]. A minha esposa tá aposentada, tem o ganho dela também. Com a nova casa ficou bom, consegui ampliar, sabe, economizamos e entrou um dinheiro fiz a ampliação, era meio pequena [...], tenho o filho que mora comigo e quando vem as filhas tem lugar pra todos ficarem (J.C.N., Beneficiário, Município de Bozano, 2020).

Na figura 05, apresenta-se a casa do beneficiário quando finalizada e entregue, no ano de 2015, e a mesma casa em 2020, com a ampliação realizada pelo beneficiário. Destaque para a torre do reservatório de água. A partir dela percebe-se, externamente, as mudanças realizadas.

Figura 05 - Residência do PNHR finalizada e ampliada: (A) Residência do PNHR finalizada; (B) Residência ampliada - situação atual

Fonte: Imagem (A): cedida pela EO; e Imagem (B): Trabalho de campo (2020).

As condições existentes no ambiente permitem segurança para que a família possa (re)produzir-se socialmente no ambiente que está inserida e exerça o direito à moradia com dignidade. O acesso a nova unidade habitacional contribuiu para que a família continuasse vivendo em seu ambiente e, consequentemente, melhorou a sua qualidade de vida. Milagres (2009) explica que, por mais que o ser humano tenha a oportunidade da mobilidade, a qual se manifesta em vários momentos de sua vida, a necessidade de manter-se fixado em um local está ligada às condições que o ambiente pode proporcionar, sejam elas, financeiras, culturais ou sentimentais.

Diante do exposto, pode-se dizer que a habitação rural permitiu a melhoria na qualidade de vida das famílias beneficiárias que já viviam no espaço rural. Mas, também, possibilitou que novas famílias passassem a morar, mesmo que algumas em condições transitórias, reconhecendo o espaço rural também como espaço de moradia, das relações sociais e culturais. Mesmo com os problemas e as dificuldades apontadas, o PNHR reconheceu e assegurou a moradia enquanto direito a uma parcela importante da população rural do Município de Bozano.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A habitação é premissa primária para que qualquer família tenha condições de se estabelecer e viver em condições dignas. Não existe vida com dignidade sem moradia, seja no ambiente urbano ou rural. Por muitos anos, no Brasil, as políticas relacionadas às condições de moradia no campo não estavam em evidência, não eram consideradas como uma necessidade (Konrad, 2019). As políticas públicas de desenvolvimento eram focadas na perspectiva do setor industrial e auxiliavam para que houvesse o deslocamento do meio rural para o urbano.

A compreensão de que o meio rural é um espaço de vida, além de ser um ambiente de produção, complementar ao espaço urbano, toma corpo a partir das duas últimas décadas do século XX, quando se iniciam as discussões em torno da criação de políticas específicas para o meio rural brasileiro. Um marco importante neste debate foi a criação, em 1995, do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Porém, a habitação rural ganha um programa específico, em 2009, a partir da criação do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), incluso como um dos eixos essenciais do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), integrando o Programa de Aceleração do Crescimento.

No caso do município de Bozano, a experiência implantada a partir de sua adesão ao Programa Nacional de Habitação Rural foi plenamente exitosa. Transcorridos cinco anos de sua execução, foi possível verificar, através das entrevistas, que as principais causas de adesão dos beneficiários ao PNHR foram as condições precárias das residências existentes e a condição de coabitação. A precariedade das habitações existentes, na implantação do programa, foi igualmente comprovada através de registros fotográficos disponíveis junto ao setor de engenharia da EO e a coabitação, através da estruturação de nova células familiares habitando em separado dos seus familiares.

O PNHR possibilitou a permanência dos beneficiários no meio rural desenvolvendo as atividades relacionadas à agricultura familiar; criou condições para que os jovens permanecessem no campo; melhorou a qualidade de vida; e criou novas perspectivas e ânimo aos beneficiários. Algumas unidades habitacionais receberam investimentos no decorrer dos cinco anos, adaptando-se às necessidades de seus moradores e, em sua maioria, percebeu-se que estão mantidas em boas condições de uso.

REFERÊNCIAS

[1] ATIYEL, Karima. **Análise da atuação dos atores no desenvolvimento do Programa Nacional de Habitação Rural no município de Cachoeira do Sul/RS**. Dissertação (Dissertação de Mestrado em Extensão Rural) – Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural/UFSM, 2016.

[2] BARIN, Erico Fernando. **A Efetivação do Direito Social Constitucional à Moradia como Pressuposto à Dignidade da Pessoa Humana.** 2006. 132 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Santa Cruz (UNISC), Santa Cruz do Sul, 2006.

[3] BOLTER, Jairo Alfredo Genz. **Interfaces e cogestão nas políticas para agricultura familiar:** uma análise do Programa Nacional de Habitação Rural. Tese (Tese de Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural/UFRGS, 2013.

[4] BONETI, Lindomar Wessler. **Políticas públicas por dentro.** 3. ed., Ijuí: Ed. Unijuí, 2011.

[5] BRASIL. **Cartilha do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR)**. Ministério das Cidades. Brasília, DF: 2013.

[6] BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

[7] CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Programa Nacional de Habitação Rural:** manual de normas e procedimentos operacionais. [S.l.]: CAIXA, fev. 2019.

[8] GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

[9] GODOY, Luciano de Souza. **O direito à moradia e o contrato mútuo imobiliário.** Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

[10] KONRAD, Jóice. **O Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR):** agente, ações e desafios no território da cidadania Meio Oeste Contestado – SC. Tese (Tese de Doutorado em Geografia) – Pós-Graduação em Geografia/UNESP, 2019.

[11] MILAGRES, Marcelo de Oliveira. **Direito à Moradia:** Direito especial de personalidade? Tese (Doutor em Direito) – Programa de Pós-Graduação em Direito da Faculdade de Direito Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2009.

[12] MONTEIRO, Adriana Roseno; VERAS, Antônio Tolrino. A questão habitacional no Brasil. **Revista Mercator.** v. 16. UFC. Fortaleza, 2017.

[13] OLIVEIRA, Cláudia Lúcia Soares de. **Um resgate da política de habitação rural em seus vários contextos:** oportunidades para um olhar crítico e transformador. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialista em Gestão de Políticas Agropecuárias) – Curso de Pós-graduação em Gestão de Políticas Agropecuárias. ENAP, Brasília, 2020.

[14] OLIVEIRA, Gabriel Anibal Santos de.; KARNOPP, Erica. A política habitacional brasileira e a habitação rural: um estudo preliminar sobre Santa Cruz do Sul, RS – Brasil. *In:* SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 7., 2015, Santa Cruz do Sul. **Anais** [...] Santa Cruz do Sul, 2015.

[15] RODRIGUES, Lucas Pazolini Dias; MOREIRA, Vinícius de Souza. Habitação e políticas públicas: o que se tem pesquisado a respeito? Urbe. **Revista Brasileira de Gestão Urbana.** Curitiba, v. 8, n. 2, p. 167-180, 2016.

[16] SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento:** includente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

[17] SAMPIERI, Roberto Hernandez; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, María del Pilar Baptista. **Metodologia de Pesquisa**, 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

[18] SILVA, Silmara Sarai da; COTO, Gabriela Cordioli. Redes Públicas de Cooperação e o Desenvolvimento Local: A experiência do Progama Nacional de Habitação Rural (PNHR) no Alto Vale do Itajaí. **Revista de Ciências da Administração.** Florianópolis, v. 17, Edição Especial, p. 165-182, 2015.

[19] SOUZA, Celina. **Políticas públicas:** uma revisão da literatura. Sociologias, 2006.

Capítulo 6

Meio ambiente saudável como Direito Humano sob a perspectiva da ADPF Nº 708

Milton Gordo Neto

Resumo: O presente artigo trata de abordar a Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental número 708, julgada pelo Supremo Tribunal Federal do Brasil, como um marco histórico na relação entre o meio ambiente saudável e os Direitos Humanos. Tem como objetivo analisar as implicações do julgado no cenário atual de incertezas climáticas. Para tanto, analisa os acordos citados pelo relator Ministro Luis Barroso na fundamentação da sua decisão na ADPF nº 708. Verifica-se, assim, que a jurisprudência pátria está consolidando o entendimento que atribui o status de direito humano ao meio ambiente saudável. A pesquisa, limitada a dados disponibilizados até 2024, conclui que ainda é preciso aprimorar a concretização dos Direitos Humanos, sobretudo no âmbito ambiental. É confirmada a relação entre o direito ao meio ambiente e os Direitos Humanos.

Palavras-chave: ADPF 708, meio ambiente saudável como direito humano, Acordo de Paris, Protocolo de Kyoto e Convenção-Quadro.

1. INTRODUÇÃO

O clima do planeta Terra está atrelado a complexos sistemas físicos e químicos, estruturados e interligados de modo tênue. Portanto, a incerteza em relação aos fenômenos ambientais provavelmente continuará presente no futuro.

Fato é que as mudanças climáticas já influenciaram as decisões judiciais dos nossos Tribunais. O julgamento da ADPF n° 708, por sua vez, merece uma posição de destaque, já que fixa um marco histórico nesse terreno.

Devido à amplitude do assunto, a ADPF nº 708 contou com uma efetiva participação popular durante sua tramitação, inclusive com admissão de *amicus curiae* e audiência pública.

Nesse contexto de discussão entre a Corte e a população interessada, a compreensão tanto da relação entre o direito a um meio ambiente saudável e o direito ao desenvolvimento, quanto da interdependência dos direitos humanos, conferiu aos Tribunais de Direitos Humanos um papel crucial na formulação de um "direito humano ao meio ambiente saudável".

Destaca-se: as Convenções de Direitos Humanos devem ser interpretadas de acordo com as mudanças de sua época. Assim, coube aos nossos Tribunais, como o STF, consolidar jurisprudência no sentido de que o direito ao meio ambiente saudável deve ser encarado como parte dos Direitos Humanos.

Portanto, a falta de um procedimento específico de defesa dos direitos ambientais no âmbito internacional não impede a expansão de medidas protetivas; pelo contrário, possibilita o desenvolvimento de princípios e normas ambientais.

Para compreender todo o contexto histórico que fundamentou o julgamento da ADPF nº 708, serão analisados os acordos internacionais mencionados na fundamentação do Acórdão: a Convenção-Quadro, o Protocolo de Kyoto e o Acordo de Paris.

2. CONVENÇÃO-QUADRO

Inicialmente, ressalta-se que o presente acordo versa sobre um tratado multilateral de importância significativa, adotado em 1992, durante a Conferência do Rio: a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. Em seu cerne, visa estabilizar as concentrações de gases de efeito estufa na atmosfera em um nível que previna qualquer interferência humana perigosa no sistema climático - conforme o Artigo 2:

> O objetivo final desta Convenção e de quaisquer instrumentos jurídicos com ela relacionados que adote a Conferência das Partes é o de alcançar, em conformidade com as disposições pertinentes desta Convenção, a estabilização das concentrações de gases de efeito estufa na atmosfera num nível que impeça uma interferência antrópica perigosa no sistema climático. Esse nível deverá ser alcançado num prazo suficiente que permita aos ecossistemas adaptarem-se naturalmente à mudança do clima, que assegure que a produção de alimentos não seja ameaçada e que permita ao desenvolvimento econômico prosseguir de maneira sustentável.

Com base no artigo 3, todas as partes comprometem-se a proteger o sistema climático em benefício das gerações presentes e futuras, em uma abordagem baseada na equidade e

considerando suas responsabilidades comuns, mas diferenciadas, assim como suas respectivas capacidades. É esperado que os Estados-Partes desenvolvidos assumam a liderança no enfrentamento das mudanças climáticas e de seus efeitos adversos, reconhecendo a necessidade de ações coletivas e diferenciadas em prol dos direitos humanos e do bem-estar global.

Confira-se como consta literalmente na Convenção:

> 1. As Partes devem proteger o sistema climático em benefício das gerações presentes e futuras da humanidade com base na eqüidade e em conformidade com suas responsabilidades comuns mas diferenciadas e respectivas capacidades. Em decorrência, as Partes países desenvolvidos devem tomar a iniciativa no combate à mudança do clima e a seus efeitos.
>
> 2. Devem ser levadas em plena consideração as necessidades específicas e circunstâncias especiais das Partes países em desenvolvimento, em especial aqueles particularmente mais vulneráveis aos efeitos negativos da mudança do clima, e das Partes, em especial Partes países em desenvolvimento, que tenham que assumir encargos desproporcionais e anormais sob esta Convenção.

Sobre o tema discutido na Convenção-Quadro, Scovazzi[1] chegou à seguinte conclusão:

> As necessidades específicas e as circunstâncias especiais dos Estados em desenvolvimento, em particular aqueles facilmente vulneráveis aos efeitos adversos da mudança do clima e aqueles que teriam de suportar uma carga desproporcional ou anormal sob a Convenção, devem ser plenamente levadas em consideração. Como pode ser visto, a Convenção, embora distinga as posições dos vários grupos de Estados, não exclui que os Estados em desenvolvimento também possam estar sobrecarregados com obrigações. No âmbito da Convenção, institui-se um mecanismo de reuniões periódicas (conferências das partes), que têm a função de fazer o balanço da aplicação da própria Convenção e dos instrumentos a ela relacionados e de tomar as decisões necessárias para favorecer a sua aplicação (Scovazzi, 2021, p.471).

Em aprestada síntese, portanto, depreende-se que a Convenção-Quadro tem como meta estabilizar os níveis de gases de efeito estufa na atmosfera, de forma a evitar uma interferência humana perigosa no sistema climático, considerando as peculiaridades dos países desenvolvidos e em desenvolvimento.

3. PROTOCOLO DE KIOTO

O Protocolo de Kyoto, adotado em 1997 durante a Conferência das Partes da Convenção, estabeleceu metas de redução de emissões de gases de efeito estufa para os Estados desenvolvidos e em transição para economias de mercado. Entre 2008 e 2012, esses países deveriam reduzir suas emissões em pelo menos 5% em relação aos níveis de 1990. O Protocolo atribuiu porcentagens específicas de redução para cada país, permitindo o comércio de emissões entre eles (Scovazzi, 2021, p.472).

[1] Scovazzi, Tullio; Lima, Lucas Carlos. Do Protocolo De Kyoto Ao Acordo De Paris. Revista da Faculdade de Direito da UFMG, v. 78, p. 469-476, 2021.

No entanto, os Estados em desenvolvimento, como China, Índia e Brasil, não foram obrigados a reduzir suas emissões, o que levou os Estados Unidos a não ratificarem o Protocolo devido à sua disparidade de obrigações. Isso resultou em uma situação em que países da União Europeia assumiram ônus significativos para reduzir suas emissões, enquanto seus principais concorrentes não enfrentavam obrigações equivalentes Scovazzi, 2021, p.472).

Alguns acadêmicos que estudam de forma aprofundada o Protocolo de Kyoto, como por exemplo Dubois e Morosini[2], demonstram pessimismo a respeito da efetividade do acordo na atualidade. Confira-se:

> De fato, o Protocolo de Kyoto originou o procedimento de descumprimento mais bem- sucedido até o presente momento. Ele se inspira nos procedimentos já testados em outros problemas ambientais, ao mesmo tempo que os supera ainda mais: ele é, em verdade, mais inovador e mais elaborado [...]. Até o momento, a aplicação da observância em sua integralidade, sem levar em conta o seu teor coercitivo, tão original e tão necessário, não foi obtido. São levantadas todas as incertezas quanto à efetividade ou à perenidade do regime.

Por outro lado, existem doutrinadores com posições mais neutras a respeito dos possíveis impactos do Protocolo firmado no Japão, na cidade de Kyoto. É o caso de Jacques Marcovitch[3]:

> A implantação do Protocolo de Kyoto e o mandato de negociação para o regime pós-2012 constituem, no momento, temas prioritários na pauta ambiental. Dependem desses fatores a redução de gases de efeito estufa e suas conseqüências sobre a saúde humana e as condições climáticas. Naquela reunião anual do G-8, impactada pelos atos terroristas praticados em Londres, as questões do meio ambiente e da pobreza, que se vinham impondo na agenda global, perderam momentaneamente o espaço alcançado. A declaração final, entretanto, mesmo imprecisa em vários aspectos, manteve em foco as mudanças climáticas e a miséria do continente africano. No que se refere às mudanças climáticas, os modestos avanços foram acompanhados por uma exposição clara de possibilidades e compromissos que merecem atenção.

Indubitavelmente, o Protocolo de Kyoto enfrentou críticas significativas em relação à sua eficácia no controle do clima global, especialmente devido à ausência de participação dos Estados Unidos e às incertezas sobre a eficácia das medidas propostas. Isso significa que mesmo após a implementação de medidas para reduzir as emissões, levará tempo para que os efeitos dessas ações sejam percebidos e para que o clima global comece a se estabilizar.

Portanto, é essencial considerar não apenas a redução das emissões no presente, mas também a implementação de estratégias de longo prazo para lidar com os gases já presentes na atmosfera e mitigar os impactos das mudanças climáticas.

[2] Dubois, Sandrine Maljean; MOROSINI, Fabio Costa. Mudanças climáticas: os desafios do controle do direito internacional ambiental e do Protocolo de Kyoto em particular. **Revista Veredas do Direito**, v. 13, n. 26, p. 195-210, 2016.

[3] Marcovitch, Jacques. Mudanças climáticas e multilateralismo. **Revista Usp**, n. 72, p. 16-27, 2007.

4. ACORDO DE PARIS

O supramencionado Acordo, como o documento conclusivo da 21ª Conferência das Partes (COP 21), precisa ser entendido dentro de um contexto histórico mais amplo, que reflete a crescente preocupação global com as mudanças climáticas. Portanto, é fundamental revisitar alguns dos marcos mais significativos no cenário internacional que levaram a sua elaboração.

Em apertada síntese, desde a década de 1970 cientistas alertaram para os impactos adversos das atividades humanas no clima global. A crescente evidência científica sobre o aquecimento global e seus efeitos devastadores sobre o meio ambiente e as comunidades humanas gerou uma pressão crescente sobre os governos para agir. Ou seja, reconheceram-se várias formas de desequilíbrio ecológico que comprometem sobremaneira o bem-estar e a qualidade de vida individual e coletiva (Sarlet, Fensterseifer, 2013, p. 33).

Diante desse cenário, a COP 21, realizada em Paris em 2015, representou uma oportunidade crucial para os países do mundo se unirem em um esforço renovado para combater as mudanças climáticas. O Acordo de Paris, finalizado durante essa conferência, foi um marco histórico, pois foi o primeiro acordo universal sobre mudança climática, comprometendo todos os países signatários a trabalharem juntos para limitar o aumento da temperatura global abaixo de 2°C, com esforços para limitá-lo a 1,5°C.

Ainda sobre as complexas negociações desse Acordo, Scovazzi[4] teceu alguns comentários sobre os objetivos firmados:

> O Acordo, que contribui para a implementação dos objetivos da Convenção, pretende fortalecer a resposta global às mudanças climáticas, no contexto do desenvolvimento sustentável e da luta contra a pobreza, possui três objetivos (art. 2º). Uma característica fundamental do Acordo é que a realização de seus objetivos não decorre de obrigações especificamente indicadas no próprio Acordo, mas deve ser o resultado dos "esforços ambiciosos" que as partes voluntariamente se comprometem a realizar e comunicar periodicamente (Artigo 3). Esses esforços devem apresentar uma progressão ao longo do tempo. Assim, afirma-se implicitamente o princípio da não regressão, o qual, segundo alguns, constituiria um desenvolvimento significativo do direito ambiental internacional (Scovazzi, 2021, p. 474).

5. A ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL NÚMERO 708

Os tópicos anteriores fizeram um breve relato dos Compromissos Transnacionais assumidos pelo Brasil – Convenção Quadro, Protocolo de Kioto e Acordo de Paris - listados pelo Ministro Barroso na ADI 708[5] na página 7, na fundamentação do Acórdão. Confira-se:

> Em virtude disso, idealizou-se um regime jurídico transnacional para o enfrentamento das mudanças climáticas, assentado sobre três pilares: (i)

[4] Scovazzi, Tullio; LIMA, Lucas Carlos. Do Protocolo De Kyoto Ao Acordo De Paris. Revista da Faculdade de Direito da UFMG, v. 78, p. 469-476, 2021.

[5] Brasil. Supremo Tribunal Federal. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental. Requentes: Partido Socialista Brasileiro – PSB, Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), Partido Dos Trabalhadores e Rede Sustentabilidade. Rel. Min. Roberto Barroso. Brasília, DF, 04/07/2022. Diário da Justiça, Brasília-DF, 28/09/2022. Disponível em: https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search/sjur470395/false . Acesso em: 24 de abril de 2024.

> a Convenção Quadro, que entrou em vigor em 1994, foi ratificada por 197 países e estabeleceu princípios abrangentes, obrigações de caráter geral e processos de negociação a serem detalhados em conferências posteriores entres as partes; (ii) o Protocolo de Kyoto, que entrou em vigor em 1997 , conta atualmente com a ratificação de 192 países e instituiu metas específicas de redução da emissão de gases de efeito estufa para 36 países industrializados e a União Europeia. Os países em desenvolvimento ficaram de fora dessa obrigação específica; (iii) o Acordo de Paris, que entrou em vigor em 2016 e conta com a adesão de 185 países. Diferentemente do Protocolo de Kyoto, em lugar de fixar limites vinculantes de emissão, previu que cada país apresentaria, voluntariamente, sua "contribuição nacionalmente determinada". O acordo não distingue entre os papeis de países desenvolvidos e em desenvolvimento.

Uma vez superada a análise história do presente artigo, agora faz-se necessário o aprofundamento sobre o tema contido na ação constitucional citada.

Em junho de 2020, o Partido Socialista Brasileiro – PSB, o Partido Socialismo e Liberdade – PSOL, o Partido dos Trabalhadores – PT e a Rede Sustentabilidade ingressaram com uma ação direta de inconstitucionalidade por omissão (ADI por omissão). Os requerentes argumentaram que a União, desde 2019, não estava cumprindo suas obrigações constitucionais de proteção ambiental ao não destinar os recursos necessários ao Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (Fundo Clima), cujo propósito é mitigar as mudanças climáticas.

Durante a tramitação da ADPF 708 ocorreu a admissão de *amici curiae* e a designação de audiência pública a possibilitar a participação efetiva de inúmeras entidades representativas de setores da economia, da academia e da sociedade civil organizada de modo a influenciar efetivamente na formação do convencimento da Corte (Borges, 2022).

Frise-se: pela primeira vez a mais alta corte do país tratou do tema das mudanças climáticas. As apresentações tiveram como foco central a necessidade de o governo garantir a eficácia dos mecanismos e da gestão da política ambiental e climática.

No mais, os autores solicitaram que o comportamento omisso do governo federal fosse declarado inconstitucional, ou, alternativamente, que a ADI por omissão fosse tratada como arguição de descumprimento de preceito fundamental, caso o Supremo Tribunal Federal considerasse esta via mais apropriada.

O Ministro Relator, Luis Roberto Barroso, aceitou a ação como Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF), pois considerou que a questão envolve tanto ações quanto omissões que, juntas, têm um impacto potencial sobre o dever do Poder Público de garantir um meio ambiente saudável para as atuais e futuras gerações[6].

[6] Cavalcante, Márcio André Lopes. **É dever do Poder Executivo dar pleno funcionamento ao Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (Fundo Clima) e alocar anualmente seus recursos com o intuito de mitigar as mudanças climáticas, sendo vedado o contingenciamento de suas receitas**. Buscador Dizer o Direito, Manaus. Disponível em: <https://www.buscadordizerodireito.com.br/jurisprudencia/detalhes/d787f83a93f12eb56db58c1268f944e0>. Acesso em: 23 de abril de 2024

Nos fundamentos do Acórdão[7], o relator inicialmente explicitou (f. 39):

> "tive oportunidade de constar que a melhor interpretação a ser conferida ao art. 225 da CRFB é aquela que identifica o direito ao meio ambiente como verdadeiro direito fundamental, a fazer atrair, por exemplo, o disposto no art. 5º, § 2º, da CRFB. Deve-se sublinhar, contudo, que há uma especificidade da tutela ambiental que não a equaciona exclusivamente com o indivíduo singularmente considerado final, como fiz constar naquele julgamento, é precisamente a tutela ambiental que dá especificidade a esse direito fundamental. Isso porque o dano ambiental é, por natureza, distinto daquele classicamente definido nos termos da legislação civil. (grifo nosso)".

Valido frisar também a citação sobre a Corte Interamericana na ação constitucional (f. 41):

> Podemos, também, mencionar a OC 23/2017, em que a Corte Interamericana conferiu novo status e autonomia ao direito humano ao meio ambiente. Naquele caso, cuja opinião foi solicitada pela República da Colômbia, a Corte IDH decidiu que os Estados têm obrigação de prevenir danos ambientais significativos, dentro ou fora de seus territórios. Este entendimento que foi reiterado em precedente mais recente, no Caso Tierra Nuestra vs. Argentina (2020), no qual a Argentina foi condenada pelas violações aos direitos de comunidades indígenas da província de Salta. Consectário lógico das ações previstas de forma a viabilizar a tutela ambiental é o fato de que a ciência tem papel fundamental: a alocação dos riscos depende do basilar consenso científico (grifo nosso).

A Procuradoria-Geral do Estado de Santa Catarina publicou um trabalho acadêmico específico[8] sobre a ADPF 708, no qual se asseverou a crise ambiental atual:

> O acórdão ressaltou que a questão ambiental é uma das questões definidoras do nosso tempo, e que no seu âmbito se situa o tema da mudança climática, com imenso impacto sobre as nossas vidas e das futuras gerações. Reconheceu o STF que os resultados objetivamente apurados indicam que o país caminha no sentido contrário aos compromissos internacionalmente assumidos para a mitigação das mudanças climáticas, e que a situação se agravou substancialmente nos últimos anos, caracterizando grave retrocesso em um quadro ambiental que já era crítico. Este é, na dicção do voto vencedor, o preocupante e persistente quadro em que se encontra o enfrentamento às mudanças climáticas no Brasil, que coloca em risco a vida, a saúde e a segurança alimentar da sua população, assim como a economia do futuro. Todo esse contexto aponta a gravidade da situação ambiental brasileira, pela aversão à temática reiteradamente manifestada pela União, pelo histórico recente de desestruturação de órgãos colegiados integrantes da Administração Pública e da não alocação de recursos para a proteção ambiental (Eckel;Vieira, 2023, p.291).

[7] Brasil. Supremo Tribunal Federal. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental. Requentes: Partido Socialista Brasileiro – PSB, Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), Partido Dos Trabalhadores e Rede Sustentabilidade. Rel. Min. Roberto Barroso. Brasília, DF, 04/07/2022. Diário da Justiça, Brasília-DF, 28/09/2022. Disponível em: https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search/sjur470395/false . Acesso em: 24 de abril de 2024.

[8] Eckel, Evandro Régis; VIEIRA, Ricardo Stanziola. O Julgamento da ADPF 708 (Fundo Clima) pelo STF Brasileiro na Perspectiva do Direito Constitucional Contemporâneo. Procuradoria-Geral do Estado, v. 13, n. 1, p. 269-305, 2023.

Sintetizando o dispositivo deste Acórdão histórico, a Suprema Corte brasileira deliberou favoravelmente à ADPF, com as seguintes determinações: (i) reconhecer a omissão da União devido à alocação incompleta dos recursos do Fundo Clima referentes a 2019; (ii) ordenar à União que evite a omissão em ativar o Fundo Clima ou em direcionar seus recursos; e (iii) proibir o contingenciamento das receitas do Fundo.

A tese estabelecida, portanto, foi de que o Executivo tem a obrigação constitucional de operar e alocar anualmente os recursos do Fundo Clima para a mitigação das mudanças climáticas, sendo proibido o contingenciamento, conforme o dever constitucional de proteção ambiental, nos termos do artigo 225 da Carta Magna brasileira., o princípio constitucional da separação dos poderes e os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, à luz do art. 5º, § 2º da Constituição de 1988, sob um regime jurídico transnacional, baseado na Convenção-Quadro sobre Mudança do Clima, e, dentro dela, no Protocolo de Kyoto e no Acordo de Paris, todos abordados nesse trabalho.

Ademais, o STF destacou explicitamente que os tratados de direito ambiental são uma subcategoria dos "tratados de direitos humanos" e, portanto, têm status supranacional, pois, como ressaltou a representante do PNUMA no Brasil durante a audiência pública prévia ao julgamento, "não há direitos humanos em um planeta morto ou doente" (Eckel; Vieira, 2023, p.292).

Ficou, assim, evidente a interdependência dos direitos fundamentais com a proteção ambiental, invocando-se a orientação da Corte Interamericana de Direitos Humanos.

6. MEIO AMBIENTE SAUDÁVEL COMO DIREITO FUNDAMENTAL

Importante ressaltar que a atual Constituição brasileira marcou o início da positivação da garantia do meio ambiente com o seu artigo 225, que afirma: "Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações." Em contraste, nas Constituições anteriores, essa garantia constitucional não estava presente, refletindo uma mudança significativa impulsionada pela crescente cultura ecológica ao longo do tempo.

Nota-se, ademais, que a conscientização ecológica ganhou força à medida que a humanidade começou a sentir as consequências das suas interferências ao meio ambiente. Apesar de catástrofes naturais serem esperadas, a intensidade e a frequência das atuais tem alarmado os cientistas.

Convém citar os ensinamentos de Reis[9]:

> Assim, quando se fala em tutela do meio ambiente, têm-se em jogo formas de garantir a qualidade de vida humana, pois lhe é essencial. O equilíbrio ecológico nessa relação tão direta com o ser humano faz do direito ao ambiente um direito fundamental da pessoa humana, em função dos elementos e valores que congrega, como saúde, segurança, cultura, identidade. Preservar o patrimônio ambiental é garantir vida sadia e com qualidade. Garantir vida com qualidade é promover a dignidade da pessoa humana. (REIS, 2013, p. 304).

[9] Reis, João Emilio de Assis. *O direito ao ambiente e o direito à moradia:* colisão e ponderação de direitos fundamentais. In: Veredas do Direito. v. 10. Belo Horizonte: 2013. p. 289-314.

Levando em conta a influência direta do meio ambiente saudável em várias áreas, é justificável classificá-lo como um direito fundamental. O ambiente afeta a garantia de direitos individuais, bem como questões coletivas, devido à sua natureza difusa. Reconhecer essa abrangência e importância é crucial para valorizar o meio ambiente saudável como um direito humano.

Nesse diapasão, os doutrinadores Silva e Guimarães[10] asseveram:

> Cumpre ressaltar que os direitos fundamentais (ou direitos humanos) são indivisíveis, ou seja, não importa se o direito é de cunho social, econômico, civil, político ou cultural, pois todos os direitos fundamentais devem ser tratados de forma isonômica, não importando sua natureza específica. (Silva; Guimarães, 2014, p. 203).

E a compreensão de Wedy e Moreira[11] vai no mesmo sentido:

> Essa afirmação não obsta, por certo, que o Judiciário conceda deferência às escolhas efetuadas pelos demais poderes na composição de interesses conflitantes, desde que não se traduza em categórica desconsideração do núcleo essencial do direito fundamental ao meio ambiente equilibrado e ao clima estável e seguro, observado o dever de motivação explícita, clara, verdadeira, congruente e suficiente de que as opções políticas realizadas cumprem os mandamentos constitucionais na máxima extensão e de forma proporcional. O que não se admite é uma deferência cega e acrítica, pelo simples fato de se tratar de decisão política ou administrativa, tampouco é legítima a supressão de determinada política pública, sem demonstrar que foi substituída por outra mais eficiente e eficaz (Wedy; Moreira, 2021, p. 876).

Logo, o panorama constitucional e legal brasileiro proporciona amplo controle judicial de políticas públicas climáticas, a fim de cobrar fundamentação adequada, transparência e participação suficiente, inclusive por meio de medidas estruturantes (Wedy; Moreira, 2021, p. 878).

Nesse contexto, o professor Canotilho[12] asseverou a importância das “totalidades integradas”:

> Dentro desse entendimento sobre a vital importância da preservação do meio ambiente, surge a necessidade premente de estabelecer um arcabouço jurídico que vá além das fronteiras nacionais, visando garantir uma proteção integrada. Isso implica reconhecer que o mundo, assim como o meio ambiente, constitui "totalidades integradas", onde os sistemas e elementos estão interligados e interdependentes (Canotilho, 2001, P. 10).

[10] Silva, Lucas do Monte; Guimarães, Patrícia Borba Vilar. A efetivação de direitos fundamentais: a relação entre o desenvolvimento e o plexo constitucional. In:Veredas do Direito. v. 11. Belo Horizonte: 2014. p. 199-223.
[11] Wedy Gabriel; Moreira, Rafael Martins Costa. O controle judicial das ações e das omissões estatais em políticas climáticas. In: 25º Congresso Brasileiro de Direito Ambiental. São Paulo: Instituto O Direito por Um Planeta Verde, 2021. p. 860-883. Anais [...]. São Paulo, 2021.
[12] Canotilho, José Joaquim Gomes. Direito Constitucional. 5ª ed. Coimbra, Almedina, 1991.

No mais, o supracitado professor emérito da Universidade de Coimbra José Joaquim Gomes Canotilho[3] resumiu o postulado globalista da seguinte forma:

> O postulado globalista pode resumir-se assim: a protecção do ambiente não deve ser feita a nível de sistemas jurídicos isolados (estatais ou não) mas sim a nível de sistemas jurídicos-políticos, internacionais e supranacionais, de forma a que se alcance um standart ecológico ambiental razoável a nível planetário e, ao mesmo tempo, se estruture uma responsabilidade global (de Estados, organizações, grupos) quanto às exigências de sustentabilidade ambiental (Canotilho, 2001, p. 10).

Depreende-se, portanto, que o postulado globalista de Canotilho fundamenta-se na compreensão da interdependência das "totalidades integradas" que constituem o mundo. A partir dessa perspectiva, ele propõe a implementação de um “Welt-Umweltrech”, isto é, um Direito Ambiental Mundial, com o objetivo de permitir que as jurisdições nacionais e locais atinjam e respeitem os parâmetros ecológicos de uma "República Ambiental Planetária" (Canotilho, 2001, p. 11).

Luigi Ferrajoli[13], por seu turno, introduziu a ideia de “Costituzione dela Terra” que conjumina com a “República Ambiental Planetária” de Canotilho. Verifique-se:

> A expansão do paradigma constitucional para além do Estado representa o seu próprio fortalecimento, por causa dos nexos entre o pacifismo institucional e a superação da soberania externa dos Estados, e entre o universalismo dos direitos e a sua indivisibilidade enquanto direitos devidos a todos os seres humanos. Somente uma Constituição da Terra pode, de fato, superar aqueles fatores de divisão e discriminação do gênero humano que são as diversas soberanias e as diversas cidadanias e, por isso, fortalecer os princípios da paz, da igualdade e do universalismo dos direitos fundamentais (Ferrajoli, 2020, p. 31).

É inegável que a eficácia de todos os Acordos ambientais depende do comprometimento de todas as partes envolvidas. Isso ressalta a imperatividade de unir esforços, conforme enfatizado pelo postulado globalista de Canotilho, que se baseia na interdependência das "totalidades integradas", atrelado à doutrina de Ferrajoli sobre a Constituição da Terra. Nesse contexto, é importante realizar uma análise sobre a jurisprudência nacional, sobretudo da Suprema Corte, sobre mudanças climáticas, para avaliar as ações efetivamente empreendidas pelo Brasil em prol do sucesso do Acordo de Paris, Convenção-Quadro e Protocolo de Kyoto.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, urge uma abordagem mais sofisticada da questão das mudanças climáticas, visando discernir com maior precisão o papel desempenhado pela natureza e pela ação humana nesse processo. É evidente que ambas as esferas podem interagir de maneira sinérgica, trocando influências significativas.

[13] Ferrajoli, L. Perchè uma Costituzione dela Terra? (Materiali per uma Costituzione della Terra. Direta da Luigi Ferrajoli, Raniero La Valle e Tecla Mazzarese). Torino: G. Giappichelli, 2020.

Devemos descartar os cenários apocalípticos frequentemente apresentados na mídia, pois o planeta não está à beira do colapso em curto prazo, e as previsões a longo prazo carecem de dados confiáveis.

É inegável que as mudanças climáticas já estão influenciando as decisões judiciais, como evidenciado no julgamento da ADPF n° 708, que figura como um marco histórico nesse campo. O Supremo Tribunal Federal reconheceu os compromissos internacionais de mitigação das mudanças climáticas em um contexto ambiental já crítico, como foi o caso da Convenção-Quadro, Acordo de Paris e Protocolo de Kyoto.

Dada a influência direta de um ambiente saudável em diversas esferas, é justificável considerá-lo um direito fundamental. O meio ambiente afeta não apenas direitos individuais, mas também questões coletivas, devido à sua natureza difusa. Reconhecer essa abrangência e importância é crucial para valorizar o meio ambiente saudável como um direito humano.

O tempo dirá se a tese estabelecida na ADPF nº 708 será eficaz na mitigação do risco de danos irreversíveis ao equilíbrio fundamental do planeta.

REFERÊNCIAS

[1] BORGES, Caio. ADPF 708: Fundo clima e políticas ambientais. Linkedin. 2020. Disponível em: https://www.linkedin.com/pulse/adpf-708-fundoclima-e-pol%C3%ADticas-ambientais-caio-borges/ . Acesso em: 02 maio de 2024.

[2] BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental. Requentes: Partido Socialista Brasileiro – PSB, Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), Partido Dos Trabalhadores e Rede Sustentabilidade. Rel. Min. Roberto Barroso. Brasília, DF, 04/07/2022. Diário da Justiça, Brasília-DF, 28/09/2022. Disponível em: https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search/sjur470395/false. Acesso em: 24 de abril de 2024.

[3] CANOTILHO, José Joaquim Gomes. Direito Constitucional. 5ª ed. Coimbra, Almedina, 1991.

[4] ECKEL, Evandro Régis; VIEIRA, Ricardo Stanziola. O Julgamento da ADPF 708 (Fundo Clima) pelo STF Brasileiro na Perspectiva do Direito Constitucional Contemporâneo. Procuradoria-Geral do Estado, v. 13, n. 1, p. 269-305, 2023.

[5] FERRAJOLI, L. Perchè uma Costituzione dela Terra? (Materiali per uma Costituzione della Terra. Direta da Luigi Ferrajoli, Raniero La Valle e Tecla Mazzarese). Torino: G. Giappichelli, 2020.

[6] REIS, João Emilio de Assis. *O direito ao ambiente e o direito à moradia:* colisão e ponderação de direitos fundamentais. In: Veredas do Direito. v. 10. Belo Horizonte: 2013. p. 289-314.

[7] SARLET, Ingo Wolfgang: FENSTERSEIFER, Tiago. Direito Constitucional Ambiental. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

[8] SCOVAZZI, Tullio; LIMA, Lucas Carlos. Do Protocolo De Kyoto Ao Acordo De Paris. REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO DA UFMG, v. 78, p. 469-476, 2021.

[9] SILVA, Lucas do Monte; GUIMARÃES, Patrícia Borba Vilar. A efetivação de direitos fundamentais: a relação entre o desenvolvimento e o plexo constitucional. In:Veredas do Direito. v. 11. Belo Horizonte: 2014. p. 199-223.

[10] WEDY Gabriel; MOREIRA, Rafael Martins Costa. O controle judicial das ações e das omissões estatais em políticas climáticas. In: 25º CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO AMBIENTAL. São Paulo: Instituto O Direito por Um Planeta Verde, 2021. p. 860-883. Anais [...]. São Paulo, 2021.

Capítulo 7

Além da postagem: estudo de caso sobre os princípios da comunicação pública na divulgação de boletins epidemiológicos de Covid-19

Ariane Barbosa Lemos[1]

Resumo: Este estudo se subsidia nos princípios que delimitam a comunicação pública para verificar o tipo de interação estabelecida entre uma gestão pública municipal e a população local. Tem como recorte contextual o município Frutal (Minas Gerais, Brasil) e, temporal, o período de vigência da declaração de emergência de saúde pública de covid-19 (2020-2023). A pesquisa mapeia publicações de boletins epidemiológicos no perfil oficial da Prefeitura Municipal de Frutal no Facebook e analisa os comentários registrados pelos cidadãos para constatar se, para além da postagem dos boletins, a gestão pública estabelece algum tipo de diálogo com o público. Constata que o formato de publicização dos números sobre a covid na cidade não atende aos princípios da comunicação pública, como o fomento ao diálogo, o estímulo à promoção de direitos e à democracia e a escuta da sociedade de forma inclusiva e plural.

Palavras-chave: Comunicação Pública, Covid-19, Boletins epidemiológicos, Facebook, Prefeitura de Frutal.

[1] e-mail ariane.lemos@uemg.br

1. ACESSO À INFORMAÇÃO, UM DIREITO UNIVERSAL E CONSTITUCIONAL

O acesso à informação é tão importante que está expresso no Art. 19. da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948): "Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; esse direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras".

No contexto brasileiro, essa prerrogativa está expressa no artigo 5º da Constituição Brasileira de 1988: "Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado".

Desde o período da redemocratização brasileira, marcado com a promulgação da Constituição Brasileira de 1988, a comunicação pública passou a fazer frente à comunicação governamental. Enquanto a governamental está centrada em dar visibilidade às ações de uma administração ou de seu gestor público; a pública vai além e está focada em garantir um tipo de comunicação que promova o engajamento do público.

A comunicação governamental cumpriria, portanto, um dos princípios da Administração Pública, o da Publicidade, ação de tornar públicas decisões administrativas, por meio de divulgação oficial de atos do poder público, em todas as instâncias do Estado (Executivo, Legislativo e Judiciário) e esferas (Federal, Estadual e Municipal), conforme descreve Madeira (2014). Entre os atributos do princípio da publicidade está o da transparência, o que obriga a administração pública a "[...] dar conhecimento público, pelos mais variados meios previstos em lei, de todos os seus atos, decisões e atividades" (Madeira, 2014, p. 85).

Direcionando esse entendimento às áreas específicas da administração pública do executivo, os gestores de cada uma das esferas são convocados a dar publicidade às decisões administrativas e criar mecanismos de aproximação entre os cidadãos e a própria gestão. A comunicação pública, especificamente, tem o propósito de servir diretamente aos interesses do cidadão, não se limitando apenas ao compartilhamento de informação ou à oferta de canais de comunicação (Duarte, 2009).

Este trabalho tem como ponto de partida a atuação de administrações públicas do executivo municipal no contexto da pandemia de covid-19, um dos períodos mais desafiadores da recente história da saúde pública mundial. A proposta é observar à luz dos princípios da comunicação pública (Medeiros; Chirnev, 2021) como uma prefeitura municipal específica comportou-se diante da publicação dos boletins epidemiológicos sobre os números relacionados à doença na cidade. Assim como ocorreu em diversas cidades brasileiras, a publicação dos boletins foi uma das estratégias adotadas pelas prefeituras brasileiras a fim de oferecer informações atualizadas sobre o contágio da doença à população local. Os boletins, portanto, foram um dos principais instrumentos utilizados para fazer valer o direito de acesso à informação.

O estudo de caso único mostra-se relevante por exemplificar como se deu a percepção popular sobre as estratégias de enfrentamento da covid-19 e o posicionamento da administração executiva municipal estudada. Observando a capilaridade do Sistema Único de Saúde (SUS), no Brasil, é possível se ter um recorte de como o período gerou apreensão entre os populares, tornando-se um contexto fértil para a disseminação de desinformação e notícias falsas.

O interesse do estudo está em identificar a observância dos princípios da comunicação pública nas postagens de algumas das edições dos boletins. O contexto de pesquisa é a cidade de Frutal, no Triângulo Mineiro, a 600 km de Belo Horizonte, com 58.588 habitantes e um PIB per capita de R$ 40.872,58 (IBGE, 2022). Entre 2020 e 2024, a prefeitura de Frutal esteve sob o comando de Bruno Augusto, eleito prefeito pelo Partido Progressista, considerado de centro-direita. O mesmo político foi reeleito prefeito da cidade, no pleito municipal de 2024, desta vez, filiado à legenda do Republicanos, considerado um partido conservador de direita.

O mapeamento das publicações utiliza como base de coleta o perfil oficial dessa prefeitura no Facebook. A pesquisa apoia-se em constatações registradas em estudo anterior de Lemos (2023) que analisou o conteúdo dos boletins epidemiológicos e os atributos de qualidade da informação (Arouck, 2011) presentes no produto informacional (boletim epidemiológico) publicado pela gestão pública citada. O trabalho já indicava a ausência de checagem dos comentários como uma limitação do estudo e, ao mesmo tempo, uma potencialidade para pesquisas futuras. Nesta pesquisa, um novo conjunto de postagens foi selecionado para analisar, desta vez, os comentários feitos pelos cidadãos e verificar o tipo de interação foi estabelecido entre a gestão pública e os cidadãos.

2. PRINCÍPIOS QUE DELIMITAM A COMUNICAÇÃO PÚBLICA

Em observância ao princípio da Publicidade da Administração Pública, os gestores públicos, independentemente da instância e esfera, são convocados a tornar públicas as decisões administrativas. Ao aplicar os preceitos da comunicação pública, além da publicização dos atos da administração, espera-se que os gestores criem mecanismos de aproximação entre os cidadãos e a própria gestão de forma a promover a cidadania.

Privilegiar o interesse coletivo e o direito à informação estão, portanto, na base da definição conceitual da comunicação pública, conforme destaca Brandão (2006, p. 6),

> Compreende-se Comunicação Pública como um processo comunicativo das instâncias da sociedade que trabalham com a informação voltada para a cidadania. Entre elas, os órgãos governamentais, as organizações não governamentais, associações profissionais e de interesses diversos, associações comunitárias enfim, o denominado terceiro setor, bem como outras instâncias de poder do Estado como Conselhos, agências reguladoras e empresas privadas que trabalham com serviços públicos como telefonia, eletricidade etc.

O autor Duarte (2009, p. 59), por sua vez, enfatiza que:

> A atuação em comunicação pública exige: (a) compromisso em privilegiar o interesse público em relação ao interesse individual ou corporativo; (b) centralizar o processo no cidadão; (c) tratar comunicação como um processo mais amplo do que informação; (d) adaptação dos instrumentos às necessidades, possibilidades e interesses dos públicos; (e) assumir a complexidade da comunicação, tratando-a como um todo uno.

Portanto, de acordo com esse autor, a comunicação pública respalda-se na centralidade do processo comunicacional com o foco no cidadão, que além de ser ouvido, passa a ter a oportunidade de dialogar com a administração pública. Duarte (2009) defende que a

comunicação pública se apresenta como relacional, tendo em vista o seu papel em promover a interação entre administração pública e sociedade.

> A comunicação pública, então, deve ser compreendida com sentido mais amplo do que dar informação. Deve incluir a possibilidade de o cidadão ter pleno conhecimento da informação que lhe diz respeito, inclusive aquela que não busca por não saber que existe, à possibilidade de expressar suas posições com a certeza de que será ouvido com interesse e a perspectiva de participar ativamente, de obter orientação, educação e diálogo (Duarte, 2009, p. 64).

Em artigo de revisão de literatura dedicado à temática da comunicação pública, Rothberg (2024, p. 38) defende que essa prática deve:

> proporcionar condições para o diálogo entre o poder público e os cidadãos também se inscreve entre as tarefas da CP [comunicação pública], segundo a literatura produzida no Brasil. Implementar formas sistemáticas para incentivar a expressão pública, receber as opiniões de indivíduos e setores sociais, proporcionar transparência às posições então manifestadas e às ações adotadas em resposta seriam outras obrigações (Rothberg, 2024, p. 38).

Rothberg (2024) ressalta o papel da comunicação pública no combate à desinformação que se vincula à criação e ao fortalecimento de identidades democráticas, que são fontes de informação pública. No que tange ao tema da saúde pública, ponto central desta pesquisa, o autor aponta que a pandemia de covid-19 tornou esse aspecto ainda mais importante devido ao cenário de desinformação então instalado. Para Rothberg (2024, p. 41), instituições como a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) e o próprio Sistema Único de Saúde (SUS) devem:

> [...] ter consolidado seu papel constitucional na disseminação de informações corretas sobre procedimentos, tratamentos etc, sobrepondo-se à difusão de dados incorretos ou simplesmente imprecisos de procedência questionável, a emergência trazida pelo novo coronavírus situou o SUS como fonte necessária para enfrentar o cenário da desinformação sobre a infecção.

A problematização em torno dos aspectos da comunicação pública envolvendo a saúde pública brasileira também está presente no trabalho de Santos *et al.* (2022). Os atores discorrem sobre a relação entre comunicação, democracia e legitimação do SUS e exploram:

> [...] a compreensão da comunicação pública não como comunicação governamental, mas como momento instituinte da política, vinculado à construção do interesse público, inscrito nas relações de poder, central, portanto, à republicanização dos direitos, sobretudo em democracias representativas. A partir desse fundamento teórico, formulamos o argumento de que a consolidação plena do SUS demanda a formação de uma base social de apoio constituída a partir de uma consciência pública sanitária e que a presença de um sistema oligopolizado de mídia interfere em prejuízo desse processo (Santos *et al.*, 2022, p. 1548).

Embora não seja de exclusividade da saúde pública, observa-se que o diálogo ético e respeitoso que pauta os princípios da comunicação pública é indispensável para garantir informação correta e contextualizada para os cidadãos. A evidente perspectiva da comunicação pública com o foco no cidadão já presente em estudos basilares da comunicação pública (Brandão, 2006; Duarte, 2009) que destacam o seu papel na construção de direitos em democracias. No Brasil, uma justificativa para essa relação pode ser vista como um desdobramento do processo de redemocratização vivenciado no país após o fim do período do período da ditadura militar (1964-1985).

A perspectiva cidadã na comunicação envolvendo temas de interesse coletivo está na base dos 12 princípios da comunicação pública elaborados por Medeiros e Chirney (2021). As autoras explicam que:

> [...] assume a perspectiva cidadã na comunicação envolvendo temas de interesse coletivo. Diz respeito ao diálogo, à informação e a um relacionamento cotidiano entre as instituições públicas e o cidadão. Destina-se a garantir o exercício da cidadania, o acesso aos serviços e informações de interesse público, a transparência e a prestação de contas (Medeiros e Chirney, 2021, p. 14).

Com essa visão, elas elencam quais seriam os princípios da comunicação pública, conforme listagem a seguir:

1) garantir o acesso amplo à informação: pressupõe uso de meios plurais e linguagem simples, que garantam a todos o pleno acesso e a compreensão da informação;
2) fomentar o diálogo, buscando por uma cidadania ativa, informada e participativa;
3) estimular a participação, incentivando o debate e a participação ativa do cidadão na formulação e na implantação das políticas públicas e estimulando o envolvimento na prestação de contas e demonstração de resultados por entes públicos;
4) promover os direitos e a democracia;
5) combater a desinformação, garantindo a transparência, a oferta de dados precisos, a rapidez na checagem de fatos e a disseminação de correções e informações verificadas;
6) ouvir a sociedade, com comunicadores públicos atuam como ouvidores da sociedade, ajudando as instituições a cumprirem os interesses e anseios de diferentes públicos;
7) focar no cidadão;
8) ser inclusiva e plural, produzindo conteúdo adaptado e acessível e garantindo a representatividade e o uso de linguagem inclusiva
9) tratar a comunicação como política de Estado, uma vez que o estado tem a obrigação de explicar, traduzir, orientar, prestar contas sobre o valor de cada ação pública e garantir a qualidade da interlocução e do acesso do cidadão às informações de seu interesse
10) garantir a impessoalidade, não se submetendo a interesses particulares, eleitorais e de promoção pessoal;

11) pautar-se pela ética;

12) atuar com eficácia de forma que os gastos relativos à publicidade da administração pública sejam transparentes, baseados em princípios técnicos e canalizados para a diversidade de mídias e públicos, sem favorecimentos ou distorções.

A observância desses princípios faz-se relevante ao longo de toda a gestão pública e, em situações de incertezas, tornam-se ainda mais necessárias. A recente situação de pandemia mundial de covid-19, experienciada entre os anos de 2020 e 2023, mostrou-se uma oportunidade de praticar a comunicação pública sustentada na tríade informação, diálogo e participação. Uma série de informações passaram a circular sobre a doença, até então, praticamente desconhecida no mundo.

3. À ESPERA DOS NÚMEROS SOBRE A COVID-19

O dia 11 de março de 2020 tornou-se uma data emblemática para a saúde pública dos cidadãos de todo o mundo. Neste dia, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou emergência de saúde pública de interesse internacional devido à disseminação do vírus SARS-CoV-2, transmissor da doença covid-19. O anúncio provocou mudanças radicais na vida das pessoas, seja no âmbito coletivo ou individual ou no nível social ou profissional.

Ao longo dos anos de 2020 a 2023, no contexto da pandemia de covid-19, as gestões executivas públicas viram-se convocadas a assumir um papel esclarecedor e norteador para a população com a publicização de dados oficiais da Organização Mundial da Saúde, do Ministério da Saúde (MS), das secretarias estaduais ou de uma das 5.570 secretarias municipais de saúde, no Brasil. Um dos instrumentos utilizados nesse momento foi divulgar os números da covid-19, no formato de boletins epidemiológicos, permitindo que as pessoas pudessem acompanhar a situação da sua cidade e região.

Em 1975, o Ministério da Saúde (MS) tornou obrigatória a notificação seriada de doenças transmissíveis, então previstas nas diretrizes do Serviço Único de Saúde (SUS).

> [...] Para que a função de vigilância possa ser utilizada de forma efetiva, para o planejamento e aprimoramento das ações de saúde em um local, é imprescindível que haja uma coleta adequada dos dados de um determinado evento em saúde e que, posteriormente, esses dados coletados sejam transformados em informações técnicas de fácil entendimento que possam atingir não só os profissionais da saúde, mas também a população como um todo (Silva; Rosa; Oliveira, 2020, p. 173).

O Sistema Nacional de Vigilância (SNV), criado em 2003 pelo MS, é o órgão responsável por trabalhar o fortalecimento e a ampliação das ações de vigilância epidemiológica no país. Um dos instrumentos criados pelo SNV para isso são os boletins epidemiológicos, com dados de monitoramento de doenças transmitidas por vetores. As secretarias estaduais e municipais de saúde, por sua vez, também têm como prática a divulgação periódica de boletins epidemiológicos.

O pioneirismo se deu com os dados referentes ao vírus HIV e, mais tarde, consolidou-se com as arboviroses. O monitoramento de infecções provocadas pelo mosquito *Aeged Aegypti*, responsável pela transmissão das doenças dengue, chikungunya e zika vírus, por exemplo, é um dos mais ativos. O monitoramento dessas doenças traz números relacionados a casos prováveis ou confirmados e mortes confirmadas ou em investigação.

O Conselho Nacional de Secretários de Saúde lançou, em junho de 2020, um painel com contagem própria sobre o número de casos da covid-19 no Brasil, com base nas atualizações informadas pelas secretarias estaduais de saúde dos estados e do Distrito Federal[2]. Na sequência, o próprio Ministério da Saúde criou o Painel Covid-19, de forma a posicionar-se como o veículo oficial de comunicação sobre a situação epidemiológica da covid-19 no Brasil, reunindo dados de todos os entes federativos. O portal segue ativo no endereço eletrônico https://covid.saude.gov.br/.

Importante lembrar que nesse período, em junho de 2020, foi criado um consórcio de veículos de imprensa, reunindo profissionais do g1, O Globo, Extra, Estadão, Folha e UOL para divulgar casos e mortes de covid-19 no Brasil, além da cobertura vacinal. A ausência de atualização e transparência dos dados divulgados pelo Ministério da Saúde, na gestão do presidente do Brasil Jair Bolsonaro (2018-2022), eleito pelo Partido Liberal, considerado um partido de direita, culminou na junção desses veículos de imprensa.

> Jornalistas dos veículos do consórcio trabalharam todos os dias de forma colaborativa para coletar nas secretarias estaduais de Saúde os números de contaminados e mortos por Covid, além da quantidade de vacinados. Os dados, consolidados sempre às 20h, foram divulgados diariamente pelos veículos participantes e alimentaram milhares de conteúdos jornalísticos em texto e vídeo. O consórcio surgiu como resposta da imprensa primeiramente diante do atraso na publicação dos dados (g1, 2023, s/p).

A coleta e divulgação dos números da covid-19 manteve-se durante 965 dias ininterruptos de trabalho, sendo encerrado em janeiro de 2023. Os números coletados nas secretarias estaduais de Saúde são sistematizados a partir de informações repassadas pelas secretarias municipais. Dessa forma, cada prefeitura passou a divulgar diretamente os números da covid-19 em seu município, diretamente por meio de boletins epidemiológicos. Conforme dito, esta pesquisa apresenta um estudo de caso da divulgação dos boletins feita pela cidade de Frutal, em Minas Gerais.

Os números oficiais da secretaria municipal de saúde foram sistematizados e divulgados pela Prefeitura de Frutal em seus canais de comunicação. No que diz respeito aos canais digitais (site e redes sociais), a coleta de dados ateve-se à rede social *Facebook*. A escolha dessa plataforma é justificada em estudo anterior da seguinte maneira: entre os perfis oficiais da prefeitura frutalense (*Instagram*, *Facebook* e *YouTube*), o *Facebook* é a plataforma digital com a longevidade, sendo a mais antiga entre as três redes sociais identificadas, e é aquela que registra o maior número de seguidores (Lemos, 2023).

A análise das postagens dos boletins epidemiológicos neste estudo assume a proposta de identificar a observância dos princípios da comunicação pública para compreender qual foi a postura adotada pela prefeitura de Frutal, identificando o seu enquadramento, ou não, na definição de comunicação pública. A proposta da pesquisa é ampliar a compreensão sobre o uso desse instrumento (boletins epidemiológicos) por gestões públicas. Nesta nova coleta e análise de dados faz-se o uso dos princípios da comunicação pública para verificar se houve ou não interação entre a gestão pública e os cidadãos.

[2] Disponível em https://conselho.saude.gov.br/ultimas-noticias-cns/1398-painel-conass-sobre-covid-19-no-brasil-chega-a-200-milhoes-de-acessos-em-184-paises. Acesso em 19 fev. 2024.

4. NOTAS METODOLÓGICAS

Este estudo tem natureza quanti-qualitativa é o do tipo exploratório-descritivo, pois busca identificar e correlacionar um contexto a um marco teórico relacionado com a temática da comunicação pública. O aspecto quantitativo está na contagem de interações nas postagens selecionadas; o qualitativo concentra-se na análise do teor dos comentários registrados nessas postagens.

Segundo o Painel de Monitoramento de Casos de Covid[3], gerenciado pela Secretaria de Estado da Saúde de Minas Gerais (SES-MG), até o dia 22 de setembro de 2023, foram registrados 4.175.207 casos confirmados de covid-19 no estado; 65.761 pessoas morreram em decorrência da doença. Em Frutal, o número de contágios chegou a 18.283, provocando a morte de 315 pessoas. Tendo a base de dados oficial e atualizada da SES-MG, foi possível estabelecer o recorte temporal, que se ateve aos períodos nos quais houve o maior índice de notificação dos casos confirmados.

Para cada um dos anos da pandemia (2020, 2021, 2022 e 2023), a semana epidemiológica com o maior registro de casos confirmados foi apreciada. O período é coerente com a vigência da declaração de emergência de saúde pública de interesse internacional feita pela Organização Mundial da Saúde (OMS), compreendendo o intervalo de 30 de janeiro de 2020 a 05 de maio de 2023.

Neste trabalho, foram considerados os seguintes períodos de coleta:

a) período 1 > semana 51: de 20 a 26 de dezembro de 2020;

b) período 2 > semana 12: de 15 a 21 de março de 2021;

c) período 3 > semana 04: de 23 a 29 de janeiro de 2022;

d) período 4 > semana 01: de 1º a 07 de janeiro de 2023.

Ao acessar a página da prefeitura no *Facebook*, rede social com maior número de seguidores da administração estudada, foram coletadas a postagem do boletim epidemiológico publicado (captura de tela do boletim e transcrição de legenda) e o engajamento dos usuários (curtidas, comentários e compartilhamentos). Os comentários foram copiados na íntegra, preservando a naturalidade original das conversas, e organizados em categorias e subcategorias. A referência teórico-metodológica usada segue os moldes do trabalho de Araújo, Travieso-Rodríguez e Santos (2017). A coleta dos dados foi feita no mês de novembro de 2023, de forma manual, ou seja, sem o auxílio de *softwares*. A análise foi feita em fevereiro de 2024.

Ao analisarem os comentários de usuários deixados em páginas de parlamentares brasileiros, Araújo, Travieso-Rodríguez e Santos (2017, p. 280) confirmaram a relevância dessa rede social ao lado de outras mídias sociais digitais. De acordo com os autores,

> Mídias sociais como o Facebook possibilitam ao cidadão, além de obter informação sobre questões relativas ao mandato de um parlamentar ou conhecer as propostas de um determinado candidato em período eleitoral, o poder de se engajar no debate político e na prática participativa democrática, tendo uma formação diferenciada sobre as questões políticas de seu interesse.

[3] Disponível em https://coronavirus.saude.mg.gov.br/.

Embora a comunicação política e o desempenho da figura do político não sejam o foco da investigação ora apresentada, é possível observar a aplicabilidade, dessa vez, considerando o comportamento de uma gestão executiva em um período específico, no caso, o da pandemia de covid-19. Assim como no estudo citado como referência, a proposta passa a ser observar se a plataforma foi usada para gerar participação política, ou seja, de forma a mobilizar e engajar o público a partir da exploração de uma narrativa: a conscientização da população sobre os cuidados pessoais e o controle do contágio da doença.

No trabalho de Araújo, Travieso-Rodríguez e Santos (2017), a metodologia seguiu uma organização dos comentários, em torno de categorias e subcategorias. Com base no trabalho de Fragoso, Recuero e Amaral (2013), Araújo, Travieso-Rodríguez e Santos (2017, p. 283), explicam que:

> [...] Categorias e subcategorias foram definidas por processos de codificação: (a) codificação aberta diz respeito ao início da análise, em que se foca na "identificação, descrição e categorização do fenômeno encontrado em campo"; (b) codificação axial, quando começamos a observar relacionamentos, semelhanças e diferenças nas categorias identificadas no passo anterior; e (c) codificação seletiva, momento em que a partir das observações feitas, podemos integrar as categorias encontradas em uma categoria central.

A abordagem metodológica a pesquisa apresentada cuidou de ordenar e sistematizar os comentários em três categorias e nove subcategorias, conforme demonstrado no Quadro 1.

Quadro 1 – Categorização dos comentários

Categoria/Subcategoria	Descrição
A) Questionamento	**Indagações, dúvidas ou cobranças da população.**
1. Dados do boletim	Números questionáveis, pouco claros ou duvidosos.
2. Tratamento precoce	Cobrança para a adoção de kit de remédios na expectativa de prevenir o contágio da doença. Eficácia não comprovada cientificamente.
3. *Lockdown* e/ou isolamento social	Explicações acerca de medidas preventivas de contágio: isolamento social e suspensão das atividades presenciais consideradas não essenciais.
4. Fiscalização	Atitudes de fiscalização assumidas pela gestão pública, de forma preventiva ou mesmo coercitiva.
5. Posicionamento da gestão pública	Questionamento sobre a postura do prefeito ou de medidas decisórias da administração executiva.
6. Vacina	Questionamentos sobre a disponibilização da vacina contra a covid-19
B) Preocupação popular	**Manifestações de temor quanto a transmissão do vírus, muitas vezes em função do comportamento da população.**
1. Aumento de casos	Expressões e/ou comentários de estarrecimento popular diante da progressão da doença entre os moradores.
2. Comportamento popular	Temor com relação ao comportamento dos frutalenses que desobedeciam às orientações de isolamento social.
C) Outros	**Demais manifestações observadas.**
1. Marcar outros perfis	Ação de marcar outros perfis, chamando a atenção para o conteúdo do boletim.

Fonte: dados da pesquisa, 2024.

Na seção a seguir, os comentários coletados nas publicações identificadas estão apresentados quanti e qualitativamente. O quadro de categorização é retomado de forma a mapear as incidências temáticas entre os comentários coletados.

5. INTERAÇÕES ENTRE A PREFEITURA E OS CIDADÃOS

A coleta feita no perfil oficial da Prefeitura de Frutal no *Facebook* permite dizer que, nos quatro intervalos selecionados, as postagens dos boletins epidemiológicos foram feitas de forma regular. Nas semanas monitoradas dos anos de 2020 e 2021 as postagens foram diárias; já nos anos de 2022 e 2023, a periodicidade passou a ser semanal. A incidência de comentários foi observada nos anos de 2021 e 2022. Em 2020 e 2023 não houve registros de comentários feitos pelo público, conforme apresenta o Quadro 2.

Quadro 2 – Painel de interações: cidadãos x gestão pública

Período 1: 20 a 26 de dezembro de 2020 (semana 51)				
Dia	**Curtidas**	**Comentários**	**Compartilhamentos**	**Respostas**
20	14	0	1	Não se aplica*
21	8	0	1	Não se aplica
22	9	0	1	Não se aplica
23	6	0	1	Não se aplica
24	6	0	0	Não se aplica
25	13	0	1	Não se aplica
26	11	0	1	Não se aplica
Período 2: 15 a 21 de março de 2021 (semana 12)				
Dia	**Curtidas**	**Comentários**	**Compartilhamentos**	**Respostas**
15	27	3	3	0
16	44	46	5	0
17	83	40	7	0
18	106	69	11	0
19	26	0	3	Não se aplica
20	26	5	2	0
21	50	5	6	0
Período 3: 23 a 29 de janeiro de 2022 (semana 4)				
Dia	**Curtidas**	**Comentários**	**Compartilhamentos**	**Respostas**
23	46	16	3	0
24	37	7 + 1 não visível**	3	0
25	69	14	5	0
26	65	13	5	0
27	34	2	5	0
28	30	1	2	0
29	41	4	2	0
Período 4: 1º a 7 de janeiro de 2023 (semana 1)				
Dia	**Curtidas**	**Comentários**	**Compartilhamentos**	**Respostas**
02	5	0	0	Não se aplica

* O termo não se aplica é usado em situações de ausência de comentários feitos pelos cidadãos.
** No caso dos comentários não visíveis, não é possível afirmar se houve ou não interação da Prefeitura, seja por meio de curtidas ou de respostas. As postagens desprovidas de comentários de cidadãos igualmente não têm respostas da Prefeitura.

Fonte: dados da pesquisa, 2024.

Tendo como referência o trabalho de Araújo, Travieso-Rodríguez e Santos (2017, p. 283), os comentários foram organizados em categorias e subcategorias (ver Quadro 3).

Quadro 3 – Categorização dos comentários

Categoria/Subcategoria	N (225)	%	Exemplo
Questionamento	**115**	**51,1**	
1. Dados do boletim	30	13,3	"A secretaria de saúde poderia ser mais clara em relação a estes resultados. Ontem tinha 13 pessoas aguardando resultado e hoje teve 40 casos confirmados? Estranho essa conta! Acredito, mas as informações não batem!"
2. Tratamento precoce	24	10,7	"Estas restrições nao atianta nada já tá mais que comprovado todas as cidades com restrições só aumenta e aumenta internações e óbitos, Já as cidades com tratamento precose estão tendo resultados extraordinários. fica a dica."
3. *Lockdown* e/ou isolamento social	20	8,9	"Onda roxa tá sendo valida pra alguma coisa? Não sabemos o que falarmos."
4. Fiscalização	17	7,5	"O que tenho notado é que Frutal não tem fiscalização. Os incrédulos estão aglomerando sem serem incomodados. Se todos, mas todos não fizeram a sua parte iremos afundar dia a dia. O poder público está falhando na fiscalização e ignorando a quantidade de casos e mortes."
5. Posicionamento da gestão pública	21	9,3	"Frutal está sem controle com a pandemia lamentável."
6. Vacina	3	1,3	"Fique em casa meu povo que vai piorar muito ainda porque não tem vacina suficiente para a população."
Preocupação popular	**91**	**40,4**	
1. Aumento de casos	46	20,5	"Meu Deus tenha misericórdia de nós! Ouvi comentários que os índices de maior contaminação está ocorrendo nas usinas e na cervejaria. Deveriam averiguar, se realmente é isso que está acontecendo e tomar as devidas providências."
2. Comportamento popular	45	20	"O que adianta agentr fazer a nossa parte e os outros nao esta nem ai, fica aglomerando fazendo festa,enquanto muitos estao isolado ,nao sai para lugar nenhum, so sai para ir no medico, mercado, e quando vai no mercado, banco e loteriaca lotado."
Outros	**19**	**8,5**	
1. Marcar outros perfis	19	8,5	[redacted] Olhem isso

N = número de comentários identificados, em um total de 37 comentários visíveis.
% = valor percentual, em relação ao total dos comentários (37).

Fonte: dados da pesquisa, 2024.

Ao todo foram identificados 225 comentários visíveis, descartando aqueles que aparecem contabilizados entre as interações do *post*, mas não passíveis de serem visualizados pelos visitantes da página. Desse total, mais da metade (51,1%) traz algum tipo de questionamento dirigido à administração pública ou ao setor de saúde, responsável pelos números contidos nas edições do boletim epidemiológico. Ou seja, entre as três categorias descritas, "Questionamento" é aquela que reúne o maior número de comentários. Entre

os questionamentos, aquele feito com mais recorrência é exatamente sobre a veracidade dos números dos boletins ou mesmo solicitação de mais esclarecimentos sobre a forma correta de proceder com a sua leitura. Esse tipo de questionamento representa a média de 13,3% de todos os comentários mapeados.

Na categoria preocupação popular, os registros mais altos são de interjeições dos cidadãos quanto aos números ascendentes da transmissão do vírus SARS-CoV-2, causador da doença covid-19. Muitos moradores, inclusive, questionaram a postura das pessoas com relação às regras de isolamento social e orientações quanto às medidas não farmacológicas. Os dados apontam para 20,5% e 20%, respectivamente, do total dos comentários para essas ocorrências. A categoria "Preocupação" é a segunda com o maior número de registros, representando 40,4% do total de ocorrências.

Entre as três categorias, a "Outros", com as marcações de perfis feitas entre os próprios usuários, é aquela que tem o terceiro maior índice dos registros: 8,5%, com 19 entre os 225 comentários. A ação de marcar um outro perfil na conversa, de certa forma, também é um gatilho de interação na plataforma digital.

Apesar de os comentários demonstrarem inquietação, dúvidas e desconhecimentos vindos da população, em nenhuma das postagens houve um posicionamento do perfil da Prefeitura de Frutal intervindo nas conversas que, por vezes, tiveram como mote informações inverídicas e suposições. De forma semelhante, os questionamentos feitos diretamente à administração pública ou à secretaria de saúde também não foram respondidos.

Observando a publicação dos boletins epidemiológicos à luz dos princípios da comunicação pública (Medeiros; Chirnev, 2021), pode-se dizer que foi garantido o amplo acesso à informação. A disponibilização dos dados em um canal oficial da prefeitura garante o foco no cidadão, de forma inclusiva e plural. Contar com dados oficiais apurados pela secretaria municipal de saúde assegura a ética na elaboração dos boletins. Assim como fazer uso de uma ferramenta de baixo curso como o *Facebook* assegura a eficácia.

Por outro lado, a análise das publicações e dos comentários permite dizer que o diálogo e a participação que estão na base da tríade da comunicação pública, no caso investigado, não foram constatados. Os boletins foram publicados periodicamente, no entanto, os cidadãos não foram ouvidos, não houve o fomento do diálogo nem o estímulo à participação. Além disso, não houve preocupação por parte da administração pública no combate à desinformação posto que não houve qualquer tipo de movimento para esclarecer dúvidas, desmentir inverdades e reiterar medidas de proteção.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou identificar a presença de princípios da comunicação pública diante da divulgação de boletins epidemiológicos apurados no município de Frutal, em meio às estratégias de saúde pública enfrentamento da pandemia de covid-19. O interesse principal foi observar se houve interação entre a administração pública e os cidadãos. A análise permite afirmar que houve a manutenção da regularidade da publicação dos boletins, devidamente atualizados com dados oficiais do município, garantindo e resguardando o direito constitucional dos frutalenses ao acesso a informações oficiais e atualizadas sobre a covid-19.

Apesar disso, a análise do recorte das postagens indica que não houve fomento ao diálogo, estímulo à promoção de direitos e à democracia nem a escuta da sociedade de forma inclusiva e plural. Conforme demonstrado praticamente não houve interação entre a gestão municipal e os cidadãos. Assim, um dos princípios mais caros ao momento na fase pandêmica, o de combater a desinformação, foi negligenciado pela administração estudada. Constatou-se total ausência de posicionamento oficial da Prefeitura de Frutal, diante de questionamentos dos populares.

A relação entre a comunicação pública e o contexto sociopolítico do período analisado (2020-2023) é um ponto relevante a ser citado nas considerações finais deste estudo. Isso porque, entende-se que o perfil da gestão política de uma prefeitura influencia diretamente sua comunicação pública, especialmente em um contexto tão polarizado vivido no Brasil, desde as eleições presidenciais de 2014 e acentuado nos dois pleitos seguintes (2018 e 2022). Pode-se dizer, portanto, que a condução da comunicação pública da prefeitura estudada sofreu influência da orientação político-partidária do gestor executivo municipal Bruno Augusto, eleito pelo Partido Progressista.

Na fase final do estudo, surgem novas indagações que indicam a importância em seguir com estudos futuros. Uma delas se relaciona com o questionamento do porquê não houve fomento ao diálogo por parte da prefeitura. Estratégia, inabilidade, desinteresse ou um combinado de situações? Um levantamento detalhado da composição do quadro da equipe de comunicação bem como o seu posicionamento no organograma na administração pública poderia trazer respostas para estes questionamentos.

De todo modo, um fato é certo, mesmo em um cenário de aparente controle da infecção, graças à cobertura vacinal, os boletins epidemiológicos do Ministério da Saúde e da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais seguem monitorando os números da doença (casos confirmados de contágios e óbitos). Não só da covid-19, o instrumento se consolidou no monitoramento de outros tipos de contágio como dengue e HIV, indicando que estudar a circulação das informações contidas nesse instrumento é de grande valia.

AGRADECIMENTOS

Esta pesquisa foi viabilizada com recursos do Edital 06/2021 – Programa de Bolsas de Produtividade em Pesquisa da Universidade do Estado de Minas Gerais (PQ/UEMG).

REFERÊNCIAS

[1] ARAÚJO, Ronaldo Ferreira; TRAVIESO-RODRÍGUEZ, Crispulo; SANTOS, Sarah Rúbia de Oliveira. Comunicação e Participação Política no Facebook: análise dos comentários em páginas de parlamentares brasileiros. **Informação & Sociedade Estudos**, João Pessoa, v. 27, n. 2, p. 279-290, maio/ago. 2017.

[2] AROUCK, Osmar. Atributos de qualidade da informação. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 12., out. 2011, Brasília, DF. **Anais [...]**. Brasília, DF: Enancib, 2011. Disponível em: http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/enancibXII/paper/view/874. Acesso em 04 mar. 2024.

[3] BRANDÃO, Elizabeth Pazito. Usos e significados do conceito comunicação pública. In: **Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom**, 6., 4-9 nov. 2006, Porto Alegre-RS. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7880056/mod_resource/content/1/Brandao%202006.pdf. Acesso em 02 fev. 2024.

[4] DUARTE, Jorge. Instrumentos de Comunicação Pública. In: DUARTE, Jorge (org.). **Comunicação Pública:** Estado, Mercado, Sociedade e Interesse Público. São Paulo: Atlas, 2009, p. 59-71.

[5] G1. Criado para divulgar dados sobre Covid, consórcio de veículos de imprensa chega ao fim. **g1**,

28 jan. 2023, [S. L], Disponível em https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2023/01/28/criado-para-divulgar-dados-sobre-covid-consorcio-de-veiculos-de-imprensa-chega-ao-fim.ghtml. Acesso em 10 mar. 2025.

[6] IBGE. Cidade e estados. IBGE. Brasília, 2022. Disponível em https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/frutal/panorama. Acesso em 2 abr. 2024.

[7] LEMOS, Ariane Barbosa. Comunicação pública e qualidade da informação em tempos de pandemia de covid-19: um estudo sobre os boletins epidemiológicos publicados pela Prefeitura de Frutal, Minas Gerais. **Reciis – Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 18-32, jan.-mar. 2023. Disponível em: https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/3398. Acesso em 10 de mar. 2025.

[8] MADEIRA, José Maria Pinheiro. **Administração Pública:** tomo I. 12 ed. ª, Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2014.

[9] MEDEIROS, Armando Medeiros; CHIRNEV, Lilian. Guia de Comunicação Pública. Brasília: **Associação Brasileira de Comunicação Pública**, 2021. Disponível em: https://abcpublica.org.br/wp-content/uploads/2021/10/Guia_de_Comunicac%CC%A7a%CC%83o_Pu%CC%81blica.pdf. Acesso em 06 set. 2024.

[10] ROTHBERG, Danilo. (Re)conceituando a comunicação pública para enfrentar a desinformação. **Organicom**, São Paulo, Brasil, v. 21, n. 45, p. 35–47, 2024. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/organicom/article/view/224211/20945. Acesso em: 10 mar. 2025.

[11] SANTOS, Ronaldo Teodoro dos; *et al*. Saúde pública e comunicação: impasses do SUS à luz da formação democrática da opinião pública. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, n. 4, p. 1547-1556, 2022.Disponível em https://www.scielo.br/j/csc/a/rtd96zpX7mfzMsRGPTJ9X4L/?lang=pt. Acesso em 18 jul. 2024.

[12] SECRETARIA DO ESTADO DA SAÚDE DE MINAS GERAIS. Distribuição dos casos de covid-19. Belo Horizonte, **SES-MG**, 2023. Disponível em: https://coronavirus.saude.mg.gov.br/painel. Acesso em 22 set. 2024.

[13] SILVA, William Nicoleti Turazza da; ROSA, Maria Fernanda Prado; OLIVEIRA, Stefan Vilges de. Produção de boletins epidemiológicos como estratégia de Vigilância em Saúde no contexto da pandemia de COVID-19. **Vigilância Sanitária em Debate**, v. 8, n. 3, p. 171-177, 2020. Disponível em: https://visaemdebate.incqs.fiocruz.br/index.php/visaemdebate/article/view/1658. Acesso em 15 jul. 2024.

Capítulo 8

Economia de Francisco e Clara: uma via salvífica para à Amazônia e seus povos tradicionais

Helíssia Coimbra de Souza

Resumo: O artigo traz como tema o modelo econômico proposto pelo Papa Francisco, à luz do testemunho de São Francisco de Assis e Santa Clara. A via salvífica para a Amazônia e seus povos tradicionais consiste na adoção de uma economia que abrange os pilares econômicos, sociais, ambientais e espirituais. A problemática que norteia e desenvolve o presente artigo consiste em: como a Economia de Francisco e Clara contribui para o direito internacional, construindo uma via salvífica para a Amazônia e seus povos tradicionais. A metodologia está pautada em grandes referências bibliográficas. Somada a essa fora selecionado o método de estudo de caso. A justificativa deste tema tem por base as inovações trazidas pela Economia de Francisco e Clara em comparação com outras teorias existentes. O objetivo central deste artigo está pautado no modelo econômico de Francisco e Clara, sendo o enfoque dado para a realidade amazônica. Os objetivos específicos consistem em: compreender como o modelo de Francisco e Clara está consolidado no cenário internacional; quais as bases teóricas para o Brasil trazidas no manual da CNBB; a importância de se compreender o ser humano através dos preceitos salvíficos do Evangelho; culminando em um modelo de economia circular no Estado do Pará, firmando a Economia de Francisco e Clara por meio de políticas sustentáveis e salvíficas. O modelo econômico de Francisco e Clara está firmado no ideal Católico de colaboração entre os povos, o que traz para o direito internacional uma relação estreita com o princípio consolidado da solidariedade e da dignidade humana.

Palavras-chave: Economia, Francisco e Clara, Amazônia, Povos tradicionais.

1. INTRODUÇÃO

As questões ambientais apresentam relevância transindividual. O impacto dos desequilíbrios ecológicos já pode ser sentido nas mais diversas áreas da vida, e seus resultados são observados a nível transnacional.

Os países ao redor do mundo, em especial os subdesenvolvidos, foram afetados de modo sem precedentes com a Pandemia do Covid-19. A crise sanitária fora o ápice para uma revisão por parte das autoridades mundiais quanto a necessidade de se estabelecer padrões sustentáveis de vida.

A Economia de Francisco e Clara revela-se inovadora e viável para harmonizar as relações entre as pessoas e destas para com os ecossistemas existentes. No cenário amazônico se observa a necessidade de atuação prioritária, haja vista a extensão da sua biodiversidade e os povos tradicionais que vem ganhando destaque no cenário internacional.

A Economia de Francisco e Clara, para o direito ambiental internacional, apresenta dois aspectos diferenciados: um olhar cultural e outro espiritual. O meio ambiente equilibrado torna-se um direito profetizado e concretizado tendo por base o ser humano integral.

O homem é observado, segundo a Economia de Francisco e Clara, como um ser que precisa viver a realidade concreta, além de colaborar mutuamente com seus pares para a consecução de um futuro salvífico.

O diferencial do modelo econômico de Francisco e Clara consiste na visão de que todos são corresponsáveis pela mudança. A visão ecológica que estava centrada em políticas ambientais promovidas pelo terceiro setor ou representantes políticos, na ótica da Economia de Francisco e Clara, não abrange a extensão dos problemas enfrentados contemporaneamente.

A base Católica ofertada pelo referido modelo econômico possibilita a reunião de todos os povos em prol dos bens e valores comuns. No entendimento de que nem todos professam a mesma fé, pode-se considerar um modelo econômico que tem como centro a espiritualidade humana.

O referencial que proporciona a elaboração fidedigna deste artigo, conforme o entendimento de que nem todos são católicos, fora elaborado em caráter ecumênico (comum). A Campanha da Fraternidade tem, dentre os seus materiais, o Manual Fraternidade e Ecologia Integral produzido pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. A referência da CNBB traz como ponto em comum o livro de Gênesis, sendo extraído do Evangelho “Deus viu que tudo era muito bom.” (Gênesis, 1, 31).

O objetivo central deste artigo consiste no modelo econômico de Francisco e Clara, sendo o enfoque dado para a realidade amazônica. Os objetivos específicos consistem em: compreender como o modelo de Francisco e Clara está consolidado no cenário internacional; quais as bases teóricas para o Brasil trazidas no manual da CNBB; a importância de se compreender o ser humano através dos preceitos salvíficos do Evangelho; culminando em um modelo de economia circular no Estado do Pará, firmando a Economia de Francisco e Clara por meio de políticas sustentáveis e salvíficas.

O enfoque social, político e econômico, para quem acompanha a tese de Francisco e Clara, compreende que este precisa ser expandido para as questões culturais e espirituais. A justificativa para a inclusão dessas áreas consiste na análise histórica de que o homem desenvolveu uma cultura de consumismo e exclusão. No tocante ao âmbito espiritual,

revela-se a importância de se considerar Deus como Pai Criador de tudo que há no mundo, e assim, mobilizar as pessoas para viverem de modo fraterno conforme a Sua vontade.

A justificativa deste tema consiste nas inovações trazidas pela Economia de Francisco e Clara em comparação com outras teorias existentes, sendo incluídas as referendadas questões culturais e espirituais analisadas na Economia de Francisco e Clara. O artigo apresenta como tema central "Economia de Francisco e Clara: uma via salvífica para à Amazônia e seus povos tradicionais".

A pesquisa traz como inovação um modelo econômico sustentável e salvífico para a realidade amazônica e dos povos tradicionais. A Economia de Francisco e Clara se concretiza no cenário transnacional enquanto uma via que observa o ser humano de modo integral. O homem passa a ser abarcado em todas as suas dimensões, quais sejam: física, emocional, psíquica e noológica (espiritual).

A pesquisa está sendo desenvolvida em conformidade com a metodologia bibliográfica, para além do método de estudo de caso. Assim, a metodologia bibliográfica será utilizada para um melhor entendimento das nuances teóricas, servindo estas de base aos casos específicos apresentados. Conjuntamente a esta, o método de estudo de caso torna-se um complemento, permitindo a compreensão aprofundada das problemáticas amazônicas e dos povos tradicionais que lá residem.

A questão problema norteia o cenário contemporâneo de degradação ambiental e mudanças climáticas. O desenvolvimento baseado no capitalismo puro dará lugar ao desenvolvimento com enfoque no homem integral, suas relações sociais e ambientais. Assim, tem-se como problemática: como a Economia de Francisco e Clara contribui para o direito internacional, construindo uma via salvífica para a Amazônia e seus povos tradicionais?

No tocante as hipóteses, observa-se as seguintes pontuações específicas relativas à Economia de Francisco e Clara. O modelo econômico de Francisco e Clara está firmado no ideal Católico de colaboração entre os povos, o que traz para o direito internacional uma relação estreita com o princípio consolidado da solidariedade e da dignidade humana. Ainda, enquanto outros modelos econômicos trazem mudanças centradas no puro capital, a Economia de Francisco e Clara analisa as hipóteses de transformação internacional com um desenvolvimento focado no ser humano e na Irmã Terra.

2. A ECONOMIA DE FRANCISCO E CLARA COMO UMA VIA SUSTENTÁVEL E SALVÍFICA

O direito internacional tem por base o princípio da solidariedade, e a Economia de Francisco e Clara preconiza Deus como Pai e todas as pessoas convivendo como irmãos. A espiritualidade, compreendendo que nem todos tem a Fé Católica como base de vida, deve ser analisada enquanto complemento da razão, das ciências naturais que orientam o homem para uma vida mais solidária e feliz.

A visão histórica no Brasil firmava que as questões ecológicas estavam sendo restritas ao terceiro setor e aos atores políticos. A Economia de Francisco e Clara traz a importância da comunhão entre os povos, minando a exclusão social e promovendo o princípio da solidariedade.

O princípio da solidariedade é marcante no direito internacional. O contexto dado para ele pode ser entendido de forma que cada pessoa venha a "manter as suas convicções,

situando-se, porém, em um lugar em um mapa no qual os outros também têm seu lugar e suas convicções." (Droit, 2017, p. 68).

A dignidade humana também está presente no direito internacional, e a Economia de Francisco e Clara se preocupa com o ser humano de forma integral. No tocante ao referido tópico, tem-se que "este relacionamento da atividade humana com o seu meio deve ser efetuado de modo tal que assegure existência digna a todos; em termos do meio ambiente, é aquela obtida quando os fatores ambientais contribuem para o bem-estar físico e psíquico do ser humano." (Derani, 2008, p. 244).

As questões da Ecologia Integral, como assim preconiza a Economia de Francisco e Clara, estão alinhadas com duas ciências: direitos humanos e direito internacional. Precisamente, o direito internacional traz uma compreensão que vai além dos povos tradicionais, abrangendo todos os seus aspectos culturais e espirituais.

No tocante aos direitos humanos, o Pacto da Sociedade das Nações em 1919 fora histórico, sendo os Estados membros envolvidos no compromisso para com os povos tradicionais. No Artigo 23, § 2, está firmado que estes "comprometem-se a garantir o tratamento equitativo das populações indígenas dos territórios submetidos à sua administração." (Liga das Nações, 1919).

O direito ambiental internacional estuda incisivamente a Amazônia, e a Economia de Francisco e Clara preocupa-se, de forma especial, com países em desenvolvimento, como o Brasil. Os países em desenvolvimento apresentam maior preocupação no cenário internacional. A sustentabilidade que estava restrita aos cuidados com a fauna e a flora, na contemporaneidade é observada, também a partir das questões culturais e espirituais apresentadas por estes povos.

> "Nós mesmos tivemos que aprender e, além disso, ensinar aos desesperados que, na verdade, não importava muito o que esperávamos da vida, mas o que a vida esperava de nós. Tínhamos de parar de perguntar qual é o sentido da vida, e reconhecer que é a vida que nos está perguntando isso, todos os dias e todas as horas." (Frankl, 2023, p. 98).

A Campanha da Fraternidade se encaminha, de forma conjunta com esta pesquisa, para discutir a Ecologia Integral. O tema de 2025 fora pensado para salientar a importância da preservação ambiental de forma ampla, conforme preconiza a Economia de Francisco e Clara. O firmamento da Campanha da Fraternidade Ecumênica em 2025 será "promover, em espírito quaresmal e em tempos de urgente crise socioambiental, um processo de conversão integral, ouvindo o grito dos pobres e da Terra." (CNBB, 2024).

Os povos tradicionais da Amazônia são observados no cenário internacional como os mais vulneráveis frente as mudanças climáticas, e a Economia de Francisco e Clara reafirma a preocupação com os países em desenvolvimento, bem como, os povos que sofrem pela exclusão social e o descaso com o meio ambiente.

Os povos tradicionais dependem diretamente dos recursos da floresta amazônica. Essa condição torna-os mais vulneráveis frente as degradações do ecossistema e consequentes mudanças climáticas.

Os efeitos negativos da degradação e ambiental e das mudanças climáticas já podem ser observados em questões vitais do cotidiano. No tocantes aos povos indígenas existe "a queda na fertilidade, perpassando por adoecimentos e mortes." (IDP, 2020).

Os povos tradicionais da Amazônia são colocados, muitas vezes, de modo forçado ao desenvolvimento, e a Economia de Francisco e Clara preza pelo respeito às suas culturas e tradições. O estilo de vida das comunidades tradicionais não diz respeito somente a preservação das suas identidades, mas abarca a conexão que cada povo tradicional tem com o meio ambiente que os cerca.

A problemática da globalização consiste na retirada gradual da soberania dos países. Ainda que a soberania seja irrevogável para o direito internacional, na prática observam-se muitas práticas impositivas dos países mais desenvolvidos frente as nações que ainda estão em desenvolvimento.

No tocante a realidade dos povos tradicionais, observa-se que a melhor via é a adoção do capitalismo consciente, tendo como condicionamento a Economia de Francisco e Clara. Por este caminho, tem-se a compreensão que "ser consciente significa estar totalmente desperto e lúcido para entender todas as consequências de nossas ações, em curtos e longos prazos." (Mackey, J; Sisodia, R., 2018, p. 31).

O artigo traz enfoque para a Amazônia pela sua rica biodiversidade, e a Economia de Francisco e Clara preconiza o desenvolvimento sustentável com enfoque não capitalista, mas humano. A problemática de se pensar no capitalismo como o causador de todos os males está na impossibilidade de criação de um sistema econômico perfeito.

O olhar para o desenvolvimento sustentável precisa estar alinhado com as reais possibilidades conjuntas de atuação. A contingência populacional é agravada pelo estilo de vida de consumo e exploração predominante na sociedade. As políticas públicas precisam ser planejadas de modo que tais fatores sejam levados em consideração, do contrário, ter-se-á alocação de recursos e realização de investimentos irrealistas.

A compreensão da estrutura geográfica e territorial do Brasil, consequentemente evidencia a complexidade de políticas públicas que não trazem o enfoque regional. A importância de alinhar bases legais e políticas sustentáveis para a Amazônia não está restrita somente a preservação da floresta. O olhar amplo para a biodiversidade nos permite ver que "não existe natureza sem um ser humano que convive com ela e a conhece." (IDP, 2020).

As mudanças climáticas são discutidas com enfoque biopsicossocial, e a Economia de Francisco e Clara traz como pontos inovadores a questão cultural e espiritual. No tocante a espiritualidade, tem-se como um ponto bastante promissor o fato de os brasileiros terem um histórico inclinado para as práticas religiosas.

A religiosidade torna-se um elo para que os povos minem as suas diferenças e dialoguem sobre os bens e valores comuns. O histórico nacional firmado pelo Datafolha nos mostra que "50% dos brasileiros são católicos, 31% evangélicos, e 10% não tem religião." (G1, 2020).

O cristianismo predominante no Brasil é um indicativo da importância de a Campanha da Fraternidade abordar temas ligados a Ecologia Integral. Na visão da Igreja Católica, "novamente, Deus nos chama a vivenciar a Quaresma; desta vez, porém, com o apelo especial a louvá-lo pela beleza da Criação, a fazer um caminho decidido de conversão ecológica e a vivenciar a Ecologia Integral." (CNBB, 2024).

A exclusão social dos povos tradicionais é uma problemática relevante e contemporânea. O entendimento das suas particularidades não deve ser visto como um entrave para que estes tenham participação ativa na sociedade, discutindo e propondo soluções para os

problemas ambientais. Observa-se na atualidade que "sistemas imensos não são capazes de funcionar sem lealdades de massa, e expandir o círculo de empatia humana tem seus méritos." (Harari, 2019, p. 146).

3. A ECONOMIA DE FRANCISCO E CLARA APLICADA À ECONOMIA CIRCULAR

A realidade vivenciada pelos indígenas, quilombolas e as comunidades ribeirinhas, torna-se vital para a observância do que acontece na Amazônia. O entendimento da Ecologia Integral a partir da Economia de Francisco e Clara, consequentemente não abrange apenas os aspectos ambientais. A preocupação com a sustentabilidade dessas comunidades evoca que "este bem-viver traduziria a possibilidade efetiva de o cidadão desenvolver as suas potencialidades." (Derani, 2008, p. 59).

A escuta ativa dos povos tradicionais possibilita elevar a proximidade entre as lideranças públicas, a sociedade, de um modo geral, e o terceiro setor. O processo de alocação de recursos, elaboração e consecução de políticas públicas ambientais, torna-se mais fácil e efetivo quando existe a coesão entre as possibilidades do Estado e as demandas trazidas por estes povos.

A Economia de Francisco e Clara traz a compreensão, segundo a qual, "os efeitos de redução da desigualdade chegam a ser mais eficazes do que o crescimento, pois atacam a pobreza diretamente." (Coutinho, 2013, p. 36).

O consumismo desenfreado é tido como um dos graves problemas da contemporaneidade, e a Economia de Francisco e Clara combate esse consumismo a partir de uma nova cultura de colaboração entre os povos.

A referendada degradação ambiental para sustentar os desejos humanos vem ocasionando perdas severas. Os povos tradicionais chegam a falecer em virtude das atividades realizadas em suas terras, bem como, são evidentes as perdas na fauna e na flora da floresta amazônica.

No tocante aos povos indígenas, tem-se que o "levantamento da HAY (Hutukara Associação Yanomami), feito em parceria com o ISA (Instituto Socioambiental), mostrou que o problema cresceu 54% apenas em 2022, devastando 5.053 hectares no território." (WWF, 2023).

A riqueza deve ser entendida, para além da fauna e da flora, abrangendo os povos tradicionais que lá residem e suas culturas. O direito a diferença possibilita transpor uma lógica centrada no consumismo para a construção de uma via de cooperação entre os povos.

Os moldes da Economia de Francisco e Clara firmam que "apenas com a ternura, como nos inspira esses dois jovens, que transgrediram os ideais de grandeza do seu tempo, será possível ir contra as ondas de um hedonismo ou narcisismo que aflora nos tempos atuais." (Luna, S.; Santos, M. J. 2024, p. 7).

O desenvolvimento sustentável para as presentes e futuras gerações é preconizado no direito internacional e na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. A Economia de Francisco e Clara observa como ápice do desenvolvimento sustentável a vivência alegre e salvífica do Evangelho.

O direito humano transindividual a um meio ambiente equilibrado está internalizado no Artigo 225 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Conforme o citado

artigo “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.” (Brasil, 1988).

A relação das pessoas com o meio ambiente é de extrema importância, e para além, a compreensão dos aspectos culturais e espirituais que norteiam os povos tradicionais. Conforme firmado pela Igreja Católica, extensivamente a todas as crenças na visão da espiritualidade, é vital que os povos vivam em comunhão e tenham zelo para com a natureza.

O reconhecimento de Deus como Pai e Criador, na visão virtuosa do Professor Doutor Victor Sales Pinheiro, traz o lembrete “não posso amar o que não conheço e não posso conhecer o que eu não amo.” (Pinheiro, 2022, p. 142).

As políticas públicas podem ser entendidas como instrumentos para a concretização de direitos. Os firmamentos legais se dão no âmbito dos direitos fundamentais e humanos. As políticas públicas abarcam três fases: escolha, planejamento e efetivação de um direito específico.

A Economia de Francisco e Clara preconiza que, as políticas públicas precisam envolver “a injustiça social e a injustiça ecológica; os gritos angustiados da terra, da água, do ar; o grito de seus pobres em busca de ajuda e de responsabilidade, nos comprometa a darmos respostas e não virarmos o rosto para o outro lado.” (Apel, M., n.p. *apud* CNBB, 2024, p. 513-515).

A Economia Circular é uma realidade sustentável para conciliar os interesses do mercado, da sociedade e do meio ambiente. No estado do Pará, observam-se iniciativas para modificar gradualmente o setor madeireiro. Existe o reconhecimento da importância de serem produzidos artigos seguros e duráveis para consumo, mas não somente.

A ótica da Economia Circular traz consigo a elaboração de “uma estratégia de implementação de práticas sustentáveis, cujos resíduos podem se tornar fonte de matéria prima para o próprio setor de movelaria, a partir da implementação de novas estratégias que promoverão competitividade sustentável. (Nuñez-Cacho, P., *et al*, 2018 *apud* Botelho, C.R.; Lima, F.; Martins, C.; Pires, G., 2021).”

A vivência alegre e salvífica do Evangelho impulsiona os povos para viverem em comunhão, além de promover o manejo respeitoso e temperante dos ecossistemas existentes. A Economia de Francisco e Clara reúne os princípios do direito ambiental internacional com os valores e virtudes do Evangelho.

Os povos tradicionais da Amazônia sofrem com o desenvolvimento centrado no puro capital. A Economia de Francisco e Clara torna-se inovadora por estudar e valorizar as culturas e crenças desses povos. Conforme a tese da Economia de Francisco e Clara “o desenvolvimento não se reduz a economia, para ser autêntico, precisa ser integral, desenvolver o homem todo e todos os homens.” (Economia de Francisco e Clara, 2022).

O referencial teórico do Professor Doutor Maurício Rodrigues de Souza caminha no sentido da Economia de Francisco e Clara. A propagação da espiritualidade, consequentemente contribui para que cada pessoa mude a sua forma de pensar e agir no mundo. A natureza passa a ser vista como obra de Deus, e sendo os povos irmãos deste Pai Criador, devem cuidar uns dos outros e da obra prima que os cerca.

A realidade evoca que "foram os cristãos que fizeram da pessoa moral uma unidade metafísica, após sentir-lhe a força religiosa; colocou-se a questão da unidade da pessoa, da unidade da Igreja, por relação com a unidade de Deus." (Mauss, 1974, p. 235 *apud* Souza, 2007, p. 28).

Alguns autores afirmam que o exercício da religiosidade deve se dar de modo separado da ciência. A realidade, no entanto, mostra a contraditoriedade desta ótica, sendo as religiões facilitadoras do diálogo entre os povos. A importância das religiões consiste na superação das diferenças e contribuição com um Estado que é formado por todos.

A soma de esforços individuais ocorre de forma mais naturalista e sustentável quando se tem por base a existência de um Pai Criador. A observância dos mandamentos evocados por Deus permite a reunião das pessoas em torno destes princípios de convivência e elaboração das políticas públicas para a Amazônia e seus povos tradicionais.

4. CONCLUSÃO

O ano de 2025 será histórico para o Brasil, e de modo especial, para a região amazônica e os povos tradicionais. O lançamento da Campanha da Fraternidade terá como tema a Ecologia Integral, intimamente alinhado com o modelo econômico proposto neste artigo. Ainda, a realização da COP 30 mostra a importância das questões ambientais amazônicas para o mundo. A via facilitadora do diálogo entre os povos é a Economia de Francisco e Clara, haja vista que esse modelo econômico não nega o capital, mas transforma-o pelo sentido fraterno e salvífico do Evangelho.

A Ecologia Integral, a partir da Economia de Francisco e Clara, firma o capitalismo de modo consciente e sustentável. Ao invés de se buscar um sistema econômico, político e social perfeito, tem-se a Economia de Francisco e Clara como um modelo conciliador desses interesses.

A inclusão da cultura e da espiritualidade mostra a importância de se olhar o ser humano de forma ampla. A compreensão dessa integralidade permite uma melhor atuação entre as pessoas e o meio ambiente que as cerca, qual seja, a floresta amazônica.

BIBLIOGRAFIA

[1] BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Congresso Nacional, D.O.U. 05.10.1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em set. 2024.

[2] BRASIL. **Liga das Nações 1919 Pacto Sociedade Integra História dos Direitos Humanos no Mundo**. Disponível em: https://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/his1919.htm. Acesso em nov. 2024.

[3] CNBB. **Campanha da Fraternidade 2025: conheça o tema, a identidade visual e a oração**. CNBB, 2024. Disponível em: https://www.cnbb.org.br/campanha-da-fraternidade-2025-conheca-o-tema-a-identidade-visual-e-a-oracao/. Acesso em nov. 2024.

[4] CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil / **Campanha da Fraternidade 2025**: Manual, Brasília: Edições CNBB, 2024.

[5] COUTINHO, Diogo. **Direito, desigualdade e desenvolvimento**. 1. ed. São Paulo: Saraiva Jur., 2014.

[6] DERANI, Cristiane. **Direito ambiental econômico**. 3. ed. São Paulo: Editora Saraiva., 2008.

[7] DROIT, Roger-Pol. **Tolerância**. 1. ed. São Paulo: Editora Contexto., 2017.

[8] ECONOMIA DE FRANCISCO E CLARA. **Mensagem Papa Francisco – Economia de Francisco e**

Clara (2020). YouTube. 27 ago. 2022. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=jpL4SyJvd9I&list=PLT4lzY0AcpQLgo8ufQ9vfCXRMTpt_X3Vm&index=1. Acesso em nov. 2024.

[9] FRANKL, Viktor. **Em busca de sentido: edição para jovens leitores**. 2. ed. São Paulo: Campinas, 2023.

[10] G1. **50% dos brasileiros são católicos, 31% evangélicos e 10% não tem religião, diz Datafolha**. G1, 2020. Disponível em: https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/01/13/50percent-dos-brasileiros-sao-catolicos-31percent-evangelicos-e-10percent-nao-tem-religiao-diz-datafolha.ghtml. Acesso em out. 2024.

[11] HARARI, Yuval. **21 lições para o século 21**. 1. ed. Rio de Janeiro: Companhia das Letras., 2018.

[12] IDP. **Amazônia: Desafios para Proteção e Sustentabilidade da Sociobiodiversidade**. YouTube. 28 out. 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=gao1Fotub5M&list=PLT4lzY0AcpQLgo8ufQ9vfCXRMTpt_X3Vm&index=2. Acesso em: 05 dez. 2024.

[13] LIMA, Fernanda Costa de et al. Economia circular e práticas sustentáveis: um estudo de caso em uma empresa da movelaria paraense. In: **COLÓQUIO ORGANIZAÇÕES, DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE**, 12., 2021, Belém. Anais eletrônicos [...]. Belém: UNAMA, 2021. Disponível em: http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/14260. Acesso em 20 dez. 2024.

[14] MACKEY, J.; SISODIA, R. **Capitalismo consciente: como libertar o espírito heroico dos negócios**. 24. ed. Rio de Janeiro: Alta Books., 2018.

[15] PINHEIRO, Victor. **Virtudes no cotidiano**. 1. ed. Campinas: Editora Auster., 2022.

[16] REALE, Miguel. **Filosofia e teoria política: ensaios**. 1. ed. São Paulo: Editora Saraiva., 2003.

[17] SANTOS, M.J; LUNA, S. Economia de Francisco e Clara: um olhar de esperança. **Revista Gestão em Análise da Unichristus**, v. 3, n. 9, p. 1-8, 2024.

[18] SOUZA, Maurício. **A igreja em movimento: catolicismo carismático e identidades religiosas na Amazônia**. 1. ed. São Paulo: Letras À Margem., 2007.

[19] WWF. **Indígenas alertam sobre os graves impactos do garimpo em seus territórios**. WWF, 2023. Disponível em: https://www.wwf.org.br/?85520/Indigenas-alertam-sobre-os-graves-impactos-do-garimpo-em-seus-territorios. Acesso em: nov. 2024.

Capítulo 9

Arquitetura comercial: estudo comparativo entre comércio de rua e de shopping center

Maurício Martini

Resumo: A arquitetura comercial surgiu como uma atividade que visa qualificar os ambientes de negócios, potencializando as vendas de uma empresa, visto que a forma com o que o espaço comercial se apresenta é uma das principais estratégias de uma empresa para alcançar o sucesso. O presente artigo busca estabelecer uma análise crítica entre dois grandes grupos de ponto de venda (PDV): as lojas de rua e as lojas de *shoppings*, apresentando as principais características desses grupos. Para que arquitetos e lojistas possam fazer uma melhor escolha de local e elencar estratégias e diretrizes projetuais que os arquitetos devem considerar na hora de propor espaços para estes fins. O estudo foi desenvolvido com o método de pesquisa descritiva através de revisão bibliográfica, objetivando estabelecer parâmetros de comparação entre os dois tipos de grupos apresentados, considerando aspectos de Arquitetura de forma global, assim como aspectos pontuais de Arquitetura de Interiores. Como resultado, esta pesquisa não apresenta qual dos tipos de ponto de venda é melhor, mas sim fatores que os diferentes profissionais envolvidos devem elencar na hora da escolha do lugar e na hora de elaborar estratégias, seja de venda, de *marketing*, de comunicação e de arquitetura.

Palavras-chave: Arquitetura Comercial, Ponto de Venda, Comunicação.

1. INTRODUÇÃO

O comércio é uma atividade que está intimamente ligada com o surgimento e evolução das cidades e está relacionado a distribuição de bens e serviços, o comércio também contribuiu para a construção de relações sociais e de poder e intercâmbio entre diferentes culturas. Como afirma Benevolo:

> A cidade – local de estabelecimento aparelhado, diferenciado e ao mesmo tempo privilegiado, sede da autoridade – nasce da aldeia, mas é apenas uma aldeia que cresceu. Ela se forma, como pudemos ver, quando as indústrias e os serviços já não são executados pelas pessoas que cultivam a terra, mas por outras que não tem esta obrigação, e que são mantidas pelas primeiras com o excedente do produto final. (2015:23)

Mais do que comercializar o excedente em um espaço físico, Vargas (2012:1) destaca a importância das relações interpessoais neste meio.

> O caráter social da atividade de troca e, consequentemente do comércio, aparece imediatamente quando, para a troca se realizar, existe a necessidade do encontro, envolvendo além das mercadorias, a troca de ideias, palavras, experiências e sensações que fazem parte do encanto do consumo, pois o ato da troca pressupõe a conversa, ainda que virtual, para que o negócio seja efetivado.

A partir da fala de Benevolo (2015) e Vargas (2012), pode se observar que este comércio ao longo da história foi se aprimorando e se desenvolvendo para cada vez mais chamar a atenção das pessoas e fidelizar clientes. Ao passar por transformações estruturais ao longo do tempo, o comércio transcendeu o ambiente das ruas, surgindo assim conjuntos arquitetônicos específicos para ele: os shoppings centers e atualmente, com a popularização da internet, surge também o comércio virtual, onde é possível fazer compras sem sair de casa. Com isso, atividades como Administração, Comunicação e Arquitetura passaram a ter papel fundamental para contribuir com a venda de produtos. Desta forma, mais do que chamar a atenção, a Arquitetura de um espaço comercial deve criar um ambiente propício para que o consumidor tenha experiências com o produto e com a marca.

Em um mundo globalizado e cada vez mais competitivo, oferecer produtos de qualidade garantida, com preço adequado, com boa logística de distribuição no mercado e um bom planejamento de comunicação pode não ser suficiente para impulsionar os negócios no PDV de forma efetiva. Assim, o investimento do comércio varejista para criar uma ambientação e identificar as marcas em seus pontos de venda se tornam cada vez mais significativos. O varejista começa a trabalhar ações de marketing relacionadas ao assunto e busca criar uma atmosfera de compra em suas lojas, pois o resultado deste conjunto de trabalho que vai resultar no ponto de venda transmitindo valores através da arquitetura juntamente com seus seres atuantes, os funcionários e clientes que irão se apropriar deste espaço.

Este trabalho estabelece uma comparação crítica sobre dois grandes grupos de estabelecimentos comerciais, no intuito de analisar cada tipo de comércio, e apresentar vantagens e desvantagens de cada tipo, para que arquitetos e lojistas possam ter conhecimento sobre estes tipos de estabelecimentos e obter melhores resultados em seus negócios. É importante salientar que ambas as soluções podem ser adotadas, assim, não

cabe a este trabalho elencar qual é a melhor solução, pois esta depende do posicionamento de marca, identidade corporativa, orçamento e público-alvo de cada empresa, entre outros fatores. Segundo Gurgel (2005:14-15), "a arquitetura de interiores pode ser utilizada para selecionar clientes de forma indireta. Ela é uma arma poderosa que influencia inconscientemente as pessoas usuárias de um espaço." Portanto, conhecer e entender a sistemática destes dois tipos de ambientes comerciais é fundamental para o lojista conhecer melhor seu negócio e para o arquiteto desenvolver melhores projetos.

Para tal análise, serão abordados aspectos de Administração, Comunicação e Arquitetura, ficando este último como foco do trabalho. Desta forma, durante o desenvolvimento do trabalho serão mencionadas questões relativas à legislação, iluminação, *visual merchandising* e vitrinismo, eficiência energética além de aspectos de psicologia ambiental. Todos estes aspectos serão debatidos no presente trabalho sempre em relação aos dois tipos de ambientes estudados. Portanto, cabe lembrar que o projeto comercial é um trabalho interdisciplinar entre os profissionais envolvidos onde todos têm extrema importância de ser realizados com excelência para o sucesso do empreendimento.

O *visual merchandising* é definido por Blessa (2003:6) como sendo a "técnica de trabalhar o ambiente do ponto-de-venda criando identidade e personificando decorativamente todos os equipamentos que circundam os produtos" é realizado tanto pelos profissionais de comunicação como de arquitetura; layout e mobiliário devem ser projetados de forma a organizar os produtos seguindo uma hierarquia diagnosticada entre os profissionais, juntamente com o proprietário. Além de deste aspecto, é importante seguir parâmetros de ergonomia, tanto para funcionários como para clientes, respeitando também quesitos de acessibilidade universal; a iluminação do estabelecimento deve criar uma atmosfera que seja condizente ao público-alvo; as especificações de materiais, revestimentos, luminárias, lâmpadas, climatizadores de ar devem ser adequados para que o desempenho energético do ponto comercial como um todo seja eficiente, para que não seja oneroso ao lojista e questões sobre psicologia ambiental que afetam o comportamento do consumidor nos dois tipos de estabelecimentos comerciais apresentados neste estudo. Portanto, fica clara a realização de um trabalho interligado entre equipes.

2. PONTO DE VENDA COMO AMBIENTE DE INTERAÇÃO

O Ponto de Venda (PDV) é, basicamente, o lugar físico onde a transação comercial de troca de moeda por produto ou serviço. Na definição de Geargeoura (2010:1) "é o instrumento básico do varejista para a realização de seus negócios, e no caso do varejo tradicional com lojas físicas, responsável por boa parte de um investimento elevado", ou seja, é o lugar de funcionamento de uma empresa de comércio e é uma das questões onde o empresário deve investir capital para seu negócio ter sucesso.

Antes de falar sobre arquitetura comercial e a influência do projeto de arquitetura nos negócios de uma empresa, é necessário analisar o contexto econômico da empresa, do local onde ela vai se instalar e abordar um tema mais amplo, o marketing. Blessa (2003:1) define o marketing como sendo o "processo de planejamento, execução preço, comunicação e distribuição de ideias, bens e serviços, de modo a criar trocas (comércio) que satisfaçam aos objetivos individuais e organizacionais" Portanto, é preciso citar que, antes de uma empresa chegar ao ato da comercialização de um produto, toda organização precisa ter objetivos, metas, missão, visão, valores ~~e~~ todos estes aspectos seguem um planejamento estratégico que compõe a prática organizacional da empresa e, relacionado a estes aspectos, a empresa possui uma razão social, nome fantasia e uma identidade

visual que a representam e a fazem interagir com o público em geral.

Todos estes fatores interligados entre si culminam em estratégias de Marketing e Comunicação para que o determinado produto ou serviço oferecido pela empresa chame a atenção e se torne interessante para um público específico, o qual deve ser bem conhecido para que o conjunto de investimento e estratégias a se aplicar tenha êxito, uma vez que o foco da empresa deve se concentrar em provocar experiências positivas para o cliente, pois cabe a ele a decisão de compra. Desta forma, este artigo faz referência ao Marketing Mix ou os "4 Ps" do Marketing elencados por Kotler (2006). São eles: produto, preço, praça e promoção.

Produto e preço são fatores que estão diretamente relacionados a gestão e administração de cada empreendimento. A Arquitetura lida diretamente com a praça, ou seja, local onde o consumidor interage com a empresa, marca e produto, chegando ou não ao ato da compra; e com a promoção, no entanto, de forma mais pontual, uma vez que cabe aos profissionais de Comunicação desenvolverem estratégias de divulgação. Porém, muitas vezes este é um processo de interação que ocorre dentro do ponto de venda, sugerindo uma troca de conhecimento entre estes dois profissionais no momento de concepção de uma ideia. De fato, todos os fatores citados se relacionam indiretamente, mas são nestes dois últimos aspectos que o trabalho do arquiteto se insere de forma mais intensa, como forma de qualificar o espaço, para que juntamente com outros fatores, possa potencializar as vendas da empresa. Estes aspectos se tornam claro na definição de Gurgel.

> Cada projeto comercial deve representar, fiel e claramente, a imagem de uma empresa. Isso significa que o espaço ocupado por ela deve retratar e valorizar determinados conceitos intrínsecos aos produtos e aos serviços prestados. Caso a imagem empresarial não seja identificada e seguida corretamente, os produtos e serviços a ela relacionados podem ter seu valor de mercado comprometido, o que, sem dúvida, a prejudicará. (2014:21).

Contudo, na maioria dos casos, o profissional de arquitetura não interfere no momento da escolha do ponto de venda, geralmente ele é contratado posteriormente a esta etapa. Neste quesito, o trabalho do arquiteto se limita e sua contribuição para o lojista pode não ser tão efetiva, pois são vários fatores que interferem no sucesso de um estabelecimento comercial, como área útil, geometria do espaço, localização, acessibilidade e entorno. Portanto, a situação ideal seria uma construção de conhecimento coletiva entre os proprietários da empresa, arquitetos e publicitários, para que o ponto de venda possa ser explorado ao máximo em todos os aspectos de Marketing, Arquitetura e Comunicação. Para Blessa (2010:31) "ir às compras atualmente nem sempre é um prazer. Com tantas opções de lojas, e de varejos virtuais, é necessário mais que uma boa mercadoria para fazer com que os consumidores saiam de casa e escolham justamente a nossa loja". Além disso, existem hoje o comércio eletrônico, através da internet, que compete diretamente com os estabelecimentos físicos. Gurgel complementa que:

> Um dos maiores concorrentes que alguns empresários enfrentam hoje é a internet. Com a possibilidade de compra *on-line*, não só no Brasil como em qualquer parte do mundo, a competição tornou-se muito mais acirrada. A comodidade de comprar a qualquer hora sem enfrentar fila, problemas com estacionamento ou trânsito é, de certo modo, a grande responsável por alterações no hábito de uma grande parte da população mundial. (2014:179).

Portanto, a escolha do ponto de venda é fator primordial para o sucesso de um empreendimento comercial, uma vez que depende de diversos fatores, como tamanho da loja para a demanda necessária, sua posição geográfica no contexto da cidade, para saber se a localização condiz com o perfil do público-alvo. Outros fatores se a loja é um estabelecimento próprio ou possui projeto padronizado (caso das franquias) e mesmo em questões de segurança, se o produto da loja condiz com a realidade econômica do local, se o ponto oferece condições de abrigar determinado comércio. O Ponto de Venda conta com diferentes categorizações, entre elas duas que são o foco do presente trabalho: as lojas de rua e o comércio em shopping.

3. COMÉRCIO DE RUA

A arquitetura comercial no que se refere ao comércio de rua vem em constante mutação desde a antiguidade, como afirma Aleixo (2005:9):

> Nas cidades arcaicas, gregas e romanas, a ágora e o fórum eram espaços centrais, concebidos para reunir as pessoas. Era nesses espaços que a atividade comercial ocorria, como parte do ambiente social. A cidade medieval logo instalou os mercadores e mercadorias em seu centro, nas praças de mercado, acolhendo os produtos e as pessoas e preparando as bases para o desenvolvimento do comércio da fase capitalista.

A rua é um espaço que compõe a morfologia urbana, fazendo parte do sistema de deslocamento das pessoas, conectando lugares e compondo a paisagem urbana. Ao longo da história, com o desenvolvimento de métodos de produção e industrialização, também como um espaço de troca de mercadorias, posteriormente com as feiras e armazéns, estabelecendo-se assim como ambientes comerciais nas áreas centrais das cidades, próximos aos principais equipamentos urbanos como praças, igrejas e prefeituras. Não apenas isto, a rua também era o local onde aconteciam as interações sociais das pessoas, com atividades de entretenimento e vida social, como se observa na citação de Aleixo acima transcrita.

Assim, os centros urbanos se estabeleciam e se desenvolviam e, com eles, o aumento da demanda da população por novos produtos e serviços. A concorrência entre os mercadores fez com que houvesse a necessidade de aprimorar este comércio, melhorando a qualidade dos produtos vendidos, oferecendo novas condições de pagamento e desenvolvendo estratégias de venda, como agregar valor emocional ao produto, desta forma potencializando o interesse dos clientes por estas mercadorias.

Porém, o aumento desta demanda e da quantidade de estabelecimentos nas ruas, juntamente com o aumento da população e o adensamento dos centros urbanos passou a gerar poluição visual. Este fato se soma outros tipos de poluição como sonora (ruído de veículos, por exemplo) e mesmo ambiental (qualidade do ar), tornando mais complexo e desafiador o projeto para áreas externas. No contexto urbano, este ruído visual em que as fachadas das lojas se inserem faz parte da influência que a mídia exterior provoca, em muitos casos, ao tentar se destacar em paisagens de formas e significados complexos e heterogêneos, como pode ser ilustrado na figura 1.

Figura 1 – Rua dos Andradas na década de 70. – Porto Alegre/RS

Fonte: http://prati.com.br/porto-alegre/porto-alegre-loja-varig-rua-dos-andradas-com-avenida-borges-de-medeiros-decada-1970.html. Acesso em 10/02/2025.

Para atrair a atenção do olhar nesses ambientes todas as formas de anúncios publicitários (e neles se enquadram também as fachadas das edificações comerciais) tendem, simultaneamente, a aumentar de tamanho e a agregar cada vez mais cores, letras e formas. Mas, em meio à grande quantidade de informações visuais e contrastes simultâneos da paisagem, suas mensagens não são transmitidas ou apreendias corretamente. (2006:42). Isto vale tanto para comunicação como para arquitetura, onde ambas, em seu produto, procuram transmitir os valores de determinada empresa.

No entanto, é necessário lembrar que, embora a publicidade colabore com o caos visual. Para Mendes:

> Os elementos componentes da estrutura urbana, no contexto sociocultural em que estão inseridos, podem-se transformar em signos icônicos e simbólicos, passando a integrar, num processo espontâneo, o repertório coletivo das sociedades, repertório esse que depende das características físicas, econômicas, sociais e culturais da sociedade. De modo diferente, o signo verbal ou o gráfico-visual são produções sígnicas criadas conscientemente como linguagem. (2006, p.45).

Assim, ela também surge como elemento constituinte da composição urbana, contribuindo para a formação da imagem da cidade e para o desenvolvimento das atividades socioculturais nela vivenciada.

Os elementos inseridos na cidade, então, tornam-se referência e agregam-se ao imaginário social – para além de apenas as edificações ou equipamentos, a publicidade e os próprios

prédios também acabam inseridos neste repertório. O objetivo, no final das contas, para a adoção do elemento publicitário, é o alcance e permanência no imaginário do grupo social. No caso do comércio, fixar a identidade visual da empresa na mente dos consumidores através de experiências positivas. Além disso, Lynch coloca sobre a importância dos elementos que formam a cidade.

> A cada instante, há mais do que o olho pode ver, mais do que o ouvido pode perceber, um cenário ou uma paisagem esperando para serem explorados. Nada é vivenciado em si mesmo, mas sempre em relação aos seus arredores, às sequências de elementos que a ele conduzem, à lembrança de experiências passadas. (2011, p.1).

Como as falas citadas, observa-se a importância do projeto de fachadas comerciais. Existem duas possibilidades neste caso: quando a edificação é única e pertence a empresa e quando o a loja integra uma solução arquitetônica pré-existente de uso misto, os chamados térreos comerciais. Nesta última, as soluções são mais limitadas, atendo se a revestimentos, texturas e cores, associadas a área de exposição da identidade visual da loja, enquanto que na primeira, as soluções partem da escolha do lote e da criação de um projeto arquitetônico que explore ao máximo a identidade corporativa da empresa. Porém, para isso é necessário um alto investimento, fato que em geral fica restrito a grandes empresas, para a maioria das empresas de pequeno porte, a solução mais viável corresponde a alugar um espaço em estabelecimento existente. Para tal, se faz necessário um estudo socioeconômico da cidade em que se vai implantar a loja, considerando bairros, valor de investimento, comércio pré-estabelecido no entorno, questões de legislação como o código de obras e normas regulamentadoras. No caso do aluguel de espaços pré-existentes, cabe ressaltar a importância de conhecimento técnico na hora da escolha do ponto.

Com conhecimento teórico e prático, a presença de profissionais que auxiliem na escolha do local para implementação de um PDV se dá principalmente por dois fatores: forma de utilização do espaço e segurança. A incorporação imobiliária, visto que cada vez menos existam áreas disponíveis para construção, estimulou a busca pelo aproveitamento máximo dos índices construtivos, fazendo com que esses térreos comerciais tenham área disponível, mas, muitas vezes, a geometria do espação não seja adequada para a instalação de determinados tipos de comércio. Um exemplo desta situação são estabelecimentos como bares, lancherias e restaurantes, que necessitam de instalações especiais para controle de odores. Já a questão de segurança se dá por fatores de prevenção contra incêndios e mesmo segurança estrutural, uma vez que o espaço, na maioria das vezes precisa ser adaptado para receber novo uso.

O outro fator em que se faz imprescindível é a presença de um técnico para avaliar a possível ocupação de uma edificação antiga. Especialmente em centros históricos, onde existem prédios antigos, com sistemas construtivos diferentes dos usados pelas técnicas atuais, somente um profissional técnico poderá afirmar se determinada edificação pode suportar toda a demanda de instalações que a empresa que pretende ocupar a edificação necessita.

Seja uma edificação própria ou alugada, é de fundamental importância a análise de fatores físicos, como a orientação solar. A incidência de luz natural influencia diretamente no sucesso de um estabelecimento comercial e pode ser analisado pelos aspectos do cliente e do produto. Considerando que este tipo de estabelecimento se encontra na rua, o contato

do cliente com a loja se dá pelo passeio público. Nesta situação, o cliente vai chegar por meio de transporte público, coletivo ou particular e se aproximar da loja pela calçada. Assim, é necessário analisar o clima do local e verificar sob a ótica do conforto térmico os horários em que a fachada da loja terá insolação. Em regiões de clima quente, é importante que o controle da luz natural se dê também no exterior do estabelecimento, com marquises, toldos ou mesmo com vegetação, caso seja possível. Mas claro, primeiramente, é necessário conhecer o perfil do cliente, em que horários o público-alvo da loja circula para poder chamar a atenção dele para instigá-lo a entrar na loja. Para isso, além do projeto de fachada, é importante planejar na relação entre interior/exterior, através do contato visual do cliente com o produto, que se dá principalmente através da vitrine.

A fachada e a vitrine são o cartão de visitas da loja. Enquanto a fachada é o primeiro contato do cliente com a marca da empresa, a vitrine é o primeiro contato do cliente com o produto que se está comercializando. Como essa ação se dá de forma visual, um bom projeto de vitrine é importante para que o produto possa chamar a atenção e ser percebido pelas pessoas que passam pela rua e se sintam convidadas para entrar no estabelecimento comercial. Esta transição do ambiente externo, da rua, para interno, da loja, é bastante importante para a experiência sensorial pela qual o consumidor vai passar, pois ele estará saindo de um ambiente "natural", sujeito as intempéries e estará adentrando em um espaço controlado, com temperatura constante e média, com som ambiente, de acordo com o posicionamento da marca e com o tipo de produto e até mesmo aromatizadores, gerando uma atmosfera agradável para que o cliente permaneça confortável e seguro no estabelecimento, proporcionando a ele condições de conhecer melhor os produtos oferecidos pela loja.

Nota-se que foram citados três aspectos sensoriais: temperatura, olfato e audição. Quando se trata de um espaço comercial situado na rua, estes itens se tornam bastante evidentes pelo contraste gerado pela transição com o ambiente externo. Estes elementos aumentam a interação do consumidor com o estabelecimento e são fatores pré-decisórios ao ato da compra, assim como o atendimento do funcionário, por exemplo.

Outro fator importante para o comércio de rua é a questão da relação entre iluminação natural e artificial. Para Bigoni (2007) "qualquer estabelecimento necessita de vários efeitos de luz capazes de realçá-lo entre os demais e, principalmente, precisa chamar a atenção do consumidor, isto trará como consequência um incremento nas vendas." E no caso de lojas de rua, esta questão se torna fundamental no sentido de o ambiente externo estar em constante mutação, ao longo dia, no passar das horas, em diferentes estações, quando horário do amanhecer e especialmente do entardecer variam a cada dia e pela questão climática.

Além disso, dependendo do tipo de produtos da loja, a incidência de radiação solar pode ser prejudicial ao produto a ser exposto na vitrine, como por exemplo, loja de roupas. Se as peças de mostruário ficarem muito tempo expostas a luz solar, podem perder sua tonalidade original. Para situações em que não é possível criar nenhum tipo de barreira, cabe investir em fechamentos com vidros laminados, com película de bloqueio de raios UV. Portanto, além das decisões de projeto no interior do PDV, o projeto externo e principalmente sua posição no contexto urbano é tão importante para que a loja de rua tenha eficiência nos negócios.

4. COMÉRCIO NO SHOPPING CENTER

Primeiramente, cabe falar o que são e como se formaram estas edificações. Em tradução livre, a palavra significa centro de vendas, porém, seu conceito vai muito mais além. Cabral define o Shopping Center como sendo:

> A reunião de uma grande variedade de lojas em um único conjunto arquitetônico, com o objetivo de realizar melhores negócios oferecendo ao consumidor uma gama de artigos diversificada o bastante para que este possa fazer aí todas as suas compras – "one stop shopping" – além de facilidades como amplo estacionamento e possibilidade de comparação imediata de preços. (1996, p.108).

Ainda conforme Cabral (1996:18), o surgimento dos shoppings se deu no século XIX e representa um ícone da modernidade, pois assim como os conjuntos habitacionais de Le Corbusier concentram a habitação em um único lugar, desta maneira descongestionando os centros urbanos onde se encontram as ruas comerciais, os shoppings concentram em uma única edificação vários estabelecimentos comerciais. O surgimento dos shoppings conforme Cabral (1996:108) foram nos Estados Unidos no período pós-guerra e, no Brasil, teve seu primeiro exemplar em 1966 na cidade de São Paulo, com a abertura do Shopping Center Iguatemi (1996:111), ilustrado na figura 2.

Figura 2 – Shopping Center Iguatemi São Paulo em 1966

Fonte: http://www.saopauloinfoco.com.br/shopping-iguatemi/. Acesso em 20/02/2025.

O shopping é uma edificação de caráter exclusivamente comercial, é um conjunto arquitetônico que condensa diferentes equipamentos como estacionamento, bancos, lojas, restaurantes, lancherias, *playgrounds*, cinemas, entre outros tipos de serviços de entretenimento. Para Cabral (1996:112), os shoppings são equipados de "equipamentos tradicionalmente urbanos que possam contribuir para prolongar a permanência do público no local". Além destes equipamentos, os shoppings poder ser complementados

com edificios corporativos ao seu redor (dentro do próprio lote ou nas imediações). Esta situação pode ser exemplificada na figura 3, pelo Barra Shopping Sul em Porto Alegre/RS. Além da edificação do shopping, dentro do terreno do mesmo encontram-se dois edifícios corporativos e um edifício residencial. Este caso exemplifica bem a questão de reunir equipamentos de diferentes funções em um único empreendimento, no intuito de garantir diferentes fontes de receita e também garantir público para frequentar seu espaço comercial. Assim, a pessoa que trabalha ou mora em um destes prédios anexos, não precisa se deslocar para o centro da cidade ou outros lugares para fazer compra em supermercado, ir ao cinema, entre outras demandas.

Figura 3 – Barra Shopping Sul – Porto Alegre

Fonte: https://www.tripadvisor.com.br/LocationPhotoDirectLink-g303546-d4324920-i126039329-Barra_Shopping_Sul-Porto_Alegre_State_of_Rio_Grande_do_Sul.html. Acesso em 15/02/2025.

Em se tratando do aspecto comercial, Cabral (1996:112) elenca algumas características bem marcantes a respeito dos shoppings, como a otimização do espaço para a máxima exposição de áreas de vitrine para as lojas, bem como um layout que sugira a fluidez do espaço, distribuindo o espaço de forma equilibrada. Estas características fazem com que além dos esabelecimentos comerciais que se encontram neste espaço, o proprio shopping já atua como agente estimulante para compras.

Ainda sobre as características dos shoppings, cabe salientar que em geral, as fachadas das lojas se localizam uma de frente para outra, separadas por um grande espaço de circulação. Este, por sua vez, é preenchido por outros espaços de vendas, no formato de ilha, além de contar com ambientes de convívio organizados em pequenos núcleos de

estar, com bancos, poltronas, sofás, lixeiras e até mesmo vegetação, configurando cenários no espaço. Fazendo uma comparação, esta seria a calçada de um comércio de rua, porém, diferentemente da mesma, esta circulação apresenta uma uniformidade em seu piso, que por sua vez é gerealmente de material mais nobre e temperatura controlada, fatores que transmitem a ideia de limpeza e segurança para o usuário.

Como falado, o shopping oferece uma cadeia de infraestrutura para o usuário, no intuito de fazê-lo permanecer por mais tempo no estabelecimento e por consequência consumir produtos dentro dele. Todos esses equipamentos tem o intuito de gerar lucro, desde o estacionamento pago, que permite ao usuário não se preocupar com a segurança do automóvel, pois ele estará sendo monitorado, além de estar protegido de intempéries, passando espaços comerciais como cafés, bares e restaurantes (lazer ou mesmo reuniões de negócios), *playground* para os filhos em um lugar fechado, afastado das ruas e dos carros, e também com lojas e cinema.

Quem decide essa variedade de equipamentos é a administração do empreendimento que por sua vez, também define a quantidade de empresas e quais tipos de empresas podem se instalar no shopping. Dessa forma, a praça de alimentação possui uma característica definida e quais tipos de empresas vão se instalar lá, fazendo com que não existam, por exemplo, vários estabelecimentos de culinária oriental ou, no caso das lojas, apenas empreendimentos de roupas esportivas. Portanto, há uma variedade de lojas com um limite de concorrência entre os segmentos. Assim, se a decisão da empresa for se instalar em um shopping, ela encontrará um ambiente propício a vendas, uma vez que é do interesse da administração do shopping que as empresas que ali se instalam tenham lucro, evitando dessa forma que tenham espaços comerciais ociosos dentro do mesmo e por consequência, perda de arrecadação.

Como se observa pelas descrições acima, os shoppings são ambientes controlados, e isto, não se diz apenas quanto a forma de administração empresarial, mas também quanto ao controle do espaço físico pois oferece aos usuários caminhos cobertos, livre de intempéries. Dessa forma, as lojas se encontram em ambinte climatizado, com temperatura constante e protegido da luz solar. Assim, a escolha pelo PDV em um shopping está relacionada diretamente a questões financeiras (valor de aluguel), área útil e proximidade com os acessos ao shopping ou com outros estabelecimentos. Convém lembrar que, antes da escolha do ponto comercial dentro do shopping, é necessário, primeiramente escolher o shopping em si, ou seja, analisar a localização do mesmo, que tipo de empreendimento ele é, se possui caráter mais popular ou se tem um caráter elitista - voltado a um público de maior poder aquisitivo - e também a localização do mesmo dentro do contexto urbano, vizinhança, vias de acesso e equipamentos urbanos próximos.

Diferentemente do comércio de rua, no shopping dificilmente a luz solar trará interferência ao projeto. A figura 4 traz o exemplo do Barra Shopping Sul, em Porto Alegre/RS onde pode se observar que exatamente no meio da circulação possui uma faixa de iluminação zenital e que a luz natural que entra por ela não atinge diretamente as fachadas das lojas. Para a psicologia do consumidor esta zenital, normalmente encontrada em shoppings, é extremamente importante, pois traz uma ambiencia natural, contribui para que se possa colocar vegetação no interior do edifício, criando cenários mais harmônicos e principalmente por dar ao usuário a noção de tempo, para que ele possa perceber as horas do dia passar.

Figura 4 – Barra Shopping Sul – Porto Alegre

Fonte: https://diariogaucho.clicrbs.com.br/dia-a-dia/noticia/2019/02/feriado-de-navegantes-confira-o-horarios-dos-shoppings-em-porto-alegre-10695978.html. Acesso em 15/02/2025.

Outra caracteristica a se ponderar na hora da escolher entre se instalar na rua ou em shopping, se dá pela competitividade visual entre estabelecimentos. Se no comércio de rua as vitrines das lojas se misturam entre elas e entre os elementos urbanos, no shopping esta luta pela atenção do consumidor ocorre apenas entre as lojas. Porém, é necessário ressaltar que o visual merchandising e o vitrinismo podem ser muito mais explorados nestes ambientes extritamente comerciais do que nas ruas. Se nas ruas, a fachada das lojas é mais um elemento compondo a paisagem urbana, nos shoppings as fachdas e vitrines são os protagonistas. Portanto, é fundamental que o projeto de fachada tenha elementos compositivos que despertem a atenção das pessoas, através da aplicação da logomarca e identidade visual utilizando recursos como a materialidade, texturas, cores e luz; e além do projeto de fachada um bom projeto de vitrine através da exposição dos produtos de forma criativa e harmônica com os valores da empresa e também trabalhar o acesso ao interior do estabelecimento de forma convidadita.

A legislação é outro tema importante para o comércio nos shoppings. Assim como o comércio de rua possui leis regulamentadoras e diretrizes para exposição da marca da empresa na fachada das lojas (especialmente em centros históricos), nos shoppings também existem diretrizes em regime de condoínio para a organização do espaço comercial como um todo. Estas diretrizes são necessárias principalmente pelo fato das lojas possuirem grande área de exposição de fachada. Outro fato que vem ao encontro deste regramento refere-se ao fato das lojas estarem em ambiente protegido, desta maneira possibilitando aos projetistas um leque maior de possiblidades estéticas,

diferentemente do comércio de rua, onde as soluções adotadas devem garantir durabilidade frente as intempéries.

Como citado, o espaço de circulação de pessoas é um espaço controlado, o que afeta diretamente no conforto térmico e nas percepções dos usuários. Assim, os projetistas, através de conhecimento técnico e devem oferecer soluções que contribuam para que o PDV tenha influência positiva para decisão de compra do consumidor. Visto que o shopping oferece um ambiente externo igual para todos os comerciantes (mesma condição de iluminação e temperatura) cabe a loja possuir elementos, sejam eles estéticos ou promocionais, de diferenciação para seus concorrentes.

Uma vez que a climatização dos shoppings normalmente se dá através de um sistema central, o quesito conforto térmico é um aspecto que, diferentemente das lojas de rua, não se consegue criar uma diferenciação e um atrativo para o consumidor, já que este conforto térmico se dá no próprio shopping e não na unidade dentro dele. Apesar de possuir mais liberdade no quesito de materialidade nas fachadas das lojas, este ambiente controlado que o shopping oferece, acaba por diminuir o leque de fatores de interação das pessoas com a empresa.

5. CONCLUSÃO

Através do estudo comparativo entre os dois grandes grupos de estabelecimentos comerciais, rua e shopping, observa-se a importância do conhecimento de diferentes áreas e da necessidade de se fazer um trabalho interdisciplinar para que haja coerência entre as ações planejadas e o resultado seja positivo para todos. Este trabalho conjunto se mostra necessário especialmente para o lojista que investe na contratação de profissionais de diferentes áreas e para o cliente final, consumidor da loja, no intuito de que ele passe apenas por experiências positivas ao interagir com a marca, com o ponto de venda e com o produto. Assim, diferentes aspectos que as decisões mercadológicas e arquitetônicas devem estar ligadas e ser consoantes para o sucesso de um empreendimento comercial.

Apesar de estabelecer algumas comparações entre duas modalidades de ponto de venda, vale destacar que a decisão sobre o local para implantar um ponto de venda resulta de diferentes questões, tais como a disponibilidade financeira, o perfil da empresa, do produto e do cliente, entre outros fatores. Com estes dados descritos e bem definidos, será possível escolher entre comércio de rua e de shopping e mesmo a localização dos mesmos no contexto urbano.

O ponto de venda localizado na rua tem um alcance visual muito maior em relação ao instalado em shopping, pois, está em contato direto com as pessoas que se deslocam de um lugar a outro, seja por pedestres ou em deslocamento em veículos, diferentemente das lojas em shoppings, em que antes mesmo do ponto de venda em si, o shopping tem que ser convidativo para as pessoas entrarem nele e aí sim ter a possibilidade do contato com a loja. Contudo, com os problemas existentes nos centros urbanos, os shoppings despontam como opção mais viável tanto para os consumidores como para os lojistas. Porém, há outros fatores citados no texto como aspectos legais, possibilidade de interação com o consumidor, questões sobre iluminação e sustentabilidade e eficiência energética.

Além de todos os fatores técnicos é necessário considerar o posicionamento de marca da empresa, o tipo de produto a se comercializar, o investimento disponível para implementar ou reformar um negócio e o contexto social, econômico e cultural do local

onde se vai fazer o projeto. Porém, em ambos os casos, as possibilidades são várias e complementariedade do trabalho dos profissionais envolvidos – Arquitetura, Comunicação, Marketing, Administração – se faz presente para que a o Ponto de Venda cumpra seu papel enquanto Arquitetura Comercial e tenha sucesso enquanto lugar de troca comercial e espaço de interação social.

REFERÊNCIAS

[1] ALEIXO, Cynthia Augusta Poleto. **Edifícios e galerias comerciais: arquitetura e comércio na cidade de São Paulo, anos 50 e 60.** 2005. Dissertação (Mestrado em Tecnologia do Ambiente Construído) - Escola de Engenharia de São Carlos, University of São Paulo, São Carlos, 2005. doi:10.11606/D.18.2005.tde-07012007-201920.

[2] BENEVOLO, Leonardo. **História da Cidade**. Tradução Silvia Mazza. São Paulo: Perspectiva, 2015.

[3] BIGONI, Sílvia. **A importância da iluminação como suporte de vendas.** Disponível em: http://paulooliveira.wordpress.com/2007/04/11/a-importancia-da-iluminacao-como-suporte-de-vendas/. Acesso em 15/02/2025

[4] BLESSA, Regina. **Merchandising no Ponto de Venda**. 4.ed. – 6. reimpr. São Paulo: Atlas, 2010.

[5] CABRAL, Cláudia P. C. **Tipologias Comerciais em Porto Alegre:** da rua comercial ao shopping center. Porto Alegre, 1996.

[6] GEARGEOURA, Lucien J. **Ambiência no Ponto de Venda:** antecedentes das emoções e significados para os consumidores – um estudo exploratório no setor farmacosmético.2010. Tese (Doutorado em Administração de Empresas), Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2010. Disponível em: < http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/4465>. Acesso em: 18/02/2025

[7] GURGEL, Miriam. **Projetando espaços – Guia de Arquitetura de Interiores para espaços comerciais.** 5.ed. São Paulo: Editora SENAC, 2014.

[8] KOTLER, Philip. **Administração de marketing**. 12. ed. – São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

[9] LYNCH, Kevin. **A Imagem da Cidade**. Traduzido por Jefferson Luiz Camargo. 3.ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

[10] MENDES, Camila Faccioni. **Paisagem Urbana: uma mídia redescoberta.** São Paulo: Editora Senac, 2006.

[11] Barra Shopping Sul – Porto Alegre/RS. Disponível em: https://www.tripadvisor.com.br/LocationPhotoDirectLink-g303546-d4324920-i126039329-Barra_Shopping_Sul-Porto_Alegre_State_of_Rio_Grande_do_Sul.html. Acesso em 15/02/2025

[12] Circulação do Barra Shopping Sul – Porto Alegre/RS. Disponível em: https://diariogaucho.clicrbs.com.br/dia-a-dia/noticia/2019/02/feriado-de-navegantes-confira-o-horarios-dos-shoppings-em-porto-alegre-10695978.html. Acesso em 15/02/2025

[13] Rua dos Andradas na Década de 70. – Porto Alegre/RS. Disponível em < http://prati.com.br/porto-alegre/porto-alegre-loja-varig-rua-dos-andradas-com-avenida-borges-de-medeiros-decada-1970.html>. Acesso em 10/02/2025

[14] Shopping Center Iguatemi São Paulo. Disponível em: http://www.saopauloinfoco.com.br/shopping-iguatemi/. Acesso em 20/02/2025

Capítulo 10

O problema da demarcação na ciência: relativismo, falsa equivalência e impacto na sociedade contemporânea

Marco Machado

Resumo: Este capítulo explora o problema da demarcação científica, examinando como distinguir ciência de pseudociência a partir das contribuições de quatro pensadores centrais: Karl Popper, Thomas Kuhn, Imre Lakatos e Paul Feyerabend. Popper propôs o critério de falseabilidade, defendendo que uma teoria científica deve ser passível de refutação empírica. Kuhn, por sua vez, introduziu o conceito de paradigmas e revoluções científicas, argumentando que a ciência avança por meio de mudanças de paradigmas, e não apenas pela refutação de teorias. Lakatos buscou conciliar as ideias de Popper e Kuhn com sua teoria dos programas de pesquisa, enquanto Feyerabend questionou a existência de um método científico universal, defendendo uma abordagem pluralista e flexível, resumida na máxima "vale tudo" (*anything goes*). Segue discutindo as implicações dessas teorias para a sociedade contemporânea, destacando os desafios impostos pela pseudociência, desinformação e o fenômeno do *bullshit* (discurso sem compromisso com a verdade). A falsa equivalência em debates públicos, onde opiniões sem fundamento são equiparadas a argumentos científicos, é criticada como um fator que mina a credibilidade da ciência. Conclui-se que, embora não haja um critério definitivo de demarcação, a ciência se distingue por seu compromisso com a revisão crítica e a busca por verdades provisórias, essenciais para o avanço do conhecimento e a tomada de decisões informadas.

Palavras-chave: Demarcação científica, Falseabilidade, Paradigmas, Revoluções científicas, Pseudociência, Falsa equivalência.

1. INTRODUÇÃO

O problema da demarcação científica pode, em certa medida, ser remontado à filosofia da Grécia Antiga, cujos pensadores estavam preocupados com a distinção entre conhecimento verdadeiro (*episteme*) e opinião (*doxa*). Entretanto, foi com o advento da ciência moderna no século XVII que essa questão adquiriu maior relevância prática. A Revolução Científica introduziu uma nova abordagem metodológica fundamentada na observação sistemática, na experimentação e na utilização da matemática, em contraste com formas anteriores de produção do conhecimento, como a escolástica e a alquimia.

No presente trabalho, são consideradas as concepções de demarcação propostas por quatro pensadores amplamente debatidos na literatura, uma vez que suas contribuições incorporam, em grande medida, aspectos de outras perspectivas sobre o tema. Inicialmente, apresenta-se uma breve exposição das ideias centrais de cada um, destacando tanto seus principais méritos quanto as críticas que receberam. Posteriormente, busca-se elaborar uma síntese dessas concepções, reconhecendo, desde já, a impossibilidade de oferecer uma solução definitiva para a questão da demarcação.

2. DESENVOLVIMENTO

No século XX, Karl Popper formulou aquele que é, possivelmente, o critério de demarcação mais influente: a falseabilidade. De acordo com Popper, uma teoria científica deve ser suscetível à testabilidade empírica e potencialmente refutada por meio de observações ou experimentos. O princípio da falseabilidade baseia-se na premissa de que, para uma teoria ser considerada científica, ela deve apresentar previsões que possam, em princípio, ser falseadas caso entrem em contradição com as evidências empíricas disponíveis.

O desenvolvimento do critério de falseabilidade por Karl Popper constituiu uma resposta direta ao problema da indução, conforme identificado por David Hume. Hume argumentou que as inferências indutivas—como a previsão de que o Sol nascerá amanhã com base na regularidade observada no passado—carecem de fundamentação lógica. Segundo o filósofo escocês, todas as expectativas sobre o futuro baseadas na experiência partem do pressuposto de que a natureza é uniforme, ou seja, de que os padrões observados até o momento continuarão a se repetir. No entanto, Hume demonstrou que tal pressuposto não pode ser logicamente provado. Qualquer tentativa de justificar a indução recorrendo ao argumento de que ela funcionou no passado incorre em uma petição de princípio, resultando, assim, em um raciocínio circular. Dessa forma, Hume concluiu que a indução não possui uma base racional, mas sim psicológica: os indivíduos confiam nesse tipo de inferência por hábito ou costume, e não por sua validade lógica.

Em vez de tentar solucionar o problema da indução, Popper reformulou a concepção de método científico em termos de um processo de conjecturas e refutações, no qual o avanço do conhecimento ocorre não pela verificação e confirmação de hipóteses, mas pela eliminação de teorias falsas. De acordo com Popper, o progresso científico dá-se por meio de um ciclo contínuo de formulação e refutação de hipóteses. Dessa maneira, uma teoria científica deve ser construída de modo a permitir a identificação de eventos ou observações que poderiam refutá-la. Um exemplo clássico dessa abordagem é a teoria da gravitação de Newton, cujas previsões específicas sobre o movimento dos corpos celestes podem ser testadas empiricamente por meio da observação astronômica. Caso tais previsões não correspondam aos dados observacionais, a teoria deve ser revisada ou, se necessário, abandonada em favor de uma nova formulação.

> Uma teoria que não seja refutável por nenhum acontecimento concebível será uma teoria não-científica. A irrefutabilidade não é uma virtude da teoria (como as pessoas muitas vezes julgam), mas sim um defeito.
>
> Todo o teste genuíno de uma teoria constitui uma tentativa de a falsificar ou refutar. Testabilidade equivale a falsificabilidade. Mas há graus de testabilidade: algumas teorias são mais suscetíveis de ser testadas e estão mais expostas à refutação do que outras; assumem, por assim dizer, maiores riscos. (Popper, 2018)[1]

Para Karl Popper, a característica distintiva da ciência em relação à pseudociência reside na disposição de uma teoria em se submeter a testes rigorosos e na possibilidade de ser refutada. Com base nesse critério, Popper formulou críticas a teorias como o marxismo e a psicanálise, que, segundo ele, eram elaboradas de maneira a serem infalseáveis. O filósofo argumentou que tais teorias tendem a reinterpretar os dados de forma a preservar sua validade, em vez de apresentarem previsões claras e suscetíveis à refutação empírica.

No caso do marxismo, Popper sustentou que a teoria era capaz de acomodar qualquer evento histórico, tornando-se, assim, imune à falseabilidade. Diante da não concretização de uma previsão marxista, seus defensores ajustavam a teoria para incorporar o novo fato, eliminando a possibilidade de refutação empírica. De modo semelhante, Popper criticou a psicanálise freudiana, alegando que suas explicações sobre o comportamento humano eram excessivamente flexíveis, permitindo justificar qualquer observação de maneira retrospectiva. Essa característica, segundo Popper, impedia que a psicanálise fosse considerada uma teoria científica, uma vez que não oferecia previsões passíveis de serem refutadas.

O critério de falseabilidade proposto por Popper exerceu uma influência significativa na filosofia da ciência, contribuindo para a delimitação entre teorias científicas e não científicas e promovendo um ideal de rigor metodológico e transparência. Sua abordagem proporcionou um instrumento analítico para a avaliação da solidez de teorias científicas, influenciando tanto o desenvolvimento da epistemologia quanto a prática científica.

No entanto, o critério de falseabilidade não esteve isento de críticas. Thomas Kuhn argumentou que as teorias científicas frequentemente permanecem aceitas mesmo quando confrontadas com anomalias, uma vez que fazem parte de um paradigma científico consolidado. De acordo com Kuhn, a ciência não avança por meio da simples refutação de teorias individuais, mas sim por meio de revoluções científicas, nas quais um paradigma é substituído por outro em um processo mais complexo do que o modelo popperiano de falseabilidade sugere.

Durante uma crise científica, a incapacidade do paradigma vigente em oferecer explicações satisfatórias para as anomalias acumuladas gera um ambiente de incerteza e contestação dentro da comunidade científica. Nesse contexto, teorias alternativas começam a emergir e a competir pela aceitação, resultando em um período de ciência extraordinária. Esse estágio é caracterizado por intensos debates teóricos, reavaliações metodológicas e, em alguns casos, a introdução de novas abordagens conceituais que desafiam os pressupostos estabelecidos.

[1] Popper, Karl. Conjecturas e refutações. Lisboa: Edições 70, 2018.

Se uma nova teoria demonstra ser mais eficaz na resolução dos problemas que levaram à crise e consegue mobilizar um número significativo de cientistas, ocorre uma revolução científica, levando à substituição do paradigma anterior por um novo. Esse processo não se dá de forma estritamente racional ou baseada apenas em critérios objetivos, mas envolve também fatores sociológicos, psicológicos e históricos, uma vez que a adesão a um paradigma está ligada a compromissos institucionais e à formação científica dos pesquisadores.

Após a adoção do novo paradigma, instaura-se um novo período de ciência normal, no qual a comunidade científica passa a operar segundo as novas premissas estabelecidas. Esse ciclo de revoluções e estabilizações diferencia a perspectiva kuhniana da visão tradicional da ciência como um acúmulo linear e progressivo de conhecimento. Para Kuhn, a transição entre paradigmas não é meramente uma evolução, mas sim uma transformação estrutural na forma de compreender e investigar a realidade.

A concepção de Kuhn teve um impacto profundo na filosofia da ciência, suscitando debates sobre a objetividade do conhecimento científico e os critérios de demarcação entre ciência e não ciência. Enquanto Popper enfatizava a falseabilidade como um critério essencial para distinguir teorias científicas, Kuhn demonstrou que, na prática, a ciência opera dentro de estruturas paradigmáticas que influenciam a interpretação dos dados e a aceitação de novas teorias. Essa abordagem relativizou a ideia de progresso científico como uma simples acumulação de verdades sucessivas, sugerindo que cada paradigma define sua própria visão de mundo e seus próprios padrões de legitimidade científica.

Apesar de seu impacto, a teoria de Kuhn não esteve isenta de críticas. Filósofos da ciência apontaram que sua concepção de mudança paradigmática sugere um certo grau de incommensurabilidade entre paradigmas, o que poderia comprometer a ideia de um progresso objetivo na ciência. Além disso, argumentou-se que a ciência, em muitas áreas, não segue necessariamente ciclos tão distintos de estabilidade e revolução, mas pode apresentar uma evolução mais gradual e integrada.

Ainda assim, a obra de Kuhn permanece fundamental para os estudos sobre a natureza da ciência, influenciando não apenas a filosofia da ciência, mas também disciplinas como a sociologia do conhecimento e a história das ideias. Seu modelo contribuiu para uma compreensão mais dinâmica e contextualizada da atividade científica, ressaltando o papel das comunidades científicas, dos valores socioculturais e dos processos históricos na construção do conhecimento.

> O estudo dos paradigmas (...) é o que prepara basicamente o estudante para ser membro de determinada comunidade científica na qual atuará mais tarde. Uma vez que ali o estudante reúne-se a homens que aprenderam as bases de seu campo de estudo a partir dos mesmos modelos concretos, sua prática subsequente raramente irá provocar desacordo declarado sobre pontos fundamentais. (Kuhn, 2013, p. 64)[2]

Ainda que a metodologia dos programas de pesquisa de Lakatos tenha representado um avanço significativo na tentativa de conciliar os modelos de Popper e Kuhn, algumas limitações e desafios permanecem. Uma das principais dificuldades refere-se à distinção entre hipóteses auxiliares e o núcleo central de um programa de pesquisa. Na prática científica, essa separação pode ser menos nítida do que a teoria sugere, uma vez que, em

[2] Kuhn, Thomas S. A Estrutura das Revoluções Científicas. São Paulo: Editora Perspectiva, 2013.

alguns casos, modificações em hipóteses auxiliares podem afetar o próprio cerne do programa. Além disso, a avaliação da progressividade ou degenerativide de um programa de pesquisa pode não ser imediata, sendo muitas vezes um julgamento retrospectivo, influenciado por fatores históricos e contextuais.

Outro ponto de crítica refere-se à possibilidade de que um programa de pesquisa degenerativo possa, eventualmente, recuperar sua progressividade. Há exemplos na história da ciência em que teorias consideradas obsoletas ou em declínio foram reformuladas e revigoradas com novas descobertas ou avanços metodológicos. Isso levanta a questão sobre a temporalidade dos critérios de Lakatos: em que momento se pode afirmar com segurança que um programa de pesquisa se tornou irremediavelmente degenerativo?

Além das questões metodológicas e conceituais, a abordagem de Lakatos também teve desdobramentos na filosofia da ciência aplicada. Sua concepção influenciou a forma como a ciência é avaliada em diferentes disciplinas, particularmente nas ciências sociais, onde a evolução dos paradigmas é frequentemente mais gradual e menos suscetível a revoluções científicas abruptas. A distinção entre progressividade e degenerativide permitiu que pesquisadores de diversas áreas adotassem um critério mais flexível para a avaliação da validade e da utilidade de programas de pesquisa ao longo do tempo.

Diante desse cenário, a filosofia da ciência contemporânea continua a debater os critérios de demarcação entre ciência e pseudociência, reconhecendo que nenhuma abordagem isolada é suficiente para capturar plenamente a complexidade do desenvolvimento científico. Enquanto Popper enfatizou a falseabilidade como critério central, Kuhn destacou o papel das revoluções paradigmáticas, e Lakatos tentou combinar ambos em uma estrutura mais dinâmica. No entanto, novas abordagens surgiram, buscando refinar ou expandir esses modelos, incorporando aspectos epistemológicos, sociais e históricos que influenciam a prática científica.

Um dos desdobramentos mais recentes nessa discussão é a abordagem proposta por Paul Feyerabend, que questionou a própria necessidade de um critério fixo de demarcação. Para Feyerabend, a ciência não segue um método universal e rígido, mas é, na prática, um empreendimento anárquico, onde diferentes estratégias e abordagens podem coexistir e contribuir para o avanço do conhecimento. Essa perspectiva radical levou à famosa tese do "anything goes" (tudo vale), na qual Feyerabend argumenta que não há um único método científico superior a todos os outros e que a pluralidade de métodos é essencial para o progresso do conhecimento.

> É claro que a ideia de um método estático ou de uma teoria estática da racionalidade funda-se em uma concepção demasiado ingênua do homem e de sua circunstância social. Os que tomam do rico manancial da história, sem a preocupação de empobrecê-lo para agradar a seus baixos instintos, a seu anseio de segurança intelectual (que se manifesta como desejo de clareza, precisão, objetividade, verdade), esses vêem claro que só há um princípio que pode ser defendido em todas os estágios do desenvolvimento humano. É o princípio: tudo vale. (Feyerabend, 1986, p. 33)[3]

[3] Feyerabend, P. Contra o Método: Esboço de uma teoria anarquista do conhecimento. Lisboa: Edições 70, 1986.

Apesar de controversa, a posição de Feyerabend reforça a ideia de que a ciência é uma atividade humana complexa, sujeita a influências culturais, políticas e sociais. Sua crítica ressoa especialmente em debates contemporâneos sobre a interdisciplinaridade, a relação entre ciência e sociedade e os limites da objetividade científica.

Dessa forma, a questão da demarcação permanece em aberto, refletindo a própria dinâmica do conhecimento científico. O debate entre Popper, Kuhn, Lakatos e Feyerabend não apenas moldou a filosofia da ciência no século XX, mas também continua a influenciar discussões sobre metodologia científica, critérios de validação do conhecimento e o papel da ciência na sociedade contemporânea.

Feyerabend sustentava que a ciência não progride por meio de um método único e invariável, mas sim através de uma multiplicidade de abordagens, algumas das quais podem até entrar em contradição com os princípios metodológicos tradicionais. Ele argumentava que, ao longo da história da ciência, grandes avanços ocorreram precisamente porque cientistas desafiaram convenções estabelecidas e adotaram estratégias heterodoxas. Como exemplo, Feyerabend menciona Galileu Galilei, cuja defesa do heliocentrismo se deu, em parte, através de táticas retóricas e políticas que iam além da simples experimentação empírica e argumentação lógica.

O princípio do "vale tudo" (anything goes) defendido por Feyerabend não significa que qualquer teoria seja igualmente válida, mas sim que não há um critério universal para julgar a superioridade de uma abordagem científica sobre outra. Ele criticava a visão de que a ciência deve ser rigidamente separada de outras formas de conhecimento, como a arte, a filosofia e até mesmo a mitologia. Para ele, o progresso do conhecimento depende da diversidade de perspectivas e da liberdade de experimentação, sem a imposição de um método único.

Essa postura teve um impacto significativo nas ciências humanas e sociais, especialmente em contextos acadêmicos que questionam a hegemonia do método científico tradicional. No Brasil, a recepção das ideias de Feyerabend reflete, em parte, uma resistência a modelos rígidos de produção do conhecimento, favorecendo abordagens interdisciplinares e críticas ao positivismo. Seu pensamento ressoa particularmente em estudos culturais, antropologia, sociologia e educação, onde se reconhece a importância dos contextos históricos e sociais na construção do conhecimento.

No entanto, a proposta anarquista de Feyerabend não está isenta de críticas. Muitos argumentam que sua rejeição de critérios metodológicos pode levar ao relativismo extremo, tornando difícil distinguir entre conhecimento fundamentado e meras opiniões subjetivas. Além disso, sua visão pode enfraquecer a credibilidade da ciência em um mundo onde a desinformação e as pseudociências proliferam. Ao negar a necessidade de um método estruturado, Feyerabend abre espaço para interpretações que podem ser utilizadas para justificar práticas anticientíficas.

Dessa forma, o anarquismo epistemológico de Feyerabend permanece um ponto de debate na filosofia da ciência. Enquanto seus críticos alertam para os perigos do relativismo, seus defensores destacam a importância de sua crítica para desestabilizar dogmas científicos e encorajar uma visão mais plural e dinâmica do conhecimento. Independentemente da posição adotada, sua obra continua a influenciar discussões sobre os limites e possibilidades da ciência em um mundo cada vez mais complexo e interdisciplinar.

A falta de um critério definitivo de demarcação não significa que todas as formas de conhecimento tenham o mesmo valor ou que a ciência não possua distinções relevantes em relação à pseudociência. Ainda que não exista uma regra universalmente aceita, há princípios metodológicos e epistemológicos que permitem diferenciar práticas genuinamente científicas de discursos que apenas imitam a ciência sem aderir a seus fundamentos rigorosos.

No caso das mudanças climáticas, por exemplo, a comunidade científica trabalha com modelos baseados em evidências empíricas, dados coletados de forma sistemática e hipóteses testáveis que se ajustam progressivamente conforme novas informações surgem. Em contraste, o negacionismo climático frequentemente se baseia em falácias, seleção tendenciosa de dados e distorções metodológicas que minam a confiabilidade de suas afirmações. A ausência de um consenso absoluto sobre cada detalhe do fenômeno climático não invalida a robustez do arcabouço teórico e empírico que sustenta sua existência.

Outro exemplo crítico da importância da demarcação entre ciência e pseudociência pode ser encontrado na área da saúde. Práticas como a homeopatia, apesar de sua popularidade, não atendem aos critérios metodológicos estabelecidos pela ciência médica moderna. Enquanto a medicina baseada em evidências exige ensaios clínicos controlados, replicabilidade e revisões sistemáticas, práticas pseudocientíficas frequentemente se apoiam em anedotas e apelos emocionais, sem mecanismos confiáveis de teste e refutação. A adesão a tratamentos sem eficácia comprovada pode resultar não apenas em desperdício de recursos, mas também em consequências fatais para pacientes que deixam de buscar tratamentos adequados.

Diante desse cenário, mesmo que o problema da demarcação não tenha uma solução definitiva, ele permanece uma questão central para a sociedade. A ausência de um critério absoluto não significa que todas as formas de conhecimento tenham o mesmo valor ou que a ciência deva abdicar de sua responsabilidade em oferecer respostas fundamentadas. Pelo contrário, a reflexão contínua sobre o que diferencia a ciência de outras formas de discurso é essencial para fortalecer a integridade do conhecimento e para garantir que as decisões tomadas em níveis individuais e coletivos sejam fundamentadas em evidências sólidas.

O desafio, portanto, não está em buscar uma resposta definitiva para o problema da demarcação, mas em desenvolver abordagens pragmáticas que permitam avaliar criticamente diferentes formas de conhecimento. A ciência pode não ser infalível, mas sua força reside justamente na disposição para corrigir seus erros e se aprimorar constantemente. É nesse compromisso com a revisão crítica e a busca pela verdade que reside sua maior distinção em relação à pseudociência. A ele se somam o desafio do movimento antivacina, a promoção de terapias "alternativas",[4] as neurobobagens[5] e os pseudoquânticos.[6]

[4] Em meu livro "Tudo que você precisa saber para ser um negacionista" (CRV, 2024) falo sobre minha discordância deste termo. Se é medicina é medicina, alternativa fora da medicina, não é medicina alternativa! Para ficar claro, podem existir dois tratamentos alternativos para a mesma doença, sim, são tratamentos alternativos, mas submeter pessoas a práticas que nada fazem ou pioram o estado da pessoa não pode ser chamado de "alternativa".

[5] Aqui me refiro ao abuso de conceitos sérios das neurociências que vem sendo usados para justificar práticas questionáveis em consultórios e cursos de coaching, principalmente.

[6] O progresso da física quântica é tão fantástico e ao mesmo tempo muito difícil de compreensão para ao não físicos, daí pessoas inescrupulosas usam o termo para dar aura de esotérico a qualquer bobagem colorida ou supostamente sobrenatural. Para usar um termo na moda: groselha.

O conceito de *bullshit*[7], tal como desenvolvido pelo filósofo Harry G. Frankfurt em seu ensaio *On Bullshit* (1986), representa uma das formas mais insidiosas de degradação do discurso público e acadêmico. Diferentemente da mentira, que pressupõe um compromisso com a verdade — ainda que seja para ocultá-la ou distorcê-la —, o *bullshit* não se preocupa com a verdade de forma alguma. Para Frankfurt, o *bullshitter* não está interessado em saber se o que diz é verdadeiro ou falso, mas apenas em persuadir, manipular ou criar uma impressão favorável de si mesmo e de suas ideias.

Essa distinção tem implicações profundas para a filosofia da ciência e para o problema da demarcação. Se a pseudociência tradicionalmente se caracterizava por reivindicar um estatuto científico sem obedecer aos critérios metodológicos da ciência, o *bullshit* epistemológico vai além: ele desconsidera a necessidade de coerência lógica, evidências empíricas ou justificativas racionais. Seu objetivo não é enganar deliberadamente, mas simplesmente manter uma posição, reforçar uma narrativa ou desviar a atenção do debate racional.

O falar merda (*bulshit*) parece se originar com a quase obrigatoriedade exigida pelas redes sociais de que você tenha uma opinião sobre qualquer assunto que seja, sendo um especialista ou não. Tipo: você é contra ou a favor da flexibilização do uso de armas pela população? Você é contra ou a favor que mulheres transgênero participem de competições femininas? Você acredita que a indústria farmacêutica já descobriu a cura do câncer, mas está escondendo isso?

Poderia ficar o resto do livro enumerando este tipo de pergunta, mas acho que já deu para entender. Vamos esmiuçar um pouco uma delas, a sobre as armas, poderia ser qualquer outra, mas escolhi essa mesmo. Quantas pessoas, mesmo possuindo títulos acadêmicos ou experiência em políticas públicas realmente está informado sobre se o acesso a mais armas é ou não uma variável causadora da diminuição da criminalidade? Minimamente informada, com evidências que embasam sua opinião? Eu diria que é um assunto muito complexo, e as pessoas não estão realmente informadas, só que por vários motivos se sentem obrigadas a opinar. Então, segundo a definição que estou usando, *bullshit* não quer dizer mentir, mas sim opinar sem embasamento, sem informação consistente. Aí precisamos dividir essas *bullshits* em tipos, geralmente em relação a motivação.

Políticos tem consistentemente usado de *bullshits* pois entendem que seus eleitores querem ouvir alguém que saiba do que está falando. Publicitários sempre usaram de *bullshit*, é claro (nove entre dez dentistas recomendam...). Artistas e influencers são diuturnamente obrigados a emitir suas opiniões, sejam por cobranças de seus fãs (artistas) ou necessidade de engajamento (*digital influencers*). Existem também os *bullshiters* orgulhosos de demonstrar publicamente suas faltas de noção e conhecimento de um determinado assunto.

Bullshits são opiniões (verdadeiras ou não) emitidas por pessoas que não tem conhecimento e autoridade para falar sobre aquele assunto em específico, mas querem convencer alguém de que estão certos. É claro, eu não preciso enfatizar, que as coisas se misturam, um *bullshiter* pode muito bem estar "confirmando" uma *fake-news*, mas perceba que são atos, intenções, diferentes.

[7] Em alguns contextos o termo bullshit pode ser bastante pejorativo, em outros círculos apenas uma gíria, contudo usarei o anglicismo pois pretendo usar como definição exatamente como é feito por Mackenzie, A., Bhatt, I. Lies, Bullshit and Fake News: Some Epistemological Concerns. Postdigit Sci Educ v. 2, p. 9–13, 2020. https://doi.org/10.1007/s42438-018-0025-4

O *bullshit* se fortalece em bolhas epistêmicas e câmeras de eco, onde a repetição de ideias sem fundamentação crítica reforça narrativas independentes de sua veracidade. A internet e as redes sociais ampliaram esse fenômeno, proporcionando espaços onde indivíduos e grupos podem produzir e consumir *bullshit* em larga escala sem qualquer tipo de escrutínio externo. O algoritmo das redes, ao priorizar engajamento em detrimento da precisão, contribui para a disseminação de discursos cuja principal função é reforçar crenças preexistentes, não promover um debate genuíno.

Portanto, se no livro anterior[8] explorei a relação entre fake news, bolhas epistêmicas e câmeras de eco, aqui o foco recai sobre esse aspecto mais sutil e corrosivo do discurso contemporâneo. O *bullshit* não é apenas um problema de desinformação; é um problema epistemológico e ético, pois mina a própria noção de busca pela verdade. Diferenciar ciência de pseudociência já era um desafio suficiente; agora, também precisamos diferenciar conhecimento de discursos vazios que apenas simulam seriedade sem qualquer compromisso com a verdade.

A falácia da falsa equivalência está intimamente ligada ao conceito de *bullshit* no debate público, especialmente quando figuras sem compromisso com a verdade são colocadas no mesmo patamar que especialistas genuínos. Como argumentado por Harry Frankfurt em seu ensaio *On Bullshit*, o *bullshitter* não é necessariamente um mentiroso clássico, pois ele não se preocupa em saber se o que diz é verdadeiro ou falso—seu objetivo é persuadir, confundir ou manipular. No contexto da falsa equivalência, essa indiferença pela verdade se torna particularmente perigosa quando *bullshitters* são tratados como interlocutores legítimos em debates científicos e filosóficos, enquanto os verdadeiros especialistas, que baseiam seus argumentos em evidências e metodologia rigorosa, são forçados a "debater" em um terreno desigual.

Isso ocorre com frequência na mídia, que, em nome de uma suposta imparcialidade, busca dar "voz a todos os lados" de uma questão, mesmo quando um desses lados não possui respaldo científico ou epistemológico. Um cientista climático pode passar anos coletando dados, analisando modelos complexos e publicando em periódicos revisados por pares, apenas para ser colocado frente a frente com um negacionista climático que repete frases de efeito sem qualquer embasamento técnico. A estrutura desse tipo de debate sugere ao público que ambas as posições possuem o mesmo valor, criando uma ilusão de equilíbrio onde, na realidade, há um abismo epistemológico. O *bullshitter* não precisa defender sua posição com evidências concretas; basta explorar incertezas, distorcer informações ou apelar para emoções e preconceitos, o que muitas vezes é mais eficaz na arena pública do que um argumento bem fundamentado.

Esse fenômeno não apenas distorce a percepção da ciência e da realidade, mas também alimenta a desinformação e o ceticismo infundado. Quando discussões sobre vacinas, mudanças climáticas ou teorias da evolução são estruturadas como se houvesse uma disputa legítima entre duas visões igualmente válidas, a audiência é levada a crer que a ciência é apenas mais uma "opinião". Esse ambiente de falsa equivalência e *bullshit* favorece a erosão do pensamento crítico, transformando questões técnicas e baseadas em evidências em meros conflitos ideológicos ou narrativas concorrentes. No fim das contas, a questão não é apenas sobre qual argumento é mais persuasivo, mas sobre como o próprio conceito de verdade é minado em nome de uma suposta pluralidade de ideias.

[8] Machado, Marco. Tudo que você precisa saber para ser um negacionista. Curitiba: Editora CRV, 2024. https://a.co/d/cX3AaYJ

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ciência tem demonstrado um notável êxito na construção de verdades, ainda que provisórias e passíveis de revisão. Esse êxito confere-lhe uma credibilidade substancial, tornando-se uma autoridade central no que tange à formulação de verdades, fatos ou teorias. Ao longo de aproximadamente três séculos, a ciência estabeleceu-se como a maior fonte de autoridade intelectual, apesar de, em diversas ocasiões, ser subjugada pela política e pelos interesses econômicos. Quanto maior o sucesso da ciência, maior a confiança nela depositada, o que, por sua vez, fortaleceu a credibilidade das suas afirmações. Na própria palavra "confiança" reside uma parte significativa daquilo que concebemos como verdadeiro. Essa relação entre confiança e verdade merece ser refletida profundamente.

Entre os diversos conceitos e definições de verdade que explorei e continuarei a explorar ao longo deste livro, é possível observar que a verdade está indissociavelmente ligada à confiança. Quando essa confiança é abalada, o que antes considerávamos verdade passa a ser questionado. Nesse contexto, é pertinente questionar o papel do conceito de *bullshit* (discurso sem compromisso com a verdade) e como ele contribui para essa dinâmica. O *bullshit* alimenta a desconfiança, que mina as fundações epistemológicas da sociedade. Este fenômeno é particularmente ampliado pelas plataformas digitais, que potencializam o problema ao criar "câmaras de eco" que reforçam crenças preexistentes. Tais ambientes dificultam ou, por vezes, facilitam o confronto com perspectivas divergentes, dependendo das condições de engajamento e da dinâmica de interação propiciada pelas plataformas.

REFERÊNCIAS

[1] CHAUÍ, Marilena. Convite à filosofia. São Paulo: Editora Ática, 2000.

[2] FEYERABEND, P. Contra o Método: Esboço de uma teoria anarquista do conhecimento. Lisboa: Edições 70, 1986.

[3] FREDAL, J. Rhetoric and Bullshit. College English, v. 73, n. 3, p. 243–259, 2011.

[4] HAWKING, Stephen. Breves respostas para grandes questões. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2018.

[5] HOSSENFELD, Sabine. A ciência tem todas as respostas? São Paulo: Contexto, 2023.

[6] IBRI, Ivo Assad. Fins vitais e alteridade prática: sobre ciências aplicadas na filosofia de Peirce. In: Monica Aiub et al. Filosofia da Mente, Ciência Cognitiva e o pós-humano: Para onde vamos? São Paulo: FiloKsar, 2021

[7] KUHN, Thomas S. A Estrutura das Revoluções Científicas. São Paulo: Editora Perspectiva, 2013.

[8] MACHADO, Marco. Tudo que você precisa saber para ser um negacionista. Editora CRV: Curitiba, 2024.

[9] MACKENZIE, A., BHATT, I. Lies, Bullshit and Fake News: Some Epistemological Concerns. Postdigit Sci Educ v. 2, p. 9–13, 2020.

[10] POPPER, Karl. Conjecturas e refutações. Lisboa: Edições 70, 2018.

[11] TEIXEIRA, João F. Por que estudar Filosofia? São Paulo: Paulus, 2017

[12] VOLPATO, Gilson. Pérolas da Redação Científica. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010

Capítulo 11

Dimensões socioeducacionais da capoeira: o Projeto "Capoeira no IF"

Francisco Canindé de Medeiros Sena
João Gomes da Rocha
Luciana Real Limeira
Aleff Guida da Silva

Resumo: Essa pesquisa trata de um relato de experiência com base em um projeto de extensão no IFRN campus avançado Jucurutu, intitulado "Capoeira no IF, coordenado por um desses autores. A Capoeira é uma arte reconhecida como patrimônio cultural imaterial da humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e uma relevante expressão afro-brasileira que atua como ferramenta pedagógica e de transformação social. Presente no Brasil desde o Período Colonial, é um símbolo de resistência de povos africanos escravizados nesse país, e que buscam até hoje garantir a preservação de suas memórias e ancestralidade negra. A literatura consultada, a exemplos de Azevedo (2018), Cordeiro (2007), Fontoura (2002), Pereira (2024) entre outros, nos mostra alguns dos muitos benefícios da Capoeira, entre eles, sua contribuição para o desenvolvimento de aspectos cognitivos, emocionais e sociais. Já quando articulada com a música, a Capoeira estimula a percepção e o equilíbrio mental, fortalecendo valores como: o respeito, a cooperação e a consciência coletiva. Do ponto de vista legal, observa-se com a Lei 10.639/2003 que a Capoeira, na Educação Básica, pode ser um importante recurso interdisciplinar que integra as áreas do conhecimento e valoriza a cultura afro-brasileira. Por fim, a metodologia utilizada nessa investigação incluiu uma revisão de literatura, permitindo uma análise qualitativa das categorias abordadas. As dimensões socioeducacionais da Capoeira aqui analisadas mostram um campo fértil para outras pesquisas futuras.

Palavras-chave: Capoeira, Educação, Projeto de Extensão, Projeto Capoeira no IF.

1. INTRODUÇÃO

A Capoeira é uma arte afro-brasileira e pode ser uma importante ferramenta pedagógica no âmbito das escolas de Educação Básica. Trata-se de uma prática que transcende ao movimento ou gestos corporais de seu praticante, uma vez que a ciência mostra que seus benefícios são cognitivos, estimulando simultaneamente os dois hemisférios cerebrais, promovendo o desenvolvimento multidimensional do praticante.

Hoje, praticada em aproximadamente 154 países, apresentando-se como uma manifestação cultural que transcende a atividade física, a Capoeira configura-se como um importante instrumento de valorização da identidade afro-brasileira e promoção da igualdade social, reconhecida como patrimônio imaterial, pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), enquanto veículo de transmissão da memória e ancestralidade negra.

Do ponto de vista histórico, a Capoeira, compreendida como expressão afro-brasileira que integra dança, luta, música e religiosidade, surgiu no Brasil ainda no Período Colonial, no século XVI, como estratégia de sobrevivência frente à imposição cultural portuguesa, entre outras culturas presentes à época, dos escravocratas em relação aos escravizados.

A literatura consultada evidencia a Capoeira como uma expressão cultural rica e complexa, mostra que seus benefícios podem ser abrangentes aos praticantes, configurando-se como uma ferramenta de transformação pessoal e social.

A Lei 10.639/2003 sugere que a Capoeira pode ser um instrumento fundamental para a prática educativa que valorize a história e a cultura afro-brasileira, por promover o reconhecimento e a ressignificação das matrizes culturais africanas no ambiente escolar.

A Capoeira integra ainda aspectos como a musicalidade, o movimento e a cultura, possibilitando o desenvolvimento do senso de respeito às diferenças individuais. Quando pensada enquanto instrumento para a promoção da qualidade de vida, observa-se seus impactos físicos e psicológicos positivos, por exemplo, reduzindo o estresse decorrente de uma vida atarefada, aumentando a autoconfiança e proporcionando um maior desenvolvimento da criatividade pessoal que possibilitam a melhoria da saúde mental, equilibrando aspectos psicológicos, emocionais e físicos.

Estudos a exemplos de Vieira e Assunção (2008), Azevedo (2018), e Machado, Sales e Feldens (2021) nos mostram alguns dos muitos benefícios dessa arte no que concerne à melhoria no desenvolvimento humano, social, cultural e étnico, nos possibilitando uma formação mais holística.

Discute-se nessa comunicação uma prática cultural infelizmente ainda marginalizada por uma expressiva parte da sociedade brasileira, por representar povos minoritários, afrodescendentes ou de origem social menos favorecidos e vulneráveis economicamente até hoje.

2. A CAPOEIRA, HISTÓRIA E INTERRELAÇÕES COM ÁREAS HUMANÍSTICAS

A Capoeira nasceu como uma expressão de resistência dos povos escravizados, desenvolvendo-se inicialmente como uma estratégia de defesa e sobrevivência dos africanos sequestrados e trazidos à força para o Brasil no Período Colonial. Camuflada como dança e movimento corporal, a arte permitia a escravos desenvolverem técnicas de luta e defesa pessoal sem despertar a desconfiança dos senhores de escravos.

De acordo com Fontoura (2002) e Oliveira (1989), muita informação histórica e documentada sobre a prática da Capoeira no Brasil colonial foi perdida por meio da incineração de documentos na fazenda do governo de Deodoro da Fonseca, por volta do ano 1890, restando como registro apenas aqueles que foram transmitidos via oral entre as gerações de praticantes dessa arte.

Historicamente a Capoeira foi estigmatizada e discriminada como sendo "coisa de preto, de escravo", marginalizada e perseguida durante décadas após a abolição da escravidão, em 1888, ano da Lei Áurea no Brasil. Foi apenas no século XX, especialmente com os crescentes movimentos de valorização da cultura afro-brasileira, que a Capoeira passou a se consolidar como uma importante resistência cultural, transformando-se de prática marginalizada a patrimônio cultural imaterial.

Hoje a Capoeira representa não apenas uma luta histórica, mas a poética de luta e sobrevivência do povo negro no Brasil, com reconhecimento internacional enquanto símbolo de resiliência e expressão artística.

2.1. DIMENSÕES DO ENSINO DE CAPOEIRA

Já em relação à integração da Capoeira na literatura brasileira, Pereira (2024) trata da Lei n.º 10.639/2003, conhecida como “Lei decolonial”. Esta assegura na educação básica os conteúdos literários afro-brasileiros, compondo parte dos currículos de Educação Artística, Literatura e História Brasileira, em todas as etapas e modalidades de ensino previstas legalmente. Ainda, esse autor mostra que a relevância dessa lei se traduz em voz aos povos afro-brasileiros, subalternizados e oprimidos historicamente.

Sobre temas a serem explorados na educação básica, relativos à cultura afro-brasileira, temos como alguns exemplos a: culinária, religião, história e identidade, arte, música e dança, entre outros.

2.2. A RELAÇÃO “CAPOEIRA E MÚSICA”

A Capoeira, quando observada pelo viés da música mostra que suas canções podem funcionar como elementos pedagógicos que estimulam a percepção musical e o desenvolvimento cognitivo dos praticantes.

Ribeiro, Nonato e Palhares (2019) e Queiroz (2008) nos permite perceber que os diversos elementos constitutivos da Capoeira estão articulados com a música, sendo alguns deles: o canto, palmas, a expressão corporal, e a própria dinâmica de jogo e do uso de instrumentos musicais. Nogueira (2013) complementa mostrando que a música possui uma função vital na prática da Capoeira, sendo um recurso indispensável e um catalisador que intensifica a comunicação e a colaboração entre os envolvidos.

Outrossim, a música pode ser um importante recurso para a promoção da interação social e da saúde mental individual e coletiva dos praticantes. Da Silva Ferreira e De Camargo (2023) mostram que a música pode se associar com a saúde e o bem-estar, sendo objeto de estudo em diversas áreas, como a psicologia, a medicina e a musicoterapia.

2.3. A DIMENSÃO SOCIAL, ÉTNICA E DE GÊNERO NA CAPOEIRA

No que concerne às questões sociais, observou-se na literatura consultada alguns dos muitos benefícios da Capoeira no que diz respeito às transformações sociais e promoção de uma educação comunitária, aflorando a valorização pela cooperação, aumentando o respeito e a consciência coletiva.

Vieira e Assunção (2008) corroboram na compreensão de alguns dos muitos desafios da Capoeira na contemporaneidade, uma vez que está presente em distintos espaços sociais, sendo assim um importante veículo de socialização presente em muitas esferas sociais, hoje presente em apresentações e espetáculos que vão desde os palcos aos teatros, às salas de cinema, ou mesmo nos anúncios publicitários.

Azevedo (2018) mostra a importância da Capoeira, na perspectiva da agroecologia, para questões relativas a causas que envolvem ações de sustentabilidade ambiental. Complementa-se que a Capoeira faz uso de insumos que muitas vezes são aproveitados por via da reciclagem ou do artesanato, por exemplo, para a confecção de instrumentos musicais como o berimbau, o atabaque, o pandeiro, o agogô e o reco-reco, entre outros, endossando suas interconexões com outras áreas do conhecimento humano e social.

Na perspectiva de fortalecimento de identidade étnica e de gênero, Reis (2018) mostra a inserção de mulheres na Capoeira, e em especial as negras, e isso representa uma verdadeira e positiva desconstrução de paradigma histórico, um empoderamento feminino que manifesta o aflorar de visibilidade dessa classe na contemporaneidade.

2.4. A CAPOEIRA NA INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E TERCEIRA IDADE

Machado, Sales e Feldens (2021) mostram que a Capoeira pode ser um importante instrumento para o desenvolvimento integral da criança, alinhados com o que é preconizado pela atual Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Esses autores destacam que a roda de Capoeira, no ano 2014, foi reconhecida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) como patrimônio imaterial da humanidade. Logo, a prática de Capoeira por crianças de tenra idade pode ser uma importante estratégia pedagógica para integrar movimento corporal e expressividade.

Cordeiro (2007) mostra que a Capoeira pode permear a constituição de identidade do adolescente, o acompanhando no processo de transição de uma identidade infantil para uma identidade adulta. Ainda, essa autora aborda sobre o papel de importância da família e dos amigos para a formação de crenças e valores do adolescente e que podem nortear seus projetos de futuro.

Carneiro e Junior (2009) mostram que a Capoeira passa por um processo de adaptação para o público da Terceira Idade, dada a sua inegável contribuição para a melhoria de capacidades funcionais como a coordenação, a agilidade e o equilíbrio, desde que respeitando as limitações físicas presentes geralmente nessa fase da vida, visando assim promover uma melhor qualidade de vida aos praticantes.

3. O PROJETO CAPOEIRA NO IF

O Projeto de Extensão "Capoeira no IF" representa uma iniciativa transformadora no Instituto Federal do Rio Grande do Norte, especificamente no *campus* avançado Jucurutu, que busca promover a prática da Capoeira enquanto manifestação cultural e esportiva

para crianças e adolescentes da região. Nascido durante o "1º Novembro Negro" do *campus* em 2023, o projeto surge da demanda do grupo "Raízes Jucurutu" por um espaço para desenvolvimento de suas atividades culturais.

Mais do que ensinar a Capoeira, a presente iniciativa promoveu um intercâmbio de saberes, valorizando práticas culturais tradicionais, permitindo que as comunidades acadêmica e externa construíssem juntas conhecimentos de forma colaborativa.

Já em relação as aulas no Projeto de Extensão Capoeira no IFRN – Jucurutu - aconteceram duas vezes por semana, nos dias de quarta-feira e quinta-feira, no turno vespertino, das 13h às 16:30, com aproximadamente vinte e cinco participantes. Foi disponibilizado aos alunos participantes: transporte escolar, lanche e uma sala ampla e climatizada, exclusiva para o funcionamento desse Projeto de Extensão, equipada com recursos de áudio e vídeo. Assim como foi disponibilizado a impressão de material didático necessário.

Poucos dos alunos participantes possuíam a experiência com a Capoeira, para a maioria foi o primeiro contato. O público que frequentou o projeto foi composto majoritariamente por alunos do ensino fundamental de escolas estaduais e municipais de Jucurutu/RN, na faixa etária dos dez aos quatorze anos, e com situações econômicas variadas, alguns destes de baixa renda e outros sendo filhos de funcionários públicos, o que nos mostra a função socioeducacional da Capoeira, integrando pessoas de realidades distintas.

Vale destacar que a maior procura para participar desse projeto aconteceu por parte de meninas. Alguns pais e mãe participaram como ouvintes em alguns momentos formativos com o instrutor de Capoeira, demonstrando respeito e apoio ao projeto. Há relatos positivos de elevação da disciplina pessoal, especialmente para o público feminino atendido, no contexto familiar e escolar, após o ingresso e permanência no projeto de Capoeira no IF, com melhoria nos índices de aprendizagem em estudos escolares formais. Um dos pais dos alunos já foi praticante de Capoeira em sua juventude e ajudou nesse projeto fornecendo suporte ao instrutor quando necessário.

Entre os saberes docentes mobilizados no projeto de Capoeira, destacamos: a história da Capoeira e seus fundamentos e princípios técnicos, movimentos e exercícios corporais, ensino de instrumentos musicais para utilização na roda de Capoeira, com destaques para o berimbau, o pandeiro e o atabaque. Aprendizagem de músicas utilizadas em roda de Capoeira, entre outras coisas.

Quanto ao perfil acadêmico do professor/instrutor de Capoeira, seu nome é Aleff Guida da Silva, ele é atualmente graduando do terceiro período de Educação Física na Universidade Norte do Paraná (UNOPAR), no formato semipresencial. Ele destaca em suas práticas docentes a importância de conhecer fundamentos como a disciplina, o respeito e a empatia na prática da Capoeira, considerando o processo de ensino-aprendizagem uma mobilização e construção de saberes históricos e culturais, muitos destes transmitidos principalmente por via oral entre os mestres nessa arte.

Alguns dos fundamentos trabalhados em aula pelo instrutor, destaca-se: a história da Capoeira, seus principais nomes, a filosofia da Capoeira, os principais eventos de Capoeira existentes hoje a nível local, regional e nacional, atividades impressas com exercícios de leitura e escrita sobre a temática de Capoeira, exibição de documentários e vídeos de Capoeira via tela de projeção, entre outras coisas.

Essas iniciativas conectam essa arte com a educação, uma vez que mostra seu potencial no que diz respeito ao ensino-aprendizagem da Capoeira no contexto de ensino formação.

Destaca-se a prática musical no Projeto de Capoeira, com o ensino de instrumentos de percussão, proporcionando aos alunos a vivência musical e o desenvolvimento de práticas no canto e em instrumentos de percussão, entre eles: o berimbau, o pandeiro e o atabaque. Isso nos mostra a relação da Capoeira com a Música e alguns dos muitos benefícios, no tocante a uma formação holística, desenvolvendo aptidões nessas duas artes.

Durante a vigência do projeto, entre os meses de julho de 2024 a fevereiro de 2025, aconteceram algumas apresentações do projeto Capoeira no IF, na instituição, com destaque para o "Novembro Negro 2024", no auditório do IFRN *campus* avançado Jucurutu, e na Semana de Arte, Desporto e Cultura dessa instituição.

Sobre a percepção dos alunos acerca da prática de Capoeira, muitos relataram que essa arte passou a integrar as suas vidas de maneira intensa, sendo uma atividade semanal muito prazerosa e desafiadora. Há também relatos de participantes que não se imaginavam fazendo Capoeira, por se acharem incapazes ou por não se verem realizando os movimentos corporais típicos dessa arte e observados anteriormente por eles através de apresentações públicas de outros grupos de Capoeira existente na cidade de Jucurutu/RN.

No ano 2025 foi realizado a construção coletiva desse trabalho escrito, buscando trazer uma maior visibilidade ao Projeto de Extensão Capoeira no IF, que agora aguarda uma nova oportunidade para continuar no corrente ano.

Por fim, todas as demandas previstas no Edital nº. 03/2024-PROEX/IFRN - de apoio a projetos de extensão - Edital de Extensão - obtiveram sucesso. Através desse edital foram adquiridas vinte e cinco camisetas com a logo do projeto Capoeira no IF, e foram disponibilizadas aos alunos e equipe do projeto no ano 2025.

Já em relação ao bolsista, este projeto o proporcionou o início de uma vida de pesquisa Científica-acadêmica, pela primeira vez, com investigações diárias sobre temas relacionados ou correlacionados a Capoeira, durante o período de sete meses, com o apoio e supervisão do orientador e coordenador do projeto. Este bolsista contou ainda com o recebimento de bolsas mensais, de incentivo financeiro, durante o período de sete meses, fomentando, entre outas coisas, a mobilização e construção de saberes e a iniciação científica deste aluno, selecionado previamente mediante edital de seleção.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Projeto de Extensão "Capoeira no IF" desenvolvido no âmbito do IFRN *campus* Avançado Jucurutu/RN demonstra que essa arte ultrapassa sua condição de manifestação cultural, constituindo-se como uma ferramenta pedagógica transformadora, um instrumento de resgate histórico, uma estratégia de promoção da cidadania e um método de educação integral que valoriza a diversidade cultural.

No mais, essa pesquisa comprova o potencial da Capoeira como recurso educacional multidimensional, capaz de promover desenvolvimento humano integral. O referido projeto contemplou dimensões fundamentais do desenvolvimento humano, oferecendo aos seus participantes a oportunidade de desenvolver habilidades motoras, disciplina, respeito mútuo, trabalho em equipe, autoconfiança e autoestima, entre outras coisas.

Ao disponibilizar gratuitamente um espaço para a realização desse projeto, o IFRN – *campus* avançado Jucurutu contribuiu no combate ao sedentarismo, promovendo a saúde

física e mental de crianças e adolescentes, possibilitando a todos uma formação mais integral e holística.

Por último, acredita-se que a Capoeira contribui também para a valorização local, podendo ser um elemento estratégico para o turismo cultural, promovendo a valorização de identidades, gerando emprego e renda e a preservação de tradições histórico-culturais hoje ameaçadas pela globalização e pela hegemonia cultural, assunto este para oportunidades futuras.

REFERÊNCIAS

[1] AZEVEDO, Poliana Lemes et al. Capoeira Angola e Educação Ambiental Pela Sustentabilidade Ambiental, Corporal e Cultural. Cadernos de Agroecologia, v. 13, n. 1, 2018.

[2] CARNEIRO, Nelson Hilário; JUNIOR, Jair Rodrigues Garcia. Efeitos da pratica da capoeira adaptada para terceira idade. In: Colloquium Vitae. ISSN: 1984-6436. 2009. p. 17-24.

[3] CORDEIRO, Yara Camargo et al. A Participação da prática da Capoeira no processo de constituição da identidade adolescente. 2007.

[4] DA SILVA FERREIRA, Franciane Dias; DE CAMARGO, Daniela Moreno. O PAPEL DA MÚSICA NA SAÚDE E NO BEM-ESTAR HUMANO: um estudo bibliográfico. Caderno de Diálogos, v. 5, n. 1, 2023.

[5] FONTOURA, Adriana Raquel Ritter; GUIMARÃES, Adriana Coutinho de Azevedo. História da capoeira. Revista da Educação Física, v. 13, n. 2, p. 141-150, 2002.

[6] MACHADO, Tatiane Trindade; SALES, Reinaldo Eduardo da Silva; FELDENS, Dinamara. Capoeira na infância: desafios e possibilidades de uma prática pedagógica. Anais do XV Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade, 2021.

[7] NOGUEIRA, S. G. Psicologia crítica africana e descolonização da vida na pratica da Capoeira Angola. 2013. 236f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

[8] OLIVEIRA, José L. (Mestre Bola Sete). A capoeira angola na Bahia. Salvador: EGBA; Fundação das Artes, 1989.

[9] QUEIROZ, G. P. Capoeira, identidade sonora brasileira e músico-centramento ou“o setting na rua, no meio do redemoinho...” In: Encontro nacional de pesquisa em musicoterapia, 8., 2008, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: AMT-RJ, 2008, p.1-7.

[10] PEREIRA, Carlos Luis et al. Capoeira escolar e a lei 10.639/2003: saberes socioculturais africanos e afrodiaspóricos no ensino na educação básica. **Kiri-Kerê-Pesquisa em Ensino**, v. 1, n. 19, 2024.

[11] REIS, Eliane Glória dos et al. As mestras de capoeira: empoderamento e visibilidade. 2018.

[12] RIBEIRO, Marciel; NONATO, Felipe; PALHARES, Leandro. Capoeira, música e oralidade: A língua portuguesa pelo mundo. **Revista Pedagogia Social UFF**, v. 7, n. 2, 2019.

[13] VIEIRA, Luiz Renato; ASSUNÇÃO, Matthias Röhrig. Os desafios contemporâneos da capoeira. Revista Textos do Brasil, v. 14, p. 9-19, 2008.

Autores

AUTORES

ANDERSON LINCOLN VITAL DA SILVA (ORGANIZADOR)

Advogado. Doutorando em Educação pela ULBRA. Mestre em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas. Graduado em Direito pelo Centro Universitário Luterano de Manaus e Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Amazonas. Especialista em Direito Tributário pela Faculdade Metropolitana de Manaus - FAMETRO. Professor da Universidade Federal do Amazonas – UFAM

ARIANE BARBOSA LEMOS

Mestra e Doutora em Ciência da Informação pela Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (ECI/UFMG). Graduada em Comunicação Social (bacharelado em Jornalismo) pelo Centro Universitário de Belo Horizonte (UNI-BH). Professora no curso de graduação em Jornalismo da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), Unidade Acadêmica de Frutal. Desde 2004, atua na área com comunicação institucional, com ampla experiência em assessoria de comunicação.

EDEMAR ROTTA

Doutor em Serviço Social e Professor da Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Cerro Largo/RS

FELIPE ALCKMIN-CARVALHO

Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo São Paulo, Brasil Departamento de Psicologia e Educação, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade da Beira Interior Covilhã, Portugal

FRANCISCO CANINDÉ DE MEDEIROS SENA

Bacharel, Licenciado, Especialista e Mestre em Música pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN e Doutorando em Ensino pelo IFRN. É Professor Efetivo da Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e do Lazer do Rio Grande do Norte (SEEC). Foi professor visitante no IFRN Campus Avançado Jucurutu. É Maestro, compositor, arranjador e pesquisador nas áreas de Música, Educação e Ensino, com foco para o ensino especializado de linguagem e estruturação musical e ensino de instrumento musical.

GUILHERME WELTER WENDT

Centro de Ciências da Saúde, Departamento de Medicina e Programa de Pós-Graduação em Ciências Aplicadas à Saúde Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Francisco Beltrão (PR), Brasil

HELÍSSIA COIMBRA DE SOUZA

Bacharela em Direito pelo atual Centro-Universitário FIBRA. Mestra em Direitos Fundamentais pelo Programa de Pós-Graduação em Direitos Fundamentais (PPGDF), ofertado pela Universidade da Amazônia (UNAMA – Ser Educacional). Atualmente, doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Direito, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional (PPGD), ofertado pelo Centro-Universitário do Pará (CESUPA). Pesquisadora de Laboratório no Grupo de Pesquisa em Teorias da Justiça e Violência Estrutural (CESUPA/CNPq), assim como, desenvolve trabalhos em Análise Econômica do Direito (CESUPA/CNPq).

AUTORES

HENRIQUE PEREIRA

Departamento de Psicologia e Educação, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade da Beira Interior RISE-Health Research Center in Sports Sciences, Health Sciences and Human Development (CIDESD) Covilhã, Portugal

IARA TEIXEIRA

Escola de Psicologia da Universidade do Minho Braga, Portugal

JOÃO GOMES DA ROCHA

Bacharel e Licenciado em Música ambos pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte-UFRN. Especialização em Educação Musical pela UCAM. Mestre em música pelo programa de pós-graduação da UFRN. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisa em Música - GRUMUS/UFRN e o grupo HISTÓRIA, ARTE E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA/IFRN. Atua como Professor de música da educação básica, violão, teoria Musical e musicografia Braille. Atualmente é professor efetivo do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - IFRN lotado no campus Caicó.

MAURÍCIO MARTINI

Arquiteto e Urbanista, Publicitário e especialista em Arquitetura e Iluminação.

TARCIO RICARDO THOMAS

Doutorando e Mestre em Desenvolvimento e Políticas Públicas pela Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Cerro Largo/RS. Bolsista do CNPq.

VALDÊNIA MARIA BELARMINO SOARES LUSTOSA LUSTOSA

Graduada em Pedagogia (Universidade Estadual Vale do Acaraú), Estudante de Psicologia (Universidade Maurício de Nassau)

www.poisson.com.br
contato@poisson.com.br

@editorapoisson

https://www.facebook.com/editorapoisson